

O DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFPB

HISTÓRIAS, TRAJETÓRIAS
E PROJETOS

*Cristina Matos
Luciana Aliaga
Ninno Amorim*
Organizadores



O Departamento de Ciências Sociais da UFPB:

Histórias, Trajetórias e Projetos



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

Terezinha Domiciano Dantas Martins
Reitora

Mônica Nóbrega
Vice-Reitora



Ulisses Carvalho da Silva
Diretor do CCTA

Fabiana Cardoso Siqueira
Vice-diretora do CCTA



José David campos Fernandes
Editor

Paulo Vieira
Secretário do Conselho Editorial

Pedro Nunes Filho
Coordenador do Laboratório de Jornalismo e Editoração

Carlos José Cartaxo
Magno Alexon Bezerra Seabra
José Francisco de Melo Neto
José David Campos Fernandes
Marcílio Fagner Onofre
Conselho Editorial

O Departamento de Ciências Sociais da UFPB:

Histórias, Trajetórias e Projetos

Cristina Matos
Luciana Aliaga
Ninno Amorim
[organizadores]

1ª Edição – 2025

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, de qualquer forma ou por qualquer meio.
A violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610/1998) é crime estabelecido no artigo 184 do código penal.

O CONTEÚDO DESTA PUBLICAÇÃO, SEU TEOR, SUA REVISÃO E SUA NORMALIZAÇÃO
SÃO DE INTEIRA RESPONSABILIDADE DO(S) AUTOR(ES).

Projeto gráfico e Supervisão editorial: **Mateus Vilela**
Editoração eletrônica: **Larissa Torres**
Imagem de capa (fotografia): **Divulgação UFPB**

Catálogo na publicação
Karla Maria de Oliveira CRB-15/485

D419

O departamento de Ciências Sociais da UFPB :
Histórias, trajetórias e projetos. / Cristina Matos,
Luciana Aliaga, Ninno Amorim (Organizadores) - João
Pessoa : Editora do CCTA, 2025.

206 p.:il.

Inclui Bibliografia.

ISBN:978-65-5621-522-8

1. Ciências sociais - História - UFPB. 2. Ciências
sociais - Departamento - Entrevistas. I. Matos,
Cristina (org.). II. Aliaga, Luciana (org.). III.
Amorin, Ninno (org.). IV. Título.

UFPB/CCHLA

CDU 3



Editora do Centro de Comunicação, Turismo e Artes (CCTA / UFPB)

05508-050 – Paraíba – PB – Brasil Fone: (083) 3216 7200

E-mail: editora@ccta.ufpb.br

Sumário

Apresentação.....	9
--------------------------	----------

Parte 1: Entrevistas

“Meu verbo é ir”: entrevista com Simone Dantas Carneiro	14
Ninno Amorim	

Rubens Pinto Lyra: pioneiro na ciência e na arte política no Departamento de Ciências Sociais.....	31
Luciana Aliaga	

Uma intelectual, um Departamento e nossa memória. Entrevista com Tereza Queiroz	47
Cristina Matos	

Parte 2: Pós-Graduação

O CCHLA e a Antropologia: O Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Paraíba.....	66
Marco Aurélio Paz Tella e Flávia Ferreira Pires	

Relato sobre a criação do Programa de Pós-graduação em Ciência Política e Relações Internacionais.....	85
Henrique Zeferino de Menezes, José Henrique Artigas de Godoy, Samir Perrone de Miranda e Túlio Sergio Henriques Ferreira	

Sobre o passado e o futuro: O Programa de Pós-graduação em Sociologia em três tempos.....	91
Cristina Matos	

Parte 3: Extensão

A experiência da Extensão no Departamento de Ciências Sociais Patrimônio cultural no DCS: o Pamin, um programa de extensão	116
Luciana Chianca	

Construindo Mapas Sociais Subsídios para a elaboração do Plano de Gestão Territorial e Ambiental Potiguara: a perspectiva extensionista..... 141

Alicia Ferreira Gonçalves, Maristela de Oliveira Andrade, Maria Elena Martinez Torres e Allan Yu Iwama

Naru Warao: Ações de extensão, fortalecimento étnico e geração renda entre indígenas Warao na cidade de João Pessoa, PB 155

Rita de Cássia Melo Santos

Do Agreste ao DCS: Extensão e artesanato numa trajetória periférica 174

Marcio Sá

Parte 4: Movimento Estudantil

Movimento Estudantil nas Ciências Sociais da UFPB: Uma breve análise sobre as percepções de integrantes do Centro Acadêmico Florestan Fernandes acerca do movimento estudantil entre os anos de 1996-2024 186

Jota Joana Cabral Fagundes Isnard, Larissa de Lima Pinto Ribeiro Borba, Mylenna Lycianne dos Santos Marques e Nicolle Klinst-lay Moreira Simões

Sobre as autoras e os autores 203

Sobres os organizadores..... 207

*“A educação é a única das coisas deste mundo em que
acredito de maneira inabalável.”*
Cecília Meireles

Apresentação

Uma universidade é a resultante de muitas comunidades. O Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA) é parte ativa da formação da UFPB. O próprio Centro é formado por uma cadeia articulada e efervescente de departamentos, cursos de graduação, pós-graduação, grupos e núcleos de pesquisa, movimento estudantil, de professores; atores que forjaram sua história e memória. Uma trajetória rica e plural e da qual o Departamento de Ciências Sociais, um de seus membros mais longevos, faz parte desde os tempos em que ainda integrava o Departamento de Serviço Social. Sua história se inicia no período sombrio da Ditadura Militar e vai sendo palmilhada na confluência da luta pela democratização da sociedade brasileira e da própria universidade, e na expansão de suas atividades. Novos cursos de graduação e novas pós-graduações foram se integrando à história do Departamento e das Ciências Sociais no Estado e na região.

O Departamento de Ciências Sociais (DCS) nasceu oficialmente em 1973, ofertando disciplinas da área de Ciências Sociais para todos os cursos da universidade, no que era chamado, então, de “ciclo básico”. Em 1978 viu nascer seu primeiro projeto próprio, o Mestrado em Ciências Sociais. Vinte anos após o seu surgimento, em 1993, e com um cenário aberto à criação de novos cursos de Ciências Sociais, o DCS consegue criar sua primeira graduação, o Bacharelado em Ciências Sociais. Em 2007 surge a Licenciatura, também em Ciências Sociais. A ampliação se seguiu com criação do Programa de Pós-Graduação em Antropologia e do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais e Ciência Política. Atualmente, além da demanda externa de formação nas áreas de Sociologia, Antropologia e Ciência Política, o DCS oferta, através de seus PPGs, três cursos de mestrado e três cursos de doutorado, além de duas graduações. Nesse amplo cenário de formação são desenvolvidas pesquisas e atividades de extensão, como veremos adiante.

Este livro reconstitui parte da história do DCS, no marco comemorativo dos cinquenta anos do CCHLA, a partir de uma polifonia de vozes. Três entrevistas abrem a coletânea com depoimentos e reflexões sobre os primeiros momentos do Departamento, a partir do olhar de professor(a)s das três áreas. Na área de Antropologia, a entrevistada é a professora Simone Dantas Carneiro, que atuou de 1968 a 2000¹, ano de sua aposentadoria, como docente atuante em vários campos de pesquisa. Simone foi responsável pela orientação de muitos trabalhos de mestrado e doutorado, orientados nas pós-graduações em Sociologia e em Ciên-

1 Após a aposentadoria, Simone continuou atuando na pós-graduação como docente e orientadora até 2008.

cias da Religião. A professora Simone é pioneira nos estudos da pesca marítima artesanal no Brasil, trabalho pelo qual é reconhecida e amplamente citada em outras pesquisas.

Para o campo de atuação na Ciência Política, entrevistamos o professor Rubens Pinto Lyra, que lecionou Sociologia e Ciência Política no curso de Ciências Sociais e no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS), entre 1980 a 2004, ano de sua aposentadoria. Nos anos de chumbo da ditadura militar não apenas a atividade docente era um desafio no Brasil, mas a própria admissão na UFPB enfrentava graves entraves impostos pela Assessoria de Segurança e Informação (ASI) da universidade. Isso se deveu em grande medida à atividade política do prof. Lyra ainda quando estudante de Direito na UFPB, entre elas a participação no XXX Congresso da UNE, em Ibiúna no ano de 1968, que foi motivo para prisões e perseguições de estudantes pelo regime militar. Esses entraves, no entanto, ao contrário do pretendiam os censores do regime, forjaram uma trajetória de lutas capazes de articular organicamente teoria e prática, contribuindo com a construção crítica e engajada das Ciências Sociais na UFPB, a despeito de todos os obstáculos de seu nascimento, como veremos na entrevista concedida pelo prof. Lyra, hoje Professor Emérito da UFPB.

Para a área de Sociologia entrevistamos a professora Tereza Queiroz. Ela se incorporou ao DCS em 1976, onde atuou até 2019, quando da sua aposentadoria. Foi também bastante atuante no PPGS, programa que coordenou entre 2015-2017, tendo sido vice-coordenadora entre 2013- 2015. Tereza nos apresenta um panorama reflexivo multidimensional do DCS: a atuação profissional em um contexto de ditadura militar; a mobilização pela democratização da universidade e da sociedade brasileira no início dos anos 80; o contexto de criação do Mestrado em Ciências Sociais e das duas graduações. Há ainda temas como o perfil dos aluno(a)s e o processo de democratização do acesso à universidade, as agendas de pesquisa no interior do DCS e do mestrado em Ciências Sociais, as relações de gênero, o lugar do DCS no contexto regional, bem como sua própria trajetória de pesquisa e atuação.

Outra parte da história do DCS pode ser contada a partir dos programas de pós-graduação a ele vinculados, derivados dos esforços das professoras e dos professores das áreas de Sociologia, Antropologia e Ciência Política. O Programa de pós-graduação em Ciência Política e Relações Internacionais (PPGCPRI-CCHLA-UFPB) é o mais jovem dos três programas ligados ao Departamento de Ciências Sociais. Iniciado em 2016, a partir da iniciativa conjunta dos professores do departamento de Ciências Sociais (DCS-CCHLA) e do departamento de Relações Internacionais (DRI-CCSA), o programa recentemente (neste ano de 2024) iniciou sua primeira turma de doutorado, e em sua única avaliação quadrienal, progrediu da nota três para nota quatro. Isso representa, por um lado, um importante esforço coletivo e a colaboração entre docentes de dois departamentos para o oferecimento de um curso de qualidade, que, num momento crucial de seu desenvolvimento, atravessou uma conjuntura adversa de pandemia e escassez de recursos sob governos reacionários. Por outro lado, expressa uma notável demanda regional pela oferta de formação de qualidade na área de Ciência Política e Relações Internacionais. O capítulo *Relato sobre a criação do Programa de Pós-graduação em Ciência Política e Relações Internacionais* registra essa experiência.

O Programa de Pós-Graduação em Sociologia é a primeira experiência de pós-graduação vinculada ao DCS. Como já indicado, surge como Mestrado em Ciências Sociais, no interior de um projeto interdisciplinar, abrigando pesquisadore(a)s de áreas como Sociologia, Antropologia, Ciência Política e História. Os modelos de avaliação institucional vão orientando o programa, paulatinamente, para um desenho disciplinar, até que nos anos 90 ele se converte em um Programa de Sociologia. De lá para cá formou muitos mestres e doutores e vivenciou, num cenário nacional e regional, muitos desafios. O capítulo *Sobre o passado e o futuro*. O PPGS em três tempos reflete sobre os 45 anos de existência do Programa. Os professores Jacob Carlos Lima, Roberto Veras e Sérgio Barcellos narram os desafios de três momentos da pós-graduação em Sociologia, que vão do nascimento à pandemia de covid-19.

Já o Programa de Pós-Graduação em Antropologia inicia as atividades da sua primeira turma em 2011, como mestrado em Antropologia. Já em 2013 tem sua primeira defesa realizada. Nascido da parceria e da articulação entre dois centros, o CCHLA e o Centro de Ciências Aplicadas e Educação -CCAIE (Campus IV), o programa atualmente funciona com cursos de mestrado e doutorado. O capítulo *O CCHLA e a Antropologia: O Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Paraíba* conta mais dessa história.

Outra dimensão de atuação do DCS diz respeito ao trabalho realizado na extensão. A experiência de extensão no Departamento de Ciências Sociais, como veremos, se consolidou a partir de uma ampla gama de linhas e campos de atuação, contribuindo significativamente tanto para a formação discente, quanto para o aperfeiçoamento do trabalho docente. Ao mesmo tempo, com seu longo braço, a extensão alcança diferentes comunidades, atores e setores sociais, tornando possível que a universidade esteja efetivamente presente na sociedade brasileira. Trazemos no livro cinco capítulos de amostragem da densidade e da qualidade da experiência extensionista no DCS. O primeiro deles consiste em um relato coletivo sobre seis projetos e cursos de extensão que cobrem diferentes campos de atuação, perpassando as áreas da saúde, diversidade sexual, experiência profissional, juventude e leitura de textos acadêmicos.

Em seguida apresentamos quatro capítulos que expõem de modo mais detalhado experiências amplas no campo da extensão. Na área de Patrimônio cultural, apresentamos o “Pamin: Patrimônio, Memória e Interatividade”, coordenado pela profa. Luciana Chianca, assim como na área de Gestão Territorial e Ambiental Potiguara, poderemos conhecer o projeto coordenado pela profa. Alicia Gonçalves e também a atuação junto às comunidades indígenas venezuelanas no Brasil, os Naru Warao, no projeto coordenado pela Profa. Rita de Cássia Santos. Por fim, conheceremos ainda o projeto do Prof. Márcio Sá, que nos mostra as experiências de artesãos aqui no Nordeste.

Não seria possível fechar essa história sem refletir sobre o papel do(a)s alunes, alunos e alunas dos cursos de Ciências Sociais em sua organização e movimento. O capítulo *Movimento Estudantil nas Ciências Sociais da UFPB: Uma breve análise sobre as percepções de integrantes do Centro Acadêmico Florestan Fernandes acerca do movimento estudantil entre os anos de 1997-2024* fecha o livro e não por acaso. Como mostra o próprio texto, escrito por quatro estudantes de Ciências

Sociais, a articulação entre o ensino, a pesquisa, a extensão e a atuação política no movimento estudantil, ou, poderia dizer, a combinação entre o conhecimento e a atuação social e política representa um importante impacto na trajetória e na formação das/os estudantes. Por essa razão, fechamos o livro com os olhos no futuro, isto é, nos/as futuros/as docentes, que continuarão o trabalho de construção intelectual, política e social do Departamento de Ciências Sociais.

Parte 1:

Entrevistas

“Meu verbo é ir”: Entrevista com Simone Dantas Carneiro

Ninno Amorim

Começando a conversa

Fui incumbido da tarefa de “conversar” com a professora Simone Carneiro Maldonado², representante dos primeiros passos dados pela área de Antropologia no Departamento de Ciências Sociais, da UFPB, Campus I. Tal incumbência significou a oportunidade de conversar com uma pessoa admirável, que é precursora em vários temas atuais, além de possuir vasto repertório teórico-metodológico no campo das Ciências Sociais, em geral, e na Antropologia, em particular.

Quando digo “conversar” estou, de fato, acionando um conceito caro à Antropologia, definido, pelo menos, desde a contribuição de Roberto Cardoso de Oliveira, que é uma espécie de “divisor de águas” na construção da Antropologia brasileira moderna (Peirano, 1995). Tal conceito implica a desmistificação da suposta “objetividade científica”, ao propor a noção de diálogo na situação de pesquisa de campo (Cardoso de Oliveira, 2006). Eu não fui aluno de Simone, no sentido estrito de ter estudado com ela em sala de aula. Mas sou seu aluno a partir das leituras que faço de seus textos e das palestras que a vi proferir.

Para esta conversa, tivemos três momentos. No primeiro eu fiz contato por telefone, marquei horário, local e cheguei, conforme combinado, com os equipamentos para o registro da “conversa”. Simone não estava bem naquele dia e, para completar, o cartão de memória, onde fora gravada a entrevista, deu pane. Não abriu nos PC's, independente dos sistemas operacionais testados. O segundo momento foi marcado pela presença de minha amiga antropóloga Liliane de Souza Cunha, ex-vizinha de Simone desde a primeira infância e muito amiga dela. Para evitar maiores problemas, solicitei a minha amiga que contactasse Simone e lhe informasse sobre o infortúnio do registro. Simone prontamente se dispôs a um novo encontro. O que muito lhe agradecemos. O terceiro momento ocorreu quando eu, de posse do texto escrito de nossa conversa, impresso, retornei à residência de nossa homenageada para “tirar a prova dos nove”. Trata-se de procedimento usual na produção do conhecimento antropológico, consultar nossos interlocutores antes de publicarmos os resultados das pesquisas. Eis aqui o texto aprovado para publicação.

2 Após o divórcio, a professora Simone passou a usar seu nome de solteira. Mas em todas as referências bibliográficas constam o sobrenome Maldonado.

A professora Simone Dantas Carneiro nasceu em 1945, na cidade de Natal-RN. Ainda bebê migrou com seus pais para Campina Grande-PB. Era o auge do algodão e Campina Grande atraía muita gente em busca de trabalho. Simone iniciou sua carreira na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) como funcionária [cargo equivalente ao de técnico-administrativo]. Como funcionária, Simone cursou a graduação em História, na UFPB, e concluiu o curso em 1967. No ano seguinte, Simone foi convidada a atuar como docente³.

Quase dez anos depois de assumir os encargos como docente, Simone cursou o mestrado em Antropologia, na Universidade de Brasília (UnB), ocasião em que participou da linha de pesquisa “Estudos do Campesinato” e defendeu sua dissertação de mestrado em 1979, sob o título de *Terra Liberta: hábitos alimentares em Ponta de Mato*. Seu orientador foi Peter Lachlan Silverwood-Cope. Em um texto sobre a construção da Antropologia brasileira, Mariza Peirano põe uma foto de Silverwood-Cope como um “amigo e mestre”⁴. Em 1986, a dissertação de Simone foi publicada pela Editora Ática, sob o novo título de *Pescadores do mar* (Maldonado, 1986). Em 1985, Simone ingressou no doutorado em Antropologia, também na Universidade de Brasília (UnB), mas desta feita sob a orientação de Gustavo Sérgio Lins Ribeiro. Foi com as orientações no doutorado que nasceu o interesse pela obra de Georg Simmel⁵, autor de extrema importância em suas reflexões futuras (Maldonado, 1998, 2011). A tese, defendida em 1991, intitulada *Em Dois Meios, em Dois Mundos*, foi publicada com o título de *Mestres e mares: espaço e indivisão na pesca marítima*, pela Anablume, em 1994 (Maldonado, 1994). Mas seu interesse pela docência vem de muito antes... conforme veremos ao longo de nossa conversa.

A equipe de organização deste livro sugeriu algumas questões para trabalharmos nas entrevistas. Durante o primeiro encontro com Simone, eu tentei seguir o roteiro, que se revelou pouco produtivo para o caso específico. Assim, no segundo encontro, adotei o modo mais espontâneo, casual mesmo, de uma conversa. Dá para perceber que não há uma linearidade. Optei por não editar o texto, transcrevendo-o na ordem em que foi dito. A única edição que fiz foi retirar partes de relatos sobre a vida pessoal de Simone que em nada interferem na compreensão do trabalho dela dedicado ao Departamento de Ciências Sociais, em geral, e à Antropologia, em particular.

3 À época não existia a obrigatoriedade de contratação via concurso público. Dada a escassez de profissionais com as qualificações exigidas, era comum uma pessoa com determinadas qualificações ser convidada para assumir determinados cargos. A exigência obrigatória de concurso público ganhou “peso” a partir da Constituição Federal de 1988, embora este não seja um consenso por conta dos interesses políticos vigentes.

4 O artigo traduzido para o inglês, intitulado “amigos e mestres Silverwoodcope”, inicia com uma foto de Peter Lachlan Silverwood-Cope. Disponível em: http://marizapeirano.com.br/diversos/amigos_e_mestres_silverwoodcope.pdf Acesso em: 04/04/2024.

5 Simone nos diz: “Minha curiosidade sobre o pensamento simmeliano nasceu por ocasião do Doutorado a que me submeti, na UnB, sob orientação do Prof. Dr. Gustavo Sérgio Lins Ribeiro e, posteriormente, no pós-doutorado, na USP, com o Prof. Dr. Antonio Mourão.” (...) “de tal modo vigorosos e elucidativos, os textos de Simmel contidos em meu livro sobre ele evidenciam como seu pensamento e sua obra contribuem para o entendimento da sociedade e para inúmeros estudos feitos na atualidade, inclusive artigos e livros sobre o fenômeno ciber.” Fonte: <https://druzz.blogspot.com/2012/05/simone-maldonado-georg-simmel-um-caso.html>

Ao final de uma conversa agradável e de muitos aprendizados, Simone encerra com a seguinte frase: “meu verbo é ir. Eu sempre fui e continuo indo”! O tema do acaso é comum em relatos de profissionais da Antropologia. Em seu livro *Nova Luz Sobre a Antropologia* (Geertz, 2001), Clifford Geertz⁶, no capítulo *Paisagem e acidente: uma vida de aprendizagem*, aborda as circunstâncias favoráveis a sua formação como antropólogo. Mariza Peirano, importante pesquisadora da formação do campo da Antropologia, chegou a resultados semelhantes ao se deparar com as narrativas de seus principais interlocutores. Peirano entrevistou Florestan Fernandes, Antonio Cândido, Darcy Ribeiro e, “o caçula”, Roberto Cardoso de Oliveira. O que chamou a atenção de Peirano foi o fato de sempre aparecer na fala de seus interlocutores o tema do “acaso” como elemento definidor das carreiras acadêmicas seguidas pelos seus interlocutores (Peirano, 1992).

No caso da conversa com Simone não foi diferente. Não havia um discurso pronto para ser apresentado ao colega. A trajetória de Simone seguiu os rumos dos acontecimentos. E ela foi, sem muitos questionamentos prévios, em busca de seus interlocutores. Em alguma medida, como é comum na produção do conhecimento antropológico, são as pessoas com quem trabalhamos que nos ensinam o caminho a ser seguido. Creio que Simone soube seguir esse caminho com maestria e nos deixa um legado magistral (Maldonado, 2000, Sales, 2006, Andrade, Silva & Miller, 2020). Vamos “ouvi-la” e cada qual que tire as suas próprias conclusões.

Ninno: Olá, Simone, tudo bem?

Simone: Tudo bem. O que aconteceu?

Ninno: O cartão de memória que eu gravei deu um problema. Ele não acesa. Problema tecnológico. O que foi bom também porque, além de ter a oportunidade de lhe reencontrar, eu aproveitei pra ver umas coisas... vi que você foi orientadora de Luciana Chianca e de Ednalva Neves.

Simone: Fui.

Ninno: São duas colegas nossas lá no DCS. Ednalva acabou de se aposentar. [Luciana] Chianca continua na ativa.

Simone: Tá certo.

Ninno: Você nasceu aqui na Paraíba?

Simone: Não, nasci em Natal. Mas vim com dois meses [de idade] pra cá e nunca mais voltei pra lá.

Ninno: Você fez a graduação em História...

6 Pseudônimo de Harold F. Linder, antropólogo estadunidense, principal responsável pela criação da corrente chamada de Antropologia interpretativa ou interpretativista, nos EUA, que ganhou espaço em várias outras áreas do conhecimento e em países de outros continentes, no final da década de 1970 e início da década de 1980.

Simone: ... Sim, na UFPB.

Ninno: Você lembra o tema que estudou na graduação?

Simone: História geral.

Ninno: Ao observar a sua produção acadêmica, eu vi que tem três temas que se destacam: a pesca artesanal marítima, a cibercultura e a religiosidade (Maldonado, 2000b). Temos esses três assuntos que a gente pode conversar a respeito.

Simone: Pode. É, eu andei por aí...

Ninno: Você orientou muita gente também com esses temas, né?

Simone: Foi.

Ninno: A gente poderia começar por esse seu interesse de pesquisa, né? O interesse na pesca marítima...

Simone: Olhe, foi quase que uma casualidade, entendeu? Eu nunca tinha escrito nada sobre pesca nem refletido sobre isso, não. Mas quando eu fiz o projeto de doutorado, foi aí que apareceu a pesca marítima. Entendeu?

Ninno: Sim.

Simone: Porque por um lado era mais fácil, não é? Eu não precisava me locomover muito. O mar está aqui, né? E também a história minha, né? É uma coisa pessoal, uma relação pessoal com o mar.

Ninno: Me fale dessa relação com o mar.

Simone: Assim, não foi bem o mar, foi o espaço, a questão do espaço que me puxou pra isso. O espaço que é uma noção importante no ser humano, né? Nós temos cinco pilares: gênero, número, causa, tempo e espaço. Aí fiquei com espaço, o espaço me remeteu pro mar e por aí eu fui.

Ninno: Aí, quando você se viu na ocasião de fazer o projeto do doutorado, o mar bateu à porta.

Simone: Foi. Aí por aí eu fui.

Ninno: Nessa época em que você iniciou o projeto, você tinha amigos que trabalhavam com a pesca no mar?

Simone: Não.

Ninno: Você chegou lá como?

Simone: Eu fui... Eu não conhecia ninguém, não. Eu pesquisei em cinco pontos: Cabedelo, Jacarapé... Assim, pontos, né? Locais de pesca. E aí eu cheguei, procurei as pessoas. Fui nas casas. Entrevistei as pessoas, expliquei aquilo que eu ia fazer. E quem topou... Aí eu fui entrevistando as pessoas e desenvolvendo o projeto. Entendeu? Não foi uma coisa assim... uma escolha. Não. Foi um acaso, aconteceu. Entendeu?

Ninno: Nesse período da pesquisa, você chegou a se envolver com algum tipo de luta política dessas pessoas?

Simone: Não. O foco da pesquisa era na coisa da tecnologia da pesca. A ocupação dos espaços. A noção espaço-território, a questão da posse do espaço porque é isso que vai determinar o comportamento subsequente, né? Aí, aos poucos, eu fui conhecendo as pessoas.

Ninno: Isso foi a sua pesquisa. Mas aí outras pessoas deram continuidade a esse trabalho com a pesca, sob sua orientação.

Simone: Sim. Rubens Elias, da UFRN. Ele trabalhou com pescadores sob minha orientação, no mestrado e no doutorado. Tem mais pessoas. Meu pós-doutorado eu fiz na USP [entre 1991 e 1993]. E sempre tinha pessoas que eu orientei sobre a pesca no Sul. Entendeu? E aí já foi outro universo. Mas o foco era o mesmo. Pesca artesanal. Com a [pesca] industrial eu nunca trabalhei.

Ninno: O nome “artesanal” está relacionado à técnica ou também tem a ver com a quantidade da produção, com o volume da produção. O que é pesca artesanal?

Simone: É a pesca simples, não industrial, não assalariada. Entendeu?

Ninno: Certo. Nesse caso... eu estudei pescadores também. Lembra que eu lhe falei do estudo que fiz com os coquistas lá no Ceará? E lá ocorre um fenômeno que é a pessoa ser o dono do barco e ele aluga o barco para os pescadores, aí na volta, quando voltam com o peixe, o dono do barco recebe um percentual desse peixe e cada pescador fica com seu percentual. E eles chamavam isso de pesca artesanal.

Simone: Não deixa de ser, né? Porque eles não tem a posse. Não é? O pescador artesanal não é dono de nada. A não ser do seu tempo, da sua dedicação, entendeu? Isso tem a ver, um pescador que trabalha assim, desse jeito, ele não é livre, ele não é dono, não tem a posse de nada. Entendeu?

Ninno: Tem uma coisa que você me falou sobre o seu ingresso na universidade. Você falou que entrou primeiro como “funcionária”. Aí, após concluir a graduação, um professor lhe convidou para ser professora. Como é o nome desse professor?

Simone: Foi. O nome dele era Corneles [ou Cornélius] Wander Paul [ou Pauw]⁷. Ele era o diretor do CCHLA.

Ninno: Já existia o CCHLA? Em que ano foi isso?

Simone: Já⁸. Foi em sessenta e oito [1968]. Eu já era da universidade, já estava na folha, como funcionária. Aí ele me chamou e eu aceitei, fui.

Ninno: Em sessenta e oito já tinha a pós-graduação?

Simone: Tinha o mestrado [em Ciências Sociais ou em Sociologia. Isto não está claro nas memórias de Simone]. Não tinha a graduação ainda⁹.

Ninno: Naquele tempo havia mais professores paraibanos no DCS?

Simone: Tinha, mas para me lembrar... do nome de todo mundo... mas tinha.

Ninno: Aí depois que chegaram os professores de outros locais?

Simone: Foi. Veio muita gente do Sul. Na época do professor Lynaldo Cavalcanti¹⁰, quando reitor, ele botou a UFPB lá em cima e abriu espaço para novos professores.

Ninno: E depois do doutorado, você consolidada como professora e pesquisadora na graduação e na pós, como foi que surgiu o tema do ciberespaço, da cibercultura?

Simone: Foi igual a todo mundo. A gente começou a ter acesso, começou a usar... começou a ver como era... Quer dizer, não foi uma escolha. Eu não escolhi, simplesmente comecei a usar e, naturalmente, me interessei em estudar. Escrevi coisas, me filei a associações. Porque tem isso, né? Você começa a jogar seu anzolzinho...

Ninno: (risos) A pesca não sai de você. Jogou o anzolzinho no ciberespaço... Nesse período da pandemia, nós precisamos ficar em casa e realizar atividades *online*. Nós tivemos colegas com dificuldades para usar as ferramentas necessárias para os encontros *online*. Dar aula via chamada de vídeo foi uma das maiores dificuldades demandadas pelos nossos colegas. Como foi a sua relação com essa tecnologia lá em 2000, quando você iniciou suas pesquisas no ciberespaço?

7 De acordo com o site do CCHLA, no ano de 1968, o diretor era o professor José Paulo Pires Braga. Não encontramos referências sobre o professor citado por Simone.

8 No período de 1968 a 1973, o setor que veio a se chamar, em 1974, de Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA), se chamava Instituto Central de Filosofia e Ciências Humanas (ICFCH). O Mestrado em Ciências Sociais foi criado em 1979.

9 No campus I, o curso de bacharelado em Ciências Sociais iniciou sua primeira turma em 1994 e o curso de licenciatura em Ciências Sociais iniciou sua primeira turma em 2008.

10 Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque. Foi reitor imposto pelo governo ditatorial na então chamada Universidade da Paraíba, entre os anos de 1976 e 1978.

Simone: Olhe... eu não tive dificuldade, não. Assim, pessoal, entendeu? Eu comecei a usar e aprendi.

Ninno: Eu vi que você orientou trabalhos sobre relacionamentos amorosos pela rede, sobre a superexposição da intimidade no *blog*, tudo isso era muita novidade à época.

Simone: Era. Muita novidade. Eu me comunicava com gente da Austrália, da Nova Zelândia, do Canadá, dos Estados Unidos, da Itália. Havia as comunidades virtuais que se reuniam para conversar sobre temas diversos. Eu falo algumas línguas estrangeiras¹¹ e isso foi importante para o contato com aquelas pessoas. Era tudo virtual, muito espontâneo e casual. A comunidade em que eu fiquei mais tempo foi na da Nova Zelândia. Teve uma neozelandesa que ficou minha amiga, digamos assim. Nunca vi [pessoalmente] essa pessoa. As filhas dela me mandavam coisas do colégio [pelos correios] para eu ver. Aí eu mandava as coisas que minha filha fazia pra ela. Mandava cartão de Natal, aniversário, essas coisas. Nos comunicávamos com frequência.

Ninno: Foi uma novidade muito grande para a época. A gente fala que uma das características da modernidade é o “encurtamento das distâncias”. Fico imaginando como era falar com pessoas espalhadas pelo mundo em tempo real via salas de conversação por texto em 1999-2000, quando você começou esse trabalho...

Simone: Era tudo muito novo pra gente...

Ninno: E tudo isso virou objeto de reflexão?

Simone: Sim. Escrevi muito sobre isso e orientei alguns trabalhos também¹². Os temas eram os mais variados. Cada pessoa tinha a sua “praia”.

Ninno: Era casamento? Paquera?

Simone: Tudo. Eu mesma nunca entrei nessa de namorar pela internet, eu nunca topei, não, sabe? Esse setor aí, eu não entrei, não.

Ninno: Havia o medo da fraude, das pessoas serem enganadas. Creio que só depois de 2010 é que se notabilizaram os “casamentos pela internet” bem-sucedidos, digamos assim. Havia muita desconfiança sobre quem estava lá do outro lado...

Simone: É, eu comecei a estudar esse tema muito cedo. No ano 2000 eu estava [trabalhando com esse tema].

¹¹ Simone compreende, fala, lê e escreve bem as seguintes línguas: inglês, francês, espanhol e italiano. Compreende e lê bem o idioma alemão.

¹² Nas referências há uma área dedicada para a citação dos principais trabalhos orientados por Simone.

Ninno: Então nós temos, pelo menos, dois campos em que você foi precursora no Brasil: o da Antropologia da pesca e o dos estudos sobre os relacionamentos à distância promovidos pelo desenvolvimento das tecnologias de informação via web.

Simone: Eu sempre fui muito curiosa, falo idiomas... aí sempre me senti muito à vontade pra desbravar...

Ninno: É, eu vi no seu currículo que você fala inglês, francês, espanhol e italiano. E ainda lê e compreende alemão... isto abre um leque para conversar com muita gente no mundo.

Simone: Isso. Essa experiência me proporcionou vencer a aparente dificuldade da “distância”. Por exemplo, esse negócio de aparecer pra enganar, pra mentir, isso nunca apareceu nos grupos em que eu participei. Algumas pessoas eu conheci [pessoalmente]. Eu cheguei a visitar algumas pessoas e também a receber aqui.

Ninno: Pessoas de outros países vieram pra cá? E você as hospedava em sua casa?

Simone: Veio. Eu também fui. Fui pro Canadá... Algumas pessoas eu hospedava em minha casa, outras não.

Ninno: Então você também é precursora do *couchsurfing*¹³ (risos)?

Simone: (risos.)

Ninno: E como foi a experiência da pesquisa virtual?

Simone: Boa. Eu praticamente transplantei a experiência etnográfica pra experiência virtual. Porque não é a mesma coisa.

Ninno: E como foi sua inserção no tema da religiosidade? Você participou da criação do curso de Ciências da Religião?

Simone: Participei. Neide Miele foi quem encabeçou tudo, foi do juízo dela, mas eu participei também.

Ninno: E como sua participação no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião?

Simone: Foi boa, muito boa. Mas pra mim foi só uma disciplina a mais, acrescentando novas experiências com outro público.

¹³ Literalmente *couchsurfing* pode ser traduzido como “dormir no sofá”, mas trata-se de uma plataforma virtual para mochileiros muito utilizada no mundo. A plataforma foi criada em 2003 e se popularizou. O site Mundo Viajante propõe a seguinte definição: “o CouchSurfing conecta viajantes que buscam estadia gratuita com moradores locais dispostos a recebê-los. E o melhor de tudo isso, essa troca não é monetária e sim cultural”. Fonte: <https://www.mundoviajante.com/couchsurfing-como-funciona-seguro/>

Ninno: Você deu aula ensinando as pessoas a fazer etnografia?

Simone: Sim! A orientação que o antropólogo dá, na pós, é etnografia. Entendeu? Só que em vez de você fazer entrevistas, assim, você vai atrás de seus “informantes”. Eu nem gosto dessa palavra, acho feia. Porque dá a ideia de dedurar, de entregar, né? Eu não gosto desse termo.

Ninno: É. O termo corrente agora é “interlocutor”. Na perspectiva de que a gente dialoga com a pessoa.

Simone: Informante a gente associa à ditadura. É uma coisa negativa.

Ninno: Mudando um pouco de assunto, eu gostaria de falar sobre a sua relação com o pensamento de Georg Simmel. Eu lembro de ter lido um texto de sua autoria sobre um aspecto da obra de Simmel.

Simone: Foi. Eu escrevi dois livros sobre Simmel, sobre o pensamento dele. É um autor muito a frente de seu tempo. Ainda no século XIX, ele já estava lá na frente.

Ninno: Que outros autores contribuíram para a formação do seu pensamento?

Simone: Além de Simmel, Marx, Durkheim, Mauss... um pouco de Augusto Comte, mas eu não me debrucei muito sobre Comte. Eram os sociólogos da época, né?

Ninno: Certo. Tem algo que você falou sobre a relação com os estudantes e com os colegas docentes. Você falou que sentia muita saudade desse lugar, do convívio com os orientandos, do grupo de estudos, das aulas... aí surgiu nesse momento o tema da decisão pela aposentadoria. Eu percebi que esse tema lhe tocou, do ponto de vista emocional. Tinha a conjuntura política que “obrigou” muita gente a se aposentar...

Simone: Eu aposentei em 2000, mas fiquei dando aula por oito anos. Já aposentada, mas dando aula. Na pós, orientando, participando de banca.

Ninno: Isso na pós em Sociologia, né? Porque não existia a pós nas outras áreas. Agora nós temos pós-graduação nas três áreas, mestrado e doutorado. Aí, naquele tempo, todo mundo fazia a pós em Sociologia, quem era da Antropologia e da Ciência Política fazia a pós em Sociologia. Era um grande “guarda-chuva” das três áreas.

Simone: Era. Eu não sei que destino tomou Rolando Lazarte, ele é argentino.

Ninno: Rolando Lazarte? É sociólogo. Eu lembro dele, mas não foi meu professor. Eu conheci naquela época, da Antropologia, com quem minha turma teve aula, foi Franz Moonen, o holandês, que tinha feito trabalhos com os ciganos e com o povo Potiguara. Tinha Theophilos Rifiotis, do Sul, que foi embora pra Santa Catarina, Maristela [Andrade], você [Simone] e depois

chegou Rosalira [dos Santos Oliveira], mas ela foi embora logo em seguida, passou no concurso da Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ).

Simone: A área de Antropologia era muito pequena. Éramos poucos.

Ninno: O curso era muito voltado pra Sociologia. O curso de bacharelado em Ciências Sociais foi criado em 1993, com a primeira turma iniciando em 1994. Como era antes?

Simone: A gente dava aula... na universidade inteira tinha disciplina de Sociologia. Todos os cursos. Não faltava nenhuma aula pra gente. Entendeu, né?

Ninno: E você participou da construção do projeto político pedagógico da graduação em Ciências Sociais? Você deu seus “pitacos”? O que precisa ter de Antropologia...? Você participou desse processo?

Simone: Participei, assim, tipo, normal. Não foi uma coisa diferente.

Ninno: Porque nessas horas a gente decide o que vai ser um projeto político pedagógico, a gente pensa: “O que é que uma pessoa que vai fazer Ciências Sociais tem que aprender de Antropologia”, por exemplo? O que é que ela tem que ler, né?

Simone: Eu participei desse processo. Basicamente, sem etnografia não tem como escapar.

Ninno: Eu gosto muito de ouvir isso (risos)!

Simone: Eu acho importante, porque como é que você vai perceber essa noção de “outro”, por exemplo. O Outro é um armário fechado. Cabe a você abrir e se comunicar.

Ninno: A etnografia é o caminho, a partir do trabalho de campo, para construir o conhecimento antropológico, na “corrente” que me filio, se é que existe uma.

Simone: Eu acho fundamental.

Ninno: É, no Brasil a gente tem Mariza Peirano, lá da UNB, que é uma defensora da etnografia. E ela ainda vai mais, ela defende que não dá para reduzir a etnografia a um método, tem mais coisas aí no meio desse processo.

Simone: Sim, tem uma série de outros desdobramentos.

Ninno: Também não é uma técnica. Peirano tem textos defendendo isso, numa perspectiva crítica à Antropologia pós-moderna. Seu livro *A Favor da Etnografia* (Peirano, 1995) explicita bem a sua posição.

Simone: Eu cheguei a ler esse livro.

Ninno: É uma resposta ao artigo *Against Ethnography*, de Nicholas Thomas (1991). Antes do texto de Thomas, Cardoso de Oliveira e Trajano Filho (1987) já haviam se pronunciado sobre a chamada “Antropologia pós-moderna”. Peirano estava conectada com essa crítica.

Simone: Eu acho que a etnografia é fundamental.

Ninno: Você falou que o princípio da orientação acadêmica é preparar a pessoa para fazer etnografia [pelo menos no campo da Antropologia].

Simone: Perfeitamente.

Ninno: Eu considero difícil ensinar alguém a fazer etnografia só pela leitura. O que você pensa sobre isso?

Simone: Não é só leitura. Você tem que ir lá encontrar as pessoas. Você vai pra briga, você entra em embate próximo com o Outro. Esse Outro, que a gente escreve até com letra maiúscula, é muito importante.

Ninno: Quem foi que lhe ensinou a etnografia?

Simone: Eu não sei dizer a você, assim, quem me ensinou. Eu não aprendi [no sentido escolástico] a fazer etnografia. Eu sempre escrevi bem, modestia à parte, e muito. Sempre mantive contato com pessoas de outras culturas, de outras enseadas aí. Entendeu? Quer dizer, eu não fiz um curso específico.

Ninno: Quando você fez o mestrado e o doutorado na UNB, não teve uma disciplina em que se propunha a ensinar o que era a etnografia e como fazer?

Simone: A gente tinha, mas aprender a fazer etnografia, não. A gente sabia que tinha a voz do Outro, né? Esse outro é fundamental no diálogo, pra poder desenvolver os trabalhos, né? E a alteridade, né? Esse termo que nem existia [à época da formação de Simone]. A alteridade do outro, ou seja, a condição de diálogo. Eu acho muito lindo isso.

Ninno: É. Isso, no contexto da atualidade, de exacerbação do individualismo, está cada vez mais ausente essa possibilidade de acessar o outro, de se abrir para o outro. Nosso mundo está bem difícil, nesse aspecto, cada vez mais “trancadinho”, pedindo a comida, não vai na feira fazer as compras, conversar com as pessoas. Pede, a comida chega e não se sabe de onde veio essa comida e nem quem foi que a fez, né? Aí o namoro é virtual, aí a comida vem pelo entregador, cada vez mais *hamburguers* caminhando... Eu espero que seja só um modismo e que passe.

Simone: Em resumo, o mundo tem mudado muito...

Ninno: Durante a sua experiência como professora houve algum momento em que você foi desrespeitada por algum estudante em sala de aula?

Simone: Ah sim. Muito, muitas vezes. O fato de algum aluno não concordar é só uma pontinha do *iceberg*. Com essas faculdades particulares, por aí, todas [as faculdades privadas] tem que pagar, são caras, os alunos vêm em cima mesmo.

Ninno: É o perfil cliente, né? E os professores são os empregados deles. Nas públicas eu vejo menos esse perfil de estudante. Agora tem uma coisa que eu vejo, e eu não sei se você também vivenciou isso, que é uma espécie de desprezo ao nosso conhecimento. Parece que os estudantes aprendem no YouTube, por exemplo, com pessoas que não possuem a qualificação exigida para ser docente numa universidade pública, mas que têm uma espécie de “legitimidade” que não possuímos mais. Principalmente nos assuntos que são popularizados hegemonicamente pelos meios de comunicação de massa.

Simone: Pois é. A mudança vem por aí.

Ninno: Você pode falar pra gente da sua relação com os colegas docentes, do comprometimento desse coletivo que formou o curso, num primeiro momento, a pós-graduação e, depois, a graduação em Ciências Sociais? Como foi a junção entre pesquisadores nordestinos com gente do Sul, como foi essa experiência?

Simone: Olhe. Mas o que é que eu digo disso aí? Porque foi uma coisa tão espontânea, tão natural, sabe? Quer dizer, se o meu colega é argentino ou outro latino-americano, ou americano ou francês, ou do Sul, ou do Nordeste, isso não faz muita diferença, não. Entendeu?

Ninno: Você ocupou cargos administrativos? Chefe de departamento, coordenação de curso, essas coisas...?

Simone: Sim.

Ninno: Como é lidar com a burocracia acadêmica?

Simone: É complicado e não é. É, porque é. Que a burocracia sempre foi cara. Ela não facilita as coisas. Ao contrário, ela dificulta as coisas. Agora a gente vai, como dizem os pescadores, “a gente vai tintiando por aí”¹⁴.

Ninno: O barco tem que seguir, né?

Simone: É. Às vezes eu fico olhando, assim, esses prédios enormes que estão fazendo aqui na orla. A gente... quando eu vim morar aqui, tinha uma visão bonita do mar... acabou. Só prédio, prédio, prédio, prédio, prédio. “Bote preço e venda logo”, eles dizem [a especulação imobiliária]. Isso é muito duro. Esse pensamento capitalista. Quando eu vim pra cá, não tinha isso, não. Eu morei num preidinho [em Manaíra] que era bom demais. Hoje em

14 Tintiar, na linguagem dos pescadores estudados por Simone, significa “evitar caminhos difíceis, procurar caminhos alternativos, tintiar”. Algo semelhante ao conceito de resiliência.

dia, só essas torres velhas altas... Era bem bom o apartamento [que Simone morava antes de se mudar para o seu endereço atual no Bessa].

Ninno: Foram quantos anos como professora?

Simone: A vida inteira. Eu comecei a dar aulas com 17 anos.

Ninno: Para crianças?

Simone: Sim. Eu dava aula para o jardim da infância. Eu dava aula de inglês pra crianças. No Pio X, nas Lourdinhas, nesses colégios, entendeu¹⁵?

Ninno: De professora de inglês, você decidiu fazer o curso de História?

Simone: Sim. Os idiomas eu aprendi, cortadinho. Assim, ah, eu vou aprender esse idioma! Não. Na verdade eu comecei a mexer com idioma porque meu pai era exportador de agave e de algodão. Chamava-se de agavieiro. Meu pai era agavieiro e ele vendia pro exterior. Eu fazia a correspondência dele. Aí eu fui desenvolvendo o conhecimento [de línguas estrangeiras] por minha conta e risco.

Ninno: A depender do país, você escrevia na língua do país...

Simone: Escrevia na língua do país... Eu era responsável pela correspondência de meu pai, porque ele só assinava o nome. Foi respondendo a correspondência dele com gente do mundo quase todo que eu aprendi uma porção de línguas estrangeiras.

Ninno: E sua mãe?

Simone: Minha mãe não se interessava, não, por essas coisas.

Ninno: Você tem irmãos?

Simone: Dois, somos três. Eu e mais dois irmãos. Os dois são médicos. Um tem um ano de diferença de mim e o outro tem sete [anos]. Eu sou a mais velha.

Ninno: Essa informação aciona em mim uma pergunta. Seus dois irmãos foram para a área de saúde. Você foi estudar história e depois Antropologia. O que lhe fez seguir esse caminho? Tem algo que você queira compartilhar?

Simone: Não. Eu fiz três vestibulares. Pra Economia, pra Direito e pra História. Agora o porquê [de ter escolhido História] eu não me lembro, não. Eu sei que eu fiz pros três e passei nos três. Eu fiquei com História porque era o “mais fácil”, entre aspas, né? Porque estudar história não tem nada de fácil (risos).

¹⁵ Simone refere-se a grupos de escolas particulares, da educação básica, destinadas aos filhos da classe média paraibana.

Ninno: Tem algo que despertou minha curiosidade. De onde veio a professora em você? Seus irmãos seguiram a área de saúde. Você foi professora, primeiro de inglês, depois de francês, de história... De onde veio o desejo de ser professora, também por acaso?

Simone: Não sei. Não sei lhe dizer.

Ninno: Você era funcionária da UFPB. Concluiu a graduação em História. Aí chegou o diretor e lhe convidou para ser professora. Naquele tempo não tinha a obrigatoriedade do concurso, né?

Simone: Não.

Ninno: A pessoa tinha a qualificação. O diretor viu que você tinha a qualificação e lhe convidou. Foi isso que aconteceu?

Simone: Foi.

Ninno: E aí você topou ser professora.

Simone: Topei. Eu sempre fui professora. Eu estava sempre dividindo as coisas com as pessoas, estava sempre compartilhando. Entendeu?

Ninno: Eu me arrisco a sugerir que esse lugar da filha que escreve a correspondência do pai... Essa atitude tem um cuidado com o outro, que corresponde tanto ao papel de professora quanto ao de antropóloga. Ali tinha uma jovem interessada em aprender coisas novas e a escrever sobre suas descobertas.

Simone: É, ali já tinha uma antropóloga... Meu pai era uma pessoa muito simples. Ele foi até o segundo ano primário. O estudo dele foi esse. Ele abandonou o estudo pra trabalhar.

Ninno: Mas era hábil no comércio...

Simone: Sim.

Ninno: E você atuou como uma “secretária” de seu pai. E como foi sua vida?

Simone: Eu percebi que eu podia ir. Viajei pelo mundo. Morei nos Estados Unidos [a filha de Simone nasceu lá]. O aprendizado das línguas me abriu portas. Meu verbo sempre foi “ir”.

Ninno: Eu estou percebendo que seu verbo realmente é ir. Pelo seu relato, não houve um planejamento, uma estratégia ou algo do gênero. Me parece que você seguiu o fluxo da vida. Aparecia a oportunidade e você ia. Tem tal tema para estudar, vamos. Tem uma filha pra ter, vamos. Tem casamento, divórcio, vamos.

Simone: Meu verbo é ir. Sempre.

Ninno: Tintindo...

Simone: Tintindo.

Ninno: Para nós, que compomos o Departamento de Ciências Sociais, é uma honra poder conversar com você e ouvir as suas memórias e experiências. O que posso lhe dizer, em nome da área de Antropologia, é que cultivamos uma imensa gratidão pela sua contribuição na consolidação do departamento, tanto para a graduação quanto para a pós-graduação. Tem algo mais que você queira deixar registrado? Uma mensagem para os nossos estudantes?

Simone: Não. Eu fiquei tão à vontade que nem sei do tanto que falei (risos).

Ninno: Eu preciso lhe dizer que pra gente que está atuando hoje na área de Antropologia, nós temos dez docentes na área de Antropologia no DCS, continua sendo pouco, mas são mais pessoas do que era no passado. A Antropologia hoje tem um lugar no DCS. Pra gente é uma honra ter o seu depoimento neste livro. Uma pessoa que trabalhou para que tudo isso exista, que foi pioneira na construção das Ciências Sociais na Paraíba e, também, no campo da Antropologia. Pode ser que as pessoas mais jovens não lhe conheçam pessoalmente, mas certamente conhecem ou precisam conhecer a sua obra. Agradecido.

Simone: Eu que agradeço.

Referências

ANDRADE, Maristela Oliveira de; SILVA, Rubens Elias da & MILLER, Francisca de Souza. SIMONE MALDONADO E SEU LEGADO À Antropologia DA PESCA. **Revista Raízes**, Campina Grande, v. 40, n. 2, jul./dez. 2020.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. A Categoria De (des)ordem e a pós-modernidade da Antropologia. **Anuário Antropológico** 11 (1):57-73. Brasília, EdUNB, 1987. Disponível em: <https://www.periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6376>. Acesso em: 10/03/2024.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **O Trabalho do Antropólogo**. 3. ed. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Editora Unesp, 2006.

GEERTZ, Clifford. **Nova Luz Sobre a Antropologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

MALDONADO, Simone Carneiro. **Pescadores do Mar**. São Paulo: Editora Ática, 1986.

MALDONADO, Simone Carneiro. Antropologia Marítima, Comunicação e Cultura. **Cadernos Paraibanos de Antropologia e Sociologia**. vol. 4., p. 267-279, 1988.

MALDONADO, Simone Carneiro. **Mestres e Mares, Espaço e Indivisão na Pesca Marítima**. 2 Ed. São Paulo: Annablume, 1994.

MALDONADO, Simone Carneiro. Dois Excertos de Georg Simmel. **Política & Trabalho**. nº 14, p. 173-175, 1998.

MALDONADO, Simone Carneiro. A caminho das pedras: percepção e utilização do espaço marinho na pesca simples e No mar: conhecimento e produção. In. A. DIEGUES (Org.). **A Imagem das Águas**. São Paulo: Hucitec, 2000a.

MALDONADO, Simone Carneiro. A chama dourada – Sociabilidade e religiosidade na internet. In: Miele, Neide; León, Adriano; Andrade, Maristela (Org.). O velho e o novo em mil anos. **Religare**. João Pessoa: Manufatura, p.131-138, 2000b.

MALDONADO, Simone Carneiro. (Org.). **Georg Simmel: sentidos, segredos**. Curitiba: Honoris Causa, 2011.

PEIRANO, Mariza. **Uma Antropologia no Plural: três experiências contemporâneas**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1992.

PEIRANO, Mariza. **A Favor da Etnografia**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

SALES, André Valério. Simmel, a Forma Social do Segredo e o Trabalho do Pescador na Análise de Simone Maldonado. In. _____. **Trabalho Infantil, Crise do Trabalho, Simmel e Marx: Ensaios sociológicos**. EdUFPB, 2006. (pp.121-140).

THOMAS, Nicholas. Against Ethnography. **Cultural Anthropology**. JSTOR. Vol. 6, N, 3 (Aug, 1991), pp. 306-322. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/656438>. Acesso em: 10/03/2024.

TRAJANO FILHO, Wilson. Que barulho é esse? O dos Pós-modernos? **Anuário Antropológico 11** (1):133-51. Brasília, EdUNB, 1987. Disponível em: <https://www.periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6380>. Acesso em: 10/03/2024.

Referências de trabalhos orientados por Simone Dantas Carneiro

ANDRADE, Sebastião Costa. **AMOR E AMANTES; Homem-mulher no cancioneiro sertanejo de Roberta Miranda: uma abordagem antropológica**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - PPGS/UFPB, 1998.

ANDRADE, Sebastião Costa. **DESEJOS DESVELADOS: Erotismo e Pornografia numa Perspectiva Sociológica**. Tese (Doutorado em Sociologia) - PPGS/UFPB, 2005.

ARCANJO, Maria Ivete do Nascimento. **HOMENS E PEIXES: o tempo da pesca artesanal**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - PPGS/UFPB, 1993.

CHIANCA, Luciana dos Santos. **VIVA SÃO JOÃO! O Santo e sua Festa**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - PPGS/UFPB, 1991.

Dayse Áurea Queiroz de Lima. **ALÉM DO APENAS VELHO: aspectos sócio-culturais da velhice**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - PPGS/UFPB, 1997.

LEITE, Eduardo Lima. **RISCO E MEDO: um estudo sobre as práticas de defesa e minimização do risco e do medo no bairro Alto do Mateus, João Pessoa - PB**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - PPGS/UFPB, 2004.

NEVES, Ednalva Maciel. **DA MORTE BIOLÓGICA À MORTE CULTURAL**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - PPGS/UFPB, 1998.

NOGUEIRA, Rubens Elias Duarte. **GUIADOS POR MARES E PEIXES - modo de vida tradicional em duas comunidades pesqueiras no R. G. do Norte e o processo de precarização do trabalho da pesca artesanal**. Tese (Doutorado em Sociologia) - PPGS/UFPB, 2011.

OLIVEIRA, Carla Mary da Silva. **SAUDADES D ALÉM MAR: um estudo sobre a imigração portuguesa no Rio de Janeiro através da revista Lusitania (1929-1934)**. Tese (Doutorado em Sociologia) - PPGS/UFPB, 2003.

SANTANA, João Pedro de. **OS ENAMORADOS DE TIETA: o discurso dos telespectadores pelos seus ídolos**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - PPGS/UFPB, 1993.

SILVA, Carlos Alberto Mororó. **COLÔNIA DE PESCADORES: a reprodução da dependência**. Dissertação (mestrado em Sociologia) - PPGS/UFPB, 1992.

Rubens Pinto Lyra: pioneiro na ciência e na arte política no Departamento de Ciências Sociais¹⁶

Luciana Aliaga

*“Os filósofos se preocuparam,
no curso da História, em interpretar o mundo.
Trata-se, agora, de transformá-lo”.
Karl Marx*

Tratar da história do Departamento de Ciências Sociais em seus cinquenta anos de vida não é tarefa fácil, dada a complexidade e diversidade de acontecimentos, esforços institucionais e atores que contribuíram para a construção de um corpo docente robusto, que atualmente reúne mais de quarenta professores, com atuação em ensino, extensão e pesquisa na graduação e na pós-graduação nas áreas de Antropologia, Sociologia e Ciência Política/ Relações Internacionais.

Por esse motivo, optamos pela escrita de trajetórias acadêmicas expressas por meio de entrevistas, cujas linhas de atuação profissional e política consolidaram a construção das Ciências Sociais na UFPB. Para o campo de atuação na Ciência Política, convidamos o professor Rubens Pinto Lyra, que é um dos pioneiros nessa construção árdua, nos anos de chumbo da ditadura militar. Lyra lecionou Sociologia e Ciência Política no curso de Ciências Sociais e no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS), entre 1980 a 2004, ano de sua aposentadoria. Continuou a colaborar como Professor Voluntário após essa data nos temas relacionados à Ciência Política, no PPGS e também no Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos. No ano de 2018, recebeu o título de Professor Emérito da UFPB. Ele nos concedeu uma riquíssima entrevista, pela qual, mais uma vez, agradecemos.

LA. - Poderia fazer uma breve retrospectiva de sua admissão e trajetória na UFPB e especialmente sua formação e atuação na Ciência Política?

RPL. - Depois da estadia de cinco anos na França, ocorrida durante os chamados “anos de chumbo” (1971-1975), retornei ao Brasil em outubro desse úl-

¹⁶ Entrevista concedida à professora Luciana Aliaga, em março de 2024, identificada como LA. Na entrevista, o professor Rubens Pinto Lyra está identificado como RPL.

timo ano, tendo obtido os títulos de Mestre em Ciência Política, em 1972, pelo *Centre Européen Univiversitaire de Nancy* (CEU) e de Doutor em Direito (área de Política e Estado), em 1975, pela Universidade de Nancy (atual Lorraine).

Na banca examinadora, meu orientador de tese foi François Borella, então presidente da Universidade de Nancy, com vários livros publicados na França. Os dois outros integrantes foram Paul Jacquet, Diretor do CEU e Jack Lang, Ministro da Cultura (1981-1984 e 1998-1991) e da Educação (1992-1993 e 2000-2002) da França, considerado “de alto perfil” (Regina, 2021).

Meus títulos de pós-graduação foram revalidados em 1978, por determinação do Professor José Vieira Vasconcellos, Presidente do Conselho Federal de Educação, pela Universidade Federal de Pernambuco “pois não existem os referidos cursos credenciados no país” (1977). Fui, portanto, um dos primeiros doutores em Direito no Brasil, diplomados a partir dos anos setenta, sendo a minha área de concentração Direito Público e Ciência Política. Meu Mestrado também foi na área de Política. Tanto a dissertação de Mestrado quanto a tese de Doutorado foram publicadas na França, respectivamente, em 1974 e em 1978. A primeira, sob os auspícios do CEU de Nancy, da cidade de Nancy e do Departamento de *Meurthe et Moselle*; a segunda, pela *Librairie Générale de Droit et Jurisprudence*, em Paris.

Todavia, tive que esperar três anos e meio para ingressar na UFPB, tendo em vista o veto sistemático imposto pelo governo militar ao meu ingresso nessa instituição. Nesse período, lecionei matérias de Direito na Universidade Autônoma, em João Pessoa, e na Universidade Regional do Nordeste, em Campina Grande (atual Universidade Estadual da Paraíba).

Resultaram, portanto, inúteis os esforços despendidos pelo então Reitor da UFPB, Lynaldo Cavalcanti, para que eu fosse contratado. Não obstante, outros colegas do sul do país, com menor titulação e ficha política mais negativa do que a minha, conseguiam escapar do veto oriundo da Assessoria de Segurança e Informação (ASI).

Para isso concorreu decisivamente ter sido, por duas vezes, “cassado” (privado do direito de estudar) na própria instituição – a UFPB – em que pretendia ingressar como docente, em 1964 e em 1969, no primeiro e último ano do curso de Direito. A segunda cassação deveu-se à minha participação no XXX Congresso da UNE, em Ibiúna, em 1968. O fato de essas punições terem ocorrido na UFPB pesaram mais de que condenações impostas a opositores da ditadura militar, externos à instituição, determinando o veto da ASI e a aceitação por Lynaldo.

Foi necessário esperar dez anos para, com a revogação, em 13 de dezembro de 1978, do Ato Institucional nº 5, com o restabelecimento parcial do Estado de Direito, para poder pleitear o ingresso na UFPB. A partir daí tornou-se possível, a qualquer candidato à docência, disputar, em igualdade de condições, a admissão na instituição.

Pude, então, inscrever-me, no primeiro semestre de 1979, em processo seletivo realizado no Centro de Ciências Sociais do campus II da UFPB, sediado em Campina Grande, tendo obtido o primeiro lugar. Lecionei Sociologia e Ciência Política no Curso de Ciências Sociais desse *campus* durante o segundo semestre de 1979. Em janeiro de 1980, fui contratado como Professor Visitante da UFPB em João Pessoa, lotado no Departamento de Ciências Sociais (DCS). Nessa condição, ensinei Ciência Política no curso de Graduação em Ciências em Ciências Sociais e em diversos outros cursos do gênero. Também lecionei nos Programas de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS), em Serviço Social, em Direito e em Direitos Humanos (PPGDH).

Em abril de 2018, o professor Giuseppe Tosi propôs ao PPGDH a concessão do título honorífico de Professor Emérito. Proposta aprovada, à unanimidade, pelos integrantes dos colegiados deste Programa, do Conselho de Centro e do Conselho Universitário. Em nove de julho desse mesmo ano, recebi, em solenidade realizada na UFPB, das mãos da Reitora Margareth Diniz, o referido título, honraria máxima concedida a um membro do corpo docente da UFPB.

LA. – Pode falar um pouco mais sobre sua formação acadêmica?

RPL. – Antes de abordá-la, entendo ser pertinente esclarecer a concepção que tenho das Ciências Sociais, da teoria política e da “Ciência Política”. Não concordo com a departamentalização do saber em voga. A política é parte da totalidade social e somente pode ser convenientemente estudada a partir desse entendimento.

Existe, portanto, uma articulação dialética entre o todo e os seus componentes. Penso como Carlos Nelson Coutinho para quem “a teoria política considera parte inseparável de seu domínio teórico também os temas hoje considerados “sociológicos”, “econômicos”, “antropológicos”, “históricos” etc. Platão era filósofo ou cientista político? indaga Coutinho. Montesquieu, sociólogo ou historiador? Rousseau era pedagogo ou linguista, Marx, economista ou crítico literário? (Coutinho, 2011, p. 9-10).

Em todos os meus trabalhos, por modestos que sejam, as diferentes dimensões do ser social se interpenetram, dialeticamente ligadas, preservadas as especificidades de cada uma. Estaria, por exemplo, fadada ao fracasso, a tentativa de apreender o “bolsonarismo” se, quando busquei fazê-lo, não tivesse adentrado, não somente no campo da política, mas também em outras áreas de conhecimento, como História, Psicologia e ideologia (Lyra, 2021¹⁷).

Ricardo Musse, livre-docente e professor de Sociologia da USP, comenta meu enfoque metodológico:

trata-se de uma demanda inerente ao marxismo, em sua busca de conhecimento da “totalidade”. A exigência de uma compreensão não compartimentada do saber decorre da própria organização sistêmica do modo de produ-

17 As obras citadas de Rubens Pinto Lyra se encontram descritas na última parte desta entrevista, por esse motivo, não estão registradas nas referências finais.

ção capitalista, que não se deixa apreender sem a tessitura de uma extensa rede conceitual. Como bem resumiu Habermas, o “materialismo histórico” é também, e, sobretudo, um ‘materialismo interdisciplinar’ (Musse, 2021, p.13). Minha primeira característica é a de autodidata, condição que não se aplica aos meus estudos de Francês, efetuados em curso de seis anos, que me propiciou sólidos conhecimentos da língua e da literatura francesa.

Por contraste, essa característica se aplica plenamente à Sociologia e a Ciência Política, matérias que nunca estudei em curso de graduação e na pós, somente Ciência Política, como disciplina especializada, por um semestre. No que se refere a Direito, aprendi muito pouco na graduação, dada a minha falta de afinidade com o formalismo jurídico, a incompetência de alguns professores e a absoluta carência de didática de quase todos os demais.

Por outro lado, a visão conservadora e alienada dos docentes do curso de Direito, cujos ensinamentos eram meramente descritivos, inteiramente despojados de espírito crítico, também acentuou o meu desinteresse por esse curso.

Alguns colegas, mesmo de índole democrática, consideravam demasiadamente severos esses julgamentos: “um iconoclasta”! Porém, recente livro de Agassiz Almeida, ao recordar o papel de Flósculo da Nóbrega, um dos mais reputados lentes da Faculdade de Direito da UFPB, à época, mostra quanto forte era o reacionarismo do seu corpo docente.

O professor Flósculo foi indicado pelo então coronel Ednardo d’Avila Melo à Presidência da Comissão de Inquérito criada para apurar atos praticados por professores e estudantes contra a ordem pública e a Segurança Nacional. Foi rápido na substituição da espada da Justiça pelo cutelo, tendo a comissão que presidia punido com cassação de direitos, e até de expulsão, dezenas de docentes e estudantes da UFPB, entre os quais eu próprio: “Negou a mim e aos demais condenados o direito de defesa, princípio básico e essencial do devido processo legal” (Almeida, 2023, p. 101-102).

Em nada motivado pelo perfil político e ideológico desses professores, passava as aulas lendo livros relacionados com Sociologia e política, o que contribuiu decisivamente para meu conhecimento nessa área.

Também dedicava boa parte do meu tempo ao movimento estudantil universitário, sendo apontado como uma das suas principais lideranças e ao magistério, como professor de Língua e Literatura Francesa nos cursos Clássico e Científico do Colégio Estadual de João Pessoa. Quando cassado no curso de Direito, em 1969, fui também demitido desse estabelecimento de ensino, passando a lecionar na Aliança Francesa.

Na pós-graduação, as matérias ministradas no *Centre Européen Universitaire de Nancy* (CEU), onde fiz, em 1971 e 1972, estudos equivalentes aos de Mestrado, eram bem específicas. O pressuposto é de que os seus estudantes tinham uma formação básica em Direito e Sociologia, o que, como visto, não era o meu caso.

Por isso procurei, logo nos meus primeiros dias no CEU, meu futuro orientador da dissertação de Mestrado (*mémoire*) e da tese de Doutorado, Monsieur François Borella, para informar-lhe que gostava de estudar, mas tinha limitações em minha formação acadêmica, sem nunca ter estudado Ciência Política na universidade, nem ter ainda feito trabalho de pesquisa.

Não obstante, obtive pleno êxito, tendo redigido esse *mémoire* durante o primeiro e o segundo ano de minha estadia na França: *Le Parti Communiste Français et l'intégration européenne*, que “*ait été considéré par le Jury du CEU comme étant, de loin, le meilleur de ceux qu'avaient redigés les étudiants de sa promotion*”(Jegouzo, 1973).

A segunda característica do meu desempenho acadêmico, que concorreu para os resultados positivos obtidos, suprimindo as deficiências da minha formação autodidata, foi a grande dedicação aos estudos, atestada enfaticamente por vários de meus ex-professores, que me qualificavam de *travailleur acharné* (trabalhador infatigável) (Jegouzo, 1973).

Com efeito, não entendia bem a saudação que me faziam os colegas, em Nancy, onde iniciei a pós-graduação, quando se despediam no fim de semana: *bom week end*. Isso porque, diferentemente de quase todos eles, passava o fim de semana estudando, da mesma forma que nos outros dias da semana.

A reputação de CDF acompanhou-me em Paris, onde estudei, de 1972 a 1975, no Doutorado, e, em 1990, no pós-doutorado. Enquanto muitos colegas aproveitavam o fim de semana – e até períodos maiores – para passear, eu trabalhava sem descanso, o que ensejou a publicação do livro *Socialismo: impasses os e perspectivas* (Lyra, 1992), pela editora paulista Escrita.

A terceira característica (Dias Fernandes, 2018, p. 10), a de ser rigoroso e exigente, se deveu, principalmente, ao fato de não abdicar de efetiva avaliação de desempenho do alunato e da minha atitude crítica em relação ao corporativismo universitário e à desorganização imperante na universidade, resultante de insuficiente compromisso dos três segmentos que a compõem, com o seu funcionamento racional e eficaz, e, portanto, idôneo.

Um ex-aluno, ao oferecer-me um livro, qualificou-me, superdimensionando meus méritos, “grande transmissor de conhecimento, em um ambiente ‘mal denominado universidade’”. Nessa dedicatória, aludiu à forma jocosa que utilizava, frequentemente, na sala de aula, para criticar a UFPB. Certamente, não por desamor a essa instituição, pois a ela sempre dediquei o melhor das minhas energias, mas para despertar a consciência de suas mazelas, e a necessidade de superá-las (X: 1998).

A quarta característica se manifestou na íntima relação entre os meus escritos e minha práxis política. Com efeito, impossível dissociar os temas que abordei no Mestrado e no Doutorado – democracia e socialismo – da minha intensa militância no movimento estudantil secundarista e universitário.

Da mesma forma, os vários artigos e livros publicados sobre direitos humanos e democracia participativa, especialmente sobre conselhos e ouvidorias públicas, não existiriam se não houvesse militado na esfera pública da cidadania. O que foi dito também se aplica ao meu livro e artigos sobre a Constituição de 1988 e o processo constituinte, intimamente associados à minha atuação prática nesse processo, mobilizando a categoria, enquanto dirigente da ANDES, e debatendo temas de seu interesse e do país.

As palavras do Professor Hildeberto Barbosa se ajustam como uma luva a essa associação entre teoria e prática:

As exigências acadêmicas não fizeram de Rubens Pinto Lyra apenas o professor e o pesquisador comprometido com o espaço da sala de aula. Diferentemente de muitos de seus pares que se acomodam no conforto dos saberes teóricos e circunscritos à esfera universitária, no mais das vezes em uma autofagia cognitiva sem qualquer implicação social e política, Rubens faz desse saber instrumento de luta e de sua consciência crítica uma práxis constante, que bem refletem a coragem e o espírito do intelectual público que é (Barbosa, 2019).

Os comentários do professor Hildeberto também evidenciam a quinta característica de meu modo de ser acadêmico: preocupação em contribuir para a mudança, buscando abordar temas atuais, de real interesse para a sociedade, sempre tendo como fulcro a reflexão teórica e prática da democracia.

Nesse embate político e ideológico enfatizei com frequência a necessidade de se enfrentar o corporativismo e o burocratismo por serem incompatíveis com uma democracia construída com alicerces sólidos, quer dizer, sem confrarias de privilegiados, nem cidadãos submetidos a normas e valores que alimentam a passividade e o conformismo. Daí o empenho que tive em disseminar no Brasil o perfil da ouvidoria pública, autônoma e democrática.

Dos trinta e um livros de que sou único autor, ou coautor e organizador, quase todos se destinaram à leitura, não apenas de especialistas, mas também de leigos, já que os assuntos abordados têm a ver com aspectos concretos da atualidade, social e individual.

Por fim, identifico a condição de dissidente como sendo a sexta característica relacionada com o meu perfil de cidadão e de acadêmico, que se expressa nas minhas críticas recorrentes ao autoritarismo embutido nas concepções e práticas da esquerda.

Compartilho plenamente o ponto de vista do filósofo Paulo Ghiraldelli (2019, p.70) a respeito quando afirma que procura “manter uma consciência crítica em relação à esquerda. Afinal, ser pensador de esquerda é, antes de tudo, um salutar incômodo para a esquerda”.

Exemplar, nesse sentido, foi o grande Victor Serge, revolucionário franco-russo, que desafiou a ortodoxia quando esta era francamente hegemônica. Já reconhecia, desde a época de Lênin, que “*le péril est en nous*”, denun-

ciando a intolerância dos bolcheviques em relação aos opositores, mesmo sendo, como ele, comunistas. Chegou a cumprir pena de três anos sob a ditadura de Stalin (Serge, 1951, p. 398). Serge lutou pelos ideais socialistas e democráticos até o final de sua vida, em 1947 (Serge, 1951, p. 398 e 407).

A minha tese de Doutorado sobre as esquerdas francesas, defendida em 1975, ensejou a primeira oportunidade de aprofundar meu viés crítico. A esse respeito, meu orientador de tese, Monsieur François Borella, conhecido publicista, então Presidente da Universidade de Nancy, ponderou que a nacionalidade e a idade, que, em tese, seriam dois *handicaps* de que seria portador, tornaram-se “fator de objetividade científica. Não que Pinto Lyra não tenha tido suas referências, mas ele lançou um olhar agudo e crítico sobre a posição dos socialistas e dos comunistas em relação à integração europeia” (Borella, 1978, p.3).

Em meu livro *Universidade e movimento docente*, escrito em 1982, em pleno exercício do primeiro mandato como Diretor da ANDES, critiquei severamente o embrião de autoritarismo e de corporativismo presente no movimento docente, mesmo considerando a ANDES exemplo de democracia para o movimento sindical.

Nas reuniões da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS), fui o único membro do Grupo de Trabalho Partidos e Movimentos de Esquerda, compostos por pesos pesados de formação marxista, a dissociar o marxismo do leninismo, e isso desde antes da queda do Muro de Berlim, utilizo o termo lenino-stalinista, tido por esdrúxulo ou até ofensivo por muitos, para deixar claro meu entendimento de que o leninismo não é uma negação do stalinismo, mas o seu fundamento (Textos, 1988, p. 152-153). Concluo, recorrendo novamente a Victor Serge:

Muitos militantes ou intelectuais concordam no íntimo com as razões dos críticos. Mas preferem se acomodar para preservar interesses pessoais, ou, supostamente, interesses de classe. Desacreditam, dessa forma, as previsões e análises justas, marginalizando socialmente os seus autores, que passam, conforme o caso, a serem renegados ou inocentes úteis (Serge, 1951, p.398, tradução RPL).

Prossegue Serge:

A crítica, ou a autocrítica, especialmente a política, exige certa coragem para superar uma inclinação natural que se tem de fechar os olhos sobre os fatos, inclinação que resulta de nosso interesse imediato e de nosso temor de revelar a verdade. O que há de terrível quando se procura a verdade, dizia um ensaísta francês, é encontrá-la. O sentimento absoluto de possuir a verdade, decorrente do rígido apego a certas doutrinas, tem como consequência a repulsa da maneira de ser e dos argumentos que dela divergem (Serge, 1951, p.398, tradução RPL).

LA. – Em relação a sua contribuição acadêmica, como ela se relaciona com a Ciência Política e com a sua trajetória pessoal no Departamento de Ciências Sociais e na UFPB como um todo?

RPL. – O reconhecimento mais estimulante à minha *contribuição acadêmica*, ainda que modesta, na área de Ciência Política, veio do Professor Ricardo Musse. Comentando meu livro *Bolsonarismo: ideologia, psicologia, política e temas afins*, publicado em 2021, Musse afirma que

Rubens Pinto Lyra ocupa uma posição ímpar no marxismo brasileiro. Por conta de determinadas características de sua produção intelectual, de sua inserção institucional e até mesmo do recorte geracional, pode ser considerado um dos expoentes do marxismo acadêmico, tardiamente implantado no Brasil (Musse, 2021, p. 11).

O professor da USP atribui-me, muito generosamente, significativa contribuição à renovação do marxismo brasileiro, pondo-me ao lado de teóricos renomados, como Leandro Konder Comparato, José Paulo Netto, e do trio Bento Prado Junior, Roberto Schwarz e Paulo Arantes (Musse, 2021, p.12). Para Musse, empreendi

nas pegadas de *Marxismo e Filosofia*, de Karl Korsch e de *História e Consciência de Classe*, de Georg Lukács, uma reconstituição histórica, na chave de um balanço comparativo, dos acertos e equívocos, teóricos e práticos, de concepções, interpretações, correntes e movimentos autodeclarados marxistas (Musse, 2021, p.13).

Na apresentação de outro livro de minha autoria, o Professor José Artigas Godoy, do Departamento de Ciências Sociais da UFPB, qualifica-me de “um pensador do Brasil, que não é apenas um acadêmico, mas também um intelectual público”. E acrescenta:

O trabalho intelectual raramente traz riqueza e fama àqueles que a ele se dedicam de corpo e alma. Não obstante, não há recompensa maior para o acadêmico de que o reconhecimento de sua grandeza intelectual por seus pares. É sem dúvida um privilégio colher em vida e na plenitude da capacidade intelectual e produtiva os frutos de uma longa trajetória, como o faz hoje Rubens Pinto Lyra (Godoy, 2018, p. 13).

O supervisor do meu pós-doutorado, Cornelius Castoriadis, foi, segundo a Wikipédia, dos maiores expoentes da filosofia francesa do século XX.

No que se refere às atividades na *área de extensão*, quem melhor ressaltou o seu alcance foi o Professor Guiseppe Tosi, do Departamento de Filosofia da UFPB, por ocasião da solenidade, realizada em nove de julho de 2018, de concessão do Título Honorífico de Professor Emérito ao autor.

No seu panegírico, Tosi alude à minha condição de fundador e de primeiro presidente, por dois mandatos, da Comissão de Direitos Humanos da UFPB (embrião do Núcleo de Direitos Humanos da UFPB) e do Conselho Estadual de Direitos Humanos, e aos esforços que despendi pela disseminação, em todo o país, em favor da implantação de Conselhos de Direitos e de

ouvidorias, autônomas e democráticas. Destaca também a minha atuação no Exterior, em palestras, debates e publicações, discutindo e divulgando essas instituições. E acrescenta:

os escritos do Professor Rubens se inserem na luta pela desconstrução do discurso ideológico que atribui aos militantes de direitos humanos o papel de bode expiatório de toda a violência que assola o país, promovendo a real e verdadeira compreensão do que são os direitos humanos na sua dimensão histórica, política e cultural, os promotores de uma convivência pacífica e civilizada (Tosi, 2016, p. 6).

Por último, Tosi sublinha algumas das razões que levaram o Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos e o PPGDH a propor-me o título de Professor Emérito dessa instituição: “sua extensa folha de serviços à coletividade e sua larga e produtiva carreira acadêmica”. Ressalta que esses órgãos:

reconhecem, em particular, o Professor Rubens Pinto Lyra como o fundador das atividades de ensino, pesquisa e extensão em Direitos Humanos, e o pioneiro que abriu caminho para que inúmeros outros colegas, alunos e funcionários levassem adiante essa proposta e tornasse a UFPB um centro acadêmico de referência e de excelência na matéria, reconhecido no Brasil e no Exterior (Tosi, 2016, p. 7).

Dentre os aspectos relacionados com minha atuação na esfera político-administrativa, destaco o de idealizador da Ouvidoria da UFPB, a primeira ouvidoria universitária dotada de autonomia no país, e o de ter sido seu primeiro Ouvidor, além de membro titular do Conselho Universitário e do CONSEPE.

Fui, também, Presidente do Fórum Universitário e Coordenador das atividades pró-constituente na UFPB, sendo seu representante na Comissão Nacional Pró-Constituente, na gestão do Professor Jackson Carvalho. Esses cargos me permitiram fomentar, no âmbito da UFPB e fora dela, diversos debates, especialmente sobre o processo constituinte, dele participando, a convite da instituição, personalidades como José Paulo Cavalcanti, Cristovam Buarque, Luiz Pinguelli Rosa, João Amazonas, Capinam, entre outros.

Ressalto que exerci as funções acima referidas com plena autonomia e sem qualquer retribuição financeira. Além delas, fui Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Sociologia no período 1982-1983. A minha atuação na esfera administrativa ensejou carta do Superintendente de Recursos Humanos, Arimateia Lucena que, em nome do Reitor Jader Nunes de Oliveira, manifestou

o vivo reconhecimento desta universidade e de toda a sociedade pela valiosa contribuição que ofereceu a toda a coletividade pelo engrandecimento dessa instituição. Seu trabalho ficará definitivamente no espírito de quantos desfrutaram o prazer de sua convivência e o exemplo de uma conduta irrepreensível como cidadão e professor (Lucena, 2005).

Minha atuação na *esfera pública da cidadania*, onde fundei e divulguei, em todo o país, entidades como comissões, conselhos de direitos humanos e ouvidorias públicas, levou a Assembleia Legislativa da Paraíba a conceder-me, no dia 17 de janeiro de 1997, a Comenda Mérito Paraibano de Cidadania e a Câmara Municipal de João Pessoa, no dia 8 de dezembro de 2017, a agraciá-lo com a Medalha Cidade de João Pessoa, maior honraria conferida pela Casa.

Por sua vez, o Conselho Estadual de Direitos Humanos da Paraíba (CED-DHC) ofereceu-me, em 24 de novembro de 1999, placa onde alude à minha “incansável e árdua batalha na criação de órgãos de promoção e defesa dos Direitos Humanos, como a Comissão de Direitos Humanos da UFPB, o CE-DDHC e a Ouvidoria universitária”, atribuindo-me a condição de “Educador e Protetor dos Direitos Humanos no Estado da Paraíba”.

LA. – Dentre a sua produção intelectual, quais obras ou textos destacaria como mais representativos da sua carreira e/ou do seu pensamento? Poderia comentá-los?

RPL. – Sim, são estes:

1) *Le Parti Communiste Français et l'intégration européenne*. Nancy: Centre Européen Universitaire de Nancy, 1974.

Comemoro, neste ano de 2024, o cinquentenário de meu primeiro livro, *Le Parti Communiste Français et l'intégration européenne* (1951-1973), dissertação (*mémoire*) em nível de Mestrado, considerada a melhor dentre as apresentadas, em 1972, ao Departamento de Ciência Política do *Centre Européen Universitaire*, onde estudava. Fui o único do Departamento contemplado com publicação, o que ocorreu em 1974, sob os auspícios do *Centre Européen Universitaire* (CEU), da cidade de Nancy e do *Département de Meurthe-et-Moselle*.

Tomei conhecimento da boa nova, ao receber, na portaria da *Maison du Liban*, na *Cité Internationale de l'Université de Paris*, onde morava, um exemplar da obra. Senti então um *frisson*, perfeitamente compreensível, pois a publicação resultou da minha primeira pesquisa, concluída em 1972, apenas dois anos após a chegada na França e sem nunca antes ter estudado Ciência Política como matéria acadêmica.

Nesse mesmo ano, a *Bibliographie de la France* a divulgou, com destaque, ao lado de *Notes sur Gramsci*, de Afonso Lionetti, fazendo-a chegar a todas as bibliotecas especializadas da França (1974). Mas, sob a ditadura militar, não era possível publicar o *mémoire* com o mesmo título no Brasil. Assim, ele foi notícia no jornal *Correio da Paraíba*, que o estampou na sua capa, com uma denominação vaga: *Contribution à l'étude de l'opposition politique française à l'intégration européenne* (*Correio da Paraíba*, 1974).

Esse duplo título se tornou possível graças ao espírito democrático dos dirigentes do CEU. Compreendendo a inconveniência de um nome que a

censura do regime militar poderia interpretar como sendo de um “livro comunista”, o CEU adotou essa denominação anódina, de fachada, como a oficial e a fez constar no Diploma que me conferiu e assim ele foi divulgado, mas apenas no Brasil. Não tenho conhecimento de que um arranjo semelhante tenha sido adotado por outra instituição universitária!

O *mémoire* sobre o Partido Comunista Francês mereceu referências elogiosas no mês de setembro de 1975, no prestigioso jornal mensal *Le Monde Diplomatique*, subscrito pelo Professor Charles Zorgbibe, em texto intitulado *Recherches universitaires sur les relations internationales: la fin d'un monopole*. Nele, Zorgbibe destaca o papel do *mémoire* na quebra desse monopólio exercido pelos Estados Unidos:

On relèvera particulièrement l'étude de M. Rubens Pinto Lyra sur le Parti Communiste Français et l'intégration européenne. L'auteur analyse, avec une grande rigueur, interventions des parlementaires communistes et articles de l'Humanité afin de dégager éventuels clivages entre ces deux niveaux de la critique communiste aux positions que résultent des revues de fond du parti (...) (Zorgbibe, 1975).

2) *La Gauche en France et la construction européenne*. Paris: Librairie Générale de Droit et de Jurisprudence, 1978.

Defendi a tese de Doutorado *La gauche en France et la construction européenne* em outubro de 1975, na Faculdade de Direito da Universidade de Nancy. Ela foi publicada há quarenta e seis anos, em 1978, pela *Collection Bibliothèque Constitutionnelle et de Science Politique*, da *Librairie Générale de Droit et de Jurisprudence* (LGDJ) graças ao aval de seu Diretor, Georges Burdeau. Sua aprovação é garantia de qualidade, pois Burdeau foi um dos constitucionalistas e pensadores políticos mais influentes do século XX, autor de obras monumentais como o *Traité de Science Politique* (dez tomos) e *Del'État*, ambas traduzidas em várias línguas, inclusive no português (Burdeau, 2016).

A tese em comento veio à lume com o patrocínio das Comunidades Europeias (atual União Europeia) e da extinta Universidade Regional do Nordeste, onde lecionei de 1976 a 1979, tendo em vista o veto apostado pelo regime militar ao meu ingresso em universidades federais ter perdurado até a revogação, em 13 de dezembro de 1978, do Ato Institucional nº5.

Nos anos que se seguiram à sua publicação, minha tese foi comentada por revistas especializadas em várias línguas, inclusive em grego. Destaco a referência feita por Annie Kriegel, a mais renomada estudiosa do comunismo francês (Kriegel, 1980). Ela também é citada, quinze anos depois, em livros como *Le P.S. et l'Europe*, de Geneviève Lemaire Prosche (Paris, *Editions Universitaires*, 1990) e *Les partis politiques et l'Europe*, de François Saint-Ouen (Paris, *Presses Universitaires de France*, 1990).

A *Librairie Générale de Droit et de Jurisprudence* publicou a anúncio a respeito da tese, ao lado de *Science Administrative* (Vol. II), de Jacques Cheva-

lier (1978, p.934). Já o Jornal do Brasil publicou reportagem com a manchete *Brasileiristas*, tendo como subtítulo *Sobre a França*, em francês, referindo-se a dois “brasileiros francesistas”, no qual tece comentários sobre *La gauche en France et la construction européenne* sobre o autor (1978).

A Fundação Universidade Regional do Nordeste também editou – apenas para o Brasil – *La gauche en France et la construction européenne*. A única diferença em relação à edição da LGDJ foi a capa da obra. Com efeito, essa edição – autorizada por essa editora – se tornou necessária porque seria extremamente caro exportar exemplares para o Brasil.

3) *Socialismo: impasses e perspectivas*. São Paulo: Editora Escrita, 1992.

Trata-se de uma coletânea que organizei durante o pós-doutorado em Paris, no ano de 1991, portanto, há 32 anos. Foi, certamente, uma das primeiras obras que analisaram, no Brasil, as repercussões da queda dos regimes do Leste Europeu no socialismo e no marxismo. Seus autores eram todos de esquerda, mas as posições variavam de moderados como Giles Martinet, dirigente do Partido Socialista Francês e Embaixador Honorário da França até a radical Rossana Rossanda, intelectual de renome e deputada, por mais de uma vez, do Partido Comunista Italiano, até ser expulsa e fundar o esquerdista *Il Manifesto*, do qual tornou dirigente.

Socialismo: impasses e perspectivas teve lançamento compartilhado com *Sistema soviético: relato de uma experiência*, de Fernando Haddad (Escrita, 1992), em São Paulo, na livraria da EDUSP. Milton Temer, no extinto Jornal do Brasil, o considerou “uma excelente coletânea, com ensaios das mais diversas tendências e traz uma apresentação genial de César Benjamin” (Jornal do Brasil, 1992).

Acrescento ainda a inclusão da coletânea em questão – fato que me pareceu quase insólito – na matéria *Teoria do Conhecimento* de curso de Doutorado em Física (COPPE-UFRJ) por seu ministrante, o saudoso e conceituado físico nuclear Luís Pinguelli Rosa (2001).

4) *Direitos Humanos: os desafios do século XXI: uma abordagem interdisciplinar* Brasília: Brasília Jurídica, 2002.

Além de organizador, fui também autor de um dos trabalhos dessa coletânea, publicada há 22 anos, que versa as relações ambivalentes entre marxismo, direitos humanos e democracia. O seu prefaciador, o professor Luiz Eduardo Soares, fez o seguinte comentário a respeito.

Para Pinto Lyra, “a distinção entre ‘democracia formal’ e ‘democracia substancial’, frequentemente invocada pelo pensamento de esquerda, tende a obscurecer o fato de que este regime político democrático, com todos os seus limites e contradições, é o único capaz de assegurar os meios necessários à realização dos valores da igualdade e de liberdade, propugnados pelo socialismo” (Soares, 2002, p. 10).

O principal mérito dessa coletânea sobre os direitos humanos é o de ter, entre os autores de seus artigos, nomes de acadêmicos internacionalmente consagrados, como Danilo Zolo, Antonio Papisca, Emilio Santoro e Luigi Ferragoli, sem demérito para a contribuição dos demais colegas.

5) *Defensorías del Pueblo y Ouvidorias em Iberoamérica: nuevos conceptos y perspectivas*. Santa Fé: Universidad del Litoral (Arg.), 2011.

Dos 31 livros publicados, 16 foram dedicados ao estudo da democracia e do socialismo, sendo que 13 abordam, predominantemente, o tema da ouvidoria pública. Esses últimos, embora academicamente não se coloquem entre os mais destacados, foram certamente os que alcançaram maior público. Selecciono para comentar, dentre estes, o único livro até agora publicado, organizado com Carlos Constela, que aborda, conjuntamente, a ouvidoria pública (existente apenas no Brasil) e as *Defensorías del Pueblo*, também chamadas de *Ombudsman*, fora da América Latina.

Somente esse aspecto já confere importância à obra, publicada há 13 anos, tendo em vista a necessidade de um conhecimento mais efetivo desses dois institutos, nos países que não têm ouvidorias, que praticamente nada sabem delas, e no Brasil, que carece de *Defensorías del Pueblo*. Ou, pelo menos, do fortalecimento da ouvidoria, no sentido de conferir-lhe maior autonomia perante o gestor, e garantia da escolha do seu titular com participação da sociedade.

Conforme sublinha Alicia Pierini

En este libro aparecen miradas muy diversas, producto de las diferentes memorias y historias, políticas e jurídicas. No hay una unívoca doctrina acabadamente construida aún sino um dinámico y creciente proceso de encuentro entre argentinos, brasilenos y españoles, italianos y portugueses miras a proponer bases firmes para la comprensión y consolidación teórica de estas figuras autónomas que cuestionam el Estado por sus disfunciones y falencias como órgano garantizador de los derechos de sus ciudadanos (Pierini, 2012).

6) *Bolsonarismo: ideologia, psicologia, política e temas afins*. João Pessoa: Ed. da UFPB, 2021.

A ascensão de Bolsonaro ao poder motivou-me a buscar uma compreensão mais aprofundada de sua ideologia, que continua a embasar posições e práticas políticas frontalmente contrárias à democracia. Daí a atualidade das análises sobre a ideologia protofascista e suas variantes, que devem funcionar como antídoto à disseminação do bolsonarismo na vida política brasileira. Ricardo Musse, professor e livre-docente da USP, destaca que, neste livro

a ascensão de Jair Bolsonaro à Presidência da República não é encarada como um acidente, mas como a expressão de uma tendência recorrente da regressão autoritária inerente ao processo de acumulação do capital. O livro desenvolve-se a partir daí como incisiva crítica da ideologia contem-

porânea. Não escapa ao seu crivo o liberalismo, neoliberalismo e o neoconservadorismo, presentes em campos tão diversos como a política, o direito, o Estado, a comunicação, a educação e a religião” (Musse, 2021).

7) *Teoria Política: dos clássicos à contemporaneidade*. João Pessoa: Editora do CCTA, 2022.

Deste livro, do qual Tarso Genro é prefaciador, sou o organizador e autor de metade de seus artigos. Meu objetivo, ao concebê-lo, foi o de analisar os teóricos da política, a partir de enfoques atuais e, no meu caso e de outros colegas, sob o prisma do marxismo. Essas características, associadas à inquestionável qualificação dos participantes dessa coletânea, a fazem preencher uma lacuna, considerando-se a ausência de livros *didáticos* que combinem consistência e inovação teórica com a exposição clara do pensamento dos autores estudados, à luz da realidade vigente.

Para Ricardo Musse

Em sintonia com o melhor pensamento contemporâneo, o objetivo do livro. é também, a partir da análise dos clássicos da Ciência Política, de compreender o presente histórico, marcado pela hegemonia neoliberal, pelo poder das grandes corporações do capital financeiro, no âmbito do capitalismo mundializado (Musse, 2022).

Referências

- ALMEIDA, Agassiz. **Memórias da minha vida**. São Paulo: INS, 2023.
- BARBOSA, Herilberto Filho. **Prefácio**. Contracapa de Jornalismo e Cidadania. João Pessoa: Ed. da UFPB, 2019.
- COUTINHO, C. N. **De Rousseau a Gramsci**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- BURDEAU: o Estado. **Ensaio e Notas**. São Paulo: 27.3.2016.
- DIAS FERNANDES, Telma. In: **Apresentação**. 1968, o ano que ficou. Vol. II. João Pessoa: Ed. do CCTA, 2018.
- GHIRALDELLI, P. **A filosofia explica Bolsonaro**. São Paulo: LeYa, 2019.
- KRIEGLER, Anne. “La politique étrangère”. **Projet**, nº 146.1980;
- MUSSE, Ricardo. Cronos. **Resenha**. Bolsonarismo: ideologia, psicologia e temas afins. Revista de pós-Graduação em Ciências Sociais. UFRN. Natal, v. 20, n.2, jul./dez. 2019.
- MUSSE, Ricardo. **Apresentação**. In: LYRA, Rubens Pinto. Bolsonarismo: ideologia, psicologia, política e temas afins. João Pessoa, Ed. da UFPB, 2021.
- PIERINI, Alicia. “Prefácio”. In: LYRA, Rubens Pinto y CONSTENLA, Carlos. **Defensorías del Pueblo y Ouvidorías en Iberoamérica**. Santa Fé: Universidad del Litoral (Arg.), 2012.
- ROSA, Luis Pinguelli. **Curso de Doutorado em Física** (COPPE-UFRJ), 2001.
- SERGE, Victor. **Mémoires d'un révolutionnaire**. Paris: Seuil, 1951.
- SOARES, Luiz Eduardo. **Prefácio**. In: LYRA, Rubens Pinto (Org.) Direitos Humanos: os desafios do século XXI. Brasília: Brasília Jurídica, 2002.
- TEMER, Milton. “Ideias, livros e ensaios”. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 22.8.1992.
- TOSI, Guiseppe. **Discurso panegírico**. João Pessoa, mimeo, 20.7.2018.
- ZORGBIBE, Charles. “Recherches universitaires sur les relations internationales: la fin d'un monopole”. **Le Monde Diplomatique**, Paris. set. 1975.
- VASCONCELOS, Pe. José Vieira. **Ofício 09/nº853/77/CFEGP**. 18 de julho de 1977.

Referências de Jornais e boletins:

BIBLIOGRAPHIE DE LA FRANCE. **Annonces**. N° 22, maio 1974.

BIBLIOGRAPHIE DE LA FRANCE. **Annonces**. N° 15, abril 1978.

CORREIO DA PARAÍBA, “Paraibano publica livro no seu 2º ano na França”, 7 de março de 1974.

JORNAL DO BRASIL, “Política Internacional: um tema fora do alcance dos brasileiros”. Rio de Janeiro, 4 de março de 1978.

JORNAL DO BRASIL. “Brazilianistas”. Rio de Janeiro, 26 de março de 1978.

Uma intelectual, um Departamento e nossa memória. Entrevista com Tereza Queiroz¹⁸

Cristina Matos

Uma mulher, ministrando disciplinas da área de Sociologia, no contexto da ditadura militar, quando a paridade de gênero andava longe ser uma realidade no ambiente universitário brasileiro. Tereza Queiroz, professora titular do DCS, atualmente aposentada, nos conta sobre essa e outras experiências vividas ao longo de sua intensa atuação na graduação e na pós-graduação. Seu trabalho ajudou a construir a história do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Ela consolidou os estudos de juventude no DCS e no PPGS, em articulação com o campo da cultura, formando aluno(a)s de graduação, mestrado e doutorado na temática.

Tive o privilégio de trabalhar em contato mais estreito com Tereza quando assumimos a gestão do PPGS, entre 2015-2017. Nessa convivência cotidiana, desfrutei da oportunidade de ouvir suas reflexões e memórias sobre a universidade. Muitos cafés e conversas ampliaram minha compreensão das Ciências Sociais na UFPB. Ampliaram ainda a admiração por minha parceira de gestão. A entrevista que se segue oferece um panorama sobre a história do DCS, enfocando temas como a pesquisa, os primeiros passos do DCS, ainda no contexto ditatorial, a formação e a definição de uma perspectiva mais disciplinar no interior do Departamento, o papel da área de Sociologia, a ampliação do DCS em torno de projetos de pós-graduação e de graduação, quando da criação do bacharelado e licenciatura em Ciências Sociais, bem como a democratização da universidade, entre outros temas. À Tereza agradeço a generosa entrevista e, sobretudo, os anos dedicados ao DCS, ao PPGS e ao CCHLA.

CM. – Tereza, minha primeira pergunta é sobre como a sua trajetória acadêmica encontra o Departamento de Ciências Sociais?

TQ. – Eu vou situar um pouquinho. Eu estava em Recife, tinha iniciado o Mestrado em Sociologia lá na UFPE, mas eu estava com questões pessoais, estava me separando, estava com uma filha pequena e precisando me situar

¹⁸ Entrevista concedida à professora Cristina Matos, identificada como CM, em fevereiro de 2024. Na entrevista a professora Tereza Queiroz está identificada como TQ.

profissionalmente, ter um emprego, etc. Então abriu um concurso aqui na UFPB, no Departamento de Filosofia, para uma disciplina que se chamava Metodologia das Ciências. Essa disciplina, eu tinha uma história anterior com ela. Porque durante o meu curso, eu fiz aqui a minha graduação em Filosofia, eu fui monitora dessa disciplina e fiz uma especialização também nessa mesma área, em Filosofia da Ciência. E daí o meu currículo foi suficiente para ser aceita como docente.

Então eu comecei ensinando Metodologia das Ciências, no que se chamava na época o Ciclo Básico, que era um conjunto de disciplinas pelo qual passavam todos os estudantes que ingressavam na universidade. Essa disciplina, depois que eu assumi, pouco tempo depois, eu acredito que uns seis meses, mais ou menos, ela foi extinta, então ficaram vários professores à deriva. E aí houve um processo de redistribuição para outros departamentos. Alguns foram para a Educação e, como eu já tinha esse vínculo que estava me direcionando para a área de Sociologia, eu optei pelo Departamento de Ciências Sociais.

CM. – Naquele momento, então, você era vinculada ao Departamento de Filosofia? Como era o Departamento, naquele momento?

TQ. – No meu ingresso, sim. Eu fui redistribuída para o Departamento de Ciências Sociais. Ele era um departamento relativamente pequeno, eu acho. Agora, pensando bem, talvez nem tanto, porque a disciplina de Introdução à Sociologia também era ministrada para vários cursos da universidade. Então, tinha uma certa demanda por professores de Sociologia. Mas a minha impressão é que era um departamento relativamente pequeno, ensinava-se basicamente Introdução à Sociologia, e mais algumas disciplinas de Antropologia e Ciência Política. No caso de Sociologia, o programa da disciplina era unificado, e todo mundo seguia o mesmo.

A avaliação era unificada também, então você não podia fugir muito do programado, cada professor teria que seguir o mesmo programa. Inclui-se a prova era objetiva. Então era uma disciplina muito fechada. A gente reclamava muito, mas reclamava em voz baixa. Esse modelo pedagógico estava muito distante do espírito da Sociologia, que sempre foi uma disciplina mais aberta, mais reflexiva. Mas enfim, era isso naquele momento de ditadura militar¹⁹.

CM. – E qual era o perfil de alunos e professores?

TQ. – Olha, os alunos eu acho que tinham um perfil muito de classe média. Não entravam muitas pessoas de classes populares nesse período. Em relação aos professores, acho que tinha muita gente local. Tinha alguns

19 O capítulo Perseguição dos órgãos de segurança no setor educacional, do Relatório da Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba – CVEP, oferece um relato detalhado da vigilância e do controle exercidos pelos governos militares sobre a educação no estado. Os tópicos Perseguição de professores, Professores estrangeiros e 'alienígenas' e Atuação da ADUF/UFPB tratam mais especificamente da UFPB. O documento pode ser acessado aqui: https://cev.pb.gov.br/relatorio-final/cev-pb_relatorio-final.pdf

professores que haviam vindo de universidades católicas ou de formação religiosa, ex-padres. Era basicamente esse o perfil, não existia uma cultura de pós-graduação consolidada na época. Não havia ainda a exigência de pós-graduação para ser professor. Então existia essa possibilidade. E isso durou algum tempo.

Só com a crescente profissionalização da carreira, o crescimento da pós-graduação no país, começou a surgir muita gente qualificada, então mudou completamente o cenário. Hoje, para entrar na Universidade, se tem que ter o doutorado, já é preciso chegar com a formação completa na pós-graduação. A situação anterior implicava muitos custos. Porque o professor entrava, depois começava a ter exigência de qualificação, ele tinha que sair para o mestrado, depois para doutorado e isso implicava muito tempo de formação.

Isso funcionou, digamos, num tempo inicial, quando a universidade ainda estava se consolidando, mas depois esse modelo de entrada deixa de fazer sentido. Então era isso, não se fazia muita pesquisa. Alguns professores como Franz Moonen, antropólogo, que pesquisava indígenas da Paraíba, René Vandezani, que trabalhava com questões religiosas faziam pesquisa, mas a maioria dos professores atuava principalmente em de sala de aula, era a atividade predominante.

CM. – E em termos de composição de gênero, o Departamento era mais masculino ou mais feminino? Era equilibrada essa composição?

TQ. – Eu acho que era mais masculino nesse período. Acho que as mulheres eram minoritárias ainda.

CM. – E o DCS, quando você entrou na UFPB, ele já existia?

TQ. – Já existia. Inicialmente o DCS integrava o departamento de Serviço Social. Eu não sei quando houve essa separação, mas quando eu cheguei já era o Departamento de Ciências Sociais, funcionava ali uma espécie de galpão que tinha ao lado ali do CCHLA. Era por aí.

CM. – Isso foi quando?

TQ. – Eu entrei na Universidade em 1976, creio que em maio, ainda no reitorado de Humberto Nóbrega. O reitorado de Lynaldo (Cavalcanti) começa neste mesmo ano, no final de 1976. Eu entrei um pouco antes, depois tem início a gestão dele.

CM. – O que era a universidade até então e o que ela passa a ser nesse novo contexto de gestão? Como o DCS entra nessa história?

TQ. – Logo que entrei era um clima muito sufocante, não vivenciávamos um clima de liberdade. Tudo era medido, tínhamos que ficar atentos para o que falávamos, o medo de delação era constante, não sabíamos em quem confiar. Com a chegada de Lynaldo, com a renovação e ampliação do número de professores, mudou muito o clima no interior da universidade; realmen-

te foi uma explosão que ele produziu, uma renovação muito grande. O que foi coincidindo com um lento processo de abertura na sociedade²⁰.

Ele foi um reitor, assim, muito atípico, até porque ele foi um reitor intervenor, ele vinha indicado pelos militares, mas tinha muito prestígio, acho que com a CAPES, com o CNPq. Falavam que ele era muito ligado ao Ministro Mário Andreazza, que era o Ministro de Transportes. Enfim, ele chegou com muito poder, com muito prestígio, dispondo de muitos recursos e com muita vontade de expandir a UFPB. Acho que seu projeto de modernização da universidade guardava afinidades com o projeto de modernização autoritária do regime militar. Foi por aí que ele enveredou.

O governo militar tinha uma perspectiva de progresso nacional, desejavam criar um Brasil grande, moderno. Um Brasil grande significava uma potência tecnológica, militar, com protagonismo no campo científico etc. Então a ideia era investir na universidade, sendo que um dos polos desse projeto era exatamente a pós-graduação, porque aí teria pesquisa, pesquisa de ponta, profissionais qualificados, inovações tecnológicas. E aí o que é que Lynaldo faz? Ele começa a expandir a universidade e a contratar muita gente de fora.

Você tinha uma universidade que era muito provinciana até então, já tinha havido um expurgo de professores mais progressistas logo após o golpe militar. Existiam alguns professores estrangeiros no corpo docente, mas predominavam no DCS os professores locais. Então começa a vir gente de todos os lugares do Brasil ou até de fora do país, pessoas que estavam fazendo doutorado no exterior ou atuando aqui mesmo no Brasil. Esse processo repercutiu muito, tanto no campo acadêmico quanto no campo político interno à universidade. Começou a existir muito questionamento, a questão da democracia interna na universidade foi problematizada.

Essa renovação do corpo docente foi tão forte que extrapolou os muros da universidade. Não sei se você teve conhecimento, mas durante certo tempo ocorreu uma polêmica através da imprensa local, envolvendo um jornalista, Severino Ramos, e alguns professores da universidade, um deles o professor Rubens Pinto Lyra, do DCS, sobre o conflito entre os chamados professores 'estrangeiros' e os locais²¹. Os jornalistas denunciando que es-

20 Sobre o controle dos militares em relação a atividade dos professores na UFPB, o relatório da Comissão da Verdade na Paraíba registra: "Com relação aos professores estrangeiros na UFPB, a Assessoria de Segurança e Informação (ASI) fazia um acompanhamento das suas atividades por solicitação da Divisão de Segurança e Informação (DSI/MEC/SNI). Em 1982, existiam 141 professores estrangeiros na UFPB dos quais, nove desempenhavam funções de Direção, como coordenadores de curso de graduação e de pós-graduação ou chefes de departamento. Pela listagem e informações individuais, cerca de 90% desses professores foram contratados no reitorado de Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque, com ênfase para os cursos da área tecnológica, mas contratando também professores da área de humanas, como Sociologia, Música, entre outras (CEVPM-PB, 2017, p. 499)".

21 A polêmica lembrada por Tereza também integra o Relatório Final da Comissão da Verdade da Paraíba-CEVPM-PB. Eis o registro: "A expressão professores 'alienígenas' foi bastante utilizada durante o reitorado do professor Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque, tendo em vista a implementação de uma política de expansão da UFPB com novos cursos de graduação e pós-graduação, núcleos de pesquisa e extensão e, portanto, também do quadro docente. Um número expressivo dos professores contratados neste reitorado era proveniente de outros estados e mesmo de outros países, como já mencionado. O professor Rubens

ses professores estavam vindo de fora tomar o lugar do pessoal daqui, dos professores daqui e que era um pessoal de uma moral muito duvidosa e adeptos de concepções políticas perigosas.

Xingamentos como ‘aquelas feministas que gostavam de beber, de fumar maconha’, ‘pessoas não casadas que moravam juntos na mesma casa’, etc. As questões morais predominavam, estimulando o pânico moral na população da cidade. E foi uma campanha muito pesada, principalmente sobre moralidade, além das questões políticas. Para você ver como foi forte a repercussão na cidade essa expansão da UFPB, produzida principalmente pela entrada massiva de novos professores. Seria interessante comparar o crescimento do número de professores durante o período de Lynaldo com o quantitativo que existia antes. Por outro lado, em termos da universidade, foi um período muito rico, porque veio muita gente boa, pesquisadores com certa experiência, com uma diversidade de olhares, o que renovou muito a universidade e também o Departamento de Ciências Sociais.

As pesquisas feitas pelos professores do DCS se diversificaram. Alguns exemplos foram: pesquisas de gênero, com Lourdes Bandeira, Deyse Siqueira, Eleonora Menicucci; formou-se um expressivo grupo de pesquisa, com repercussão nacional. O grupo de pesquisa sobre Trabalho, envolvendo Jacob Carlos Lima, Carmélia Buonfiglio, Eliana Moreira começou a se firmar. Havia outro grupo sobre políticas públicas e movimentos sociais; outras temáticas foram as mudanças no Nordeste, tanto em termos de relações de trabalho como de poder. Então, abriram-se muitas perspectivas e as práticas de pesquisa foram revigoradas, começaram a se implantar no Departamento com mais solidez. Foi uma coisa muito positiva.

Foi um período importante, tanto pela pressão por abertura de processos democráticos, como também pela renovação acadêmica, temática, pelo impulso para a pesquisa, para repensar práticas acadêmicas. Apesar do choque inicial, que envolvia diversos interesses em jogo, tanto internos à universidade, quanto externos a ela, o saldo foi muito positivo.

É preciso registrar também que essas contratações durante o período de Lynaldo tinham um problema, elas não eram feitas com base em concursos públicos, mas através de indicações ou processos seletivos breves. Entretanto, isso possibilitou o ingresso de professores que eram alvo de perseguição política em outros estados, e que talvez não conseguissem ser contratados através de concursos públicos.

Os departamentos não participavam das escolhas, no contexto do autoritarismo, o professor Lynaldo contratava quem ele queria, praticamente. Ele tinha alguns assessores que o aconselhavam, mas no final das contas eu acho que a forma como geriu a universidade trouxe mais ganhos do que retrocessos. Eu acho que para a universidade foi muito positivo. Mais tarde, há outro momento, que é a volta desses professores para seus locais de

Pinto Lyra em seu artigo ‘Reacionarismo e Xenofobia na Paraíba – O caso da UFPB’, comenta a campanha adotada pelo jornal O Norte, na coluna Linha Direta, de março a julho de 1980, de crítica constante aos professores da UFPB, provenientes de outras regiões do país (CEVPM-PB, p. 500, 2017).’

origem. Alguns vão fazer pós-graduação, e daí retornam para seus locais, para suas cidades e universidades de origem. Mas já em outro momento também. Essa universidade sempre foi muito dinâmica. Sempre teve muita coisa acontecendo.

CM. – Quando Lynaldo contrata esses novos professores, quem estava antes no DCS, continua?

TQ. – Sim, muita gente continua. A primeira grande onda de aposentadorias acontece no governo Fernando Henrique, com as mudanças na previdência. É ali que muitos professores mais antigos, que avaliavam a possibilidade de perda de direitos, resolvem se aposentar.

CM. – Era um departamento, nesse sentido, bastante eclético?

TQ. – É, bastante. Tão eclético que durante um certo tempo tinham “os profissionais”, professores que eram da disciplina de Educação Moral e Cívica, Organização Social e Política Brasileira (OSPB), que eram as disciplinas da Ditadura Militar. Então, teve um tempo que o ecletismo chegava a esse ponto. As pessoas que vinham de experiências com movimentos sociais, ou engajamentos à esquerda, que tinham uma visão bastante crítica em relação à sociedade, convivendo com os professores de OSPB.

Então, tinha essas disciplinas criadas pelos militares para colonizar as cabeças dos estudantes. Essas de fato eram doutrinação.

CM. – Como é que eram as reuniões, se debatia nessas reuniões essa conjuntura política mais ampla?

TQ. – Eu me lembro que nesse período se debatia, sim. Eu acho que essas questões entravam mais no cotidiano acadêmico. Tinha as questões acadêmicas propriamente ditas, mas as questões políticas, a democratização, o modelo de universidade desejado, elas também entravam, em paralelo, ao processo de abertura política. E aí esses grupos, alinhados com o poder militar, foram ficando sem espaço, com a abertura crescendo eles foram perdendo espaço.

CM. – Tereza, o PPGS já existia nesse momento?

TQ. – O PPGS surge nesse contexto. Ele surge em 1979, com o nome de Mestrado em Ciências Sociais, aglutinando sociólogos, antropólogos e cientistas políticos do DCS. Mas surge exatamente por quê? Porque a legislação naquela época impedia a criação de novos cursos de graduação, mas abria a possibilidade para a pós-graduação. Então, teve até uma polêmica aí, porque tinha muita gente que dizia: “você começar pela pós-graduação, você não tem a base, não tem os estudantes para ir para a pós-graduação”. Teve uma certa polêmica nesse sentido.

Só que, se fosse para encarar essa briga pela graduação, a gente não sabe quando acabaria. Então foi uma coisa de uma oportunidade. Tinha verba,

tinha abertura dos órgãos gestores, aqui já tinha se formado um corpo de pessoas com doutorado, com uma qualificação razoável, “então vamos criar a pós e depois a gente pensa na graduação”. E foi uma coisa positiva também, porque aí teve um movimento que envolveu outras universidades nordestinas, Natal, Fortaleza, Campina Grande, que na época integrava a UFPB, e a UFPE que já possuía pós-graduação em Sociologia. A articulação dos grupos nordestinos de pós-graduação quebrou um pouco a hegemonia do sudeste no campo da pós-graduação no Brasil. O Bacharelado só foi criado em 1993.

Houve muita articulação entre os programas do Nordeste. Houve a entrada na Anpocs (criada em 1977), que foi fundamental para o processo de consolidação das Ciências Sociais no Brasil. Os programas do Nordeste, em articulação, tiveram um protagonismo importante neste período. Então, foi por conta desse contexto, que a pós-graduação antecedeu a criação da graduação em Ciências Sociais na UFPB. Primeiro, tinha um corpo de professores que podiam tocar, levar o programa adiante e havia essa abertura do MEC para a pós-graduação, com recursos e oportunidade, e não havia abertura para criação de um curso de graduação.

CM. – Então é um tempo em que os militares apoiaram a pós-graduação e congelaram a graduação?

TQ. – Sim. Porque entre os gestores da área de educação predominava a preocupação em formar cientistas, formar pesquisadores, desenvolver ciência e tecnologia. E esse olhar, essa modernização conservadora, implicava uma concepção mais elitista de universidade. As questões da democratização da universidade, da escuta de demandas de quem fazia parte dela, uma maior articulação com os setores mais vulneráveis da sociedade não eram contempladas. A extensão, por exemplo, não era tão valorizada. Era uma visão elitista da universidade, e, por isso, foram esses os rumos tomados.

CM. – E como eram as relações entre o departamento e a pós-graduação? Porque o PPGS passa a ser uma espécie de primeiro filho do departamento, não?

TQ. – Tem uma coisa positiva em relação a isso. Agora, ao mesmo tempo tem certo incômodo, porque faltava um chão, que seria uma base de aluno(a)s da graduação. Teve uma época, já depois da criação da graduação, uma polêmica porque os alunos do curso de graduação não tinham acesso a pós, entravam mais alunos de outros cursos do que os graduados em Ciências Sociais. Ao mesmo tempo eu acho que o grupo (da pós) tinha uma certa hegemonia no departamento também.

Era esse pessoal que já vinha com mais qualificação, que tocou para frente a ideia da pós-graduação e a ampliação do espaço de ensino e de pesquisa. E tinha esse vazio, faltava um diálogo com os graduados na área, exigindo cursos de nivelamento básicos, trabalhando algumas exigências no processo de seleção, para garantir uma base de conhecimentos mais sólida para os alunos da pós. Então, o departamento girava muito em função da pós. E as outras disciplinas, eram disciplinas avulsas, sem organização, direcionadas aos diversos cursos da UFPB. Mas foi importante a

presença da pós, impulsionava a vida departamental em direção à pesquisa, à qualificação, e garantindo uma presença maior no campo acadêmico com publicações etc. Ela deu uma certa centralidade, de certa maneira uma dinâmica maior. Porque tinha esse eixo, que dinamizou a vida departamental. A presença da pós, além de outros fatores, motivou o conjunto dos professores a ampliarem suas pós-graduações, com a realização de cursos de doutorado e de pós-doutorado.

Antes do PPGS, todo mundo se sentia meio fragmentado. Cada um trabalhando em suas disciplinas isoladas. De certa maneira, foi um eixo.

CM. – E como essa virada, com a entrada de novos professores, mudou o departamento: em termos das temáticas que eram discutidas, pesquisas que começam a ser realizadas? Você pode nos oferecer um panorama disso?

TQ. – Acho que renovou muito, trouxe muita novidade. As questões que passam a ser as mais fortes são as de gênero, da tecnologia, do trabalho. As mudanças nas relações de trabalho, o sindicalismo também foi muito estudado, as questões urbanas, os movimentos sociais urbanos, as políticas públicas. O Nordeste e suas transformações. Os movimentos rurais eram pesquisados principalmente em Campina Grande.

Em Campina já existia graduação em Ciências Sociais há algum tempo e a pós, eu não me lembro se apareceu na mesma época, acho que foi da mesma época de João Pessoa. As pesquisas sobre gênero se tornaram expressivas. Alguns nomes foram Lourdes Bandeira, Dayse Siqueira, Eleonora Menicucci. Eleonora fez mestrado aqui, já como professora da UFPB.

Outra linha de pesquisa forte foi sobre trabalho, tinha Jacob Carlos Lima, Carmela Buonfiglio, Ariosvaldo da Silva Diniz, Eliana Moreira, Mauro Koury.

CM. – E as áreas: Antropologia, Sociologia e Ciência Política, já estavam presentes nesse momento? Isso tinha repercussões em termos temáticos?

TQ. – Eu acho que essas questões começam a aparecer com mais força. Já existia a delimitação de fronteiras, claro, tinha a Antropologia que era um grupo pequeno, assim como o de Ciência Política. Eu penso que no processo de construção da pós-graduação essas questões emergem com mais força: na definição de fronteiras entre as áreas, na identidade do programa, muitos conflitos emergem. O que é intensificado ainda mais pelas exigências da CAPES nos processos de avaliação. E aí eu acho que tem umas cenas muito pesadas, eu presenciei algumas coisas que eu acho não foram muito legais; de ter que colocar para fora o colega que tinha uma participação muito interessante. “Ah, mas o programa vai para baixo”. Vi rituais públicos de humilhação de colegas, com base nos critérios de avaliação da CAPES e no desejo de elevar o nível do programa. Posteriormente, estes processos se tornam mais “educados”.

Esta é minha visão, claro. Era um grupo que começou, que se fortaleceu dentro de uma certa interdisciplinaridade, de vários profissionais com for-

mações distintas, mas aí quando começa a pressão por melhorar o nível, para atingir pontuação mais elevada, começam os expurgos, às vezes feitos de maneira selvagem.

CM. – O PPGS nasce, então, como mestrado em Ciências Sociais?

TQ. – Em Ciências Sociais. Depois é que no interior dos processos de avaliação surge uma diretriz, alguém da avaliação da CAPES diz: “não, vocês não são Ciências Sociais, são Sociologia, o programa precisa se adequar”.

Eu presenciei algumas coisas, nem quero falar muito disso, mas aquelas atitudes assim, muito desrespeitosas com as pessoas, com o trabalho das pessoas, pessoas que estavam lá, que estavam junto com colegas. Então, essa forma de pensar a universidade e a pós-graduação leva a uma perspectiva muito produtivista e corrói uma sociabilidade mais solidária, acho.

CM. – E no interior do departamento, como era a dinâmica das áreas?

TQ. – No departamento isso era menos presente, mas existia também. Toda vez que abria vaga para concurso o conflito ressurgia, não havia clareza sobre os critérios de escolha e cada grupo puxava a brasa para a sua sardinha. Penso que isto melhorou nos últimos tempos, com a existência de critérios mais claro na definição das vagas.

CM. – O Departamento tinha as demandas da pós e as demandas de outros cursos (as externas), como era feita a distribuição de disciplinas, considerando as áreas?

TQ. – É apenas em 1993 que o Departamento cria o curso de graduação, o mestrado foi criado bem antes, em 1979. Em relação às disciplinas, aí tinha uma confusão, porque sempre a demanda por Sociologia, principalmente nos cursos de introdução, sempre foi muito maior. E aí, quando possível, se procurava respeitar, digamos assim, as competências, os interesses e tal. Quando não era possível, indicava-se qualquer pessoa, independente da formação, o que era problemático. E se fazia isso às vezes com os antropólogos e, também, com os cientistas políticos. Tinha essa história. “Aqui você foi contratado como cientista social para dar qualquer disciplina no campo das Ciências Sociais”. Depois essa postura vai mudando um pouco, respeitando mais as competências e preferências.

Eu acho que teve momentos assim muito impositivos, de não ter esse cuidado, de não respeitar a formação e os interesses dos professores. E nem sempre a distribuição de disciplinas acontecia de maneira justa, com base em critérios claros. Mas ao longo do tempo isso foi se aprimorando, com base em critérios claros e maior democratização interna.

CM. – Tereza, e pensando ainda nesse período mais inicial, como você enxerga o lugar do departamento no cenário regional?

TQ. – Olha, no cenário regional, eu acho que foi muito importante a presença do departamento e da constituição da pós-graduação; com a formação de pessoal mais qualificado, que começou a compor quadros administrativos na gestão pública e a formação de professores para as universidades públicas e privadas da região. O diálogo com outras universidades regionais e nacionais também se estreitou.

O fortalecimento do departamento também contribuiu para a ampliação do debate público na cidade e no Estado. Muitos professores eram e são convidados a se pronunciarem em redes de rádio e TV, sobre temas de interesses coletivos. Acho que o departamento, com seus professores e pesquisadores contribuiu para a formação de um pensamento mais crítico e bem informado sobre questões e temas relevantes.

CM. – E a pós-graduação (o PPGS)?

TQ. – A pós-graduação era quem tinha a liderança. E teve uma atuação muito expressiva. Os ganhos acadêmicos foram inegáveis. A pós-graduação contribuiu para a profissionalização dos cientistas sociais, com o estímulo ao crescente aperfeiçoamento, à realização de pesquisas e à divulgação da produção, distanciando-se do provincianismo, do localismo anterior.

A pós-graduação era articulada ao nível nacional, tanto pela gestão da CAPES mas também pelas iniciativas dos professores em articulações horizontais entre si e com a ANPOCS. Aconteciam encontros regionais da ANPOCS que eram muito estimulantes e provocativos para professores e estudantes. Muita pesquisa foi estimulada por esses encontros: uma delas foi sobre Movimentos Sociais e Estado no Nordeste (1979-1982), que teve como base uma pesquisa que envolveu diversas universidades da região sendo aqui coordenada pela professora Ana Maria Quiroga Fausto Neto. Essa pesquisa deu origem a diversas dissertações e TCCs, além de algumas publicações. Foi um período de muita ebulição intelectual. Neste momento os cursos de pós-graduação do Nordeste encaravam uma batalha importante por afirmação nacional, frente à hegemonia do Sudeste nas Ciências Sociais.

Do ponto de vista do funcionamento do departamento e da pós-graduação, quando comparamos com hoje, penso que, naquele período, se valorizava mais o trabalho coletivo, envolvendo vários professores e alunos, os grupos de estudo e de pesquisa. Hoje vejo que o trabalho docente é mais individualizado e há pouco tempo para discutir questões mais amplas.

CM. – Ainda pensando em termos regionais, como eram as relações entre os Departamentos de Ciências Sociais de João Pessoa e de Campina Grande, que integravam, naquela ocasião, a mesma universidade (a UFPB)?

TQ. – Não me lembro de muita ligação, de muita relação, antes da junção para o doutorado. Elas funcionavam, eu vejo assim, meio estanques, “cada um com seu quadrado”. A pós-graduação lá em Campina era muito voltada para a área rural, para a pesquisa sobre campesinato, sobre pequena produção; eles eram muito fortes nessa área. Eventualmente tinham alguns

trânsitos, professores que iam participar de bancas, era por aí a vinculação. Mas eu acho que essa aproximação vem com a criação do doutorado, com o projeto de construir o doutorado, aí se busca uma aproximação maior, porque ali se avaliou que só juntando os dois programas era que se conseguiria um conjunto suficiente para propor o doutorado.

CM. – Então os dois mestrados nascem separadamente? Mais ou menos no mesmo período?

TQ. – A Pós-graduação na UFCG, surgiu em 1997, na UFPB, em 1979. E tinha essa diferença no foco de cada programa, a UFCG em Sociologia rural, A UFPB, em questões mais urbanas.

CM. – E quando é que começa a surgir essa ideia do curso de Ciências Sociais? Como se construiu essa movimentação?

TQ. – Isso era uma aspiração antiga. Primeiro, tinha já o mestrado que estava se consolidando, a pós-graduação estava se consolidando. E eu acho que houve uma abertura do MEC também para a proposição de cursos de graduação. Tem que ver assim, o que mudou na legislação, porque aí foi quando houve esse movimento e muita gente se engajou porque era uma demanda antiga mesmo. Foi um período intenso de trabalho no departamento, constituíram-se comissões de trabalho, os resultados eram sempre discutidos nas reuniões. Houve muito cuidado com a criação do bacharelado e muita participação do conjunto dos professores.

Penso que juntou no mesmo momento as pessoas interessadas e, essa conjuntura mais favorável à criação de novos cursos de graduação.

CM. – Em que contexto?

TQ. – Isso foi no governo de Itamar Franco, acho, em 1993. Houve um interesse muito grande na criação do bacharelado porque tinha esse problema, nós não tínhamos alunos, você não acompanhava a formação do aluno, não os iniciava em processos de pesquisa, nem mirava a pós-graduação. O bacharelado representou uma conquista importante para o departamento. Deu-lhe mais assatura. Você vai e começa a acompanhar o aluno, o aluno faz um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), participa de projetos de pesquisa, faz um treino na pesquisa, você começa a acompanhar, mirar na pós-graduação, então isso fazia falta. Em geral se recrutavam pessoas que vinham de outros cursos, muita gente da medicina, muita gente que vinha do Direito, de história. Então, tinha um vazio aí que a criação do Bacharelado veio suprir. Era uma demanda de todo mundo, mas eu acho que da pós-graduação também, formar esse contingente que ia alimentar e fortalecer também a pós. E o espaço de trabalho se amplia com a grade mais expressiva de disciplinas próprias do campo das Ciências Sociais.

CM. – Então foi um projeto de todo o Departamento?

TQ. – É, foi. E foi uma coisa muito participativa. Formaram-se comissões de trabalho, que apresentavam seu trabalho nas reuniões, colocavam suas propostas em debate, se discutia o que é que se queria, que tipo de profissional seria desejável mirar. Foi muito rico esse momento, teve muito debate. Foi um bom momento do departamento, porque engajou todo mundo numa questão mais acadêmica.

CM. – E quanto ao perfil, o curso nasce com que cara?

TQ. – Havia um cuidado com uma formação teórica básica comum, e mais ao final do curso o aluno podia escolher entre Sociologia, Antropologia e Ciência Política. Na época era só bacharelado, a licenciatura só apareceu depois com o Reuni²².

Eu acho que uma coisa que eu sentia na época, era que o curso atraía muitos jovens, por exemplo, que tinham uma certa insatisfação com a sociedade, que buscavam uma formação mais crítica. Em geral jovens de classe média com alguma militância no campo da cultura, ou dos movimentos sociais. Penso que iam em busca de alguma realização pessoal, buscando um curso que oferecia ferramentas para uma visão mais crítica da sociedade. Era um pouco diferente do cenário atual onde a busca por profissionalização, por possibilidade de emprego é mais acentuada. Vinha muita gente interessante. Foi uma fase rica. Acho que, entre alguns aluno(a)s, predominava uma preocupação mais existencial, menos instrumental, me parecia, mas é uma impressão subjetiva.

CM. – E a licenciatura nasce quanto tempo depois?

TQ. – Foi no período do Reuni, em 2007. A licenciatura era muito demandada pelos alunos que, só com ela, poderiam participar de concursos e ensinar nos níveis médios da educação. A política do governo federal queria estimular a ampliação de vagas na universidade, e a abertura de cursos noturnos que pudessem ser frequentados por estudantes trabalhadores.

CM. – Foi quando a Sociologia retornou aos currículos?

TQ. – Exatamente. E aí não podia dar aula (sem a licenciatura) e ficava aquela situação, nossos alunos faziam concursos e não podiam assumir porque não tinham a licenciatura. Então havia essa demanda grande dos alunos.

E aí eu acho que tinha uma certa exigência de ser curso noturno e ser um novo curso, porque algumas pessoas queriam que fosse apenas um complemento do Bacharelado. E o MEC não queria isso, queria que fosse outro curso, com número expressivo de vagas. Havia preocupação com a ampliação de vagas e com um curso mais direcionado ao Ensino das Ciências Sociais. No DCS teve um debate em torno dessa questão, mas acabou prevalecendo a perspectiva que atendia aos interesses do MEC, o que implicou

²² Uma das ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), desenvolvido pelo governo federal, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) foi criado em 2007.

também a vinda de maiores recursos para o departamento, novas vagas, que viabilizassem o novo curso. Simplificando um pouco as coisas, houve uma disputa entre uma visão mais elitista, que defendia, uma licenciatura complemento do bacharelado, que supostamente garantia uma formação de mais qualidade e outra, mais democrática, que abraçava a ideia de abertura de mais vagas, com funcionamento noturno para o acesso dos que não podiam deixar de trabalhar, e sem perder de vista a busca por um padrão de qualidade no novo formato.

CM. – E quando é que você enxerga que há uma mudança no perfil dos aluno(a)s? É com o Reuni?

TQ. – Sim, com o Reuni e com o regime de cotas. É a partir daí. Começam a entrar negros, indígenas, grupos lgbtqia + que antes não tinham muito acesso à universidade. O cenário da praça da Alegria muda completamente, fica muito mais diversificado, refletindo o que acontecia nas salas de aula.

CM. – E como o departamento recebeu e lidou com essa mudança?

TQ. – Eu acho que alguns professores têm uma visão mais elitizada da universidade. Agora, também acho que a maioria considerou positiva essa abertura, o acesso de pessoas de outros estratos sociais, cor/etnia, orientação sexual. E gostou de dialogar com esse público que trazia novas questões e novos desafios à docência.

Essa abertura gerou discussões, algumas pessoas foram contra as cotas, faziam uma defesa irrestrita da meritocracia, apesar de todos os problemas que esse ideário representa, ainda mais num país desigual como o Brasil.

CM. – Você considera que o Departamento foi obrigado, pela força dessa mudança trazida com o Reuni, a se repensar nesse novo contexto?

TQ. – É uma questão complexa, mas havia sim, alguma reação por parte de alguns, que defendiam que a abertura da universidade deveria ser mais lenta, acompanhar o crescimento da infraestrutura, melhorar primeiro a qualidade do ensino e só depois abrir o acesso.

Outra parcela, acredito que a maioria, achava importante democratizar o acesso, abrir as vagas e ir simultaneamente batalhando pela qualidade do ensino.

CM. – Tereza, e como a criação dos dois cursos de graduação muda a feição do departamento em termos temáticos, de oferta de disciplinas, de organização?

TQ. – Há uma reacomodação, com certeza, aumentou muito a demanda por disciplinas e por novas atividades de pesquisa.

Não lembro exatamente quando o departamento começou a se organizar em grandes subáreas, Sociologia, Antropologia e Ciência Política, cada grupo

discutindo internamente as questões próprias a suas disciplinas, decidindo sobre distribuição de disciplinas, sobre vagas, sobre perfis de candidatos as vagas etc., cada grupo levando suas decisões para as reuniões departamentais onde são referendadas ou modificadas. Mas creio que essa dinâmica ajudou a equacionar a gestão de um departamento grande e diversificado.

A chegada da licenciatura levou também a se abrir vagas para professores em disciplinas que antes não eram contempladas, como Sociologia da educação, questões étnico-raciais, meio ambiente.

Penso também que a questão mesma da diferenciação, da estratificação, da desigualdade social ganha mais força, sabe? Tem essa preocupação de trazer mais gente com um olhar para a licenciatura. São novos aluno(a)s que trazem novas questões e desafios.

CM. – Considerando a sua vivência no DCS, e tentando pensar uma linha do tempo e uma memória do departamento, do CCHLA, o que você destacaria como marcos dessa história?

TQ. – Eu acho que tem um momento inicial, principalmente na gestão de Lynaldo, que eu considero muito importante para a universidade, para sua modernização e contraditoriamente, também para sua democratização. Foi um período marcado por muitas lutas pela democratização, pelo direito à escolha de seus dirigentes.

Foram diversos os momentos de luta pela escolha direta dos gestores. Acontecia de a comunidade indicar um nome, que não era aceito pelas instâncias superiores, sendo então nomeado um interventor²³. Aconteceu com o Pe. Chico Pereira, professor de filosofia da UFPB. Havia também muitos protestos contra estas intervenções.

Outro momento importante foi a criação do Mestrado, em 1979, o que levou a dar ênfase maior às questões acadêmicas, ao cuidado com o processo da avaliação, com a elevação do nível do mestrado. Estas preocupações estão presentes também na criação do Bacharelado e posteriormente da Licenciatura.

Outro momento importante, que impactou o cotidiano universitário e a vida departamental, foi durante a gestão do ministro Paulo Renato (entre 1995 e 2003), na gestão de Fernando Henrique Cardoso. Ele instituiu a Gratificação de Estímulo à Docência (GED) que permitia o pagamento de uma gratificação com valor correspondente ao mestrado e ao doutorado, desde que nós atingíssemos determinada pontuação. Ao final de cada ano preencheríamos um relatório com todas as atividades desenvolvidas e devidamente comprovadas que eram entregues a chefia departamental, conferidas e encaminhadas à reitoria para que tivéssemos direito à gratificação. Era um inferno, mas esse modo de controle, que depois é abolido, inaugura o aprofundamento das formas de controle sobre as atividades docentes,

²³ As batalhas por democratização continuam. Atualmente a UFPB é dirigida por um reitor (Valdiney Gouveia, gestão 2020-2024) que não foi eleito pela maioria da comunidade acadêmica, tendo sido nomeado na condição de candidato com o menor número de votos da lista tríplice, pelo governo de Jair Bolsonaro.

que se aprofunda cada vez mais com os avanços da informatização dos processos de trabalho e de controle social.

Acho que precisamos pensar mais sobre o modo como esses controles se dão e sobre sua repercussão no trabalho docente, na autonomia do professor.

CM. – Você considera que nessa primeira década uma marca seria uma mobilização política maior do Departamento?

TQ. – Eu acho. Era mais mobilizado. Havia um engajamento maior, tanto do ponto de vista acadêmico, das questões acadêmicas, como do ponto de vista político, principalmente no que se refere à democratização da universidade e à autonomia do professor.

CM. – Tereza, e como é que é ser professora em um período de ditadura?

TQ. – É muito ruim. Primeiro pelo ambiente de sufoco em que você está. Você está na sala de aula, mas você sente que está sendo vigiada. Você não sabe se tem alguém ali que vai te dedurar, que vai fazer alguma coisa. O próprio ambiente com os colegas, você também não sabe muito bem para quem você fala. É uma coisa opressiva. É um clima que lhe tolhe, que você fica sem muita chance de ousar, de ir mais além, tentar fazer mais alguma coisa. O medo domina, é uma sensação muito forte. A sala de aula fica muito comprometida, o professor não pode sair do *script* pré-determinado, fica com medo de ser penalizado por trazer autores e temáticas tidas como subversivas. Fica uma universidade muito engessada, a minha sensação era essa.

CM. – Nesse sentido, você acha que era um departamento muito visado, pelo tipo de questões que abordava?

TQ. – Quando eu cheguei, eu acho que não era, porque ele estava muito domesticado. A minha impressão é essa. Já tinha existido um expurgo anterior. As pessoas consideradas mais “perigosas” já tinham sido expurgadas, não estavam mais lá. Os que estavam, de certa maneira, já sabiam que as regras do jogo eram aquelas e todo mundo se comportava. Era mais ou menos isso que eu sentia.

Aí, depois, começa. Com o início da abertura democrática e com a entrada de novos professores, aí é que começa um clima de mobilização muito forte. Começamos a poder respirar, porque os espaços de diálogo se ampliam. Você vai conquistando, sonhando, vai conseguindo respirar. A eleição de Neroaldo Pontes foi um marco no processo de democratização. Ele foi eleito com a participação de todos os segmentos da universidade, professores, estudantes, funcionários e era identificado com as demandas democráticas e progressistas.

CM. – O departamento, nessas campanhas todas de redemocratização, de abertura política, tinha um engajamento coletivo?

TQ. – Olha, tinha. A partir dessa entrada (de novos professores). Antes disso ninguém falava em política, ninguém falava nada. Quando começam a entrar esses professores, aqui e acolá se faz uma tomada de posição, uma moção em apoio a Fulano, uma declaração pública condenando algo ou apoiando alguma luta etc. Também avança o processo de sindicalização.

O departamento se posicionava. Aí começa a acontecer, né? Não era só a questão acadêmica também, porque tinha muita coisa em jogo. Muita coisa ao mesmo tempo acontecendo.

CM. – E o CCHLA também?

TQ. – Esse ingresso de novos professores não foi só no nosso departamento. Entrou gente de Letras, de História, de Filosofia, Psicologia, tinha muita gente interessante em todas essas áreas. Então oxigenou o CCHLA, não foi só o Departamento de Ciências Sociais.

As pessoas estavam mobilizadas, tinham vontade de abrir espaços, de lutar por uma universidade mais plural, mais diversa, mais autônoma. O CCHLA e o DCS foram importantíssimos nesse movimento. E para a própria universidade como um todo. Tinha uma liderança o CCHLA, acho que continua a ter.

Havia também maior articulação entre os departamentos, os Centros, em torno de interesses e lutas comuns. As greves iniciais eram muito interessantes, muito mais participativas, o sindicato era mais atuante do que hoje, muito mais. Eu acho que hoje está tudo mais burocratizado, não sei, é preciso repensar.

Era cada discussão naquelas assembleias da ADUF. Muita participação, muito discurso, muito debate. E era um clima mais legal, com debates muito ricos. A ADUF foi criada, em 1978. É outra marca. Porque essa história tem vários atores e várias vertentes.

CM. – E nos anos 1990, o que você percebe de mudança?

TQ. – É um período mais calmo, com reitores eleitos democraticamente, e paralelamente avança o processo de gestão burocrática e controle das atividades, acho que leva a uma individualização maior do trabalho docente, cada um se concentrado nas próprias atividades, e no aumento da produtividade. O engajamento nas atividades docentes é mais pronunciado, com o funcionamento da pós-graduação e a perspectiva de criação do Bacharelado. A informatização da universidade acelera ainda mais o trabalho docente e de certa forma todos ampliamos nosso tempo de trabalho.

CM. – Tereza, em termos de gênero, qual era o lugar das mulheres no Departamento, que lugar ocupavam? Elas estavam nos postos de comando, tinham visibilidade?

TQ. – Desde que entrei na UFPB algumas mulheres ocupam cargos de chefia do departamento. Foram muitas as que ocuparam estes cargos, al-

gumas também chegaram à direção do CCHLA, à coordenação do PPGS, à coordenação do Curso de Ciências Sociais. Foram várias professoras e também professores do DCS que ocuparam a direção do CCHLA, indicando o protagonismo e liderança do departamento no conjunto do Centro e da Universidade, entre eles, Yara Matos, Ângela Wanderley, Ariosvaldo Diniz, Rodrigo Freire.

Outro aspecto relevante é a militância das professoras do departamento que atuavam na área de gênero. Elas passam a ter muita visibilidade e a impactarem não só o departamento, mas a cidade. Foi uma atuação feminina e feminista muito relevante.

CM. – Tereza, e nos anos 2000, qual a marca desse momento?

TQ. – Nos anos 2000 eu acho que foi esse momento de abertura da universidade. Acho que a grande marca foi essa. E lidar com esse novo público, entender como a gente vai lidar, como acolher os alunos e botar para frente essa história, inclusive em termos pedagógicos.

CM. – Muito obrigada pela entrevista, Tereza!

Referências

Paraíba. **Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba. Relatório final / Paraíba.** Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba; Paulo Giovani Antonino Nunes, [et al.] – João Pessoa: A União, 2017.

Parte 2:

Pós-Graduação

O CCHLA e a Antropologia: O Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Paraíba

Marco Aurélio Paz Tella
Flávia Ferreira Pires

Apresentação

O jovem Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Paraíba (PPGA/UFPB), criado em 2011, possui hoje os cursos de mestrado e doutorado (esse criado em 2018), com mais de 100 discentes matriculados, 21 docentes, 156 dissertações de mestrado e 3 teses de doutorado defendidas. Junto com os 10 grupos de pesquisa, o PPGA/UFPB vem contribuindo com pesquisas antropológicas, descentralizando o conhecimento antes concentrado no sudeste brasileiro. O programa de pós atua em pesquisas com temáticas diversas: população preta, povos ciganos, povos indígenas, saúde, Antropologia visual, urbana, patrimônio, festas, meio ambiente, população trans, gênero, crianças e infâncias, culturas juvenis, envelhecimento, em localidades no sertão, brejo, litoral do estado, em cidades de diferentes escalas. Além das pesquisas online e fora do estado.

Essa diversidade de temáticas pode ser explicada pela formação e origem dos docentes e discentes do programa, e pela complexidade social, cultural, econômica e espacial da Paraíba. Além disso, docentes e discentes do PPGA também atuam além dos muros da universidade, junto ao Ministério Público Federal, Defensoria Pública Federal, FUNAI, assessorando entidades, movimentos sociais, poder público e contribuindo para a construção de políticas sociais, confirmando a crescente demanda pelo fazer antropológico. A partir desse panorama e do que é produzido pelo PPGA, podemos certificar as importantes contribuições teórico-metodológico do programa para a Antropologia.

Essa é uma característica relevante do nosso programa, ao atuar tanto na elaboração como na execução de políticas públicas nas áreas de gênero, sexualidade, criança, saúde, LGBTQIA+, indígenas, no reconhecimento de terras indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais – inclusive em áreas urbanas –, em conflitos por moradias na cidade de João Pessoa, em barragens etc. Essa atuação revela um PPGA com forte presença acadêmica e, simultaneamente, consolidando pontes fora da universidade, seja com a sociedade civil, seja com órgãos públicos.

O ano 2018 foi importante para o PPGA, ano da criação do curso de doutorado. Ao fim da Avaliação Quadrienal 2013-2016, dos programas de pós-graduação *stricto sensu*, realizada pela Capes²⁴, o conceito do nosso programa subiu de 3 para 4, o que nos habilitou a pleitear o curso de doutorado. Depois de todos os tramites exigidos pela UFPB e Capes, o doutorado foi criado em 2018. No ano seguinte, em 2019, foi matriculada a primeira turma de doutorado. No ano de 2022 já tínhamos nossa primeira doutora.

**Figura 1: Foto da Primeira Defesa de Doutorado²⁵ em 2022.
Núbia Guedes de Barros Ferreira**



Foto Arquivo do CRIAS – Grupo de Pesquisa Criança, Cultura e Sociedade.

24 Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) realiza periodicamente avaliação dos programas de pós-graduação *stricto sensu*. Com a avaliação, a Capes autoriza a criação de novos cursos e a permanência dos cursos existentes. Aos cursos existentes são atribuídas notas, numa escala de 1 a 7.

25 Tese intitulada Lei de Drogas: Etnografando o Encarceramento da Mulher na Prisão Feminina Maria Júlia Maranhão (João Pessoa-PB). Orientadora profa. Flávia Ferreira Pires (foto). Compuseram a banca: Mônica Franch (UFPB, foto), Luciana Maria Ribeiro de Oliveira (UFPB) como membros internos, Luziana Ramalho Ribeiro (UFPB, foto), Nelson Gomes de Sant'ana e Silva Júnior (UFPB, foto) e Claudia Lee Williams Fonseca (UFGRS) como membros externos.

O início do PPGA/UFPB

O PPGA/UFPB possui uma especificidade: ser o único programa vinculado a dois Centros da UFPB, o CCAE e o CCHLA²⁶. Em 2009, antropólogas e antropólogos lotados em departamentos e centros distintos, começaram a esboçar o projeto de criar um curso de mestrado em Antropologia na UFPB. Até aquele momento eram dois grupos de antropólogos/as que pouco se conheciam.

Um grupo era formado por oito antropólogas/os lotados no Departamento de Ciências Sociais do CCHLA (DCS/CCHLA), localizado no campus I, em João Pessoa. Os/as antropólogos/as que formavam esse grupo eram: Alícia Ferreira Gonçalves, Ednalva Maciel Neves, Flávia Ferreira Pires, Maria Otília Telles Storni, Mauro Koury, Patrícia Goldfarb, Maristela Oliveira de Andrade e Mônica Franch. Os/as docentes do DCS/CCHLA atendiam diversos bacharelados do campus I da UFPB, com prioridade aos cursos de bacharelado em Ciências Sociais e licenciatura em Ciências Sociais.

O outro grupo, formado pelos/as docentes lotados/as no Departamento de Ciências Sociais do CCAE (DCS/CCAE), foi resultado do processo de interiorização da universidade pública, implementada pelo governo Lula. O projeto REUNI²⁷ possibilitou a criação de novas Universidades, Institutos Federais e novos campus, distante das capitais e das grandes cidades. Com o novo campus IV da UFPB, fundado em 2006, nasciam novos cursos, dentre eles, o bacharelado em Antropologia, criado em 2007, o terceiro bacharelado²⁸ do país. A cidade sede do curso é Rio Tinto, uma cidade operária²⁹ e que faz fronteira com a Terra Indígena Potiguara. Eram seis os/as docentes: Silvana Nascimento, Lara Amorim, Fabio Mura, Alexandra Barbosa da Silva, João Martinho Braga de Mendonça e Marco Aurélio Paz Tella.

Foram inúmeros encontros, cada docente carregando suas experiências dos programas de pós, por onde passaram durante suas formações. Embora todos/as docentes vinculados à mesma Universidade, as particularidades relacionadas ao Departamento e Centros de origem de cada grupo foram narradas e discutidas. Havia os prós e contras de se criar um programa de pós-graduação vinculados a dois centros. Todo esse contexto fez das reuniões, dos dois grupos, densas, mas muito produtivas, dando sinais da formação de um único grupo, mobilizado para escrever o projeto para a Capes, seguindo os trâmites da universidade e da própria Capes.

Assim, as diferenças entre os grupos, as demandas e especificidades de cada Departamento e Centros foram potencializadas e incorporadas ao projeto de

26 CCAE – Centro de Ciências Aplicadas e Educação e CCHLA – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes.

27 Criado em 2007 pelo governo Lula, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) teve como missão a expansão da educação superior, ampliando o acesso e a permanência na educação superior.

28 O primeiro curso foi criado em 2005 em Goiânia, na Universidade Católica de Goiás, e o segundo em 2007, na cidade de Benjamin Constant/Alto Solimões, na Universidade Federal do Amazonas.

29 A cidade de Rio Tinto, com aproximadamente 24.000 habitantes, está localizada no litoral norte paraibano, fazendo parte da Região Metropolitana de João Pessoa, distante 60 km da capital paraibana. Rio Tinto é uma cidade operária, projetada e construída para atender toda a demanda fabril da Companhia de Tecidos de Rio Tinto, fundada em 1924. A CTRT, de propriedade da família de origem sueca Lundgren, encerrou suas atividades econômicas em meados da década de 1980.

criação do curso de mestrado acadêmico *stricto sensu*. No decorrer desse processo tivemos o apoio incondicional da Pró-reitora de Pós-Graduação e Pesquisa³⁰ (PRPG da UFPB), e do professor Isac Almeida de Medeiros. Por meio do professor Isac, a PRPG deu todo o apoio possível para a criação do curso. O próprio professor Isac participou de algumas das nossas reuniões ou nos recebeu em seu gabinete. O apoio da PRPG/UFPB foi fundamental para a criação do PPGA.

Por meio da PRPG, em 2010, recebemos a visita e consultoria da professora Bela Feldman-Bianco³¹, devido sua atuação na área de Antropologia da Capes. A professora Bela foi muito importante para a construção do projeto da Pós. Foram realizadas reuniões e visitas no CCHLA e CCAE. Em dezembro de 2023, em visita à João Pessoa, para a participação da “Jornada 70 anos da primeira RBA”³², mesa realizada para celebrar os 70 anos da primeira Reunião Brasileira de Antropologia (RBA), a professora Bela Feldman lembrou de sua visita em 2010, fazendo referência a existências de dois grupos de antropólogos/as. Na mesa realizada em dezembro de 2023, Bela Feldman afirmou que, ao fim de sua visita em 2010, avistou o nascimento de um único grupo, qualificado para elaborar o projeto.

Em suma, o processo de construção do projeto para criação do PPGA contou com os/as antropólogos dos dois Centros, usufruiu da estrutura e orientações da PRPG, com destaque ao professor Isac e a consultoria da professora Bela. Em março de 2011 iniciam as aulas da primeira turma de mestrado *stricto sensu*. Em 2013 temos nosso primeiro mestre em Antropologia formado pela UFPB.

Para facilitar os trâmites burocráticos (ainda não havia um sistema eletrônico, nem o SIGAA), para gerenciamento de todas as atividades da vida acadêmica e para facilitar deslocamentos da maior parte de discentes e docentes, a secretaria e a sala de aula do PPGA estão sediadas no campus I em João Pessoa. Em acordo com a resolução do nosso Programa, desde a primeira gestão, foi determinada que a coordenação e a vice-coordenação fossem assumidas por docentes de João Pessoa (CCHLA) e de Rio Tinto (CCAE), alternando a cada mandato seus integrantes. Sempre bom ressaltar que a coordenação do Programa é um trabalho compartilhado pelos dois docentes. Dessa forma, garantimos que os/as docentes de ambos os Centros participem ativamente dos mandatos da coordenação, dos processos de gestão desta pós-graduação e da representação do Programa em cada Conselho de Centro a qual o PPGA tem direito de assento.

30 A PRPG foi desmembrada, retirando a Pesquisa da PRPG e criando a Pró-Reitoria de Pesquisa, a Propeq.

31 É professora do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social e do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais e, ainda coordenadora adjunta do Centro de Estudos de Migrações Internacionais, todos na UNICAMP. Foi presidente da Associação Brasileira de Antropologia (2011-2012), representante da Área de Antropologia e Arqueologia da CAPES (2005-2007).

32 Mesa realizada em 14 de dezembro de 2023, no CCHLA/UFPB, em parceria com a Associação Brasileira de Antropologia (ABA). A mesa contou com as presenças de Andréa Zhouri (presidenta da ABA), Bela Feldman-Bianco (UNICAMP), Edilma do Nascimento Souza (UNIVASF e egressa do PPGA), Vanderlan da Silva (PPGCS/UFCG), Maristela Oliveira de Andrade (PPGA/UFPB).

Figura 2: Foto da primeira defesa de mestrado em 2013, de Antônio Luiz da Silva³³.



Foto Arquivo do CRIAS.

Para registro da memória do PPGA e, ao mesmo tempo, homenageando todos/as colegas que passaram pela coordenação do Programa, dedicando parte significativa do seu tempo à coordenação e à administração pública, citaremos o período da gestão, nome, cargo e Centro: A primeira coordenação, 2011-2013 foi de Silvana Nascimento (coordenadora, CCAE) e Monica Franch (vice, CCHLA); a segunda 2013-2015: Maristela Oliveira de Andrade (coordenadora, CCHLA) e Lara Amorim (vice, CCAE); a terceira 2015-2017: João Martinho de Mendonça (coordenador, CCAE) e Márcia Reis Longhi (vice, CCHLA); quarta 2017-2019: Patricia Goldfaber (coordenadora, CCHLA) e Pedro Nascimento (vice, CCAE³⁴); quinta 2019-2021: Alexandra Barbosa (coordenadora, CCAE) e Alicia Ferreira/Carlos Xavier (vice, CCHLA); sexta 2021-2023: Márcia Reis Longhi (coordenadora, CCHLA) e Marco Aurélio Paz Tella (vice, CCAE) e, atualmente, 2023-2025, Marco Aurélio Paz Tella (coordenador, CCAE) e Flávia Pires (vice, CCHLA). A todas coordenadoras e coordenadores que nos antecederam, o PPGA é muito grato!

Enfim, de certa forma, um Programa de Pós, vinculado a dois centros e três cursos de graduação nos favoreceu na integração entre ensino e pesquisa e entre a graduação e pós-graduação. Os/as docentes que fazem parte do PPGA atuam junto às graduações de seus respectivos centros desenvolvendo atividades de ensino, mas também de pesquisa (PIBIC, PIVIC) e extensão universitária (PROEXT), o que faz com que os/as discentes se insiram, desde os primeiros períodos do curso, em grupos de pesquisa, despertando assim vocações acadêmicas. Essa aproximação entre o PPGA e os cursos de graduação tem nos grupos de pesquisa um dos principais protagonistas.

33 Dissertação intitulada *Pelas beiradas: duas décadas do ECA em Catingueira - PB*. Orientadora Flávia Ferreira Pires. Banca avaliadora Mônica Franch (UFPB) e Fernanda Bittencourt Ribeiro (PUC/RS).

34 No ano de 2019, o professor Pedro Nascimento foi transferido para o DCS/CCHLA.

Os grupos de pesquisa

Escrever sobre os grupos de pesquisa vinculados ao PPGA, liderados pelos/as docentes do programa é muito especial. Cada grupo de pesquisa possui uma dinâmica que o distingue de outro, variando, por exemplo, em número de membros. Todos os grupos elaboram e desenvolvem projetos de pesquisa e/ou extensão, envolvendo discentes da graduação e pós-graduação, além dos encontros destinados à leitura e discussão sobre autores/as, artigos e livros.

A aproximação de discentes das graduações e da pós-graduação é celebrado e incentivado pelo PPGA. A coordenação do PPGA procura alinhar suas atividades – como aulas inaugurais, mesas redondas, simpósios e outros eventos acadêmicos – com o calendário acadêmico dos cursos de graduação. Os grupos de pesquisa são importantes nesse processo. São nos grupos de pesquisa que há um contato mais contínuo entre discentes da pós e da graduação, seja nas atividades como grupo de estudos, seja na participação de projetos de pesquisa e extensão coordenados/as pelos docentes líderes dos grupos de pesquisa. Importante ressaltar que um número significativo de discentes da pós vem da graduação, por meio da sua participação nos grupos de pesquisa.

Os grupos de pesquisa atualmente vinculados ao PPGA são: Grupo de Estudos em Território e Identidade (Geti); Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Cultura, Sociedade Ambiente (GIPCSA); Grupo de Pesquisa em Saúde, Sociedade e Cultura (GRUPESSC); Laboratório de Estudos em Processos Técnicos (Téchnai), Grupo de Pesquisa Criança, Cultura e Sociedade (CRIAS); Antropologia Visual, Artes, Etnografias e Documentário (AVAEDOC), Grupo de Estudos e Pesquisas em Etnografias Urbanas (Guetu); Laboratório de Antropologia, Política e Comunicação (LAPA), Grupo de Estudos Culturais (GEC); e Grupo de Pesquisa Identidade e Memórias das Classes Populares Rurais e Urbanas (IMCP).

Por meio desses grupos os discentes participam de atividades fora dos muros da universidade, em movimentos sociais, em trabalhos de campo coletivos, promovendo diálogos e debates com lideranças sociais, gestores/as públicos, operadores/as do direito, profissionais da saúde e educação. Dessa forma, nossa missão, definida em resolução – produção de pesquisa; qualificação profissional em consultoria e assessoria; qualificação para docência acadêmica –, é ampliada e redefinida na prática pelos grupos de pesquisa. Assim, o PPGA vai além da sua missão institucional. As dinâmicas de cada grupo são diversas, e seus campos de atuação vão se fortalecendo e expandindo. Por isso, convidamos o/a leitor/a a visitar os blogs, site e perfis das redes sociais digitais, mantidas pelos grupos de pesquisa. São nessas plataformas que podemos nos informar e conhecer o que cada grupo está fazendo, promovendo e produzindo.

Além de estarem vinculados ao PPGA, os grupos de pesquisa atuam de acordo com as 5 linhas de pesquisa do Programa. São 5 eixos que orientam as atividades acadêmico-científicas do PPGA, a saber: I – Imagens, Patrimônios, Artes e Performances; II – Corpo, Saúde, Gênero e Geração; III – Território, Identidade e Meio ambiente; IV – Etnografias e sociabilidades urbanas; V – Políticas Sociais e Desenvolvimento³⁵. As linhas de pesquisa foram reformuladas em 2018, ano do início do curso de doutorado

35 Para ter mais informações sobre as linhas de pesquisa, ementas e docentes vinculados em cada linha, acessar <https://cchla.ufpb.br/ppgAntropologia/contents/menu/linhas-de-pesquisa>.

no PPGA. Se passou de 4 para as atuais 5 linhas. Em reunião de colegiado foi firmado que cada docente se vincule a duas linhas de pesquisa. Sendo assim, por consequência, os grupos de pesquisa e seus integrantes, assim como os/as orientandos/as³⁶ de cada docente pertençam, a pelo menos, uma linha de pesquisa.

A pandemia

O período pandêmico foi um desafio para toda a sociedade brasileira. Restrições sociais, proibições em circular, mortes, notícias devastadoras circularam pela imprensa e redes sociais, afetando toda a sociedade, com maior impacto a população mais pobre. A Covid-19 e a falta de enfrentamento adequado em decorrência do desgoverno do Jair Messias Bolsonaro, não só matou, mas fez com que muitas pessoas adoecessem física e mentalmente. No nosso programa não foi diferente. A pandemia também nos atingiu.

Logo após o início das aulas, em março de 2020, o governo estadual publicou o Decreto Estadual nº 40.122, de 13 de março de 2020³⁷, determinando medidas que acarretaram a suspensão das aulas. Como consequência do decreto, as atividades dos grupos de pesquisa foram suspensas e, talvez, o que mais apavorou nossos discentes foi a impossibilidade de realizar trabalho de campo, seja pelas restrições de circulação, seja pela suspensão das atividades dos espaços onde eram realizados o trabalho de campo. O trabalho de campo vem sendo considerado a pedra de toque da Antropologia, sem a qual a disciplina perde sua distinção.

Depois de algumas semanas do Decreto e de reflexões sobre os impactos daquela pandemia, o PPGA começou a (re)agir. Nesse processo, os grupos de pesquisa foram cruciais. Destacamos aqui três aspectos. O primeiro foi na retomada de encontros. Com a universidade fechada e as aulas suspensas³⁸, os encontros em salas virtuais que os grupos de pesquisa estavam promovendo foram de suma importância. Há relatos de encontros de grupos de pesquisa que iam além das discussões acadêmicas como, por exemplo, discentes e docentes expressarem suas tristezas, solidão, medos, angústias, ansiedades, que acompanhavam o cotidiano de grande parte da população brasileira. Dessa forma, muitos encontros de grupos de pesquisa tinham a relevante incumbência da escuta, do acolhimento e do cuidado.

O segundo aspecto foi uma reação acadêmica, por meio de mesas temáticas, simpósios, *lives*, oficinas, encontros abertos etc. Todas essas atividades³⁹ foram realizadas em salas virtuais e organizadas pelos grupos de pesquisa, com o propósito de atender as antigas e novas demandas, que surgiram com a pandemia. Grande parte dessas atividades podem ser assistidas nos canais de YouTube e perfil da

36 Ao se inscreverem na seleção de mestrados e doutorado, o/a candidato/a deve optar por uma linha de pesquisa.

37 Tais medidas restritivas visam conter a disseminação do novo coronavírus na Paraíba. O decreto determinou o fechamento e suspensão de atividades em academias de ginástica, ginásios, centros esportivos públicos e privados, shoppings, cinemas, teatros, circos, galerias comerciais, bares, restaurantes, casas de festas, casas noturnas, atividades comerciais não essenciais, parques de diversão, embarcações turísticas em todo o Litoral paraibano.

38 As aulas no PPGA foram retomadas no segundo semestre de 2020, em salas virtuais e, presenciais, somente no primeiro semestre de 2022.

39 Para melhor visualizar essas atividades, o leitor pode acessar o perfil dos grupos de pesquisa nas plataformas virtuais como o Instagram e Youtube.

plataforma Instagram dos grupos de pesquisa. Todo esse material produzido está registrado, formando um conjunto de documentos que podem ser facilmente acessados para consultas, pesquisas etc. Perfis de grupos de pesquisa no Instagram se tornaram um acervo de publicações e lives, surpreendente e singular.

Figura 3 e 4: Card de divulgação no Instagram dos Grupos de Pesquisas AVAEDOC (@avaedoc) e Guetu (@guetu.ufpb), ambos em 2020

III Mostra
Arandu de Filmes
Etnográficos

24 de agosto a 16 de outubro de 2020
(exibições online)

Transmissões pela plataforma Zoom
e pelo Youtube
<http://mostraarandu.blog/>
<https://avaedoc.blog/>
@avaedoc

GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS
EM ETNOGRAFIAS URBANAS - UFPB
ENCONTROS TEMÁTICOS

THIAGO OLIVEIRA | 22-maio | 15h | ONLINE

FAZER O VAZIO

URBANIZAÇÃO E FORMAS DE OCUPAÇÃO ESTATAL NA AMAZÔNIA

+ DISCUSSÃO DE "O QUE A FRONTEIRA ESCONDE?".
BY BEGOÑA ARETXAGA

Figura 5: Card de divulgação do Grupo de Pesquisa no Instagram CRIAS (@criasufpb) em 2021.

CRIAS EXTRA MUROS
CONVIDA:

"INVISIBILIDADE E PARTICIPAÇÃO: DESAFIOS DOS ESTUDOS DA INFÂNCIA"

ESTA SEMANA RECEBEREMOS A PROFESSORA MARIA LETÍCIA QUE É PEDAGOGA, DOUTORA EM EDUCAÇÃO (FEUSP) E PÓS-DOUTORA EM SOCIOLOGIA DA INFÂNCIA. É DOCENTE DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (FEUSP). TRABALHA E PESQUISA OS CAMPOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL, COM DESTAQUE À CRECHE, E DA SOCIOLOGIA DA INFÂNCIA. COORDENA O GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISA SOCIOLOGIA DA INFÂNCIA E EDUCAÇÃO INFANTIL (GEPSI).

~ ~ ~

Sugestão de leitura (disponível na web)

NASCIMENTO, Maria Leticia B. P. (In)visibilidade das crianças e (n) as cidades: há crianças? onde estão? *EDUCAÇÃO EM FOCO* (JUIZ DE FORA), v. 23, p. 79-96, 2018.

NASCIMENTO, Maria Leticia. Breve reflexão a respeito da pesquisa sobre protagonismo e participação da/na infância. *Cuadernos de infancia*, Valparaíso - CL, 18 out. 2019. Disponível em <https://cuadernosdeinfancia.cl/> (p.2)




25/06 às 9:00 hr de Brasília
Link de acesso:
<https://meet.google.com/kwx-hnbc-thr>

Figura 6: Card de divulgação do Grupo de Pesquisa no Instagram GRUPESSC (@grupessc_ufpb) em 2021.

GRUPESSC e o projeto de extensão FALANDO SOBRE AIDS convidam:

ATIVISMOS, POLÍTICAS DA MEMÓRIA E A RESPONSABILIDADE SOCIAL EM HIV/AIDS

Carlos Guilherme Octaviano do Valle
(PPGAS/UFRN)

**SEGUNDA-FEIRA
26 DE JULHO**

VIA GOOGLE MEET

18:00 HORAS

Realização:

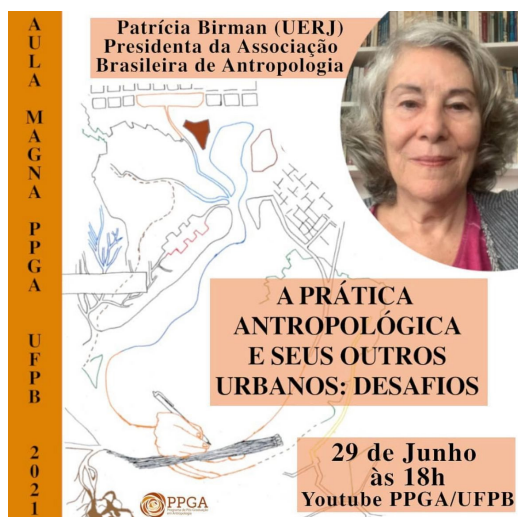



Atividade em projeto dentro o abertura do Hospital 2017, Foto: DANILO/353 Ministério da Saúde

Esses são materiais de divulgação de atividades remotas promovidas durante a pandemia, por alguns grupos de pesquisa vinculados ao PPGA. Os perfis dos grupos de pesquisa no Instagram são, até então, canais importantes para divulgação dessas

atividades. O PPGA também possui um perfil na plataforma do Instagram⁴⁰ e um canal no YouTube⁴¹. Com a pandemia, essas plataformas foram utilizadas como meio para comunicar, divulgar e transmitir eventos. E assim continuaram após o fim da pandemia. Nessas plataformas virtuais há mesas redondas e conferências e, especificamente, no Instagram, a publicidade de todas as atividades acadêmicas promovidas pelo Programa. Segue logo abaixo alguns cards:

Figura 7, 8, 9: Cards de aulas de abertura das atividades do semestre, promovidas pelo PPGA/UFPB, divulgadas no Instagram do Programa (@ppga. ufpb), nos anos de 2020, 2021 e 2023 respectivamente.



40 @ppga.ufpb

41 @ppgaufpb3945



Esses cards se referem às aulas inaugurais de início de semestre. As aulas das professoras Andrea Zhouri e Patrícia Birman aconteceram durante a pandemia, por isso foram transmitidas pelo canal do YouTube. A aula do professor Russel Scott, pós-período pandêmico aconteceu presencialmente.

Outro exemplo, movidos pela vontade de continuar e manter relações apesar do distanciamento social, o CRIAS deu início a uma série de encontros on-line que chamamos de “CRIAS EXTRA-MUROS”. O webinar, que nasceu de forma despretensiosa, teve 3 edições entre 2020 e 2021, reuniu mais de 500 participantes, recebeu 33 professores pesquisadores do Brasil, América Latina, África e Portugal, contando com a presença do ilustre professor Manuel Sarmento. Como fruto do Webinar, foi lançado o livro “CRIAS EXTRA-MUROS” com apoio da editora da UFMA (Pires *et all*, 2023).

O terceiro movimento de discentes e docentes do PPGA foi produzir dissertações e teses e a criação do Observatório Antropológico da Covid-19⁴². O Observatório, uma iniciativa de discentes e docentes do Programa, procurou mapear e fortalecer ações de auxílio a comunidades em situação de vulnerabilidade social, a exemplo dos indígenas, quilombolas, ciganos e pessoas que vivem nas periferias urbanas da Paraíba, agravados pela pandemia da Covid-19. A atuação foi realizada por meio de uma equipe que registrava as demandas e buscava o acompanhamento de respostas para elas.

42 O Observatório buscou financiamento junto à Agence Universitaire de la Francophonie (AUF) para a compra de materiais preventivos, como máscaras reutilizáveis, água sanitária, sabão e álcool gel.

Há também a produção de dissertações e teses que tem como temática a Covid-19. Essas pesquisas fazem parte de um projeto nacional, O “Antropo-Covid”⁴³, com sede na UFPB, envolvendo outras universidades: UnB, UFSC, UFAM, UFPA e Unicentro/PR). O projeto é coordenado por doze professoras e pesquisadoras, antropólogas da saúde, e estudantes de graduação, mestrado e doutorado. A coordenação geral é de Sônia Maluf (UFSC – coordenadora principal), Mônica Franch (UFPB) e Soraya Fleischer (UnB). A professora Sônia Maluf inclusive foi professora visitante da UFPB entre setembro de 2018 e julho de 2020. A pesquisa oportunizou bolsas e a realização de, pelo menos, uma dezena de dissertações e teses dentre outras pesquisas importantes que responderam rapidamente à demanda social.

Foi durante a pandemia que tivemos a sorte de contar com a presença marcante da professora Maria Elena Martinez Torres, professora visitante da *Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social* – CIESAS/México, entre julho de 2019 e junho de 2023. A professora foi coeditora da *Áltera: Revista de Antropologia*, ministrou disciplinas, participou de eventos e bancas, orientou e coorientou dissertações e teses, além de participar das reuniões do colegiado do Departamento de Ciências Sociais do CCHLA e ministrar disciplinas na graduação. Sua presença foi facilitada através de um convênio internacional entre as universidades, conquistado pela professora Alícia Ferreira Gonçalves⁴⁴, que permitiu o seu intercâmbio, além do intercâmbio e pesquisas colaborativas de discentes, no âmbito do programa Capes-Print.

É muito difícil fazer um recorte sobre os eventos, as produções e pesquisas do PPGA. As atividades acima apresentadas são alguns exemplos de como os grupos de pesquisa e a coordenação do PPGA se mobilizaram para acolher nossos discentes e docentes e, a partir daquele delicado e triste período, produzir conhecimento.

Antes de encerrar essa seção do texto, não podemos deixar de mencionar o falecimento, no fim de agosto de 2021, do nosso colega, professor Mauro Guilherme Pinheiro Koury, membro do PPGA desde o início do programa. Professor do DCS/CCHLA da UFPB desde 1979, contribuiu com a formação de inúmeras gerações de cientistas sociais e antropólogos. Era editor da RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção e da Sociabilidades Urbanas de Antropologia e Sociologia, ambas atreladas ao Grupo de Pesquisa em Antropologia e Sociologia das Emoções (GREM) e ao Grupo Interdisciplinar de Estudo em Imagens (GREI). Mauro Koury foi vítima da Covid-19. A notícia de sua morte impactou colegas docentes, discentes e orientandos/as. Deixamos aqui nossa homenagem.

Não é só visibilidade

Nesses 13 anos do PPGA, discentes e docentes organizaram alguns eventos e publicações importantes ao Programa. Dezembro de 2015 marca um importante momento para o Programa, o início das atividades do nosso periódico, a *Áltera: Revista de Antropologia*⁴⁵. Desde o início a *Áltera* sempre foi muito bem dirigida,

43 O projeto tem financiamento da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Universidade Federal de Pernambuco (Fad-UFPE).

44 A professora Alícia Gonçalves coordenou o projeto “Escola de Altos Estudos Sociedade, Cultura e Ambiente: faces do desenvolvimento sustentável”, no programa 61 Escola de Altos Estudos – EAE.

45 Link da *Áltera: Revista de Antropologia* – <https://periodicos.ufpb.br/index.php/altera>

por docentes e discentes que sempre formaram equipes editoriais dinâmicas, com compromisso e responsabilidade. Em pouco tempo a *Áltera* obteve o Qualis A4⁴⁶, confirmando reconhecimento pelos pares. Nesses poucos anos de existência, a revista *Áltera* vem cumprindo sua missão de forma exemplar, contribuindo para o debate teórico, metodológico e empírico da Antropologia.

Antes de listarmos alguns desses eventos, ressaltamos que esses eventos não foram apenas importantes pelo prisma acadêmico. Os eventos organizados pelos integrantes do Programa foram relevantes porque, na organização do evento, foram reunidas pessoas dispostas a realizarem um trabalho coletivo, (com)partilhando tempo, espaço e trabalho. Ficou evidente o ambiente de comunhão e afetos.

Os eventos foram importantes por reunirem pesquisadores/as de todo o Brasil, possibilitando diálogos e trocas essenciais para a formação dos/as nossos/as discentes e, ao mesmo tempo, dar visibilidade ao nosso Programa. A realização de eventos anuais e bianuais como a realização da Semana de Antropologia em 2011, 2012 e 2013 é um exemplo do que estamos falando. Esses 3 eventos possibilitaram o intercâmbio de docentes e discentes desta instituição com aqueles de outras regiões do país: além do Nordeste, Norte, Sudeste, Sul e Centro-oeste.

Organizada pelo Laboratório de Antropologia Visual, o Arandu, vinculado ao curso de bacharelado em Antropologia do CCAE/UFPB, e do grupo de pesquisa AVAEDOC, em parceria com o Núcleo de Documentação Cinematográfica (Nudoc/UFPB) foi realizada em 2013 em João Pessoa, no Cine Aruanda, a mostra e filmes “Cinema Paraibano: Memória e Preservação”. Outros eventos foram organizados, como as Mostras Internacionais Jean Rouch (2010), Pierre Perrault (2012) e VARAN (2015 e 2016). Esses eventos foram pontos altos para a linha de pesquisa de Imagens, Patrimônios, Artes e Performances, na medida em que viabilizaram Mostras gratuitas para o grande público, tanto quanto discussões qualificadas na interface de cinema e Antropologia, com a presença de pesquisadores estrangeiros.

O PPGA, em parceria com grupos de pesquisa, organizou 2 simpósios. O primeiro foi o “Simpósio Laudos Antropológicos em Perspectiva”, no campus I, em João Pessoa, realizado em novembro de 2013, que reuniu pesquisadores de diversas instituições nacionais para discutir dispositivos jurídicos e laudos antropológicos; o papel do antropólogo, os condicionantes em campo e que etnografia há nos laudos.

O segundo foi o “Simpósio (Sem) Fronteiras”, realizado em dezembro de 2014, que congregou pesquisadores de várias instituições (USP, UFC, UFCG etc), no Campus IV da UFPB, fortalecendo a presença e a visibilidade do PPGA junto às instituições parceiras bem como na região do litoral norte da Paraíba. Em 2015, também tivemos a primeira Reunião de Antropologia da Saúde, organizada pelo GRUPESSC, com pesquisadores vindos de outros estados e instituições.

Em novembro de 2017, o grupo de Pesquisa CRIAS realizou a “I Jornada de Estudos da Infância, Vozes do CRIAS” com uma intensa programação que contou com a participação da comunidade, das próprias crianças e professoras pesquisadoras de Alagoas e Pernambuco. Em cada mesa, um representante do grupo estava presente. Ao mesmo tempo, houve um compartilhar de conhecimento através da presença de pesquisadores em diferentes graus de formação, desde alunos de graduação a professores de pós.

46 O Qualis da *Áltera* foi de B4 para A4, publicada em dezembro de 2022, com base no quadriênio 2017-2020.

Figura 10: Cartaz de Programação da I Jornada de Estudos da Infância, Vozes do CRIAS realizada em 2017.

CRIAS
GRUPO DE PESQUISA
Criança, Sociedade e Cultura

APRESENTA

**I JORNADA DE ESTUDOS DA INFÂNCIA
- VOZES DO CRIAS -**

Dia: 13 de novembro de 2017
Início às 08h
Auditório 212 do Centro de Educação - UFPB
Inscrições* no dia e local do evento
*** (CONTRIBUIÇÃO VOLUNTÁRIA - R\$ 20 de ALIMENTO PARA DOAÇÃO A EVOT) CERTIFICADOS PARA QUINILTES**

Financiamento:
Centro de Ciências Humanas Letras e Artes (CCHLA - UFPB)
Departamento de Ciências Sociais (DCS - UFPB)
Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA - UFPB)
Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS - UFPB)

Maiores informações:
Facebook: CRIAS UFPB
Email: vozesdoeias@gmail.com

Apoio:

Realização: CRIAS-UFPB

CNPq
CAPES

Os direitos autorais deste cartaz são reservados para as crianças participantes em nome da pesquisa de Oliveira integrante do CRIAS UFPB anos 471 - 15 anos JCS - 17 anos RAC - 18 anos.

da crise nacional e de todos os cortes de recursos que estavam ocorrendo naquele momento, a RBA obteve grande sucesso e recebeu mais de 2.500 inscrições, com pesquisadores/as de todo o país e do exterior. A RBA foi um momento de visibilidade e, ao mesmo tempo, de reconhecimento do trabalho que vem sendo desenvolvido desde 2011, ano da fundação do PPGA.

Para comemorar o aniversário de 10 anos do PPGA, em 2021, a coordenação do Programa (Márcia Longhi, Marco Aurélio Paz Tella), junto com a professora Patrícia Goldfarb, organizaram o livro “Antropologias, diversidades e urgências: 10 anos de pesquisas no PPGA/UFPB”⁴⁷, uma compilação de artigos escritos por pesquisadoras/es docentes e discentes, docentes e egressos que estão ou foram vinculados/as ao Programa.

Figura 10: Linda capa do livro, idealizada e desenhada pelo nosso mestrando, a época, João Velame, Antropologias, Diversidades e Urgências: 10 anos de pesquisa no PPGA/UFPB.



⁴⁷ Link para acessar o livro: <http://www.editora.ufpb.br/sistema/press5/index.php/UFPB/catalog/book/1043>

Publicado pela editora da UFPB, a capa expressa e o livro apresenta de que forma o Programa é atravessado por pesquisas urbanas, com povos considerados tradicionais, quilombolas, ciganos e indígenas, gênero, sexualidade, saúde, juventude, infância e ciclo de vida; Antropologia visual, campesinato e estudos rurais, Estado e modos de governo, técnica, dentre outras questões relevantes para a Antropologia e áreas afins.

Há outro livro, prestes a ser publicado, também pela editora da UFPB “*Antropologias da Paraíba*”, organizado pela coordenação do Programa (Marco Aurélio Paz Tella e Flávia Ferreira Pires). Da mesma forma que o livro publicado em 2021, esse livro será composto por textos resultantes de parcerias entre docentes, discentes e egressos.

Ambos os livros traduzem o espírito coletivo e atende a finalidade de publicar parte da produção científica do PPGA. Os artigos publicados em ambos são resultados de parcerias de pesquisas entre docentes, discentes e egressos, de anos, algumas mais recentes, outras que iniciaram na graduação e se desdobraram ao longo do mestrado e do doutorado. Desse modo, mesmo não sendo um critério para seleção dos artigos, esses espelham a diversidade das temáticas e revelam a consistência de seus campos de estudo. Assim, a proposta dos livros foi apresentar um panorama dos campos de investigação e da diversidade das pesquisas do PPGA.

Para terminar

Antes de concluir não poderíamos deixar de dizer que o CCHLA pode ser considerado a casa do PPGA. Contamos com o apoio de diferentes diretores de centro, em especial citamos Rodrigo Freire do Departamento de Ciências Sociais, que como vice-diretor e diretor vem sem nosso incentivador, não medindo esforços para tornar nossas atividades de pesquisa, ensino e extensão menos árduas. Nosso obrigado pelo abrigo e pelo estímulo.

O Programa é uma construção coletiva, assim como tudo que vale a pena. São mentes e corações dispostos a construir um jeito de fazer ciência que seja democrático, atento às minorias políticas – como crianças, pessoas trans, ciganos, população negra, quilombolas, mulheres, indígenas, jovens, para citar alguns. Para exemplificar e terminar com chave de ouro apresentamos o coletivo dos alunos, o Nean Oju Obá, de estudantes e egressos negras e negros, criado no ano de 2020, em meio à crise sanitária do novo coronavírus. A origem do coletivo está relacionada às experiências vividas desses corpos negros no ambiente acadêmico e os atravessamentos e incômodos de uma estrutura racista e desigual. Uma das primeiras ações do Coletivo foi criar o Curso Preparatório Negritudes na Pós, destinado a estudantes negras e negros que desejam ingressar no PPGA. Atualmente em sua quarta edição, o Curso conta com o apoio de aproximadamente dez alunos/as da pós-graduação em Antropologia e voluntários/os como facilitadores da discussão dos referenciais teóricos, que ministram oficinas específicas sobre produção de ensaio teórico que integra o processo seletivo, além de orientações para produção e organização do currículo Lattes. Uma experiência exitosa e representativa.

Figura 11: Logo do Coletivo de Alunos e Alunas: Nean Oju Obá: Núcleo de Estudos e Pesquisas de Antropologia Negra.



O jovem PPGA parabeniza o CCHLA pelo seu meio século. Viva o CCHLA!

Referências

LONGHI, Márcia Reis. TELLA, Marco Aurélio Paz. GOLDFARB, Maria Patricia Lopes. **Antropologias, Diversidades e Urgências: 10 anos de pesquisa no PPGA/UFPB.** João Pessoa, Editora UFPB. 2022.

SILVA, Antônio Luiz. **Pelas beiradas: duas décadas do ECA em Catingueira – PB.** Dissertação (Mestrado em Antropologia) – PPGA/UFPB, 2013.

FERREIRA, Núbia Guedes de Barros. **Lei de Drogas: Etnografando o Encarceramento da Mulher na Prisão Feminina Maria Júlia Maranhão (João Pessoa-PB).** Tese (Doutorado em Antropologia) – PPGA/UFPB, 2022.

PIRES, Flávia Ferreira. CAVALCANTE, Mohana Ellen Brito Moraes. SOUSA, Emilene Leite de. **Crias extra-muros: ciclo de debates sobre crianças e infâncias durante a pandemia de Covid-19.** São Luís, UDUFMA – Editora da Universidade do Maranhão, 2023.

PIRES, Flávia Ferreira. TELLA, Marco Aurélio Paz. **Antropologias da Paraíba.** João Pessoa, Editora UFPB. No prelo.

Relato sobre a criação do Programa de Pós-graduação em Ciência Política e Relações Internacionais

Henrique Zeferino de Menezes
José Henrique Artigas de Godoy
Samir Perrone de Miranda
Túlio Sergio Henriques Ferreira

Criação e desenvolvimento do PPGCPRI

O esforço de criação do Programa de Pós-graduação em Ciência Política e Relações Internacionais (PPGCPRI) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) se deu em razão de uma conveniência institucional e intelectual, de um lado, e de uma forte demanda e importante necessidade de fortalecimento deste campo acadêmico na região Nordeste do Brasil. Apesar de extremamente jovem, já podemos dizer, dentro de limites impostos por questões próprias da nossa universidade e de contingências maiores, que a experiência do PPGCPRI é de sucesso. Efetivamente iniciado no ano de 2016, em sua única avaliação quadrienal, o PPGCPRI saiu da nota três para nota quatro e, recentemente, demos início ao curso de Doutorado em Ciência Política e Relações Internacionais da UFPB.

Primeiramente, a conveniência mencionada se deu pela aproximação acadêmica e de interesses entre dois departamentos da UFPB – os departamentos de Ciências Sociais, pertencente ao Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (DCS-CCHLA) e de Relações Internacionais, pertencente ao Centro de Ciências Sociais Aplicadas (DRI-CCSA); com vivências e experiências diferentes, mas complementares, para a criação de um único programa de pós-graduação.

O Departamento de Ciências Sociais conta com uma longa história na UFPB, tendo sido criado no ano de 1973, inicialmente para atuar junto a diversos cursos de graduação. Já em 1979 teve início o Curso de Mestrado em Ciências Sociais (MCS), que seria a base para a consolidação da pós-graduação na área de Ciências Sociais na UFPB. Vinte anos após a criação do departamento, duas mudanças são destacadas: a aprovação da criação do curso de graduação em Ciências Sociais e a transformação do antigo Mestrado em Ciências Sociais no Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS-CCHLA). Esse histórico produziu dois efeitos importantes, que reverberam na criação do PPGCPRI. De um lado, a importante experiência do DCS na oferta e na gestão de cursos em nível de pós-graduação, contando, com a

aprovação do doutorado em Sociologia em 1999 e com a criação do Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA-CCHLA) no ano de 2010. A consolidação do PPGS e do PPGA estimulou a definição de uma carreira pós-graduada para a terceira linha constitutiva das Ciências Sociais, a Ciência Política.

Por sua vez, o Departamento de Relações Internacionais tem uma história mais curta dentro da UFPB, tendo aprovado sua criação no ano de 2009 e as atividades de ensino do curso de Bacharelado em Relações Internacionais iniciadas no ano seguinte. A área acadêmica de Relações Internacionais cresceu muito e muito rapidamente no Brasil no início do século XXI, com a ampliação do número de cursos de graduação em universidades públicas e privadas, mas também com o início de ao menos uma dezena de novos programas de pós-graduação. A UFPB participou desse processo de expansão e consolidação da área, beneficiando-se do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) e, sobretudo, de um aumento do interesse brasileiro nessa área. A rápida consolidação do Departamento de Relações Internacionais na UFPB, o sucesso inicial do curso de graduação e a demanda por formação especializada na área também conduziram, naturalmente, à necessidade de proposição de um curso a nível de pós-graduação em Relações Internacionais na UFPB.

A proximidade entre os dois campos de estudo, a Ciência Política e as Relações Internacionais, apesar de apartados institucionalmente na estrutura organizacional da UFPB, além da maturidade e dos desenvolvimentos nesta área do conhecimento na universidade, gerou a demanda natural pela proposição de criação de um novo programa de pós-graduação na UFPB no ano de 2015. Esse processo conduziu a uma proposta inovadora e inédita ao reunir em uma só formação e em único programa de pós-graduação a Ciência Política e as Relações Internacionais. Fato que se repetiu apenas recentemente na Universidade Federal de Goiás, inspirando no modelo da UFPB, com a reformulação do antigo Programa de pós-graduação em Ciência Política, incorporando as Relações Internacionais em sua denominação.

Entretanto, cremos que o aspecto mais relevante do processo constitutivo do PPGCPRI é seu desenvolvimento institucional e intelectual, que corrobora a verdadeira e firme intenção de conduzir uma formação em comum destas duas áreas do conhecimento, desenvolvendo atividades de ensino e pesquisa, a partir das diversas, mas não estranhas abordagens teóricas e metodológicas que lhes são próprias. Ou seja, mais do que simples soma aritmética de esforços, constitui, antes, uma iniciativa compartilhada por duas unidades universitárias, com docentes que compartilham interesses de pesquisa. A articulação entre a reflexão teórica e conceitual desenvolvida pela Ciência Política e as Relações Internacionais, e as análises específicas e estratégicas à agenda contemporânea das duas áreas, é o pilar que singulariza esta proposta.

Assim, a criação do PPGCPRI não se explica apenas pelos desejos de fortalecimento da área de Ciência Política e Relações Internacionais na UFPB, muito menos por interesses paroquialistas de docentes. Havia e ainda há uma demanda, de interesse social, por formação qualificada neste campo na região Nordeste do Brasil. Em 2022, quando da proposição de abertura do curso de Doutorado do PPGCPRI, dados da CAPES mostravam que a região Sudeste do Brasil contava com 27 programas de

pós-graduação na área de Ciência Política e Relações Internacionais, com 17 cursos de Doutorado (incluindo na amostra cursos de doutorado acadêmico e profissional). A região Sul do país, por sua vez, recebia 12 programas e seis cursos de Doutorado na mesma área. Por sua vez, toda região Nordeste, composta por nove estados e contando com aproximadamente 30% da população brasileira, possuía apenas 3 cursos de Doutorado registrados nessa área de avaliação da CAPES (o curso de Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco; o doutorado em Relações Internacionais da Universidade Federal da Bahia; e o curso de doutorado em Políticas Públicas da Universidade Estadual do Ceará). Apenas para ilustrar a desigualdade gritante que vigia, mas ainda se manifesta atualmente, apenas a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) possuía a mesma quantidade de cursos em nível de Doutorado que toda região Nordeste do país na área de Ciência Política e Relações Internacionais.

Esses dados mostram de forma clara a desigualdade na oferta de oportunidades de formação qualificada entre as regiões brasileiras, com consequências graves para a formação acadêmica e científica de pesquisadores e profissionais dos campos público, privado e do terceiro setor em uma área de atuação relevante não apenas para a produção científica e técnica, mas também para o estímulo e planejamento do desenvolvimento regional. O Brasil vivenciou uma expansão significativa na oferta de vagas em nível de graduação nas últimas décadas, inclusive nas regiões historicamente desprestigiadas. Entretanto, não houve um ritmo compassado, pelo menos na região nordeste, de formação de programas de pós-graduação no campo que se insere o nosso programa. Assim, o PPGCPRI é uma conquista importante para a UFPB e para o desenvolvimento da área de Ciência Política e Relações Internacionais no Nordeste do Brasil.

É importante ressaltar que, desde sua concepção, não se vislumbra ao PPGCPRI uma importância que se resume a suprir falhas no ensino, qualificando professores para os cursos de graduação. Se, por um lado, a expansão da graduação na área tem aumentado a demanda por docentes e pesquisadores de nível de qualificação adequado, por outro lado, o crescimento econômico dos estados da região Nordeste, a partir especialmente dos primeiros anos do século XXI, as inovações políticas aqui adotadas, o aumento dos intercâmbios internacionais, seja com a instalação de grandes empresas estrangeiras na região ou pela cooperação internacional realizada por governos e municípios ao longo dos últimos anos, tornou sobremodo premente o aprofundamento de pesquisas e estudos que permitam compreender os impactos desses processos em seu desenvolvimento. As pressões produzidas por essas mudanças obrigam a qualificação técnica de profissionais, assim como a realização de estudos técnicos e tecnológicos que possam subsidiar os processos de tomada de decisão.

A UFPB está estrategicamente localizada na região Nordeste, a pouco mais de cem quilômetros de outros importantes centros universitários do Nordeste, como Campina Grande, Natal e Recife, o que favorece o intercâmbio entre pesquisadores, e também entre discentes, no interior da região. Assim, além da necessidade de atendimento à demanda local, configurada pelos egressos de cursos de graduação da UFPB e da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), o PPGCPRI tem ampliado a absorção da demanda de outros Estados do Nordeste e do Norte do país.

Nesse contexto, o PPGCPRI entende que sua consolidação institucional e acadêmica vem sendo um processo necessário para a consolidação das Relações Internacionais e da Ciência Política na região Nordeste do país, historicamente carente de investimentos e formação acadêmica e científica.

Inovação e Multidisciplinaridade

Retomando a questão da inovação, deve-se assinalar a dimensão multidisciplinar do PPGCPRI, que tem raízes mesmo nos cursos de graduação que amparam o programa. Tanto a Ciências Sociais quanto o curso de Relações Internacionais recebem sistematicamente nas salas de aula, em suas disciplinas obrigatórias e optativas, discentes oriundos de cursos afins, muito particularmente do Direito, Filosofia, Economia, História, Comunicação, Gestão Pública, entre outros. Alguns deles, concluída a graduação, demonstram grande interesse em prosseguir seus estudos pós-graduados na área da Ciência Política e Relações Internacionais em torno de questões relativas, sobretudo, ao problema do Estado, da soberania e da fragilização dos Estados nacionais; à questões relacionadas às dinâmicas de governança política multiníveis e a implementação de políticas públicas; à promessas das democracias e da cidadania, incluída aquela exterior às fronteiras nacionais.

Nesse mesmo sentido, o PPGCRI representa também a profícua reunião de professores oriundos das mais diversas instituições brasileiras, como a UFMG, UFPE, UFRGS, UnB, Unicamp, USP, IESP-UERJ, UFSCar, PUC-SP; e outras estrangeiras – alguns com formação plena ou passagem por estágios no exterior como, por exemplo, Estados Unidos, França, Itália, Reino Unido, para citar alguns. Essa formação inter e multidisciplinar, além de traduzir a pluralidade de abordagens e linhagens teórico-metodológicas a que se filiam seus professores, permite a manutenção de intercâmbios com outros centros de pesquisa, brasileiros e estrangeiros, de grande valia para um programa ainda jovem.

Como mencionado, um traço distintivo desta proposta é a agregação de duas áreas de conhecimento profundamente associadas. Por esta razão, o programa, após alguns anos de discussão e deliberação, optou pelo aprofundamento, de forma qualificada, dessa aproximação intelectual com o estabelecimento de uma única área de concentração na qual os docentes se subdividem em três linhas de pesquisa, que respeitam os princípios de interdisciplinaridade e multidisciplinaridade deste campo. Embora cada linha demonstre vínculo maior com uma das esferas de conhecimento, um exame detido revela o diálogo e a interconexão entre ambas. Assim, o PPGCPRI transitou de uma estrutura que parecia o dividir em dois programas, para uma estrutura que privilegia a interconexão, o diálogo e cooperação. Atualmente, o programa se organiza em torno de três linhas de pesquisa que refletem essa interação transdisciplinar pois agregam professores oriundos dos dois departamentos base do PPGCPRI. As linhas de pesquisa estão assim distribuídas: 1. Instituições Políticas, Política Externa e Segurança Internacional; 2. Teoria Política, Políticas Públicas e Democracia; 3. Economia Política, Cooperação Internacional e Desenvolvimento.

O curso de doutorado

Um importante marco do PPGCPRI foi a criação do seu curso de doutorado, que iniciou suas atividades em 2024. A oportunidade de abertura deste curso se deu em razão da experiência real e bem sucedida de quase dez anos do Mestrado. Mesmo com poucos anos de existência, o PPGCPRI já formou quase 80 mestres, oriundos de formações graduadas em diversas áreas e de diferentes estados da região nordeste e de outras regiões do Brasil e do exterior. O que corrobora esta avaliação são os resultados dos processos avaliativos institucionais, realizados pela Capes. Em nossa primeira avaliação quadrienal completa, recebemos nota quatro e tivemos o curso de doutorado aprovado já na primeira proposta de APCN (Avaliação de Propostas de Cursos Novos).

Desde a sua criação e início do seu funcionamento, realizam-se processos de entrada regular de novos discentes ao final de cada ano. Em todas as oportunidades, a elevada quantidade de inscritos nos processos de seleção e a formação de turmas amplas e diversas mostram a capacidade de absorção de discentes de diversas áreas do conhecimento e diferentes estados do país. Ao mesmo tempo, comprova a demanda por formação qualificada na área de Ciência Política e Relações Internacionais.

Realizações e intercâmbios

Todo esse percurso e desenvolvimentos na pós-graduação repercutiram na relação entre os departamentos e os cursos de graduação. O bacharelado em Relações Internacionais vem encaminhando demandas, bem atendidas, ao Departamento de Ciências Sociais para aprofundar o intercâmbio em atividades de ensino, especialmente com a oferta de disciplinas de Ciência Política, o que fortalece a sinergia e cooperação. Caminho similar se percebe no próprio Curso de graduação em Ciências Sociais, que ampliou seu rol de ofertas na área da Ciência Política em atenção ao diálogo e às muitas proximidades com as Relações Internacionais, isso tudo vem fortalecendo o diálogo e as parcerias entre os dois departamentos além da própria pós-graduação através das atividades do PPGCPRI.

A continuidade e longevidade do corpo docente, que passou por alterações mínimas, mostra também a estabilidade do Programa, o empenho e compromisso com as atividades junto aos cursos pelos quais são responsáveis no Mestrado e Doutorado, assim como o são nas atividades de Graduação. O compromisso do corpo docente e do próprio Programa de pós-graduação com as atividades sob sua responsabilidade, com a formação dos discentes e com a produção acadêmica científica se manifesta em alguns dados relevantes. Entre diplomados e matriculados, são aproximadamente 100 mestres e mestrandos formados pelo PPGCPRI.

O PPGCPRI foi anfitrião de encontros nacionais de importantes associações de pesquisa, como a Associação Brasileira de Ciência (ABCP), a Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ABED), além da realização da III Jornada do Pensamento Político Brasileiro e o II Encontro Brasileiro de Estudos para Paz. Diferentes projetos de pesquisa envolvendo vários professores vinculados ao PPGCPRI, de áreas de formação e departamentos diferentes, vêm sendo desenvolvidos e consolidados, abrindo espaços para atuação discente, captação de recursos e possibilidades de bolsas de estudos.

Corpo docente

A proposta de criação do programa contou originalmente com 15 docentes divididos entre os Departamentos de Ciências Sociais e de Relações Internacionais, como mostra a tabela abaixo, tendo os docentes Samir Perrone de Miranda e Túlio Sérgio Henriques Ferreira como coordenador e vice-coordenador. O funcionamento da Secretaria do PPGCPRI teve à frente originalmente a servidora Lenir Antunes de Lima e, há pelo menos cinco anos, conta com a atuação zelosa do servidor Saamã de Souza Efigênio.

Ao longo do tempo, algumas mudanças na composição do corpo docente aconteceram. Os professores Givanildo Oliveira Avelino e Ielbo Marcus Lobo Souza solicitaram seus descredenciamentos por razões de interesse privado e novos professores foram incorporados ao PPGCPRI. Atualmente, o programa conta, além daqueles docentes propositores, com a presença dos docentes permanentes Tássia Rabelo de Pinho, do Departamento de Ciências Sociais; Eliane Superti, Xaman Korai Pinheiro Minillo, Lucas Milanez de Lima Almeida e Thiago Lima da Silva, do Departamento de Relações Internacionais; Lizandra Serafim, do Departamento de Gestão Pública; e Maria Cruesa de Araújo Borges, do Centro de Ciências Jurídicas.

Professores fundadores do PPGCPRI

Docente	Departamento
Augusto Wagner Menezes Teixeira Junior	Departamento de relações internacionais
Givanildo Oliveira Avelino	Departamento de ciências sociais
Henrique Zeferino de Menezes	Departamento de relações internacionais
Henry Iure de Paiva Silva	Departamento de relações internacionais
Ielbo Marcus Lobo de Souza	Departamento de relações internacionais
Italo Fittipaldi	Departamento de ciências sociais
Jose Henrique Artigas de Godoy	Departamento de ciências sociais
Liliana Ramalho Froio	Departamento de relações internacionais
Luciana Aparecida Aliaga de Oliveira	Departamento de ciências sociais
Marcelo burgos pimentel dos Santos	Departamento de ciências sociais
Marcos alan shaikhzadeh vahdat Ferreira	Departamento de relações internacionais
Mariana pimenta oliveira baccarini	Departamento de relações internacionais
Rodrigo freire de carvalho e silva	Departamento de Ciências Sociais
Samir perrone de miranda	Departamento de Ciências Sociais
Tulio sergio henriques ferreira	Departamento de relações internacionais

Sobre o passado e o futuro: O Programa de Pós-graduação em Sociologia em três tempos

Cristina Matos

O Programa de Pós-graduação em Sociologia é o mais longo dos programas de pós-graduação vinculados ao Departamento de Ciências Sociais. Sua história de quase cinco décadas aconteceu nos corredores do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, mas, também, nos caminhos da própria história recente do país. As entrevistas que se seguem refletem, em três tempos, sobre essa trajetória entrecruzada.

O período inaugural e as primeiras décadas do Programa aparecem através da visão de Jacob Carlos Lima, em uma entrevista concedida em 2009 à Revista Política & Trabalho e que reeditamos aqui⁴⁸. O período turbulento da recente vida nacional, no limiar do golpe sofrido pela presidenta Dilma Rousseff, e as implicações desse cenário para a ciência e educação no país aparecem refletidos na entrevista de Roberto Veras, coordenador do programa entre 2013-2015 e vice-coordenador em 2017-2019. O PPGS no contexto da pandemia da Covid-19, do avanço da extrema direita e dos ataques à ciência e à democracia, com o agravamento da crise política no país, surge a partir do olhar de Sérgio Botton Barcellos, que foi coordenador do Programa entre 2021 e 2023⁴⁹.

Primeiro Tempo – Entrevista com Jacob Carlos Lima

Jacob Carlos Lima ingressou no Programa de Pós-Graduação em Sociologia PPGS/UFPB em 1982. Participou ativamente das atividades da pós-graduação, tendo sido coordenador do PPGS em duas ocasiões: 1994-1996 e 2002-2004. No atual momento, atua junto à Capes como membro do comitê de avaliação da área de Sociologia. Dada sua importância local e nacional, com um pé na produção acadêmica

48 Agradecemos aos editores da Política & Trabalho pela cessão do texto para publicação nesta edição comemorativa. A entrevista foi concedida à Artur Perrusi e Cristina Matos para a Revista Política & Trabalho, edição 27-30, 2009. O professor Jacob Carlos Lima está identificado como JCL.e a revista por P&T.

49 As entrevistas com os professores Roberto Veras e Sérgio Botton Barcellos foram concedidas à professora Cristina Matos, em abril de 2024. Agradecemos aos professores pela disponibilidade e pelas reflexões aqui compartilhadas sobre o PPGS. Nas entrevistas o professor Roberto Veras está identificado como RV, e o professor Sérgio Botton Barcellos, como SBB. A entrevistadora está identificada como CM.

e outro na organização científica e administrativa da Sociologia brasileira, a Política & Trabalho realizou uma entrevista com o professor, versando sobre a história do PPGS, sua inserção regional, bem como sobre políticas de financiamento e avaliação das Agências de Fomento no Brasil. Vinculado a UFPB até 2004, atualmente é professor titular do Departamento de Sociologia da Universidade de São Carlos.

P&T – Jacob, por que e como surgiu o Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS)?

JCB. – O PPGS, então Mestrado em Ciências Sociais (MCS), surgiu em 1979 por iniciativa de um conjunto de professores com interesses de pesquisa em temas como saúde, urbanização e, a partir de 1981, política e trabalho, que decidiram organizar um mestrado acompanhando a grande expansão da UFPB no período. Na segunda metade da década de 1970, a UFPB teve um rápido crescimento com a vinda de professores de todas as partes do país e mesmo do exterior, dentro do projeto de formação de um sistema federal de universidades. A UFPB foi privilegiada por contar em Brasília com o Prof. Lynaldo Cavalcanti⁵⁰, então presidente do CNPq, que facilitou esse crescimento. A UFPB chegou a ser a segunda ou a terceira maior universidade federal do país em termos de orçamento. A pós-graduação fez parte desse processo, não apenas com o MCS em João Pessoa, mas também o Mestrado em Sociologia Rural de Campina Grande de 1978. Desde o início a UFPB investiu pesadamente na qualificação dos docentes, enviando docentes para fazer seus mestrados e doutorados. Em 1982 começam a retornar doutores enviados ao exterior para titulação.

P&T – Qual era a posição do PPGS no quadro regional das Ciências Sociais no período de sua fundação?

JCL. – Nos anos 1980 existiu uma articulação entre os programas de pós do Norte-Nordeste que culminou, em 1985, na realização do “Seminário Movimentos Sociais, para além do rural e urbano” que se constituiu no primeiro CISO (como são chamados hoje os encontros regionais de Ciências Sociais). Nesse momento, o MCS já contava com diversos professores doutores recém-titulados, ou realizando seus doutorados, ou já mestres, o que para o período era um diferencial importante. Esses professores rapidamente tomaram-se conhecidos nacionalmente através de publicações e participação nas redes nacionais de pesquisa, nos congressos, seminários etc. Vale destacar os professores Rubens Pinto Lyra, Ana Maria Quiroga Fausto Neto, Lourdes Maria Bandeira, Deyse Siqueira, Maria Carmela Buonfiglio, Mauro Koury, José Arlindo Soares, Maria Antonia Alonso de Andrade, Christian Azais, Theophilos Rifiotis, Simone Maldonado, entre outros. Entre a metade dos anos 1980 e a década de 1990, o programa competia com outros regionais e mesmo de outras regiões do país, tornando-se referência nacional.

P&T – Por que, inicialmente, era um programa de pós-graduação em Ciências Sociais?

50 Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque foi presidente do CNPq de 1980 a 1985.

JCL. - Era de Ciências Sociais porque incluía não apenas sociólogos, politólogos e antropólogos, mas também professores com formações próximas como direito, história e outros. A demanda pelo curso também era diversa, sendo que a maioria dos alunos não vinha de cursos de Ciências Sociais, mas complementavam sua formação no mestrado. Eram profissionais de saúde coletiva, história, comunicação social e outras áreas que não dispunham de pós-graduação no estado ou mesmo na região.

P&T - Existiam tensões disciplinares entre as áreas tradicionais das Ciências Sociais: Antropologia, Ciência Política e Sociologia?

JCL. - As tensões disciplinares eram mínimas, até porque existiam poucos docentes com formação em Antropologia ou Ciência Política. Lembrar que até a década de 1980 os cursos de pós na área eram majoritariamente de Sociologia ou Ciências Sociais; situação que se altera a partir da década seguinte. Mesmo os profissionais dessas duas áreas, em sua maioria, possuíam titulação (mestrado e depois doutorado) em Sociologia, como o caso dos professores José Arlindo Soares e Maria Antonia Alonso (que atuavam na Ciência Política) e Theóphilo Rifiotis (na Antropologia). Na graduação os docentes de Sociologia atendiam as outras duas disciplinas, que eram em número reduzido. Lembrar que a graduação de Ciências Sociais da UFPB é de 1994 e até 1998-1999 quando a primeira turma é formada, não se alterou a composição do corpo docente por área.

P&T - Como era a pós-graduação, na área das Ciências Sociais, no Brasil? (avaliação acadêmica).

JCL. - A área estava se ampliando e consolidando. Os doutorados, então restritos a São Paulo e Rio, começam a se expandir para o país, inicialmente em Brasília, a partir de 1985, e depois para os demais estados. Em 1987, tínhamos como opção de doutorado em Sociologia ou Ciências Sociais, a USP, a UNICAMP a PUC-SP, o IUPERJ e a UNB. Não é por acaso que nossos primeiros doutores foram titulados no exterior.

P&T - Como era a política de recursos do Mestrado de Ciências Sociais?

JCL. - A Capes e o CNPq destinavam verbas aos programas conforme o número de bolsas, de alunos inscritos e do conceito do curso. Nós chegamos a B+ num momento em que a pontuação era de A a C, com os + e os -. Uma outra característica era o reconhecimento do curso. A universidade abria o curso que, posteriormente, era avaliado e reconhecido. O então MCS foi reconhecido (se não me engano) em 1993 (ou, pelo menos, renovado o reconhecimento que era por sete anos).

P&T - Por que o Programa se tornou uma pós apenas de Sociologia?

JCL. - A avaliação da CAPES referente ao período de 1991-1993 apontou a inexistência efetiva das três áreas no curso. A Sociologia era dominante e as demais áreas entravam de forma secundária; até porque eram poucos os professores que atuavam na Política e na Antropologia. A sugestão feita pelo

comitê [de avaliação] é que o curso fosse reformulado mantendo a Sociologia como titulação. Nessa reformulação, em 1995 criamos o PPGS, programa e não mais curso, já visando o doutorado, aberto cinco anos depois.

P&T – Na atualidade, quais são as diferenças regionais entre os programas de pós-graduação? (avaliação acadêmica)

JCL. - A década de 1990 resultou não apenas na multiplicação dos programas como da consolidação das políticas de avaliação, aumentando a competitividade em termos nacionais. Independentemente de gostarmos dessa avaliação, ela se constituiu num modelo único na América Latina, acoplada a uma política de financiamento de bolsas de estudo. O número de titulados aumentou geometricamente e, hoje em dia a carreira docente começa efetivamente com o doutorado na maioria das universidades. Isto implicou não apenas na melhoria da qualidade do ensino e da formação, mas também a profissionalização da carreira universitária. As diferenças regionais encontram-se na maior ou menor consolidação de uma cultura acadêmica. Cultura essa marcada pela participação nas redes de pesquisa, na atualização permanente, nas publicações, no envolvimento com o ensino, pesquisa e extensão. Algumas universidades ainda sofrem com um certo clima de “repartição pública” onde à carência de fontes de recursos para pesquisa, por exemplo, soma-se uma certa acomodação dos docentes, justificada eternamente por baixos salários, ou ideologicamente pela oposição contra o “sistema”, esquecendo que o “sistema” é composto por seus colegas de área que estabelecem, com grande abertura à participação, as regras de avaliação.

Outra variável importante é o envolvimento da equipe de docentes na proposta. No geral os programas funcionam bem quando possuem um grupo motivado e atuante. Isso ajuda a explicar, por exemplo, os momentos de ascensão e declínio de programas. Isso é claramente visível aqui no Nordeste, onde temos como exemplo a ascensão de novos programas como o da UFS e a perda de fôlego de outros.

Os programas do Sudeste se beneficiam do acesso de outras fontes de recursos, sem dúvida, mas atualmente, acredito, o Nordeste compete bem no contexto nacional.

P&T – Na sua opinião, quais as possibilidades e os limites de uma política de recursos para um programa de pós no Nordeste?

JCL. - A Capes, o CNPq, a FINEP e outros órgãos de fomento vinculados a ministérios têm publicado com frequência editais voltados ao Norte e Nordeste. No CNPq, nas seleções de projetos de editais, o que ocorre numerosas vezes, é não ter projetos para disputar as verbas destinadas à região, que terminam indo para outras. As políticas existem, cabe irmos atrás das verbas e não ficarmos lamentando que não temos chances.

P&T – Qual sua avaliação da política acadêmica da Capes?

JCL. - Como disse antes, o sistema de avaliação da Capes tem se aprimorado. Entretanto ainda é forte a hegemonia das chamadas áreas duras das ciências com seus critérios próprios, que influenciam pesadamente os mecanismos de avaliação que tendem a ser únicos.

Mas a área de humanas e sociais tem conseguido impor as especificidades de cada disciplina no estabelecimento dos critérios.

P&T - Qual sua opinião sobre a política de avaliação da Capes? Opinar sobre as tensões entre as áreas de conhecimento e os critérios de avaliação.

JCL. - Minha avaliação é positiva, apesar de numerosos problemas. Mas nós, da Sociologia, e não apenas, temos fóruns para discutir essas políticas (na ANPOCS, na SBS com os comitês) que tem resultado numa busca constante de aperfeiçoamento.

Segundo Tempo – Entrevista com Roberto Veras

CM. - Roberto, você poderia fazer um registro de como a sua trajetória encontra o PPGS-UFPB?

R.V. - Eu ingressei na Universidade Federal de Campina Grande em 2004. Vinha de uma trajetória de estudos e assessoria sindicais. A graduação, iniciada em Engenharia Elétrica e convertida em Economia no antigo Campus II da UFPB (Campina Grande), foi concluída em Economia no Campus I (João Pessoa). O mestrado foi realizado em Ciências Sociais, na UFPB. O período do doutorado na USP coincidiu com uma atuação profissional na Central Única dos Trabalhadores – CUT e, depois, na Fundação UNITRABALHO. Esta se dedicava a estabelecer parcerias entre universidades e o sindicalismo, em várias regiões do país.

Ao ingressar na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) busquei retomar uma tradição, que ali havia existido especialmente entre os anos 1980 e início da década seguinte, de estudos na área do trabalho. Os contatos e redes constituídos nos espaços anteriores de atuação (acadêmicos, mas também sindicais), funcionaram como imprescindíveis bases de apoio para esse propósito. Em 2006, oficializamos a criação do grupo de pesquisa “Trabalho, Desenvolvimento e Políticas Públicas”, ano em que também nos inserimos na pós-graduação. Naquele momento participei da criação do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS), o que implicou a desvinculação da base da UFCG em relação ao PPGS, que tinha sua principal sede na UFPB, em João Pessoa.

Assumi a coordenação do PPGCS entre 2007 e 2009. Paralelamente mantinha intenso contato com colegas da UFPB, especialmente Jacob Lima (que naquele momento se transferia para a UFSCAR) e Eliana Moreira, além de outras interlocuções no próprio PPGS, na Educação, na Economia, na Administração etc. Em 2011, depois de pouco mais de 6 anos na UFCG, iniciei um processo de migração para a UFPB. Na ocasião, contamos com um

apoio fundamental de Anderson Retondar, colega que havia feito o mesmo movimento pouco antes e, naquela ocasião, era chefe do DCS.

Ao chegar na UFPB, o PPGS estava mergulhado em uma forte crise: sua avaliação junto à Capes havia sido rebaixada e, em um quadro de acirrada polarização interna, tinham ocorrido vários desligamentos. Eu me mantive vinculado ao TDEPP e ao PPGCS, na UFCG. Na UFPB, além da atuação na graduação, me inseri no Laboratório de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas e Trabalho (LAEPT), integrados por Eliana Moreira, José Artigas, Rogério Medeiros, entre outros colegas e alunos. Quanto ao PPGS, aguardei um momento em que os ânimos estivessem menos acirrados para propor um ingresso. Isso ocorreu em 2013, quando assumi a coordenação do Programa.

CM. - Pensando as relações entre pós-graduação e graduação, como você percebe as conexões entre PPGS e DCS? (Em termos de suas contribuições, articulações com o Departamento de Ciências Sociais e graduações (licenciatura\bacharelado)?

RV. - A relação entre o PPGS e o DCS foi marcada por vários episódios. Entre eles, destaco a criação da Graduação em 1993/1994, uma década e meia depois da criação do Mestrado em Ciências Sociais. A partir de então foi possível contar na Pós também com alunos oriundos da Graduação em Ciências Sociais da própria UFPB, estabelecendo com isso uma conexão mais forte entre ambos os momentos formativos.

Outro acontecimento que marcou tal relação ocorreu com a fusão, em 1999, entre o Mestrado de Ciências Sociais do Campus I (João Pessoa) e o Mestrado em Sociologia Rural do Campus II (Campina Grande). O PPGS, resultante dessa fusão, passou a lidar com as Graduações de ambos os Campi, tendo retornado a lidar apenas com o DCS, quando do desmembramento da base de Campina Grande, com a criação do PPGCS, em 2006, já no contexto da separação entre as duas Universidades.

Uma terceira mudança estrutural, ainda quanto à referida relação, pôde ser observada, ao nosso ver, com a criação do Programa de Pós-Graduação em Antropologia – PPGA (em 2010/2011) e do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e Relações Internacionais – PPGCPRI (em 2015/2016). A partir de então, o DCS, onde convivem as três subáreas das Ciências Sociais, passou a lidar, não mais com apenas um PPG no seu interior, mas com três. Por outro lado, tanto o PPGA como o PPGCPRI contam com bases externas ao DCS, enquanto o PPGS (na sua nova versão) sempre contou com membros oriundos de outros departamentos da UFPB.

Entretanto, agora fazendo um balanço mais de conjunto, considero que as conexões entre o DCS e o PPGS são pouco consistentes. É bem verdade que, ao que se mostra, tais fragilidades na relação entre a pós-graduação e a graduação não constituem um problema apenas nesse caso. Arrisco elencar alguns fatores que, segundo percebo, contribuem para isso:

- A UFPB não conta com uma política de ensino capaz de promover uma maior integração entre a Pós e a Graduação. De modo geral e no cotidiano dos encaminhamentos, as Pró-Reitorias referidas a cada um desses âmbitos atuam com pouca conexão entre si.
- Quanto ao DCS, parte de seus membros se encontra vinculada à Pós-Graduação (distribuídos em três PPGs) e outra parte não tem vínculo com nenhum desses programas. Tal situação contribui para dispersar os vínculos entre essas esferas de formação, complexificando os caminhos de uma mais efetiva integração entre elas.
- No que se refere ao PPGS, ao mesmo tempo em que sempre contou com candidaturas de alunos oriundos de outras Graduações da UFPB e de outras universidades, jamais contou com uma política que claramente apontasse para uma integração nem com a Graduação em Ciências Sociais nem com outras Graduações das quais também recebe frequentes fluxos de alunos.
- A própria CAPES, apesar das cobranças que vem realizando sobre os PPGS no sentido de uma maior conexão com as Graduações, não tem oferecido instrumentos mais eficazes de ampliação dessa conexão.

CM. - A partir do lugar de gestão que você ocupou, como você percebe os desafios enfrentados pelo PPGS naquele momento? Tanto os desafios internos, em termos do desenho da sua política acadêmica, quanto externos: contexto político mais amplo, política acadêmica para a pós-graduação naquele cenário?

RV. - No momento em que assumi a coordenação do PPGS, junto com Tereza Queiroz (entre 2013 e 2015), quando o Programa vinha em um processo de recuperação da crise, mas se encontrando ainda marcado por tensões, adotamos três prioridades, as quais no nosso entendimento, convergiam para o mesmo propósito, que era o de criar as condições para a consolidação da retomada do Programa.

- Em primeiro lugar era preciso adotar uma postura que tirasse o foco dos conflitos (os motivos de cada lado e os episódios que marcaram os embates) e o direcionasse para o Programa (seus desafios, potencialidades e ações prementes). Sob tal preocupação foram conduzidas as reuniões ordinárias e extraordinárias do Colegiado, assim como todas as demais ações de coordenação.
- Um segundo movimento se voltou para a institucionalização do Programa, de modo que as tratativas, os procedimentos e os possíveis conflitos passassem a contar com marcos normativos claros e bem contratados internamente. Aproveitamos o momento em que a Universidade discutia e aprovava um novo Regimento Geral da Pós-Graduação da UFPB, para debatemos e aprovamos um Regulamento Geral do PPGS, assim como um leque de Resoluções, referidas à gestão das

bolsas, ao des e re-credenciamento, à seleção de Mestrado e de Doutorado, às bancas intermediárias e finais, entre outras.

- Uma terceira prioridade foi a de buscar uma mais efetiva integração do PPGS à Área de Sociologia da CAPES, assim como em relação ao sistema de pós-graduação do país, como um todo. Buscamos, em uma mão, trazer mais presentemente, no Programa, os debates e resoluções da CAPES e da Área; e, na outra, levar para esses espaços as nossas reflexões e demandas.
- A quarta: passamos em revista as Linhas de Pesquisa, a Estrutura Curricular, as Ementas, buscando adequá-las melhor entre si e em relação ao que pretendia o Programa para o futuro.

Na gestão de Marcela Zamboni, como coordenadora, e eu, como vice, seguimos atuando na mesma linha. Assim, ao final de 2017, foi possível realizar um novo processo de descredenciamento e credenciamento, sem os conflitos que marcaram o período anterior, por meio do qual ingressaram quatro novos membros. Com o empenho dos antigos e novos membros e com as bem-sucedidas atuações das coordenações subsequentes, apesar de um contexto nacional marcado por forte restrição financeira e deterioração das condições gerais do país, a trajetória que se seguiu aponta cada vez mais para a consolidação do Programa.

CM. - Como você enxerga o lugar do PPGS no cenário local\regional, tanto em termos de formação de quadros, quanto de produção de conhecimento sobre a sociedade brasileira em sua dimensão regional?

RV. - Eu avalio que o PPGS exerce um papel importante nos planos local e regional, nos dois âmbitos indicados na pergunta. Nos últimos levantamentos de dados sobre egressos para a Plataforma Sucupira, ficamos um tanto surpresos com a amplitude da inserção dos nossos antigos alunos em universidades, institutos federais, prefeituras, outros órgãos públicos, além de instituições privadas. Além disso, também tem ficado evidenciado que o nosso corpo docente e alunos têm mantido frequentes formas de atuação junto a movimentos sociais e à sociedade civil em geral. Quanto à pesquisa - embora devamos a nós próprios estudos que se voltem para analisar a natureza, a consistência e o alcance do conhecimento que se produz no âmbito do Programa, especialmente expressos nas formas de Dissertações, Teses e publicações de docentes e discentes -, arrisco-me a dizer que as dimensões local e regional dos fenômenos analisados sempre tiveram destacada relevância.

CM. - Quais perspectivas você enxerga para a pós-graduação em Sociologia e do PPGS em particular?

RV. - Já é chover no molhado dizer que vivemos um tempo de profundas incertezas e que, como cientistas sociais, temos que reinventar nossas categorias de pensamento, repensar os métodos e refazer os diagnósticos. Não obstante tal constatação, os resultados estão muito aquém dos desafios, o que evidencia a necessidade de mais investimento na pesquisa e no pensa-

mento crítico. Contudo, o que se vê, como tendência mundial, é o contrário. A onda conservadora e negacionista desafia, como não havia feito antes na sociedade moderna, a ciência, a universidade, a pesquisa, e ainda mais o campo de ação das Ciências Sociais. Se imaginávamos que, uma vez consolidado institucionalmente um lugar de reconhecimento da Ciência e das Ciências Sociais, no mundo e também no Brasil; ao que se mostra, os que se ocupam desse trabalho (assim como os demais que estão convictos de sua importância) necessitam voltar a mirar duplamente, em uma mão, na renovação do pensamento científico, e, na outra, na luta por um novo lugar de reconhecimento social. Quanto ao PPGS, que se afirma nesse duplo desafio.

Terceiro Tempo – Entrevista com Sérgio Botton Barcellos

CM. – Sérgio, você poderia fazer um registro de como a sua trajetória encontra o PPGS-UFPB?

SBB. – A minha trajetória encontra o PPGS UFPB e o PPGS me encontra quando eu participo de um processo seletivo para redistribuição à UFPB ao final de 2019. Concorro com mais outras seis pessoas e sou aprovado para essa redistribuição vindo da FURG (Universidade Federal do Rio Grande). Ao longo do ano de 2020 tem todo um processo burocrático e quando em 16 de março de 2020 é decretada a pandemia da COVID-19, então tudo fica mais lento, seja em nível de universidades e no próprio Ministério da Educação. E esse processo se concretiza em janeiro de 2021, quando eu ingresso na UFPB, e a partir disso já começo a ministrar as aulas de forma remota na graduação e em agosto de 2021 tenho credenciamento confirmado para participar do PPGS.

Assim acontece o meu encontro com o programa. Ingresso nas linhas de “Política e trabalho” e “Cultura e sociabilidades”, e a partir disso já ministro a minha primeira disciplina, que foi, no caso, um Tópico especial chamado “Perspectivas sociológicas sobre o Estado e desenvolvimento” durante a pandemia. Eu já tenho uma trajetória nessa temática de pesquisa antes mesmo da minha formação acadêmica. E depois, desde o mestrado e doutorado, venho trabalhando na Sociologia política vinculada à análise dos movimentos sociais, temas ambientais, políticas públicas, Estado, desenvolvimento, geração e rotas migratórias.

Em setembro de 2021 não há nenhuma candidatura para a coordenação do programa. E com uma decisão, digamos, um tanto quanto arriscada por parte do colegiado, resolvem me indicar para estar na coordenação, considerando que recém tinha chegado na universidade, ainda em meio à pandemia, e sem ter vivência presencial com ela. Na época não havia perspectiva de retorno às atividades presenciais e muito menos ainda não tínhamos a vacinação adequada e na escala devida. Enfim, além de ter que coordenar o Programa nessa condição, também estávamos em meio ao governo Bolsonaro e a gestão do interventor Valdiney Gouveia na reitoria da UFPB. Os (as) colegas não estavam dispostos(as) a lidar com essa situação e provavelmente por isso fui escolhido.

Apesar da situação atípica achei que seria um passo importante para conhecer a estrutura e a burocracia da universidade, bem como poderia também dar uma contribuição acadêmica com outras perspectivas institucionais e de gestão ao Programa, a partir da minha trajetória e da minha caminhada. Assim, em outubro de 2021 eu passo a ser coordenador do programa, com a vice coordenação da colega Patrícia Ramiro. Nesse período vivencio a pandemia, também a fase de transição, ou seja, a volta gradativa para o ensino presencial ao longo do ano de 2022, e a volta plena ao presencial no ano de 2023. Permaneço como coordenador até 1 de outubro de 2023.

Então foi um momento de muito aprendizado, resistência, afirmação de princípios democráticos e do serviço público junto ao Programa em meio a um governo federal de extrema-direita e uma reitoria sob intervenção política de viés autoritário. Esse conjunto de aspectos trouxe muitas dificuldades com orçamento e para a gestão do Programa. E devido a isso, organizar o fluxo de trabalho e contar com a participação ativa dos(as) discentes, não apenas cumprindo tarefas, e alguns docentes tomando decisões conjuntas foi importante para organizar o Programa e na experiência como coordenador.

CM. - Pensando as relações entre pós-graduação e graduação, como você percebe as conexões entre o PPGS e o DCS? (Em termos de suas contribuições, articulações com o Departamento de Ciências Sociais e graduações (licenciatura\bacharelado)?

SBB. - Eu entendo que diferente do arranjo institucional de outras universidades, o PPGS tem uma relação mais intrínseca com o departamento, pois geralmente os programas não são vinculados administrativamente ao departamento. Então isso implica, ou deveria implicar, uma relação de interdependência mais estreita com a graduação, seja no que tange à relação dos(as) docentes que atuam no programa de pós-graduação, seja na relação disso com a quantidade de aulas junto à graduação. Do mesmo modo, os programas também demandam essa relação com o departamento a partir da discussão e definição sobre atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Então, assuntos da pós-graduação são debatidos no departamento, isso é de extrema importância, como a colaboração em eventos e aporte às atividades de ensino e pesquisa, principalmente.

Quanto à extensão, eu acho que o departamento e o PPGS têm muito a avançar ainda. É uma questão que a gente deixa muito a desejar e isso tem um impacto direto na nossa relação com a sociedade na dimensão da atuação junto as políticas públicas, organizações e movimentos sociais. Inclusive, é um quesito que temos que aprimorar nas avaliações quadrienais da CAPES, conforme indicado pela mesma.

Mas quanto ao ensino e à pesquisa eu vejo uma relação muito profícua de colaboração, que tem as suas potencialidades e também tem os seus limites. Eu acredito que ao longo dessa história houve diferentes momentos e fases dessa relação. Atualmente, com a ascensão dos movimentos de ex-

trema-direita, com a questão do negacionismo e com a circulação em massa de *fake news*, difundidas a partir das mídias digitais de desinformação, a ciência tem um papel importantíssimo. Sobretudo, há a necessidade de reafirmarmos certas coisas, como o papel das Ciências Sociais na universidade, e no Departamento, enquanto concepção de uma formação humana, de uma formação voltada para uma atuação profissional junto a nossa sociedade no século XXI e às transformações do mercado de trabalho nas Ciências Sociais. É um momento em que precisamos nos comprometer mais com o ensino, a pesquisa e a extensão, de forma que sejam socialmente referenciadas. Compreendo que este é o desafio da relação entre o PPGS com o DCS. E também no fortalecimento da universidade pública, gratuita e de qualidade. Afinal, esse conjunto de aspectos são a nossa “atividade fim” na universidade e junto com os(as) discentes e técnicos(as) administrativos(as). Então, acredito que é uma relação que, sendo cada vez mais trabalhada de uma forma dialógica, democrática e administrativamente eficiente pode ter um papel histórico cada vez mais importante.

Acredito, do mesmo modo, que essa também é a relação que o programa tem que ter, pode ter e deve ter com a graduação. No sentido de mostrar essa perspectiva e o horizonte da formação científica para os(as) estudantes. Isso é muito importante, sobretudo, no âmbito do bacharelado, bem como na licenciatura quando se debate a possibilidade de aprender e ensinar a Sociologia e a importância disso para a nossa sociedade.

Por exemplo, o Seminário Discente no PPGS é uma iniciativa que vem proporcionando essa relação com a graduação. O Seminário já está na sua quinta edição e nas duas últimas edições teve uma participação bastante expressiva dos(as) estudantes de graduação, principalmente no ano de 2023. Tem tudo isso, mas também cabe lembrar que o Departamento é essa estrutura articuladora da relação do curso de graduação em Ciências Sociais com os programas de pós-graduação abrangidos pelo mesmo. Então o departamento pode ser, sobretudo, esse meio do caminho, não um fim em si mesmo.

CM. - Você ocupou a gestão em um momento de grande turbulência: pandemia, transição para o retorno presencial e crise política, com reflexos diretos sobre a universidade pública. Como você percebe os desafios enfrentados pelo PPGS naquele contexto? Tanto os desafios internos, em termos do desenho da sua política acadêmica, quanto externos: contexto político mais amplo, política acadêmica para a pós-graduação naquele cenário?

SBB. - Bom, assumindo a coordenação em outubro de 2021, o primeiro movimento foi, diante do contexto de pandemia, de processos de adoecimento mental e um número ainda considerável de mortes naquele momento no Brasil - com parentes e entes queridos(as) de estudantes e docentes contraindo COVID-19, alguns vindo a óbito - lidar e continuar lidando no acolhimento dessas situações até o final da gestão, posto como na UFPB se gestou academicamente esse processo durante a intervenção. Junto a isso vivenciar um momento de crise política no Brasil, com um governo de extrema-direita, no qual havia uma grande controvérsia e disputa sobre a importância da aplicação das vacinas, sobre o papel da ciência na sociedade e a sua importância como conhecimento na pandemia.

Além disso, lidamos com a situação do ensino remoto, sendo uma forma de ensino que não foi debatida com as comunidades escolares e universitárias, diante das medidas de distanciamento social. Foi imposto. Foi uma forma de ensino emergencial remoto (ERE), como alguns chamam, nos estudos de Sociologia e educação. Ou seja, o desafio foi lidar com as mídias digitais e seguir fazendo ensino e pesquisa de qualidade na pós-graduação. Para termos uma ideia, por exemplo, houve turmas que foram se encontrar presencialmente apenas em 2023, quando a gente promoveu um encontro, principalmente com a turma do doutorado de 2020, e a pós-doutoranda do Programa.

Também tivemos que considerar a questão da redução do orçamento das universidades e do dismantelamento das políticas públicas de ciência e tecnologia, o que implicou, por exemplo, na quantia de bolsas acadêmicas disponibilizadas, no orçamento do PROAP e editais de financiamento para pesquisa. O orçamento que tivemos disponível entre 2022 e 2023 foi semelhante ao que o programa tinha em 2013.

Algumas atividades foram realizadas nesse contexto de pandemia e de forma remota, como a Semana Acadêmica, de modo a garantir o funcionamento básico do programa. Acho que nos momentos de crise a gente não pode descuidar de realizar atividades básicas, sobretudo, o diálogo e a escuta da comunidade.

No retorno gradual ao ensino presencial, e isso começou a ocorrer a partir da metade do ano de 2022, o primeiro desafio foi restabelecer a condição de infraestrutura do programa, ou seja, que a infraestrutura estivesse em condições de uso, desde a sala administrativa do programa, até a sala de aula, bem como a rotina acadêmica presencial do programa, de modo que esta não se resumisse apenas ao espaço de sala de aula. Desse modo, realizamos alguns eventos, seja ainda na maneira virtual, remota, como as aulas inaugurais do programa, seminários, eventos e palestras. E apostamos muito na integração com a graduação. Acho que essa foi uma das chaves, no sentido de animar e reaproximar os(as) estudantes de mestrado e doutorado que se afastaram do programa e da própria universidade. Muitos(as) estudantes durante a pandemia construíram rotinas descoladas das atividades presenciais da universidade.

Foi um momento de muita turbulência e dificuldade. Mas eu acredito que as crises são reveladoras de muitas coisas. Ao mesmo tempo que alguns aspectos no programa a gente necessitava aprimorar, também ficaram evidentes as suas fortalezas, que são a qualidade acadêmica do nosso corpo docente, a persistência do nosso corpo discente e o profissionalismo da nossa parte técnico administrativa.

CM. - Como você enxerga o lugar do PPGS no cenário local\regional, tanto em termos de formação de quadros, quanto de produção de conhecimento sobre a sociedade brasileira em sua dimensão regional?

SBB. - Atualmente no PPGS, pela análise realizada para a avaliação da CAPES, o perfil dos(as) egressos(as) de mestrado e doutorado do Programa,

quanto ao local de atuação, está no Nordeste. Em relação a atuação profissional a mesma é bastante expressiva na rede pública de ensino médio. Esse é um perfil prevalente e é uma característica importante do programa, isto é, atuar na qualificação e na formação de profissionais que atuam no ensino médio, tanto na rede pública, quanto na rede privada.

Um segundo perfil, digamos, são os(as) discentes que buscam o nosso mestrado e doutorado para obter uma formação já com uma profissão consolidada, por meio de concurso público, devido a ascensão em plano de carreira etc. Muitos(as) destes são docentes da UFPB e de algumas outras universidades, inclusive da rede privada, que têm apenas a formação de mestrado e buscam o doutorado.

Os(as) discentes que ingressaram no PPGS nos últimos anos são oriundos da Paraíba, mas também temos ingressantes oriundos(as) de Pernambuco, de Alagoas, Sergipe, Rio Grande do Norte e Ceará. Inclusive há docentes desses estados que atualmente são docentes do programa.

O PPGS recentemente obteve o conceito 5 na CAPES. Quando um programa obtém esse conceito junto a essa agência de fomento, ele já é considerado um programa com aspiração e uma projeção nacional, não apenas regional. Destaca-se a participação de docentes e a progressiva participação de discentes na ANPOCS, na SBS, docentes do programa participarem das comissões de avaliação da Sociologia na CAPES e junto ao CNPq, teses serem reconhecidas pela sua qualidade participando da fase final de processos de premiação nacional (ANPOCS) etc. Claro, há desafios também para o programa consolidar uma projeção nacional, que diz respeito a termos, cada vez mais, um corpo discente atuante academicamente e desenvolvermos pesquisas em contextos além da Paraíba.

Outro aspecto que cabe ser destacado é o acervo de dissertações e teses do programa (desde o seu surgimento). Há obras em formato físico e digital que são consideradas um acervo acadêmico e histórico sociologicamente importante e reconhecido, regionalmente e nacionalmente, por diferentes pesquisadores(as) de renome, nacional e internacional, pelos estudos realizados no Nordeste sobre os temas da migração, Sociologia do trabalho, as reconfigurações sociais do espaço urbano e rural e movimentos sociais. Ou seja, o programa conta com esse acervo que é de extrema relevância regional.

CM. - Quais perspectivas você enxerga para a pós-graduação em Sociologia e do PPGS em particular?

SBB. - O que eu vejo como possibilidade de perspectivas para o nosso Programa de Pós-graduação em Sociologia na UFPB parte, de certa forma, do “meu ponto de vista, visto do meu ponto” no mundo. Atualmente eu sou um docente da UFPB que está atuando, por requisição, como assessor parlamentar nos temas da educação, agricultura, minas e energia, desenvolvimento rural e regional junto à Secretaria de Relações Institucionais na Presidência da República. Ao mesmo tempo com esta visão daqui, de Brasília, atuo na perspectiva de quem uma hora vai regressar para UFPB e para o PPGS.

Acredito que é fundamental a participação do PPGS nos debates sobre a construção de um Sistema Nacional de Pós-Graduação e na construção de um Plano Nacional de Pós-Graduação, no qual o programa se vincule e interaja a partir dos canais que estiverem disponíveis, além da construção da avaliação da área de Sociologia na CAPES. Essas ações foram desmanteladas no governo Bolsonaro. Atuar na estruturação de uma política pública de ciência e tecnologia robusta tem que ser compromisso de toda comunidade científica no Brasil. Esse é um ponto.

Ao mesmo tempo o Programa tem que estar mais atento às transformações que ocorrerão a partir da Reforma do Ensino Médio, inclusive pelo perfil dos(as) egressos(as) do PPGS. Teremos que debater esses aspectos e as transformações que essa reforma trará no sistema de ensino e no perfil profissional. Isto é, promover e participar do debate sobre o ensino médio permitirá que o Programa tenha um impacto social efetivo.

Outra perspectiva que está apontada para o PPGS é sobre a extensão universitária. Isso implicará inicialmente pensar e repensar nossas linhas de pesquisa e como elas estão dialogando com essa dimensão, bem como com o conjunto da sociedade que mantém e sustenta, com seus impostos, a universidade, o programa, a ciência e a tecnologia no país.

Analiso que o PPGS, no geral, tem que estar “antenado” ao máximo com as transformações da sociedade brasileira no século XXI. Se enquanto comunidade do Programa não nos dermos conta dos desafios para o futuro, há o risco do programa “se consumir em si mesmo”, a partir de um corporativismo que não pensa o todo e recai em uma perspectiva tecnoburocrática, gerencial e individualista. Esse ideário não tensiona apenas as pós-graduações como um todo, mas os rumos das políticas públicas no Brasil, incluso as de educação, ciência e tecnologia nas quais o PPGS também se situa. Não podemos ficar desatentos ao fato de que, a ciência e as Ciências Sociais, se constituem como uma atividade inerentemente humana, crítica e coletiva.

Esse conjunto de desafios implicará um constante exercício de planejamento e debates sobre como a gente trabalha, como nos pensamos enquanto programa, a avaliação constante das linhas de pesquisa para reorientar, sempre que necessário, a forma como as disciplinas são trabalhadas, as orientações sobre as questões, teorias e metodologias acionadas nas pesquisas etc. E a extensão pode ser uma dimensão que pode auxiliar a questionar, percorrer e rever essas perspectivas epistemológicas e até ontológicas do PPGS diante dos desafios vindouros.

No momento, acredito que esses são os possíveis desafios do PPGS - UFPB. Enfim, espero ter respondido todas as perguntas de uma forma que possa contribuir com o debate e com essa produção que o Departamento de Ciências Sociais está fazendo para um entendimento da sua trajetória ao longo da história: no passado, no presente e construindo seu futuro. Ou seja, a partir do que foi feito, do que nos trouxe até aqui e o que está por fazer.

Parte 3:

Extensão

A experiência da Extensão no Departamento de Ciências Sociais⁵¹

A experiência de extensão no Departamento de Ciências Sociais, que completa meio século de existência, se consolidou a partir de multivariadas linhas de atuação, incidindo de modo sensível tanto na trajetória de alunos/as, pesquisadores/as e professores/as, quanto nas trocas de conhecimento com as comunidades em que atuam, transportando a universidade para áreas onde ela não chegaria sem a extensão. Diante disso, este capítulo se soma aos posteriores na tentativa de dar uma pequena mostra da importância e da abrangência da atuação no campo da extensão no Departamento de Ciências Sociais.

Nos capítulos posteriores veremos a notável atuação na área de Patrimônio cultural do “Pamin: Patrimônio, Memória e Interatividade”, coordenado pela profa. Luciana Chianca, assim como na área de Gestão Territorial e Ambiental Potiguar, projeto coordenado pela profa. Alicia Gonçalves e também a atuação junto às comunidades indígenas venezuelanas no Brasil, os Naru Warao, no projeto coordenado pela Profa. Rita de Cássia Santos. Conheceremos ainda o projeto do Prof. Márcio Sá, que nos mostra as experiências de artesãos aqui no Nordeste.

O presente capítulo apresentará seis projetos de extensão nas áreas da saúde, diversidade sexual, experiência profissional, juventude e leitura de textos acadêmicos que, como dissemos acima, representam uma pequena mostra de um universo mais extenso de iniciativas extensionistas no Departamento de Ciências Sociais.

Curso de Extensão: “Dilemas da Saúde Pública No Brasil” (17 a 21 de outubro de 2016).

Coordenado pela prof^a. Maria de Fátima Marreiro de Sousa destinado aos alunos de graduação de diversas áreas de saúde da UFPB, com trinta vagas para efetivação da matrícula, o curso ocorreu na Sala de Meios da Biblioteca Central do Campus I da UFPB. O objetivo do projeto foi ampliar o conhecimento dos/as estudantes de graduação das áreas de saúde da UFPB, especialmente no que tange à reflexão sociológica dos dilemas da saúde pública no Brasil, com delimitação temporal que

⁵¹ Capítulo coletivo construído a partir dos relatos das/os coordenadores/as dos projetos de extensão do DCS/CCHLA e organizado pela profa. Luciana Aliaga.

vai do período da instauração do Regime Militar até a fase de redemocratização (1964-1985), com ênfase na década de 1990, sob o governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998 e 1999-2002). Nessa reflexão, enfatizou-se a criação de órgãos de apoio à saúde pública, como o Instituto Nacional de Previdência Social - INPS (1966), o Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social - INAMPS (1977) e o Sistema Único de Saúde - SUS (de 1990 até 2000).

Como metodologia, o projeto adotou aulas expositivas com distribuição de plano detalhado de cada sessão e referências bibliográficas, utilizando-se de recursos audiovisuais, em especial a exibição de vídeos sobre o regime militar, sobre a situação da saúde pública no Brasil sob governos neoliberais. E para a finalização foi aplicado um questionário de avaliação do Curso de Extensão realizado pelos alunos participantes.

Projeto de Extensão “Falando sobre Aids: debate e informação nas ruas, nas praças, nas redes

Coordenado pelas profas. Mônica Franch e Luziana Marques da Fonseca Silva, o projeto de Extensão “Falando sobre aids: debate e informações nas ruas, nas praças e nas redes” é um desdobramento de ações e pesquisas desenvolvidas pelo Grupo de Pesquisas e Estudos em Saúde, Sociedade e Cultura (GRUPESSC/UFPB) desde 2007, que mostraram a urgência de ampliar o debate sobre o tema do HIV/aids para além do campo acadêmico e profissional especializado. Nos estudos realizados pelo grupo, foi possível perceber que os avanços tecnológicos para o manejo da infecção por HIV e para a prevenção da transmissão, cruciais para o enfrentamento da epidemia, convivem com a persistência do estigma em relação às pessoas que vivem com HIV/aids e com o desconhecimento das formas de transmissão e dos meios de prevenção disponíveis.

A fase atual da epidemia se caracteriza, por um lado, por uma ênfase nas respostas biomédicas ao problema e, por outro, por um silenciamento em torno dos aspectos sociais de uma epidemia fortemente marcada pelo estigma em torno dos outrora chamados “grupos de risco” – homens gays e HSH (homens que fazem sexo com homens), profissionais do sexo e usuários de drogas, sobretudo. Aliado a esse processo, o avanço do conservadorismo se coloca como um empecilho para enfrentar questões necessárias para a discussão sobre HIV/aids, especificamente no que tange à sexualidade. Afora isso, o momento atual também está marcado por ameaças à democracia e à garantia dos direitos mais básicos, e por tentativas de desmonte do Sistema Único de Saúde e demais políticas que, para as pessoas vivendo com HIV/aids, podem fazer a diferença entre a vida e a morte.

Com base nessa compreensão, no ano de 2020, demos início ao projeto de extensão “Falando sobre aids”, que visa desenvolver ações que ultrapassem os muros universitários, promovendo e ocupando espaços de debate e de troca de informações sobre as dimensões subjetivas, sociais, culturais e políticas em torno da prevenção, vivência e convivência com o HIV/aids. A perspectiva adotada tem por base a defesa dos Direitos Humanos, em especial dos Direitos Sexuais e Reprodutivos. Integram o projeto estudantes de graduação e de pós-graduação (mestrado e doutorado), docentes e pesquisadores/as dos cursos de Antropologia e Ciências Sociais, pedagogia, psicologia, direito, história e letras. É importante destacar que

a coordenação é partilhada entre as duas autoras deste texto, sendo uma (Mónica Franch) professora do Departamento de Ciências Sociais do Campus I, João Pessoa, e outra (Luziana Silva) professora do Departamento de Ciências Sociais do Campus IV, em Mamanguape/Rio Tinto, o que garante a inserção de estudantes de ambos *campi*, além de contarmos com colaborações em outros estados.

Nos dois anos iniciais do projeto, devido à situação de emergência sanitária derivada da Covid-19, nossas ações ocorreram virtualmente, com a criação de um perfil no Instagram (@falandosobreids) com diversos quadros, lives e publicações periódicas. Destacamos os quadros Letras Posithivas, com recomendações e discussões sobre literatura e HIV/aids, Cine Posithivo, sobre produção audiovisual ligada ao assunto, ONGs, no qual são apresentadas as organizações que compõem o campo do HIV/aids na Paraíba, e Primeiros Cuidados em HIV/aids, que oferece atendimento psicológico emergencial e encaminhamento diante de situações de crise decorrentes de diagnóstico ou outros problemas. Em fins de 2021, com o progressivo retorno das atividades presenciais, passamos a desenvolver ações nas ruas, nas praças, em escolas, serviços de saúde, entre outros cenários. Nesse novo momento, desenvolvemos metodologias participativas, com atenção especial às oficinas, que possibilitam o diálogo qualificado em torno das questões envolvendo o HIV/aids. É fundamental frisar a importância da articulação com o movimento social nesse caminho de aprendizados, trilhado junto àquelas instituições que contribuíram e contribuem para a resposta paraibana ao HIV/aids. Igualmente, é importante evidenciar os diálogos e parcerias fora Paraíba, impulsionados pela efervescência das redes sociais durante e após a pandemia da Covid-19.

Virtual ou presencialmente, nesses quatro anos de projeto de extensão falamos sobre aids na Universidade Federal da Paraíba, ecoando para além dela através de parcerias com redes locais, municipais, estaduais e nacionais para o desenvolvimento e participação em ações que visem à desconstrução do estigma em torno do HIV/aids e que forneçam informações qualificadas sobre prevenir, viver e conviver com HIV/aids.

Equipe atual do projeto: Mónica Franch e Luziana Silva (coordenadoras), Mario Quirino, Jonas Santos, Wertton Matias, Lídia Arnaud, Jannine Diniz e Isaque Moraes (colaboradores e colaboradoras), Akim de Paula, Beatriz Costa, Marçal Costa, Marco Túlio Alves, Gabriel Moraes, Wagner Lima, Will Guimarães, Francisco Oliveira Neto (extensionistas). Já passaram pelo projeto: Marcia Longhi, Ayira Benvenutty, Will Guimarães, John Kennedy da Silva Luiz, Caio Fábio Cardoso Silva Pereira, Lorena Leite.

Programa de Extensão “Diversidade Sexual e Direitos Humanos na Paraíba: novos olhares e ações entre movimentos sociais, agentes públicos e universidade”.

Coordenado pelas profas. Mónica Franch e Silvana Nascimento e desenvolvido nos anos de 2011 e 2012, o programa “Diversidade Sexual e Direitos Humanos na Paraíba” teve como finalidade principal a construção de espaços de interlocução política e acadêmica para o combate à homofobia e para a promoção dos direitos humanos no que tange à diversidade sexual e de gênero no Estado da Paraíba. O Programa foi contemplado pelo Edital Proext, do Ministério da Edu-

cação, e se propôs atuar em três áreas: o *Projeto Memória*, voltado à visibilidade, a divulgação e o reconhecimento social e político do movimento LGBT (hoje LGBTQIAP+) da Paraíba, por meio da reconstrução da história do movimento no Estado; o *Projeto Juventude*, dedicado à realização de ações de formação política com/para jovens e ao reconhecimento de espaços de lazer e sociabilidade juvenil com vistas a contribuir para a renovação do movimento; e o *Projeto Escolas*, que se propôs a organizar cursos de formação para profissionais da educação com as temáticas de gênero, sexualidade e homofobia.

Nossa atuação centrou-se nos dois primeiros projetos, que coordenamos de maneira compartilhada. A ação extensionista se articulou com pesquisas e ações em andamento e contou com a participação de dez estudantes dos cursos de graduação em Ciências Sociais (CCHLA/Campus I) e em Antropologia (CCSA/Campus IV), além de um bolsista de Iniciação Científica, uma mestrande em Antropologia, um estudante de filosofia indicado pelo movimento e uma estudante de Ciências Contábeis.

Todas as ações foram construídas em diálogo com o movimento LGBTQIAP+, principalmente com o Movimento do Espírito Lilás (MEL), a Associação de Travestis e Transexuais da Paraíba (ASTRAPA), o Grupo de Mulheres Lésbicas e Bissexuais Maria Quitéria, o Fórum LGBT de Catolé, a Ação pelo Respeito à Cidadania e Diversidade, a Secretaria Estadual da Mulher e da Diversidade Humana da Paraíba (SEMDH), o bar Relicário, entre outros espaços e coletivos de ativismo e solidariedade LGBTQIAP+. No eixo *Memória*, trabalhamos na documentação dos acervos e no registro das trajetórias de militância no movimento LGBTQIAP+ tanto em João Pessoa como no interior paraibano.

Já no eixo *Juventude*, realizamos observações de tipo etnográfico em diversos espaços de sociabilidade com presença marcante de jovens LGBTQIAP+ em João Pessoa, Rio Tinto e nas redes sociais, e articulação com os movimentos. Como parte das atividades do projeto, realizamos performances em bares, encontros acadêmicos, ruas e praças, algumas delas em parceria com a SEMDH, que à época promovia uma campanha contra a homofobia com o mote “Tire o respeito do armário”. Em parceria com o movimento LGBTQIAP+, organizamos *I Encontro Estadual da Juventude LGBT da Paraíba: Saúde, Cidadania e Arte*, que aconteceu no CCHLA/UFPB nos dias 15 e 16 de junho de 2012, e contou com a participação de 180 jovens vindos da Grande João Pessoa e de diversos municípios do interior (Campina Grande, Catolé do Rocha, Guarabira etc.).

“Diversidade Sexual e Direitos Humanos na Paraíba” foi o primeiro projeto de extensão voltado à temática LGBTQIAP+ na Universidade Federal da Paraíba, em um momento em que as pautas ligadas à diversidade sexual e de gênero eclodiam com muita força no país e especificamente na universidade, tornada mais plural em função das políticas de expansão, interiorização e fortalecimento da universidade impulsionadas pelo governo federal nos três primeiros governos do Partido dos Trabalhadores, e também graças à criação de políticas sexuais de cunho progressista que incluíram e deram protagonismo às mulheres, à população negra e às pessoas LGBTQIAP+.

Um marco nesse sentido foi a criação, em 2004, do *Programa Brasil Sem Homofobia* pelo governo federal, importante mecanismo no combate às violências e na promoção de direitos. Nesse sentido, a extensão universitária se aliou a um movimento

mais amplo de luta pela ampliação das esferas da cidadania, propiciando um espaço de articulação política, capacitação, acolhimento e formação continuada. Por esses motivos, avaliamos que a participação de jovens estudantes de graduação no projeto “Diversidade Sexual e Direitos Humanos na Paraíba” teve um efeito extremamente positivo em seus percursos acadêmicos, inclusive com a realização de Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) e posteriores mestrados sobre o tema, mas também em termos de reconhecimento, acolhimento e militância. A experiência do projeto foi registrada em livro: NASCIMENTO, Silvana; FRANCH, Mónica. *Entre o sertão e o mar: políticas e poéticas LGBTs na Paraíba*. Salvador: Editora Devires, 2018.

Equipe do projeto: Mónica Franch e Silvana Nascimento (coordenadoras), Elton Bruno Oliveira, Felipe Roque, Luar Cortez, Susi Any Veloso, Marcela Alves e Walquíria Nascimento (extensionistas), Thiago Oliveira (bolsista PIBIC), Gaudy Gomes (extensionista indicado pelo movimento), Viviane Vasconcelos (estagiária/contadora). Colaboração de: Brune Rapchaell Magalhães (estudante de serviço social e performer) e Paulo Rossi (fotógrafo).

Projeto de Extensão “Ciências Sociais Extra Muros”

Coordenado pelas profas. Mónica Franch e Flávia Pires, o projeto de extensão “Ciências Sociais Extra Muros” ocorreu no ano de 2010 e teve como público alvo estudantes de Ciências Sociais, participantes da sociedade civil, de instituições não governamentais e do governo estadual. O projeto teve como objetivo geral propiciar o contato da academia com a sociedade em sentido mais amplo, favorecendo intercâmbios de experiências e conhecimentos.

Como forma de avaliação da experiência, foram convidados profissionais das Ciências Sociais que atuavam fora da academia (INCRA, Iphan, Governo do Estado, Secretaria de Turismo da Prefeitura, ONGs, etc.) para apresentar uma palestra e debater com o público universitário, a fim de expandir a possibilidade de diálogo e para que os discentes pudessem vislumbrar a atuação na profissão fora dos muros da academia.

Projeto de Extensão: “Juventude, Escola e Universidade: passarela cidadã”.

O projeto foi coordenado pela profa. Geovânia da Silva Toscano e contou com a participação dos estudantes de Ciências Sociais: João Pedro Sousa Pereira – Bolsista/Bacharelado, Jorge Nascimento trindade – Voluntário/Bacharelado, Maria Eduarda Araújo Pereira – egressa do Bacharelado/aluna de pós-graduação, Maria Fernanda de Araujo Gomes – Voluntária/Bacharelado, Thalissa Batista de Melo – Voluntária/Licenciatura e Wilka Vitória Soares Araújo – Voluntária/Licenciatura.

Vinculado ao Departamento de Ciências Sociais, com apoio do Edital PROBEX/UFPB, o projeto “Juventude, Escola e Universidade: passarela cidadã”, objetiva propiciar a ampliação dos conhecimentos dos jovens escolares do ensino médio em João Pessoa/PB, fomentar a compreensão da universidade como um bem público e conscientizar as juventudes a respeito dos seus direitos como cidadãos.

A nossa compreensão de extensão funda-se no pressuposto da universidade pública atuando em diálogo com setores da sociedade e buscando retornar as contribuições por ela recebidas. Em suas funções indissociáveis de ensino, pesquisa e extensão, os sujeitos comprometidos com o sentido público do fazer universitário se propõem a identificar problemas no seu em torno, refletir, dialogar e propor soluções.

O projeto “Passarela Cidadã” em seus procedimentos metodológicos se estrutura em três módulos articulados: 1) “Atravessando os Muros da Universidade”: apresentar o projeto à equipe escolar; envolver os jovens escolares interessados no projeto; organizar a visita na universidade; 2) “Desvendando os potenciais formativos com os jovens”: traçar o perfil socioeconômico e cultural dos jovens; identificar os seus interesses temáticos; articular os temas sugeridos ao Estatuto da Juventude/2013; 3) “Religando os saberes”: realização de palestras sobre os cursos indicados pelos jovens escolares; oficinas temáticas que se conectam com os direitos dos jovens enquanto cidadãos.

Sua primeira edição ocorreu em 2016 na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Escritor José Lins do Rego, localizada no bairro Cristo, nas demais atuamos nas seguintes escolas: ECIT Papa Paulo VI (2020, 2021, 2022) em Cruz das Armas; na ECIT Daura Santiago Rangel (2021, 2022, 2023, 2024), no bairro José Américo, todas na cidade de João Pessoa/PB. No edital PROBEX/UFPB no seu município (2021), atuamos na ECIT Renato Ribeiro Coutinho na cidade de Alhandra/PB.

Para a realização da visita no campus I da UFPB, contamos com a colaboração de assessores de extensão e de graduação dos centros acadêmicos, estudantes de pós-graduação e de graduação; professores por áreas de conhecimento. Tais parcerias são estabelecidas a partir das demandas dos jovens das escolas envolvidas em cada edição. Além da visita realizamos palestras com profissionais em atuação no mercado de trabalho e oficinas com as temáticas indicadas pelos jovens.

As ações desenvolvidas ao longo deste projeto voltadas para as juventudes escolares buscaram ampliar seus conhecimentos, aproximar os jovens da universidade pública, fortalecer a sua participação ativa nos espaços sociais e a se reconhecerem como sujeitos de direitos e agentes de mudança na sociedade. Nossas ações são divulgadas no @passarelacidada, nos relatórios finais em cada edição e em eventos científicos.

Projeto de Extensão: “Círculo de leituras em Filosofia, Política, História e Economia” (01/04 a 31/12/2020)

Coordenado pela profa. Luciana Aliaga, o projeto é vinculado ao Grupo de Pesquisa Materialismo e Modernidade (CNPq-UFPB-UFCG) e visou três objetivos gerais: 1. Contribuir e proporcionar instrumentos para a prática da leitura de textos acadêmicos por alunos em nível de graduação e pós-graduação; 2. Discutir temas e conceitos de acentuada relevância para a teoria e cultura política democráticas no Brasil; 3. Dar acesso à comunidade acadêmica e à comunidade externa aos conteúdos dos debates – por meio de mídias eletrônicas, redes sociais e eventos abertos ao público – tanto dos resultados de pesquisas de iniciação científica, mestrado e

doutorado, como de questões fundamentais para a teoria e prática políticas, principalmente no que se refere à cidadania, à ética e à participação política ativa.

Uma das habilidades mais importantes para os estudantes em todos os âmbitos de conhecimento científico consiste na leitura e compreensão de textos acadêmicos e, conseqüentemente, a capacidade de escrita clara e objetiva. A leitura de textos científicos, principalmente para o estudante que ingressa na graduação, mas também para aqueles que desenvolvem pesquisa a nível de mestrado e doutorado, constitui-se em grande desafio na medida que exige uma capacidade cada vez maior de abstração e generalização para compreensão de conceitos complexos e para sua aplicabilidade na análise de contextos sociais concretos.

O presente projeto contou com professores de diferentes áreas do conhecimento: Ciência Política, Economia, Filosofia, Relações Internacionais e Educação, atendendo, portanto, a exigência de interdisciplinaridade que está na base de nossa proposta. Conta também com estudantes de graduação em diferentes níveis – tanto iniciantes, quanto alunos que já desenvolvem pesquisa de iniciação científica –, e também com pesquisadores mestres, mestrandos e doutorandos. O fato de termos uma boa diversidade de níveis de conhecimento e experiência de pesquisa enriquece sensivelmente a prática, uma vez que permite o intercâmbio entre sujeitos em diferentes fases de formação e níveis de desenvolvimento intelectual.

Deste modo, por um lado, os iniciantes tiveram acesso a pesquisas mais avançadas e a oportunidade de dialogar com pesquisadores mais experientes e, por outro, inseriram importantes questões, que proporcionaram um repensar da própria atividade da pesquisa. Neste sentido, a universidade, por meio de atividades de extensão pode oferecer um programa que, se bem planejado e executado, pode ser um grande aliado do trabalho docente de ensino. Ao disponibilizar o programa de leituras, os textos que foram lidos e as discussões *on-line*, ampliou-se exponencialmente a capacidade de participação neste projeto, uma vez que estudantes de outras instituições, públicas e privadas, candidatos em fase de preparação para vestibular e a comunidade interessada em geral puderam participar a distância. Deste modo, o programa de leituras, discussões e divulgação *on-line* aqui proposto consegue abranger e conectar as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

O texto escolhido para esta primeira edição do “Círculo de leituras em Filosofia, Política, História e Economia” é a obra de maturidade do teórico político Antonio Gramsci (1891-1937), os *Cadernos do Cárcere*. A escolha se justifica por três motivos: 1. O caráter interdisciplinar do pensamento do autor; 2. A presença de estudos gramscianos em diversas áreas do conhecimento científico e a proliferação de estudos recentes baseados em suas obras e, 3. A dificuldade que os estudantes encontram na leitura solitária do autor.

Começando pelo último ponto, a dificuldade que os estudantes encontram na leitura solitária se deve principalmente ao caráter fragmentário de uma obra que não foi publicada pelo próprio autor. Antonio Gramsci foi um intelectual e dirigente político preso em 1926, durante o regime fascista na Itália, quando escreveu 33 cadernos escolares, mas tarde intitulados os “Cadernos do Cárcere”. A partir dos anos 1975, ele se tornou “um dos autores estrangeiros mais lidos e discutidos no Brasil”. Nesse período encontram-se pesquisas universitárias sob a influência de categorias ou de problemáticas gramscianas, tanto na Antropologia, quanto na Sociologia e na

Ciência Política. Nesse movimento os conceitos próprios de elaboração gramsciana, “inclusive aqueles mais complexos e específicos como bloco histórico, revolução passiva, guerra de posição e guerra de movimento, reforma intelectual e moral, etc.” se transformaram numa “espécie de senso comum não só do discurso mais estritamente intelectual, mas também do discurso político da esquerda – e não só desta”.

A influência do autor na universidade brasileira contemporaneamente, em especial na Educação, Serviço Social, Ciências Sociais e História pode ser constatada pelo *Mapa Bibliográfico de Gramsci no Brasil* (2018), fruto de pesquisas desenvolvidas no interior do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Filosofia, Política e Educação (NuFiPE), sediado na Universidade Federal Fluminense (UFF).

Sobre o primeiro ponto, o caráter interdisciplinar do pensamento de Gramsci, encontram-se nos *Cadernos do Cárcere* temas que perpassam os campos da Filosofia, Economia, Política, História, Linguística e Educação. Isto se deve à base histórica de todas as concepções de mundo, em outras palavras, todas as áreas do conhecimento – para Gramsci – são gestadas em sua interação dinâmica com as realidades concretas vividas por cada sujeito a partir das condições específicas em que vive, trabalha e pensa. Deste modo, a Filosofia, como pertencente a um tempo histórico, é gestada por pensadores individuais – ou, pode-se dizer, “intelectuais” –, mas também é composta por relações sociais de forças, se relaciona profundamente com a economia e com a política concreta de um tempo histórico, revelando o nexo orgânico entre formas de pensar, cultura, relações sociais concretas e instituições, como a escola e a universidade.

Como metodologia adotou-se três passos: 1. Leituras individuais dos *Cadernos do Cárcere* e reunião para revisão e discussão da leitura. Cada participante foi responsável por fazer individualmente a leitura dos textos indicados. Nas reuniões, que ocorriam a cada 15 dias, havia um relator da leitura, que apresentava um roteiro de discussão, com cópia para cada um dos presentes. A partir desse roteiro, as leituras individuais foram discutidas, foram levantados pontos de acordo, dúvidas, questões a aprofundar e possíveis aplicações ao contexto atual. 2. Reuniões virtuais. Em função da pandemia de Covid-19 em 2020, ano da realização do projeto, todas as reuniões foram virtuais e contaram com uma participação que variou entre 80 e 40 participantes on-line. Para divulgação do conteúdo foram criados podcasts, Instagram, vídeos-aula e um site do projeto. 3. Palestras e minicurso: foram convidados pesquisadores em nível de mestrado, doutorado e professores pesquisadores na área para apresentar suas pesquisas ao grupo.

Produção:

Podcasts

- <https://open.spotify.com/episode/6wdsemiwdqKkgFgoLSw7h0?si=-30TRiA2zQM-NvejhuYv8A>
- <https://open.spotify.com/episode/3kxyr74jjZL9mvMzlFDbF1?si=pGJ0a-fH6SvGuHT2yx9VmPQ>
- https://open.spotify.com/episode/52BDNcIX5mAl8FtdUYEjIS?si=nVe9_mSvRDmeXocTi4th-A

Instagram

- https://www.instagram.com/p/B_f8uUFHZKq/?igshid=qpk0x6i023ic

Minicurso de introdução ao pensamento de A. Gramsci, ministrado pela Profa. Dra. Luciana Aliaga:

- 21/05 - Hegemonia e Estado integral - <https://youtu.be/MXxE2bv8RVo>
- 28/05 - Cultura, Intelectuais e classes subalternas - <https://youtu.be/55A-FVwP6vTs>
- 04/06 - Revolução passiva e fascismo - <https://youtu.be/kFIPnrEH18g>

Vídeos-aula (criados a partir das reuniões virtuais)

- Vídeo da aula “Reflexões sobre educação a distância” ministrada pela Profa. Dra. Cárita Portilho (DFE/CE/UFPB): https://youtu.be/xb-_077aUTI
- Vídeo da aula “Análise das crises econômicas brasileiras”, ministrada pelo Prof. Dr. Lucas Milanez (Economia – CCSA/UFPB): https://youtu.be/E_aMg5c_sXk
- Vídeo da aula “O impacto da crise na América Latina”, ministrada pelo Prof. Dr. Daniel Antiquera (Departamento de Relações Internacionais/UFPB): <https://youtu.be/VSq2NzmrzTk>
- Vídeo da aula “Revolução passiva e revolução-restauração nos Cadernos do Cárcere”, ministrada pela Prof. Dra. Luciana Aliaga (Departamento de Ciências Sociais e do Programa de pós-graduação em Ciência Política e Relações Internacionais/UFPB): https://youtu.be/Z5Jqj_dKBpQ
- Vídeo da aula Sabrina Areco (Doutora em Ciência Política pela Unicamp) – “A Revolução Francesa nos Cadernos do Cárcere”: <https://youtu.be/oD-zqjIOPU7A>
- Vídeo da aula Deise Rosálio (Doutora em Educação pela USP, Docente UFMG, Coordenadora comunicação IGS-Br) – “O pensamento político-pedagógico de A. Gramsci”: <https://youtu.be/tothtJNFEvo>
- Vídeo da aula Hevilla Wanderley (Mestre em Ciência Política e relações internacionais pela UFPB, membro do grupo de pesquisa Materialismo e Modernidade – UFPB/CNPq) – “Questão nordestina: uma abordagem gramsciana”: <https://youtu.be/IbZ3ulwsdtg>
- Vídeo da aula de Thiago Lira Alves Agostinho (Doutorando em filosofia pela UFPB, membro do grupo de pesquisa Materialismo e Modernidade – UFPB/CNPq), que tratará do tema “Ideologia e Filosofia nos Cadernos do Cárcere”: <https://youtu.be/zdKWP7Ua7LE>
- Vídeo da aula de Fernanda Maranhão (Mestre em Ciência Política e relações internacionais pela UFPB, membro do grupo de pesquisa Materialismo e Modernidade – UFPB/CNPq) – “Os conceitos gramscianos de transformismo e nacional-popular a partir da análise da agroecologia no MST”: https://youtu.be/eOmLOZ_FQUE
- Vídeo da aula de Ana Karoline Nogueira (Mestre em Serviços Social pela UFPB, membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Economia, Política e Trabalho – GEPET-UFPB e do grupo de pesquisa Materialismo e Modernida-

de – UFPB/CNPq) – “Os intelectuais militares na revolução passiva brasileira”: https://youtu.be/vzCk_8bfYCU

- Vídeo da aula do Prof. Dr. Marcos Del Roio (Professor Titular em Ciências Políticas na Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP-Marília-SP, presidente da International Gramsci Society Brasil- 2017-2019) - Hegemonia e Subalternidade nos Cadernos do Cárcere.: https://youtu.be/i_BjE96ai7U

Site

- Circulo de Leituras: <https://circuloleituras.wixsite.com/ciculoleituras-1>

Logo



Equipe executora:

Thiago Lira Alves Agostinho, doutorando em Filosofia (PPGF-UFPB); Fernanda Peres Maranhão, em Ciência Política e Relações Internacionais (PPGCPRI-UFPB); Ana Karoline Nogueira, mestre em Serviços Social (CCHLA-UFPB); Hevilla Wanderley Fernandes, mestranda em Ciência Política e Relações Internacionais (PPGCPRI-UFPB); Riviane Enedino Pereira Cruz, aluna Iniciação Científica em Ciência Política (DCS-CCHLA-UFPB); Augusto Francisco de Freitas Ramalho aluno graduação em Ciências Sociais (DCS-CCHLA-UFPB); Jefferson Christian Silva dos Santos, aluno graduação em Ciências Sociais, bolsista (DCS-CCHLA-UFPB); Lucas Milanez de Lima Almeida, docente do curso de Economia (CCSA-UFPB); Hélio Azara De Oliveira, docente de Filosofia (UFCG); Daniel de Campos Antiquera, docente do departamento de Relações Internacionais (DRI-CCSA-UFPB); Carita Portilho de Lima, docente do departamento de Educação (CE-UFPB) e Luciana Aliaga, docente – coordenadora do projeto (PPGCPRI-UFPB).

Patrimônio cultural no DCS: o Pamin, um programa de extensão

Luciana Chianca

“A vida não é a que a gente viveu,
e sim a que a gente recorda,
e como recorda para contá-la”.
(Gabriel G. Márquez, 2003)

Embora seja mais conhecida por seu sentido musical onde ela representa um drama musical cantado e recitado, *opera* é a palavra latina significando o que nós conhecemos por obra, trabalho, atividade. Assim, operar é transformar, investir em objetos e sujeitos para que se construam novos produtos, ou para compor novos sentidos aos já existentes. A obra não é um dado objetivo, mas uma construção social cujo alcance é incerto, produzindo efeitos, sentidos e significados que exigem investimento e a “*procura de algo a se apropriar por meio de um esforço*” (Lefèbvre, 1970).

Movida por esse sentido da *opera*, apresento este artigo emergindo uma abordagem pessoal sobre uma parte de minha trajetória profissional e acadêmica, que compõe ela mesma, uma obra, produto de um investimento afetivo (Lefèbvre, 1970), resultado de uma *práxis* transformadora narrada por uma memória que, como obra expressa acertos, sucessos e muitas vezes também, fracassos, embaralhos, reinvenções, recomposições e descobertas em sua feitura que também implica renúncias, silêncios, ocultações e esquecimentos.

Investida de afetos, identificações e distanciamentos, minha memória não se esgota na descrição objetiva e documental de minha experiência no programa de extensão, que passo, em seguida, a relatar: mesmo que grande parte de minha experiência esteja exposta no que aqui se lê (como também nos interstícios do texto e pelas frestas de minha memória), resta destacar o

enigma constitutivo de toda a problemática da memória, a saber, a dialética de presença e de ausência no âmago da representação do passado, ao que se acrescenta o sentimento de distância próprio à lembrança, diferentemente da ausência simples da imagem, quer esta sirva para descrever ou simular (Ricoeur, 2007, p. 425).

Nesse sentido, o presente artigo constitui o relato de uma experiência narrada como trajetória, no sentido que lhe atribui P. Bourdieu (2006) quando ele se refere às biografias consideradas como “série de posições sucessivamente ocupadas por um agente (ou mesmo um grupo) num espaço que é ele próprio um devir, estando sujeito a incessantes transformações” (p. 189).

Recompor essa trama emaranhada, focando em situações, momentos e posições que podemos acompanhar entre os anos de 2007 a 2019 é o fito das páginas que se seguem, nos esquivando do sombrio designio de Irineo Funes, o desgraçado personagem de Jorge Luis Borges (2004) que memorizava tudo o que lhe vinha à experiência, e aos dezenove anos, ainda tão jovem, já parecia “monumental como o bronze, mais antigo que o Egito, anterior às profecias e às pirâmides”.

Começando do começo

Corria o ano de 2007 quando iniciamos um projeto de pesquisa com o Laboratório de Vídeo Digital (Lavid), à época do Centro de Ciências Exatas e da Natureza da UFPB, como uma experiência de pesquisa interdisciplinar em Antropologia e computação que surgiu de uma constatação facilmente verificável: a invisibilidade da criação popular que não tem acesso aos eixos centrais (e oficiais) de circulação e consumo da informação cultural predominantemente definidos pelo mercado (mídias diversas, produtoras e difusores), e Estado (prefeituras e secretarias de governos municipais, estaduais e federal). Tratava-se, inicialmente, de desenvolver uma ferramenta tecnológica que permitisse a localização espaço-temporal de eventos festivos da cultura popular.

O projeto consistia em criar uma plataforma *web* que permitisse a inscrição de dados sobre os eventos de forma colaborativa, automática e livre. Inicialmente pensamos num *site*, e entre 2008 e 2011 trabalhamos na sua concepção e testes com uma equipe de informáticos⁵², numa pesquisa inicialmente batizada de “La-fiesta”, com projeto-piloto apresentado em setembro de 2008 no II Colóquio Festas e Sociabilidades (Chianca, 2011).

Vale lembrar que o Brasil estava então numa fase muito auspiciosa, com um governo eleito pela vontade popular que demonstrava também muito interesse pela produção artística e cultural não-dominante, não-comercial e não-consumista; Gilberto Gil era o Ministro da Cultura. Num reconhecimento da grande capacidade de mobilização dessas expressões de poderosa vitalidade, toda a política cultural do governo federal incentivava sua emergência.

De outra parte, estávamos em pleno *boom* digital, e as opiniões se dividiam, retomando o debate sobre a indústria cultural que Umberto Eco (1993) sintetizou em duas posições: os apocalípticos ou integrados. Sobre a era digital, havia os céticos, que acreditavam que a cultura digital só reforçaria o poder dos poderosos, enquanto os integrados acreditavam que seria possível utilizar a potência do digital para proporcionar uma maior democratização da cultura com seus matizes populares ancorados na expressão tradicional, vinculados às memórias locais e expressando as suas condições de emergência.

52 Com a acolhida e a colaboração dos professores Dr. Alexandre Medeiros, Dr. Alisson Brito, Dr. Guido Lemos, e Dra. Tatiana Aires, todos do Departamento de Informática do CCEN.

Desenvolvido em suas primeiras versões no Lavid, o site Pamin ganhou novas possibilidades a partir de 2010, assentado numa base colaborativa e interativa (via *internet*), que seria viabilizado, testado e aprimorado em atividades de educação patrimonial a serem realizadas na cidade de João Pessoa (PB).

Agora intitulado “Pamin: Patrimônio, Memória e Interatividade”, o Pamin participou e venceu o Edital PROEXT/MEC 2011, na área do patrimônio, e começou a ser executado em 2012. O ProExt foi um programa de Extensão Universitária nacional criado em 2003 e mantido até 2016 enfatizando a inclusão social. Era proposto pelo Ministério da Educação, e apoiava “as instituições públicas de ensino superior no desenvolvimento de programas ou projetos de extensão que contribuam para a implementação de políticas públicas. Criado em 2003, o ProExt abrange a extensão universitária com ênfase na inclusão social”⁵³. O ProExt funcionou até 2016, mobilizando estudantes e professores em torno de projetos e programas de extensão

que buscaram constituir saberes interdisciplinares dialógicos e reflexivos do conhecimento acadêmico, unidos ao potencial da cultura e saberes populares. Esta iniciativa estimulava pesquisadores a tornarem-se também extensionistas, viabilizando a realização do tripé ensino-pesquisa-extensão que fundamenta a Universidade pública brasileira (Chianca, 2018, p.14).

O Pamin foi concebido para conectar diferentes áreas de conhecimento em duas frentes; a pesquisa e extensão tecnológica (liderada pelos pesquisadores do Lavid), e a pesquisa e extensão socioantropológica, liderada por nós. Contaríamos com o suporte, mas também com a formação de bolsistas/ estudantes de diversos cursos de áreas conexas ao Programa Pamin na UFPB: Ciências Sociais, Ciências da Computação, inicialmente também havia bolsistas de jornalismo e de mídias digitais.

O financiamento anual do PROEXT/IPHAN deu um grande alento ao Pamin porque além do financiamento de bolsistas contávamos com orçamento para diárias, compra de material permanente e pagamento de pessoa física e jurídica, viabilizando a organização de atividades formativas para os bolsistas através de pesquisas, visitas de campo e de estudo, e participação de alunos e professores em eventos. A subvenção também viabilizava a participação de professores convidados/especialistas das questões de patrimônio, educação popular e patrimonial e a realização de outras atividades em torno dos temas relativos ao Programa.

Apresentado em linhas gerais, o programa Patrimônio, Memória e Interatividade (Pamin) propunha uma abordagem social e tecnológica para as informações das expressões do patrimônio cultural brasileiro. Pouco conhecido extra-localmente e escassamente documentado, esse patrimônio tem um acesso restrito aos seus agentes.

O projeto socioantropológico do Pamin buscava apreender as condições sociais de produção do patrimônio cultural, propiciando o armazenamento, catalogação e disseminação do mesmo através da utilização de um suporte tecnológico; o site Pamin (principal foco do projeto tecnológico do Pamin). Com ele, buscávamos sistematizar e organizar o processo de notificação, registro, armazenamento, catalogação e divulgação de informações espaço-temporais sobre o patrimônio, viabilizando uma

53 http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12243&ativo=488&Itemid=30891 Acesso em 20/04/2024.

informação completa e democrática atingindo o usuário de forma rápida, gratuita e intuitiva, garantindo agilidade e liberdade na escolha e proposta do registro.

Nosso objetivo era aumentar a visibilidade de pessoas, produtos e processos culturais e artísticos em curso no município de João Pessoa, potencializando a criatividade e sua gestão cultural. Para responder a esses objetivos, o Pamin tinha um tripé: a formação continuada dos bolsistas, a proposição de Oficinas de Educação Patrimonial nas comunidades parceiras e o desenvolvimento tecnológico do site.

O que é o Pamin?

- Pamin quer dizer Patrimônio, Memória e Interatividade e é um Programa de extensão universitária financiado pelo Ministério da Educação através do Edital Proext/Iphan.

Como surgiu o Pamin

O Pamin parte da constatação de que o patrimônio cultural e artístico local é pouco conhecido da sociedade, mesmo quando ele é objeto de políticas públicas: a visão elitista corrente da "arte" e "cultura" desautoriza o "popular" no reconhecimento e definição de suas próprias estratégias, dificultando a expressão de suas experiências e visões de mundo socialmente inscritas.

Áreas de atuação do Pamin

- Site Pamin: constituição de acervos e memórias digitais;
- Oficinas Pamin: Inclusão digital e patrimonial para a identificação e registro de arte e cultura nas comunidades.
- Formação continuada: ensino, extensão e pesquisa para os estudantes da UFPB - bolsistas, alunos e parceiros do Pamin.

Design: Edyleton Marinho

Conheça o site Pamin

www.pamin.lavid.ufpb.br

The screenshot displays the Pamin website interface. At the top, there are buttons for 'Para cadastrar' (To register) and 'Para consultar' (To consult). Below these, a map of João Pessoa is shown with a blue rectangle highlighting a specific area. To the left of the map, there are several categories listed: 'Categorias', 'Eventos', 'Espaços e Lugares', 'Museus', 'Oficinas e Atividades', 'Museus e Monumentos', and 'Museus e Monumentos'. Below the map, there are three tabs: 'Consulta por Temas', 'Consulta pelo Tempo', and 'Consulta pelo Lugar'. The bottom of the page features a row of six small images showing people engaged in various activities, likely related to the Pamin project.

Algumas primeiras reflexões sobre esse processo foram sistematizadas em dois artigos publicados em 2013: “Patrimônio Cultural e Tecnologias Digitais: interatividade e colaboração” no livro “Pesquisa e Ética na Antropologia contemporânea”, organizado pelo PPGA/UFPB, e publicado pela Editora UFPB (Chianca, 2013b). Em 2013 também publicamos “Patrimônio, Memória e Tecnologias digitais” nos Cadernos de Educação Patrimonial nº 3, do IPHAN/PB (Chianca, 2013a). Nesses dois textos apresentamos a Proposta do Programa Pamin como um projeto articulando os temas do Patrimônio Cultural e das Tecnologias Digitais alinhavadas na Memória, através da interatividade e da colaboração.

No IV Seminário do Patrimônio Cultural promovido pela Coordenadoria do Patrimônio Histórico e Cultural (CPHC) de Fortaleza, o Pamin foi convidado a apresentar seus pressupostos teóricos e metodológicos em 2014. No ano seguinte escrevemos um artigo em coautoria com Karla Barbosa (ex-bolsista Pamin), no livro “Cadernos do Patrimônio Cultural” publicado pela Seculfor/Iphan (Chianca; Barbosa, 2015), onde discutimos a ocultação dos processos artístico-culturais pelas mídias locais (impre-

sa, televisão, sites internet e revistas especializadas) em João Pessoa, e revelamos os objetivos do Pamin: inverter a lógica “de poucos para muitos”, para uma distribuição e consumo da cultura mais multicêntrica e multidirecionada.

A Formação Continuada Pamin e o Veredas do Patrimônio

O Programa Pamin era multidisciplinar e envolvia a formação de todos os seus bolsistas através de cursos, eventos, grupos de estudo e planejamento, e segundo as suas áreas de formação, os bolsistas também recebiam formação especializada dos seus professores tutores⁵⁴.

O Pamin procurava outros horizontes e frequentava formações e capacitações externas à UFPB: visitou Museus e Exposições e apresentou lugares até então desconhecidos pelos estudantes, através de uma Formação Continuada viabilizada também pela participação de professores e pesquisadores de instituições parceiras que visitaram a UFPB a convite do Pamin.

Além de encontros quinzenais de estudo onde discutíamos questões metodológicas e didáticas próprias à elaboração das Oficinas, estas visitas de colegas pesquisadores nos conduziram à organização do Seminário Veredas do Patrimônio. Realizado para a formação dos bolsistas, o Veredas do Patrimônio era aberto ao público, e uma ou mais vezes por mês promovíamos Mesas Redondas, Palestras, Apresentação de Livros, Mostras de Vídeos, exposições fotográficas e outros eventos que discutissem o tema do patrimônio cultural.

Para conduzir a discussão sobre o Patrimônio, que é muito vasta, cada edição foi temática: no primeiro ano (2014), o tema foram as “Teorias, experiências e políticas contemporâneas”⁵⁵, com 08 convidados externos: abrindo o evento recebemos a Coordenadora de Educação Patrimonial do IPHAN/DF, Sonia R. Florêncio. Em 2016 o II Veredas do Patrimônio trouxe como tema “Os Desafios dos Inventários e 09 convidados externos”⁵⁶.

Seguimos em 2017 com o III Veredas do Patrimônio “Nas Tramas da Memória”⁵⁷ coma realização de 15 eventos variados entre 18 de outubro a 29 de novembro de 2017. Em sua 4ª versão (em 2018) o tema foi “Margens, Imagens e Fluxos”⁵⁸, com exposições, palestras, mostras de documentários e exposições na programação de agosto a outubro daquele ano.

54 Para a área de c. sociais e humanas, os professores-tutores eram Luciana Chianca e depois, entre 2013 e 2017 a profa. Dra. Geovânia Toscano (DCS/UFPB). Na área de informática e mídias digitais, os tutores eram a profa. Dra. Tatiana Aires (DI/CCEN) e a partir de 2015, o prof. Dr. Lincoln Nery Silva (DI/CCEN).

55 Com as presenças de Sônia Florêncio (Iphan/DF), Ulisses Rafael (UFS), Bruno Cavalcanti (UFAL), Mauricio Costa (UFPA), Mércia Batista (UFCG), Gabriel Correa (UFCG) e Lidia Cavalcanti (UFC).

56 Larissa Serradela (PPGA/UFPB), Nivaldo Aureliano (PPGA/UFPB), Hugo Menezes (UFPA), Mércia Batista (UFCG), Gabriel Correa (UFCG), Luciana Carvalho (UFOPA), Leonardo Esteves (UFS), Ulisses Rafael (UFS) e Sonia Florêncio (Iphan/DF).

57 Com a participação de Isabel Veiga (UFRJ), Sônia Menezes (UFS), Márcia Chuva (UniRio), Luciana Chianca UFPB), Lincoln Nery Silva (UFPB), Beto Novaes (UFRJ), Elisabeth Guimarães (UFU), Gilmar Santana (UFRN), João Pacheco de Oliveira (UFRJ), Álamo Pimentel (UFSB), Maria de Fátima Lomba (UFGD), Patrícia Ramiro (UFPB) e Regina Novaes (UFRJ).

58 Com a participação de Patrício Carneiro (Unilab), Rosa Aquino (UFRPE), Ângela Facundo (UFRN), Felipe Berocan (UFF), Mariana Dantas (UFRPE), Leonardo Esteves (UFS), Sérgio Barcelos (FURG), Wilma Leitão (UFPA), Patrícia Pinheiro (UFPB), Luciana Chianca (UFPB), Rita de C. Santos (UFPB) e Patrícia Ramiro (UFPB).

Pamin
convvida

veredas do patrimônio

teorias, experiências e políticas contemporâneas

programação

07 de outubro	Sônia R. Rorincio IPHAN/DF	Educação Patrimonial e Políticas Públicas do Patrimônio no Brasil
14 de outubro	Ulisses Neves Rafael UFPA	Festas de Tradição em contextos urbanos numa perspectiva comparada (Brasil-Portugal)
21 de outubro	Bruno Cavalcanti UNAL	A patrimonialização e o bordado 'filé' entre a defesa cultural e a proteção comercial
04 de novembro	Maurício Costa UFFA	A invenção folclórica da "Minica Negra" na Amazônia paraense: intercâmbios entre escritores e compositores (1980-1990)
11 de novembro	Edmar Rocha UFF	Educação, etnografia e patrimônio como categorias de pertencimento
18 de novembro	Mércia Batista e Jose Gabriel Comez UFES	Propostas para um museu: a experiência de debater e refletir sobre arte, patrimônio e exibição no cotidiano dos licenciandos portugueses
25 de novembro	Lidia Eugênia Cavalcanti UFIC	Quando o patrimônio é a nossa voz: informação solidária e experiências em redes

todas as exposições às 15h30 na Sala Multidídia CCHLA

laviá PPGA GEC DCS CCHLA CNPq IPHAN MEC BRASIL

Pamin
convvida

II VEREDAS DO PATRIMÔNIO

O DESAFIO DOS INVENTÁRIOS

MERCIA R.R. BATISTA E JOSE GABRIEL COMEZ (UFES)
LOCAL: SALA 000/001A
Narrativas de arquivos e economias etnológicas: refletindo a partilha do SPI e da IR

27¹⁰
16H

LUCIANA CARVALHO (UFOPA)
LOCAL: SALA DE INVENTÁRIOS
Memórias de trabalho e inovações culturais no mercado de produtos artesanais tradicionais

04¹¹
16H

LEONARDO ESTEVES (UFFS)
LOCAL: SALA 000/001A
A Participação dos antropólogos nos inventários de registro do patrimônio imaterial: notas sobre os desafios éticos e metodológicos no campo

11¹¹
16H

ULISSES RAFAEL (UFFS)
LOCAL: SALA DE INVENTÁRIOS
A importância social da pesquisa histórica (O Xangô rezado baixo em Maceió/AL)

18¹¹
16H

SONIA R. FLORENCIO (UFPA/UFPA)
LOCAL: SALA DE INVENTÁRIOS
Inventário participativo: uma ferramenta de mobilização social em torno das referências culturais

08¹²
16H

HUBO MENEZES (UFPA)
LOCAL: SALA DE INVENTÁRIOS
Experiências da patrimonialização e musealização de bens imateriais em Pernambuco: os casos do frevo e do maracatu baque solto

14¹⁰
16H

REVILDO AURELIANO E LARISSA SARAIVA (UFPA)
LOCAL: SALA DE INVENTÁRIOS
Do Buraco ao Mundo: mediação do saber na gestão compartilhada do Patrimônio

29⁰⁹
16H

COORDENAÇÃO:
Luciana Chianca

MAIS INFORMAÇÕES:
pamin@lavi.ufpb.br

REALIZAÇÃO: laviá PPGA GEC DCS CCHLA CNPq IPHAN MEC FINANCIADORES: PPGA GEC DCS CCHLA CNPq IPHAN MEC

III VEREDAS DO PATRIMÔNIO NAS TRAMAS DA MEMÓRIA - 2017

REALIZAÇÃO: PPGA, lavid, GEC, DCS, CCHLA, LABFCS, CNPq, FINEC, FINEC, FINEC.

APÓIO: DCS, CCHLA, LABFCS, CNPq, FINEC, FINEC, FINEC.

FINANCIADORES: PPGA, lavid, GEC, DCS, CCHLA, LABFCS, CNPq, FINEC, FINEC, FINEC.

Informações: pamin.ufpb.br **coordenação:** tucanachincalavid@ufpb.br

IV VEREDAS DO PATRIMÔNIO MARGENS, IMAGENS E FLUXOS - 2018

AGOSTO

Territórios de experiência: Desafios etnográficos e políticos numa pesquisa sobre refugiados colombianos no Brasil
com ANGELA FACUNDO (UFPA)
PALESTRA NA SALA MULTIMÍDIA BLOCO C 27:00 às 19h

O golpe de 2016 e o rural brasileiro
com SERGIO BARCELLOS (PUBG)
PALESTRA NA SALA 402 BLOCO A DO CCHLA 02:00 às 19:00

Museus e o Patrimônio Imaterial: a experiência do Faço do Fieiro no Recife - PE
com LEONARDO ESTEVES (UFFS)
PALESTRA NA SALA MULTIMÍDIA BLOCO C 24:00 às 19h

SETEMBRO

Idô: Entre materialidade e imaterialidade no fazer afro-religioso
com PATRÍCIO CAMARGO (UNILAB) e DEBORA LIMA SOARES (UFFPE)
PALESTRA NA SALA MULTIMÍDIA BLOCO C 05:00 às 19h

Memória, cinema e história: A relação entre a família de Elisabeth Teles e o cinema
com EDUARDO GUTINHO e o filme "A Família de Elisabeth Teles" com JIMMY GUERINHO (FAMUSCA) e CESAR (CG)
CINE DEBATE NA SALA MULTIMÍDIA BLOCO C 19:00 às 19h

A cidade: Olhares e vindicações de pertencimento no espaço público da metrópole caribenha
com FELIPE BORGES (UFF)
PALESTRA 20:00 às 19h

Feira de Escravos, "A la vasa Viollier" e "Gramame, um rio de histórias"
com PATRÍCIO RIBEIRO, LUCIANA CHENEA e PATRÍCIO PEREIRA (UFF)
MOSTRA DE DOCUMENTÁRIOS NA SALA 402 BLOCO A DO CCHLA 27:00 às 19h

Quilombo Mituanga (Escola EJA)
EXPOSIÇÃO FOTOGRÁFICA NA SALA DO CCHLA 24:00
DURANTE TODO O DIA

OUTUBRO

Os primeiros brasileiros
EXPOSIÇÃO NA SALA DO CCHLA 01/10
DURANTE TODO O DIA

Diálogos possíveis entre ensino e pesquisa: o protagonismo das populações indígenas no século XIX
com MARILYN DAVILA (UFFPE) e Refundando e fluindo museal: análise de uma proposição expositiva NITA DE CÁSSIA MOTA SANTOS (UFFPE)
MESA REDONDA NA SALA MULTIMÍDIA BLOCO C 09:00 às 19h

Mercados Urbanos e patrimônios regionais: usos tradicionais e novos usos
com SALMA MARQUES LEMOS (UFFPE)
PALESTRA NA SALA MULTIMÍDIA BLOCO C 19:00 às 19:00

Realização: GEC, DCS, LABFCS, CNPq, FINEC, FINEC, FINEC.

Apóio: DCS, CCHLA, LABFCS, CNPq, FINEC, FINEC, FINEC.

No Veredas do Patrimônio nosso intento era oferecer mais um espaço para esse importante debate, ampliando o olhar da sociedade sobre o patrimônio, além de reforçar os vínculos do Pamin com pesquisadores de nossa rede de diálogos, debates e parcerias.

As Oficinas de Educação Patrimonial

A tripartição do Pamin (Oficinas para a comunidade, Formações de estudantes da UFPB e Inovação tecnológica) era centrada nas Oficinas prestadas nas comunidades parceiras garantindo os diálogos essenciais ao programa, entre os quais o primeiro era a interface UFPB e comunidade externa.

Trabalhávamos sempre em colaboração com ONGS, escolas e Centos comunitários que atendiam adolescentes e jovens em contextos socioeconômicos desfavorecidos. Ao longo da nossa atuação o Pamin esteve presente no Roger e Mandacaru, dois bairros de João Pessoa identificados como de “vulnerabilidade muito alta” pelo Mapa da Vulnerabilidade Social (Sposati *et al.*: 2010). Também atuamos em Alhandra (PB), município da Grande João Pessoa situada em área de exploração sucro-alcooleira e cimento, e muito atingido pela violência rural e urbana.

Através destas relações com a comunidade externa atingíamos o nexo do conhecimento científico com o tradicional/ popular. A diversidade interna ao programa (que integrava diversas modalidades de conhecimento) era a última e não menos importante, pois ali interagiam estudantes e professores de diferentes horizontes de conhecimento.

Junto às comunidades parceiras e o público por ela definido (sempre foram crianças, jovens e adolescentes), as Oficinas Pamin eram ministradas pelos bolsistas com formação continuada assegurada pelos professores tutores, mas não havia intenção de educar no sentido “bancário” de que falou Paulo Freire (1983): cabia aos bolsistas Pamin explicitar os termos de nossa ação e identificar o potencial patrimonial local (geralmente silenciado ou ignorado), junto ao público das Oficinas.

Essa metodologia, também reconhecida sob a marca de Inventário Participativo (IPHAN: 2016) não tem a pretensão de um inventário rigoroso seguindo, por exemplo, os termos do INRC (Inventário Nacional das Referências Culturais) do Iphan, e sua aplicação é mais próxima de uma pesquisa participante (Thiollent, 1986), onde todas as partes exercem o direito à fala e criação, apresentando as suas experiências, práticas e saberes, e decidindo coletivamente se (e como) desejam evidenciá-la. Também incorporamos às Oficinas uma circularidade de territórios e saberes com muitas situações onde os professores eram os líderes locais ou estudantes e algumas vezes as Oficinas foram ministradas na UFPB, assim como também visitamos as cidades de João Pessoa, Recife e Alhandra para conhecer seus patrimônios pelas mãos dos nossos anfitriões⁵⁹.

Todas as nossas Oficinas Pamin foram propostas sob a demanda dos parceiros locais: em João Pessoa, pela ONG Fé e Alegria (PB) e pelo CRAS/ Prefeitura de João Pessoa em Mandacaru; pelo Centro Cultural Piollin, no Roger e pela Escola Estadual Renato Ribeiro Coutinho, em Alhandra.

59 Contando com a valiosa colaboração da Casa do Patrimônio/PB e da Casa do Frevo (em Recife) e do Templo Espírita de Jurema Mestra Jardecilha, em Alhandra (PB).

Cada Oficina ocorria com duração variável de 20 a 40 horas/aula por turma, algumas vezes com turmas concomitantes, noutras seguindo uma sequência. Como afirmei noutra ocasião,

o maior desafio das Oficinas era adaptá-las às situações cotidianas, aos diferentes contextos e às demandas dos nossos parceiros: nossas propostas deviam guardar coerência teórico-metodológica enquanto fossem também maleáveis, flexíveis, plásticas (Chianca, Souza, Oliveira, 2019, p. 17).

Nossas Oficinas começaram em 2012, numa parceria com a ONG Fé e Alegria (PB), no bairro de Mandacaru, em João Pessoa-PB. Naquele primeiro ano do financiamento do PROEXT, o Pamin contava com 16 bolsistas dos cursos de Ciências Sociais, Jornalismo, Mídias Digitais e de Ciências da Computação⁶⁰. Ainda no final daquele ano iniciamos uma colaboração com aquela ONG que, em João Pessoa estava localizada no Bairro de Mandacaru, sob a coordenação do Padre Tota.



60 Aldenise Batista da Silva, Augusto Ygor de Farias Machado, Daniel Miranda de Brito, Eduardo de Souza Gama, Hedilberto Pessoa Berto Junior, Hermana Cecilia Oliveira Ferreira, Hozana Raquel Gomes de Lima, Jessyca Barbosa Marins, Kaio Alighieri Nunes de França, Letícia Ismael Lacerda Machado, Lucas Ferreira Lopes, Marinalda Perreira de Araújo, Mohana E. B. Rodrigues de Moraes, Patrícia de Araújo Leandro, Raul Correia Muniz e Rosires Oliveira Justo da Silva.

Com jovens e crianças no contraturno da escola, nossa primeira Oficina Pamin foi realizada em encontros semanais de uma tarde, onde nossos bolsistas destacavam a importância do patrimônio e das referências locais, identificavam e localizavam as referências culturais do bairro para o registro na plataforma Pamin com os educandos da ONG Fé e Alegria. Esta ação de extensão ficou registrada no Vídeo “Conheça o Pamin” (Pamin: 2013), disponível no Canal Pamin do Youtube⁶¹, e também está nas fotografias da Galeria Pamin, no Flickr⁶².

O Pamin foi aprovado e financiado novamente no Edital PROEXT 2013. Assim pudemos manter nossas atividades com 16 bolsistas⁶³ no Programa, e fortalecer nossa colaboração com a ONG Fé e Alegria, com a qual mantivemos nossas atividades. Em coautoria com cinco bolsistas Pamin (Chianca *et al*, 2014) publicamos um artigo na Série Patrimônio Cultural e Extensão Universitária do Iphan/DF, onde revelamos a experiência das Oficinas realizadas em 2012 e 2013: *Educação patrimonial e Cultura digital: uma proposta em extensão universitária*.

Por demanda do CRAS (Centro de Referência e Assistência Social da Prefeitura Municipal de João Pessoa) do bairro de Mandacaru, em 2014 estendemos o Pamin ao programa Pró-Jovem Urbano. Além do CRAS/Prefeitura, essa Oficina envolvia o Centro de Referência Cultural (CRC) onde se encontravam os computadores disponíveis para a realização de nossas Oficinas. Esta fase da Oficina Pamin também está documentada nas fotografias da Galeria Pamin, no Flickr.

Ambas no mesmo bairro, essas foram duas experiências muito diferentes e importantes para o amadurecimento de nossa metodologia de trabalho e para a produção de material didático elaborado por nossa equipe.

Neste ano o Pamin foi selecionado com mais 08 ações (entre 185 Programas e Projetos do PROEXT nacional) para o Encontro de Extensão universitária na preservação do patrimônio cultural- Práticas e Reflexões, realizado no Centro de Artes e Convenções da Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP, como parte da programação do Festival de Inverno de Ouro Preto. Nossas 03 alunas bolsistas (Mohana Moraes, Jessyca Marins e Letícia Machado) se destacaram na apresentação do Pamin, por seu caráter inovador e por ser a única proposta apresentada apenas por estudantes mulheres.

61 Canal Pamin. Youtube. Disponível pelo link <https://www.youtube.com/user/CanalPamin>

62 Galeria Pamin. Flickr. Disponível pelo link <https://www.flickr.com/photos/pamin/albums>

63 Alunos em contabilidade, Ciências Sociais, ciências da computação, sistemas de computação, mídias digitais, relações públicas e engenharia da computação: Abner David Pereira da Silva, Aldenise Batista da Silva, Breno Allaf de Azevedo Oliveira, Claudio Djohnnatha Duarte Lourenço, Eduardo Vieira Queiroga, Edyelton Marinho de Souza, Jailson Junior Cunha de Souza Lima, Jesly Medeiros Quaresma, Jessyca Barbosa Marins, Joyce Kelly M. de Carvalho, Letícia Ismael Lacerda Machado, Lucas Neiva Peregrino, Mohana Ellen B. R. de Moraes, Nayara Cielly Freire do Ramo, Patrícia de Araújo Leandro e Tiago José Lima de Oliveira.



Em 2014 o projeto foi mais uma vez renovado no PROEXT, com 18 bolsistas⁶⁴ dos cursos de Ciências Sociais, Mídias Digitais, Sistemas da Informação, Ciências da Computação e Ciências Contábeis. Neste ano realizamos uma parceria com a Escola Estadual Renato Ribeiro Coutinho na cidade de Alhandra/PB, e oferecemos nossas Oficinas para jovens com idade entre 14 e 17 anos, estudantes do 9º ano do ensino fundamental ao 3º ano do ensino médio.

Nesta experiência as Oficinas ocorreram num Laboratório de Informática do Centro de Informática da UFPB, inicialmente por inviabilidade operacional na escola. Este fato criou uma dinâmica muito interessante entre os jovens de Alhandra que frequentaram a UFPB através das Oficinas. Sob demanda da escola, o Pamin também ministrou uma Oficina de Fotografia por Dispositivos Móveis. Esta ação de extensão ficou registrada no Vídeo “Oficina Pamin em Alhandra” (Pamin, 2014) disponível no Canal Pamin do Youtube, e também está nas fotografias da Galeria Pamin do Flickr.

⁶⁴ Aldenise Batista da Silva, Augusto Ygor de F. Machado, Breno Azevedo, Claudio Djohnnatha Duarte Lourenço, Eduardo Vieira Queiroga, Edyelton Marinho de Souza, Jesly Medeiros Quaresma, Jessyca Barbosa Marins, Jobson Ribeiro de Souza, Joyce Kelly M. de Carvalho, Leandro Henrique de Souza Santos, Letícia Ismael Lacerda Machado, Lucas Neiva Peregrino, Marinalda Pereira de Araujo, Michael Alves B. de Mello, Mohana Ellen B. R. de Moraes, Patrícia de Araújo Leandro e Viviane Queiroz de Vasconcelos Porto.



Propondo uma reflexão sobre os alcances da categoria “patrimônio”, incluindo a inesperada e potente categoria nativa de patrimônio escolar, essa experiência (que envolveu religião, história local e escola) foi apresentada no artigo “Patrimônio Escolar, Patrimônio Cultural: extensão universitária como educação para a diversidade”, no livro “Nas Trilhas da Memória: cinema, escola e cotidiano” (Chianca, Toscano, 2019), e foi publicada em coautoria com a profa. Geovânia Toscano e Walter Lucio Dias, ex-bolsista Pamin e professor da escola (Chianca, Toscano, Dias, 2019).

Em 2015 o Programa Pamin não foi renovado pelo PROEXT. Mesmo assim, alguns ex-bolsistas dos cursos de Ciências Sociais⁶⁵ e Mídias Digitais da UFPB viabilizaram a sua continuidade de forma voluntária e, sob demanda do Centro Cultural Piollin, em João Pessoa, realizamos a Oficina do Bairro, com 07 estudantes de Ciências Sociais das UFPB, voluntários, e com as colaborações dos profs. Geovânia Toscano e Lincoln Nery Silva (do Lavid/CI). Nesta experiência, buscamos identificar e destacar a diversidade do patrimônio imaterial dos educandos do C. C. Piollin, especialmente as expressões festivas e artísticas do Roger, bairro onde reside a maioria desses jovens.

65 Jessyca Barbosa Marins, a quem devo um agradecimento especial pelo contato com o Piollin, Felipe Roque de Sousa Lemos, Jacques Lanfranchi, Marinalda Pereira de Araújo, Mohana Ellen B. R. de Moraes, Lucas Neiva Peregrino e Augusto Ygor Machado.



Ao final da Oficina foi elaborado um Mapa do Bairro com a identificação das referências culturais locais identificadas ao longo da Oficina, que foi encerrada com a exposição *Narradores do Roger*, contando com a presença da comunidade do C. C. Piollin e dos familiares dos educandos. Neste encerramento apresentamos este Mapa, alguns desenhos e fotografias realizados na Oficina e um videodocumentário intitulado *A Oficina do Bairro: Pamin no Piollin* (Pamin, 2015), que documentou a experiência – e está disponível no Canal Pamin do Youtube.

Essa Oficina do Bairro foi apresentada num artigo intitulado *Oficina do Bairro: cotidiano, território e patrimônio*, escrito em coautoria com a profa. Geovânia Toscano, Jessyca Marins e Lucas Peregrino (Chianca; Toscano; Marins; Peregrino, 2019), e publicado pela Editora UFPB numa coletânea intitulada *Veredas do Patrimônio: políticas contemporâneas e desafios da experiência* (Chianca; Pinheiro, 2019). Nele, apresentamos o bairro do Roger e destacamos a Oficina que revelou lugares, pessoas e expressões patrimoniais que são referências culturais dos jovens educandos daquele Centro. Ao final do artigo, discutimos os limites da memória em seus processos de silenciamento, como pudemos problematizar nessa experiência realizada com jovens negros e pobres no espaço de um antigo engenho de cana-de-açúcar e rapadura – o Antigo Engenho Paul, tombado pelo Iphan e Iphaep, e sede do C. C. Piollin desde 1980.

No ano de 2016, o Pamin foi novamente financiado pelo PROEXT (dessa vez para os anos de 2016 e 2017), e pudemos renovar nossa parceria com o C. Cultural Piollin, focando agora nas “La Ursas” – grupos de Carnaval muito ativos no Roger (e Padre Zé, bairro vizinho), e nos quais o personagem central é um Urso. Identificamos, visitamos e conhecemos os organizadores de 03 destes grupos. Nesse processo, os mestres do bairro apresentaram as histórias de seus grupos e transmitiram seus saberes e fazeres em torno da confecção de máscaras, vestimentas do urso, batucada musical, confecção do estandarte, composição de músicas e loas.



O final da Oficina foi celebrado com o desfile de um bloco de La Ursa carnavalesca, integralmente realizado na Oficina e batizado La Ursa Piollin. O La Ursa Piollin desfilou no Roger acompanhado dos educadores do Piollin e dos bolsistas Pamin, apresentando ao bairro as suas descobertas e aprendizados.

Em 2016, além dos alunos do curso de Ciências Sociais e Mídias Digitais, alguns bolsistas Pamin eram alunos de Ciências da Informação, Jornalismo e Licenciatura em Física⁶⁶. Essa experiência também ficou registrada no documentário *A La Ursa Piollin* (Pamin, 2016), disponível no Canal Pamin do Youtube em versões curta (5 min.) e normal (17 min.).

O ano seguinte foi marcado pela interrupção do PROEXT: mesmo tendo sido aprovado no Edital 2016/2017, os recursos foram suspensos pelo MEC em 2017, e só foram liberados muito tardiamente, comprometendo o planejamento e a execução do Programa. Diante desse quadro, aguardamos a liberação dos recursos para selecionar novos bolsistas e capacitá-los, mas essa descontinuidade provocou uma dispersão considerável na equipe. Em vez de propormos Oficinas, revisitamos nosso caminho e decidimos sistematizar os dados coletados no Roger pelo Pamin ao longo de 2015 e 2016.

Desta maneira, o ano de 2017 foi marcado por essas ações de “gabinete”, enquanto também retomávamos o contato com as referências locais, objetivando consultá-los sobre o interesse em compor uma coletânea sobre o patrimônio cultural

66 Adryan Leite, Alexandre Oliveira, Aline Bastos, Bruno A. Chaves, Estéfane Dantas Cabral Cabral, Felipe Lemos, Giovana Ferreira, Jessé Luiz, Jessyca Marins, Laila Domingos, Laisa Mendes, Lesleyanne de Lima, Luiza de Araújo, Marinalda Araújo, Maysa Carvalho de Souza, Mateus Mota, Walter Dias e Yebá Ngoamã.

do Roger, que havia se revelado um território de um dinamismo cultural formidável e impressionante. Nesta fase, todos os nossos bolsistas eram de C. Sociais⁶⁷.

Procuramos as referências individuais do bairro, tais como pessoas, fundadores, donos e organizadores de grupos, e as entrevistamos de modo aberto e livre. A transcrição dessas entrevistas revelou um acervo riquíssimo, que foi organizado e sistematizado em 2018 e revisto por cada entrevistado individualmente, gerando autorizações de publicação de todos participantes a partir de termos de consentimento/autorização de publicação.

Em 2018 não houve mais Edital PROEXT/MEC, mas através de um Edital de Extensão local (PRAC/UFPB), uma bolsista e dois voluntários deram continuidade à tarefa de preparação de um livro sobre o patrimônio imaterial do Roger: uma era do curso de Jornalismo e dois eram de Ciências Sociais.⁶⁸

Reunindo nosso inventário participativo com a pesquisa bibliográfica de outras fontes primárias sobre o Roger, construímos uma publicação na qual registramos essas manifestações para restituí-la ao bairro e a suas lideranças artísticas, festivas e religiosas, quando em 2019 uma nova bolsa de Extensão (PRAC/UFPB) foi concedida a Maysa Souza, aluna de Ciências Sociais que colaborou na versão final do livro *Vozes do Roger: um cotidiano de festas e de fé* (Chianca; Souza; Oliveira, 2019).

Envolvendo o trabalho de muitos colaboradores, esse livro foi publicado em coautoria com dois ex-alunos bolsistas Pamin (Maysa C. de Souza e Alexandre Oliveira) e muitos de seus capítulos foram escritos com estes e outros ex-bolsistas, como Gabriel Pereira e Estéfane Dantas.

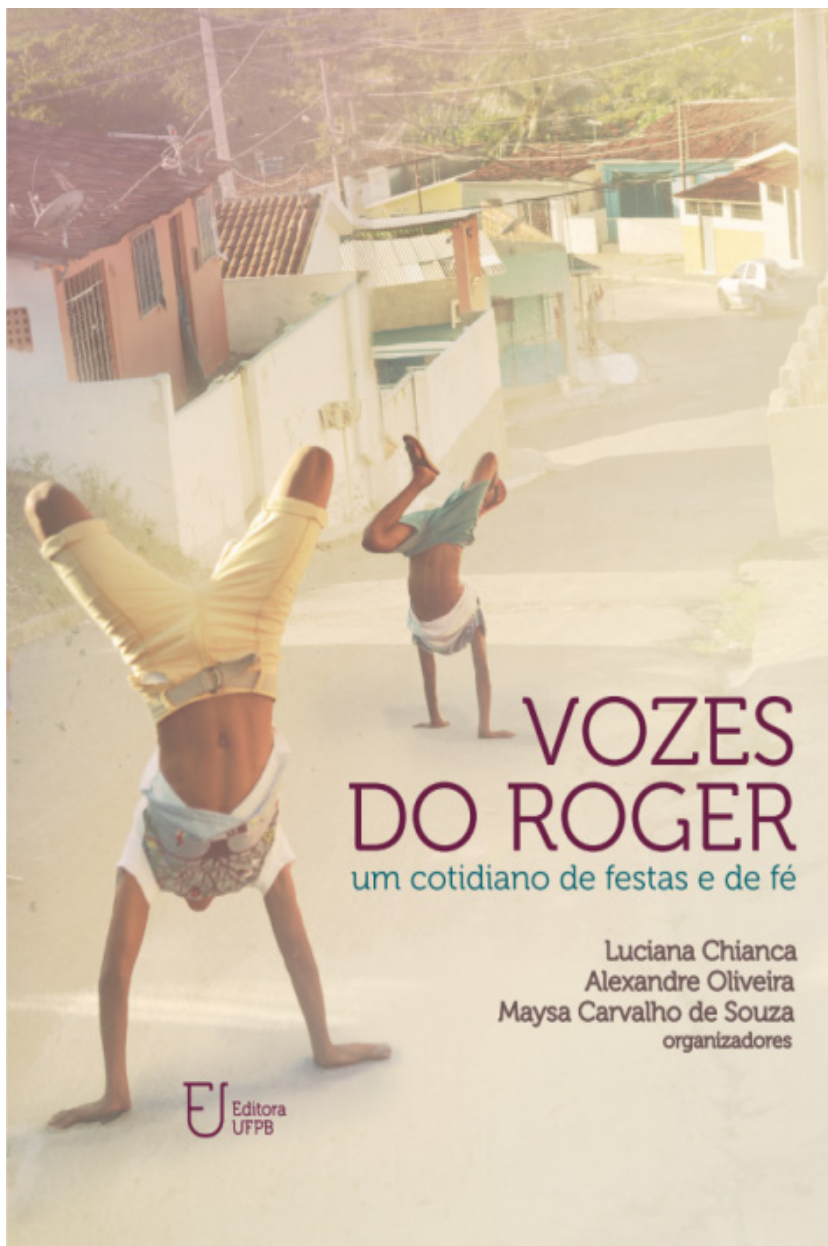
Neste livro apresentamos o cotidiano artístico, cultural, religioso e a sociabilidade dos moradores do Roger, revelando sua intensa dinâmica em torno de escolas de samba, quadrilhas juninas, la ursos, corridas de argolinha, rodas de capoeira, cultos e práticas religiosas de variadas matrizes, num bairro onde trabalhadores e estudantes do cotidiano se transfiguram em artistas, criadores e mobilizadores sociais de grande potência criativa em momentos de festa e celebração.

O livro recebeu a cuidadosa Apresentação da profa. Dra. Mércia Rejane Rangel Batista (UFCEG), que compartilhou diversas fases do processo de execução e planejamento do Pamin, enriquecendo o texto do livro uma perspectiva altamente qualificada.

Com a pandemia da Covid-19, a devolutiva dos exemplares aos entrevistados foi protelada até que, respeitando a prevenção e mantendo os afastamentos devidos, fizemos a esperada devolutiva de 10 exemplares do livro para cada entrevistado, entregando-os pessoalmente a cada um dos seus participantes entre novembro e dezembro de 2021.

67 Alexandre Oliveira, Estéfane Dantas Cabral, Gabriel Pereira, Maysa Carvalho de Souza e Vilma Pires. Bolsistas do PROEXT

68 Laianna Alves, Alexandre Oliveira e Maysa Carvalho de Souza.



Como vimos, cada uma das fases do Pamin foi acompanhada de publicações escritas ou imagéticas que informavam o estado da arte do Programa e apresentavam a evolução de nossas reflexões teóricas e metodológicas, promovendo uma autocrítica permanente no grupo e um interesse constante pela integração teórico/prática no conhecimento social e antropológico.

Sites, Aplicativos e outros produtos Pamin

No cotidiano, a construção do site era realizada por uma metodologia dialógica e de fusão de horizontes (Ricoeur, 1978), ou seja: atuando nas comunidades, todos os bolsistas Pamin (inclusive aqueles da pesquisa tecnológica) se confrontavam com os desafios inerentes à extensão na universidade: limitações materiais, problemas operacionais, complexidade dos processos comunicacionais, contextos e quadros particulares de ação.

Todos esses aprendizados constituíam elementos de discussão quinzenais com todo o grupo. Seguindo essa metodologia, pouco a pouco o Pamin construiu e reconstruiu seu site internet (pamin.lavid.ufpb.br) a partir de 2012 até 2015. Uma de suas primeiras versões continha as referências do Livro de Registros do patrimônio imaterial do Iphan, acrescentada da categoria “pessoas”, como parâmetro de busca e informação.

Desde o início, houve um grande interesse do Lavid pelo Pamin, e quando nosso Programa se constituiu de modo mais estável com o financiamento do PROEXT, outros professores se interessaram em contribuir, de modo que o Pamin chegou a ser tema de dissertação de Mestrado em Informática do Centro de Informática/UFPB (2012) com “Uma abordagem orientada a *features* para a representação e gerenciamento do patrimônio cultural imaterial: um estudo de caso baseado no PAMIN”, de Ana Cláudia Costa da Silva, orientada por Valéria Gonçalves Soares – que não era pesquisadora de nossa equipe, vale destacar (cf. Silva, 2012).

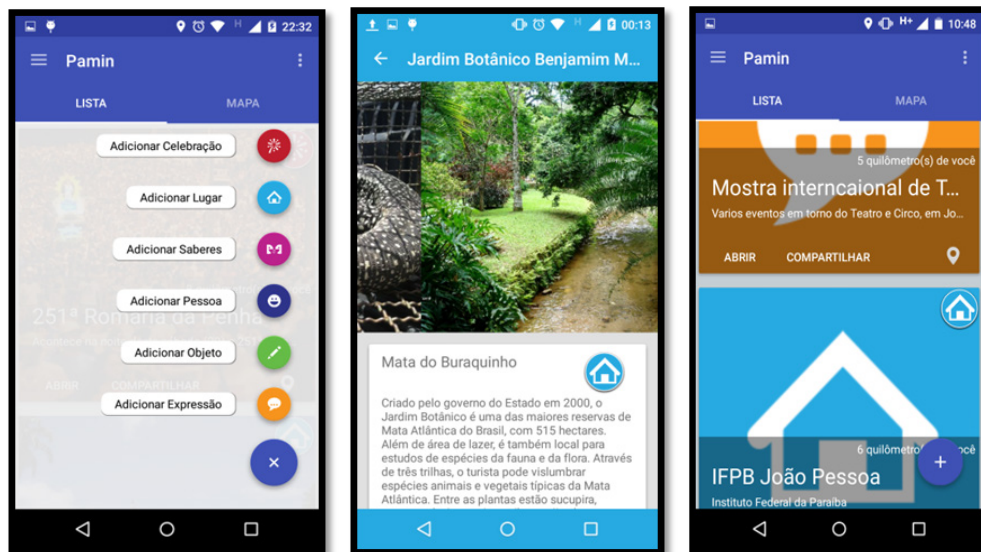
Embora cada Oficina Pamin apresentasse um novo desafio, progressivamente o site perdeu espaço e interesse dos informáticos, *pari passu* com a progressão de uso de celulares e tablets no mercado e no público em geral, incluindo nossos estudantes e os jovens das comunidades parceiras onde realizávamos nossas Oficinas.

Tornava-se vital desenvolver o Pamin tecnológico na direção dos dispositivos móveis, o que aconteceu a partir de 2014, com a tutoria do prof. Lincoln Nery e Silva, do Centro de Informática/UFPB, que conosco e incentivados por uma bolsa Fapesq⁶⁹/PB no Programa Redes Digitais, trabalhamos entre 2014 e 2015 no direcionamento do Pamin para esta nova perspectiva.

Essa ideia fez muitos progressos e motivou muitos bolsistas Pamin de informática, mas os frequentes atrasos na liberação de recursos para a concessão de bolsas a partir de 2016 deixaram nosso programa numa situação muito precária no Centro de Informática, onde há um dinamismo intenso e grande oferta de pesquisas, bolsas e financiamentos para os alunos do curso de ciências da computação.

Mesmo assim o desenvolvimento do Pamin para dispositivos móveis não foi interrompido, e em 2017 os bolsistas Pamin no Lavid, apresentaram uma última versão dos Aplicativos Pamin para dispositivos móveis (IOS e Android), no III Veredas do Patrimônio.

69 Edital 03/13 - FAPESQ/MC “Programa Redes Digitais da Cidadania”.



Apesar do interesse do Lavid, o desafio tecnológico do Pamin (desenvolvimento de site e Aplicativos) precisava ser dinamizado por novas demandas e aplicações. Embora acreditasse no seu potencial, pessoalmente não me sentia suficientemente motivada para esse investimento, e o prof. Lincoln Nery e Silva era interpelado por outros projetos. Num cenário de restrição de recursos e de pouco estímulo à extensão, decidimos concluir a face tecnológica do Pamin em 2017.

Já citamos e apresentamos alguns produtos do Pamin: dissertação, Oficinas, Seminário Veredas do Patrimônio, Formações continuadas, o site e os aplicativos para dispositivos móveis, destacando que cada fase deste longo aprendizado de 2011 a 2017 (quando se encerrou o “Ciclo PROEXT” do Pamin) também foi registrado em comunicações e apresentações orais em Congressos de iniciação científica, de extensão, resumos, artigos e comunicações em congressos. Também apresentamos nosso Programa em diferentes momentos, em reuniões, palestras, mesas redondas, debates e em entrevistas nas mídias.

Como se pode verificar, não apenas a construção dos sites, mas toda a comunicação do Pamin era realizada pelos bolsistas, inclusive a alimentação de sites e aplicativos Pamin, repositórios virtuais de notícias, fotos, vídeos e as redes sociais do Programa Pamin: Flickr, Facebook⁷⁰, Instagram⁷¹ e Canal Youtube.

Toda identidade visual do Pamin foi desenvolvida por nossos bolsistas, desde o Logotipo até os produtos finais, como adesivos, camisetas, blocos, sacolas, cartazes e posts de eventos, layouts digitais e físicos.

⁷⁰ Pamin. Facebook. Disponível pelo link

<https://pt-br.facebook.com/pages/category/Community/PAMIN-728312040514271/>

⁷¹ @projetopamin. Instagram. Disponível pelo link https://www.instagram.com/_pamin_/?hl=pt-br



Aqui desejo fazer uma menção especial ao Prêmio Elo Cidadão/ 2016 da Pró-Reitoria de Extensão da UFPB, que agradeceu duas alunas Pamin do Curso de Comunicação social: Laísa G. Mendes e Luíza Maria R. de Araújo (e a mim como orientadora) pelo uso das redes sociais como meio de comunicação no Pamin, no XVII ENEX (Encontro de Extensão Universitária) da UFPB.

Os bolsistas também organizavam o material visual e didático das Oficinas em DVD's, além de produzirem os documentários das Oficinas, sempre sob a supervisão dos tutores/professores.



Concluindo, sem encerrar a obra

Na condição de Coordenadora geral do Pamin, assumi por 08 anos (de 2011 a 2019) a desafiante tarefa de organizar as mediações necessárias para a continuidade do Programa, administrando a relação com as entidades e pessoas parceiras do Programa. Em 2017, no apagar das luzes do PROEXT, redimensionamos o Pamin através de parcerias internas à UFPB, especialmente com outros pesquisadores do Departamento de C. Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia dos quais sou membro.

Esses colegas conduziam projetos que envolviam temas conexos à Memória e ao Patrimônio, de modo que o Pamin os integrou em suas ações, colaborando com projetos de extensão e pesquisa desenvolvidos pelas profas. Rita Santos (“Memória e Identidade Indígenas: construindo diálogos entre a pesquisa universitária e a escola”), “Memórias do brejo paraibano”, coordenado pela profa. Patrícia Ramiro, projeto “Histórias de Quilombo: memórias e identidade coletiva na produção audiovisual da comunidade quilombola de Mituaçu, Conde-Paraíba”, coordenado pelas professoras Maria Patrícia Goldfarb e Patrícia Pinheiro, além do projeto “Juventude, Cultura, Educação e Memória”, coordenado por Geovânia Toscano, antiga colaboradora do Pamin.

Nesta rede de colaborações, publicamos mais 03 livros com o “selo” Pamin, pela Editora UFPB: *Turismo, Cultura e Meio Ambiente: coletânea franco-brasileira* (Ramiro, 2019), *De Acervos Coloniais aos Museus Indígenas: Formas de protagonismo*

indígena e de construção da ilusão museal (Santos, Oliveira, 2019), e *Ciganos: olhares e perspectivas* (Goldfarb, Toyansky, Chianca, 2019).

Entre 2011 e 2019, o Pamin mobilizou mais de 70 estudantes com mais de 80 bolsas de pesquisa ou extensão na graduação, repartidos em onze cursos diferentes da UFPB. Envolveu 17 professores/pesquisadores desta instituição, e recebeu mais de 40 convidados que participaram de suas Formações continuadas e foram apresentadores, além do incontável público dos Veredas do Patrimônio. Além das bolsas do Programa PROEXT/MEC-Iphan (de 2012 a 2017), o Pamin foi contemplado com 04 cotas do Programa de Iniciação à Pesquisa Científica (PIBIC/CNPQ) concedidas a estudantes de graduação, entre agosto de 2011 e julho de 2016, sendo uma por ano nos períodos de agosto a julho dos anos 2011/2012, 2012/2013, 2013/2014, e 2015/2016, para alunos de C. Sociais⁷².

Vale registrar que ademais da dissertação de Mestrado em Informática já citada (Silva, 2012), o Pamin inspirou diretamente 02 TCCs do curso de Ciências Sociais: sob a orientação da Prof^a. Geovânia da Silva Toscano, Sueli Alves Gerônimo de Souza defendeu em 06/07/2017 o trabalho intitulado *Extensão Universitária e a Formação nas Ciências Sociais na UFPB*, e em 06/07/2020, sob nossa orientação, Marinalda Pereira de Araujo defendeu sua monografia intitulada *Juventude, Patrimônio e Tecnologias Digitais: Produção Compartilhada (Inventário Participativo) no Programa Pamin*.

O prof. Lincoln Nery Silva e nós recebemos uma bolsa Fapesq-PB em 2014 e 2015, no Programa Redes Digitais. Em 2018 e 2019 o Pamin foi contemplado com duas bolsas do programa de Extensão “A UFPB no Seu Município”, concedido pela Pro Reitoria da Ação Comunitária (hoje Pró- Reitoria de Extensão), para estudantes da UFPB.

Ao fim e ao cabo o Pamin atingiu centenas de crianças, adolescentes e jovens através das parcerias que realizou nos bairros de Mandacaru, Roger e na cidade de Alhandra. Para viabilizá-las, dialogou com assistentes sociais, psicólogos, educadores, padres, gestores públicos e privados, ONGs, artistas, associações, diretores e professores de escolas, prefeitos, lideranças religiosas, artísticas e culturais.

Recentemente, em 2020, em entrevista concedida à Revista CAOS, da UFPB, (Chianca; Souza, 2020) para Maysa Souza (que também foi bolsista Pamin), fui questionada sobre como eu avaliava a repercussão de meu trabalho na formação dos meus alunos e alunas, e quantos seguiram em frente estudando a temática da cultura popular. Respondi que são muitos diferentes alunos, o que torna a minha resposta impossível, e também disse na entrevista que prefiro pensar no impacto que eles tiveram sobre mim.

No caso do Pamin, considero os bolsistas e todos os que trabalharam para que esse programa acontecesse: colegas professores e servidores da UFPB, parceiros nas comunidades, pessoas atendidas, agências de financiamento... Todos eles viabilizaram uma experiência que me marcou profundamente. Alguns dos bolsistas Pamin se tornaram pesquisadores, fizeram mestrado. Outros já cursam doutorado no momento. Alguns seguiram estudando a cultura popular, mas não sei quantos. Outros se profissionalizaram nessas áreas ou em outras. Sinto uma grande alegria quando encontro com eles, porque vivemos juntos uma experiência de ensino/pesquisa/extensão plena de sentido, que manteve a marca da inovação e da interação.

⁷² Marinalda Pereira de Araujo, Felipe Roque de Sousa Lemos, Mohana Ellen Brito Rodrigues, Jessyca Barbosa Marins, Inocência Soares do Rosário e Karla Maria da Silva Barbosa.

Concluída a fase extensionista do Pamin nas comunidades, viabilizada pelo acesso aos editais PROEXT/MEC, o Pamin não encerrou suas atividades e é como grupo de ensino e pesquisa que ele se organizou, desde 2019, como linha de pesquisa da Base de Pesquisa GEC (Grupos de Estudos Culturais/CNPQ).

Sua nova designação exclui o termo Interatividade, mais associado ao contexto das mídias digitais e computacionais, e passou a Identidade, diretamente associada aos processos de construção e reelaboração de identidades coletivas em grupos e comunidades atuantes na cultura popular urbana e rural e nos diversos temas atinentes ao patrimônio cultural imaterial, incluindo a educação patrimonial. A ênfase do Pamin segue sendo a formação de estudantes de graduação e pós-graduação, razão pela qual mantivemos os Veredas do patrimônio: em 2020 o Pamin promoveu o V Veredas do Patrimônio (remoto), com o tema “As Multivocalidades do Patrimônio” numa parceria de L. Chianca com Josélio Sales, doutorando em Antropologia PPGAS/UFPB, e em 2023 o VI Veredas do Patrimônio “Patrimônios Imateriais e Resistências Culturais” organizado e por L. Chianca e Patrícia Goldfarb, ambas do DCS/UFPB.

É com o sentimento renovado da experiência educacional como “esperançosa busca” (Freire, 2003) que apresento o Pamin na presente publicação do Departamento de Ciências Sociais da UFPB, como instituição que acolheu, apoiou e reconheceu esse programa de extensão. Ainda hoje, o Pamin provoca reflexões e perspectivas de análise antropológica despertadas por um ambiente acadêmico profícuo, continuado e criativo para tantos que com ele se envolveram. É essa motivação que esperançosamente nos move na vivência cotidiana da Universidade pública, gratuita, laica, inclusiva e de qualidade que desejo para o Brasil.

Referências

ARAUJO, Marinalda Pereira de. **Juventude, Patrimônio e Tecnologias Digitais**: Produção Compartilhada (Inventário Participativo) no Programa Pamin. TCC (Graduação em Ciências Sociais) -CCHLA, UFPB, João Pessoa, 2020.

BOURDIEU, Pierre. **A Ilusão biográfica**. In: FERREIRA, M. M. e AMADO, J. Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, p. 183-192, 2006.

BORGES, Jorge Luis. Funes, el memorioso. **Revista Petrotecnia**. Argentina, junio 2004.

CANAL PAMIN – Youtube- <https://www.youtube.com/user/CanalPamin>

CHIANCA, Luciana. Mergulhadores, pérolas, conchas e colares do Vale do Rio Mamanguape: patrimônio imaterial e inventário participativo. **Mas, Será o Benedito!**: Recosec e a coletânea de Inventários Participativos no Vale do Mamanguape, João Pessoa: Editora do CCTA, 2018.

CHIANCA, Luciana. Patrimônio, Memória e Tecnologias Digitais. **Educação patrimonial**: educação, memórias e identidades. Caderno Temático 3. João Pessoa: Iphan, 2013a.

CHIANCA, Luciana. Patrimônio Cultural e Tecnologias Digitais: interatividade e colaboração. **Pesquisa e Ética na Antropologia contemporânea**. João Pessoa: Editora UFPB, 2013b.

CHIANCA, Luciana (org.). **Anais do II Colóquio Festas e Sociabilidades**. Natal (RN): 2011. Disponível via <http://anaiscoquiiofestas2.wordpress.com> Internet, 2011.

CHIANCA, Luciana *et alli*. Educação patrimonial e cultura digital: uma proposta em extensão universitária. **Série Patrimônio Cultural e Extensão Universitária**, n. 4, abr. Iphan/ DF. 2014.

CHIANCA, L.; BARBOSA, K. O patrimônio imaterial na cultura digital: a (in) visibilidade do popular na mídia. **Cadernos do patrimônio cultural**: educação patrimonial. 210 p.: il. – Série Cadernos do Patrimônio Cultural; v.1. Fortaleza: Secultfor: Iphan, 2015.

CHIANCA, Luciana; SOUZA, Maisa C. de; OLIVEIRA, Alexandre. (Orgs.) **Vozes do Roger**: um cotidiano de festas e de fé. João Pessoa: Editora UFPB, 2019.

CHIANCA, Luciana; SOUZA, Maysa C. de. Antropologia, Reflexão e Ação: entrevista com Luciana Chianca. In: **CAOS: Revista eletrônica de Ciências Sociais**. nº 21, ano 24. João Pessoa, junho de 2020.

CHIANCA, Luciana; TOSCANO, Geovânia; DIAS, Walter Lucio. Patrimônio Escolar, Patrimônio Cultural: extensão universitária como educação para a diversidade. **Nas Trilhas da Memória**. João Pessoa: Editora UFPB, 2019.

CHIANCA, Luciana; TOSCANO, Geovânia; MARINS, Jessyca; PEREGRINO, Lucas. Oficina do Bairro: cotidiano, território e patrimônio. **Veredas do Patrimônio**: políticas contemporâneas e desafios da experiência. João Pessoa: Editora UFPB, 2019.

CHIANCA, Luciana; TOSCANO, Geovânia. (Orgs.) **Nas Trilhas da Memória**: cinema, escola e cotidiano. João Pessoa: Editora UFPB, 2019.

CHIANCA, Luciana; PINHEIRO, Patrícia dos Santos. (Orgs.) **Veredas do Patrimônio**: políticas contemporâneas e desafios da experiência. João Pessoa: Editora UFPB, 2019.

ECO, Umberto. **Apocalípticos e integrados**. São Paulo: Perspectiva, 1993.

FREIRE, Paulo. Educação e esperança. **Pedagogia da Indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: UNESP, 2003.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GOLDFARB, Maria Patrícia L.; TOYANSK, Marcos; CHIANCA, Luciana. **Ciganos**: Olhares e perspectivas. João Pessoa: Editora UFPB, 2019.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). **Educação Patrimonial, inventários participativos**: manual de aplicação / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional ; texto Sônia Regina Rampim Florêncio et al. – Brasília-DF, 2016.

LEFEBVRE, Henri. **Du rural à l'urbain**. Paris: Éditions Anthropos, 1970.

MARQUEZ, Gabriel G. **Viver para contar**. Rio de Janeiro; São Paulo: Editora Record, 2003.

PAMIN. **La Ursa Piollin**. Direção: Mateus Mota de Lima e Luciana Chianca. João Pessoa: Pamin, Documentário. (16 min.). 2016. Documentário. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WL-mldkpeMs>

PAMIN. **Oficina do Bairro**: o Pamin na Piollin. Direção: Augusto Ygor Machado e Luciana Chianca. João Pessoa: Pamin, João Pessoa: Pamin, 2015. Documentário. (9 min.). (colorido). 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4RX-GXFT6JBc>

PAMIN. **Oficina Pamin Alhandra - PB**. Direção: Augusto Ygor Machado, Edyelton Marinho e Luciana Chianca. João Pessoa: Pamin, Documentário (12 min.). (colorido). 2014. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Q_w4y6gaGes

PAMIN. **Conheça o PAMIN**. Direção: Augusto Ygor Machado, Edyelton Marinho. João Pessoa: Pamin. Documentário (12 min.). (colorido). 2013 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mPIKpH5D3Qk>

RAMIRO, Patrícia (Org.) **Turismo, Cultura e Meio Ambiente**. João Pessoa: Editora UFPB, 2019.

SANTOS, Rita de Cássia M.; OLIVEIRA, de João Pacheco de (orgs.). **De Acervos Coloniais aos Museus Indígenas**: Formas de protagonismo indígena e de construção da ilusão museal. João Pessoa: Editora UFPB, 2019.

RICOEUR, Paul. **O Conflito das Interpretações**. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1978.

RICOEUR, Paul. **A Memória, a História, o Esquecimento**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

SILVA, Ana Claudia Costa da. **Uma abordagem orientada a features para a representação e gerenciamento do patrimônio cultural imaterial: um estudo de caso baseado no PAMIN**. 2012. Dissertação (Mestrado em Informática). Universidade Federal da Paraíba, Centro de Informática, 2012.

SOUZA, Sueli Alves Gerônimo de. **Extensão Universitária e a Formação nas Ciências Sociais na UFPB**. TCC (Graduação em Ciências Sociais)- CCHLA, UFPB, João Pessoa, 2017.

SPOSATI, Aldaíza (coord.); RAMOS, Frederico; KOGA, Dirce; CONSERVA, Marinalva; SILVEIRA JR., Constantino; GAMBARDILLA, Alice. **Topografia Social de João Pessoa**. João Pessoa: Editora UFPB, 2010.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez Editora, 1986.

Construindo Mapas Sociais Subsídios para a elaboração do Plano de Gestão Territorial e Ambiental Potiguara: a perspectiva extensionista

Alicia Ferreira Gonçalves
Maristela de Oliveira Andrade
Maria Elena Martinez Torres
Allan Yu Iwama

Este capítulo apresenta a experiência extensionista do Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Cultura, Sociedade & Ambiente na construção de mapas sociais desenhados pelas comunidades indígenas como ação inicial na elaboração do Plano de Gestão Territorial e Ambiental Potiguara (PGTA). Destacamos a potência do mapeamento social em explicitar os conflitos socioambientais, as demandas das comunidades por políticas públicas e fundamentalmente como metodologia de sensibilização, mobilização, diagnóstico e proposições para o PGTA a partir da perspectiva indígena, constituindo-se como instrumento valioso de empoderamento do território e identidade. Destacamos também o papel da política de extensão universitária no processo de empoderamento das comunidades e na formação discente.

O PGTA é o principal instrumento da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental Indígena (PNGATI) que entrou em vigor em 2012, mediante Decreto nº 7.747/2012 – fruto de uma articulação interministerial (GTI), iniciada em 2008 reunindo Ministério do Meio Ambiente (MA), Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e representantes da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) e da pressão de movimentos indígenas. A PNGATI estabelece como finalidade primordial potencializar autonomia aos indígenas para a gestão do seu território étnico, a partir de dois instrumentos de gestão: o etnomapeamento e o etnozoneamento.

No Nordeste brasileiro, precisamente no Litoral Norte da Paraíba, diante da emergência de conflitos fundiários e socioambientais protagonizados por indígenas Potiguara e usineiros em torno do plantio da cana-de-açúcar em Terras Indígenas (TI), ganharam visibilidade as questões acerca dos usos sustentável dos territórios indígenas, e, simultaneamente, explicita-se a necessidade imediata da elaboração do PGTA Potiguara previsto em lei e demandado pelo Ministério Públi-

co Federal do Estado da Paraíba (MPFPB), mediante Termo de Ajuste de Conduta (TAC nº36/2017) expedido em dezembro de 2017.

A demanda pelo PGTA Potiguara foi identificada na Tese de Doutorado em Ambiente e Desenvolvimento (Prodema-UFPB) de Ivys Medeiros da Costa (2019) orientada pelas autoras do presente capítulo, com foco nas áreas sobrepostas entre Unidade de Conservação e Terra Indígena. Desde então, aproximações espontâneas entre o GIPCSA e as comunidades indígenas têm sido realizadas mediante ações extensionistas patrocinadas pela Pró-reitoria de Extensão (PROEX) da UFPB.

A Assembleia Geral do PGTA Potiguara – o marco fundacional – ocorreu na Aldeia Brejinho, em 07 de dezembro de 2018, e contou com a participação de caciques, lideranças e população indígena, além da participação de representantes da Fundação Nacional dos Índios (FUNAI), da Prefeitura Municipal de Rio Tinto e da Associação dos Plantadores Indígenas de Cana-de-Açúcar.

Nessa assembleia ocorreu a etapa inicial, de sensibilização e mobilização, assim como previsto no manual do PNGATI. Em seguida iniciamos um Ciclo de Oficinas de Cartografia Social nas aldeias, para identificar os problemas existentes nas comunidades indígenas e suas possíveis soluções, evidenciadas pelos participantes, com a elaboração de mapas de vida, caminhadas com narrativas realizadas com a população e a sensibilização do manejo sustentável dos recursos naturais nas aldeias, numa tentativa de subsidiar a formulação do PGTA Potiguara.

Foram realizadas Oficinas de Cartografia Social nas aldeias: Alto do Tam-bá; Jacaré de São Domingos; Três Rios; Benfica; Lagoa do Mato; Tramataia; Camurupim; Coqueirinho e Laranjeira. Como pontuado em outro artigo (Gonçalves, 2020, p.124), os mapas desenhados e os debates nas oficinas identificaram de forma geral as seguintes demandas nas aldeias: 1. Demandas por serviços de saneamento básico (qualidade da água – demandam tratamento de água e esgotamento sanitário), capacitação em manejo do lixo (reciclagem e compostagem); 2. Construção das escolas de segundo grau e educação de jovens e adultos; 3. Políticas de saúde (postos de saúde, médicos e medicamentos); 4 ações de proteção e preservação ambientais (proteção e reflorestamento das nascentes, dragagem do rio); 4 políticas de geração de renda; 5. Construção da casa de farinha; 6. Migração das novas gerações⁷³.

Importante destacar que este PGTA está sendo projetado junto ao Conselho de Caciques das Aldeias Potiguara, junto aos docentes e investigadores do Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social (CIESAS), com a participação de pesquisadores, docentes e discentes do Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Cultura Sociedade & Ambiente (GIPCSA). Ademais, está inserido no âmbito do Projeto Capes Print/ CAPES-PRINT 751134 P 150.165.209.113 na UFPB.

⁷³ As imagens das ações de extensão estão disponíveis no site <https://gipcsa.wixsite.com/ufpb>.

Histórico das ações patrocinadas pela Proex

1. Projeto 2019, UFPB no seu Município, EDITAL PRAC Nº 03/2019 – Construindo Mapas Sociais: subsídios para o Plano de Gestão territorial e ambiental potiguara – Município Marcação – bolsista – Jaqueline Félix Potiguara.

O projeto teve por objetivo estimular e assessorar a elaboração do PGTA Potiguara, através de ações voltadas para formação de oficinas visando fornecer subsídios indispensáveis para a gestão territorial e ambiental indígena, tendo como contexto a cultura (GEERTZ, 2008) indígena potiguara. Nesta ação realizamos Oficinas de Cartografia Social nas aldeias Tramataia, Camurupim e Coqueirinho do Norte, sempre com a presença dos Caciques.

Nas oficinas, após a explicação sobre o PGTA, foram desenhados mapas pelas comunidades a partir de suas cosmovisões sobre o território étnico. Participaram dessa ação os discentes: Jaqueline Félix Potiguara – Ecologia; Humberto Bismark Silva Dantas – Ciências Sociais; Augusto de Freitas Ramalho – Ciências Sociais; Gabriel Costa Roque – Ciências Sociais; Ana Clara Vieira de Medeiros – Ciências Sociais; Sônia Maria Neves Bittencourt de Sá – Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Além das docentes, Alicia Ferreira Gonçalves; Maria Elena Martinez Torres e Maristela Oliveira de Andrade.

Figura 1 Mapa Social - Aldeia Coqueirinho, outubro, 2019.



Fonte: Acervo Gipsa

Relatos da experiência extensionista

A participação no projeto foi de grande importância para a minha formação acadêmica, trazendo experiências de campo significativas para o trabalho antropológico. Ajudando a perceber o outro com um olhar de observador mais amplo não apenas sobre ele, mas também sobre o seu ambiente e suas atividades. Além trazer experiência da produção de diário de campo, na elaboração de entrevistas e na produção acervos áudio visuais durante o trabalho etnográfico de campo. Materiais esses, que podem ser utilizados posteriormente como mecanismos didáticos para ensino de cultura indígena nas próprias escolas e em pesquisas acadêmicas. A extensão proporcionou uma interação engrandecedora com as pesquisadoras de nível e experiências acadêmicas superiores à nossa, resultando numa melhor aprendizagem sobre a metodologia usadas durante a pesquisa de campo. Por outro lado, é por meio desse projeto, que eu como estudante universitária e indígena, estou conseguindo construindo conhecimento junto ao meu povo. Não indo a eles apenas para colher dados e informações e sim levando algo que pode os ajudar a melhorar a sua vida na comunidade, principalmente para as futuras gerações. (Santos, Jaqueline, 2019 - Relatório de Extensão, p.10)

As atividades do PGTA, mesmo não concluídas, já tem gerado frutos. Dois artigos já foram produzidos coletivamente a partir do Construindo Mapas Sociais, o primeiro deles apresentado e publicado no Encontro Nacional de Antropologia da Política, em São Luiz do Maranhão, intitulado “Construindo o PGTA Potiguará na aldeia Jacaré de São Domingos: Cosmovisões, usos e práticas territoriais indígenas frente às usinas sucroalcooleiras locais e ao intervencionismo estatal”, além do segundo trabalho “Construindo o Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) Potiguará: visões e cosmovisões indígenas” apresentado no Congresso Internacional dos Povos Indígenas da América Latina, realizado em Brasília. Temos também fortalecido bastante as relações junto às lideranças indígenas Potiguará e a pesquisadores de outros Grupos de Pesquisa, a exemplo da mesa realizada no IV Colóquio Violação de Territórios: Um olhar sobre as Territorialidades Indígenas e Quilombolas na América Latina Contemporânea, realizada pelo Grupo Movimentos Sociais e Espaço Urbano, na UFPE/Recife, bem como a partir da vinculação ao edital Capes Print, com a participação da pesquisadora internacional Maria Elena Torres Martinez [CIESAS/México], professora visitante no Programa de Pós Graduação em Antropologia. A partir das atividades de campo realizadas e do trato direto com pesquisadoras de alto nível, como as professoras Alicia, Maristela e Maria Elena, tenho aprendido as ótimas metodologias ao lidar com pesquisa, as formas de contornar as adversidades no trabalho de campo e de produzir resultados que sejam socialmente comprometidos com as populações com as quais estamos inseridos (Dantas, Humberto. Relatório de Extensão, 2019, p.13).

A participação em projetos de extensão universitária tem papel fundamental no desenvolvimento acadêmico, pessoal e social de todos os envolvidos. A experiência no #SIG Participativo Potiguará foi uma opor-

tunidade valiosa onde todo o grupo pode aplicar e contribuir com suas áreas de estudo dentro dos contextos da comunidade indígena Potiguara, atuando de forma ativa em suas demandas. As atividades de campo do projeto permitiram uma imersão nas vivências dos Potiguaras, aproximando os extensionistas com os atuantes indígenas, que nos apresentou a uma riqueza de informações sobre a biodiversidade local, a culinária, a cultura Potiguara, mas também a história de luta da comunidade pelo território e as problemáticas e conflitos atuais, como mudanças climáticas, crescimento da monocultura da cana-de-açúcar e o desmatamento da mata atlântica e manguezal. Tais discussões ampliaram significativamente a visão sobre a relação homem-natureza e os impactos ambientais advindos do crescimento populacional na região, e consequentemente, na vida da população que depende desses recursos. A troca com o projeto local Águas Potiguara, por exemplo, foi extremamente enriquecedora por nos trazer uma problemática que ainda não conhecíamos: a canalização do rio Sinimbu e as tomadas de decisões e ações para reverter o quadro. O projeto também permitiu a troca de experiências com parceiros de outras localidades. A palestra sobre Educomunicação com Indira Eyzaguirre, pesquisadora da UFPA e coordenadora do projeto Observatório do Mangue, nos auxiliou nos registros fotográficos e como utilizá-los para melhor chamar a atenção para nossas ações. A presença do professor Francisco Araos, da Universidad del Los Lagos (Chile), no primeiro campo às terras Potiguara, possibilitou a troca de experiências com trabalhos em ciência cidadã e povos tradicionais, como o projeto Sentinelas Comunitários, que nos inspirou na produção da cartilha do #SIG Participativo Potiguara. Outra conversa agregadora foi com o mestrando da UFPI, Yan Ferreira, que desenvolveu sua pesquisa em SIG histórico e história indígena na região do Piauí, temática que muito acrescenta à nossa pesquisa. O uso das tecnologias SIG, como o programa QGIS, a ferramenta Story Map e aplicativo Wikiloc foram de extrema importância tanto para a organização dos dados coletados em campo, como para o crescimento profissional dos participantes do projeto, que puderam aplicar ativamente os conhecimentos teóricos com o uso das ferramentas. A aplicabilidade do drone também foi muito proveitosa, tendo em vista as suas diversas finalidades em muitas áreas de estudo, sendo uma experiência valiosa na caminhada acadêmica de todos os envolvidos. (Braga, Julia. Relatório de Extensão, 2023, p.24)

Figura 4 - Oficina - Aldeia Coqueirinho, outubro, 2019



Fonte: Acervo Gipcsa

2. Projeto 2020 - Edital PROBEX n. 02/2020 -

Construindo Mapas Sociais: subsídios para a elaboração do Plano de Gestão Territorial e Ambiental potiguara - 2º EDIÇÃO. 2019 Discente:

Augusto Francisco de Freitas Ramalho.

Devido ao contexto pandêmico, com legislações estabelecendo o distanciamento e o isolamento social na cidade de João Pessoa e no estado da Paraíba, e a instrução normativa 02/2020/PROEX-UFPB, a ação de extensão passou por uma reformulação. Nesta situação, a ação de extensão passou a acompanhar o enfrentamento à pandemia em Terra Indígena mediante contato com o cacique da Aldeia Alto do Tambá, integrante do GIPCSA. Equipe:

Sonia Maria Neves Bittencourt De Sa	Externo	Assessor	Prodema
Maristela Alves Alcantara	Servidor	Assessor	CTDR-DTA
Tarcisio Valerio Da Costa	Servidor	Assessor	PROEX
Ivys Medeiros Da Costa	Externo	Assessor	
Victoria Puntriano Zuniga De Melo	Docente	Assessor	CCSA - DFC.
Silvana Alves Dos Santos	Externo	Auxiliar Técnico	
Edson Ferreira De Araujo	Discente	Monitor(a)	CCSA
Humberto Bismark Silva Dantas	Discente	Aluno(a) Voluntario(a)	CCHLA.
Ana Clara Vieira De Medeiros	Discente	Aluno(a) Em Atividade Curricular	CCHLA.
Augusto Francisco De Freitas Ramalho	Discente	Aluno(a) Em Atividade Curricular	CCHLA.
Gabriel Costa Roque Braga	Discente	Aluno(a) Em Atividade Curricular	CCHLA.
Jamerson Bezerra Lucena	Discente	Aluno(a) Em Atividade Curricular	
Maria Elena Martinez Torres	Docente	Coordenador(a) Adjunto(a)	CCHLA - DCS
Alicia Ferreira Goncalves	Docente	Coordenador(a)	CCHLA - DCS

Figura 5 Indígenas potiguara na barreira sanitária, abril, 2020



Fonte: Acervo pessoal do cacique Nathan Potiguara

Figura 6 - Assembleia inicial na aldeia Laranjeira, 2020



Fonte: Acervo Gipcsa

3. Projeto 2021, Edital PROBEX, 03/2021,

Aproximações etnográficas aos Instrumentos de Gestão Ambiental e Territorial Indígena (IGATI) dos Potiguara/PB.

Discente bolsista: Gabriela da Costa Galdino.

O objetivo da ação de extensão foi acompanhar e assessorar a construção do IGATI potiguara submetido ao edital nacional BRA 01/2021. O projeto acompanhamento da construção do projeto e de sua implementação em terra indígena Potiguara, por meio de reuniões remotas que aconteçam para planejamento e contato constante com lideranças indígenas e, quando possível, acompanhamento in loco da implementação do projeto em questão. Equipe:

Ivys Medeiros Da Costa	Externo	Assessor	
Maristela Oliveira De Andrade	Externo	Assessor	
Victoria Puntriano Zuniga De Melo	Docente	Assessor	CCSA - DFC.
Nathan Galdino Da Silva	Externo	Assessor	
Alberto Dos Santos Cabral	Servidor	Assessor	PROEX
Nathalia Rafaela Da Costa Galdino	Discente	Aluno(a) voluntario(a)	CCS
Jaqueline Felix Dos Santos	Discente	Aluno(a) voluntario(a)	CCAE
Lucas Passos Tomaz	Discente	Aluno(a) voluntario(a)	CT

Humberto Bismark Silva Dantas	Discente	Aluno(a) voluntario(a)	CCHLA.
Augusto Francisco De Freitas Ramalho	Discente	Aluno(a) voluntario(a)	CCHLA.
Michael Lopes Da Silva	Discente	Aluno(a) em atividade curricular	CT
Maria Elena Martinez Torres	Docente	Coordenador(a) adjunto(a)	CCHLA - DCS
Francisco Sanae Antunes Moreira	Externo	Colaborador(a)	Funai
Alicia Ferreira Goncalves	Docente	Coordenador(a)	CCHLA - DCS

4. Projeto 2022 EDITAL PROEX Nº 12/2022,

Sistema de Informação Geográfica (SIG) participativo e mapas sociais na TI Potiguara: fortalecendo instrumentos para o Plano de Gestão Territorial Ambiental – PGTA.

Coordenador Allan Yu Iwama - Professor do Departamento de Sistemática e Ecologia (DSE/CCEN) e vice coordenadora Alicia Ferreira Gonçalves.

Discente bolsista: Julia Braga.

Esta ação agregou ao mapeamento social já realizado em edições anteriores o uso de Sistemas de Informação Geográfica (SIG), mapas de histórias e técnicas de georreferenciamento. Nesta perspectiva, a inovação do atual projeto é o uso de SIG (Sistema de Informação Geográfica) participativo e ferramentas de geotecnologias (McCall, 2004; Albagli e Iwama, 2022), para transformar os mapas sociais produzidos a mão, a partir da cosmovisão e demandas da comunidade indígena potiguara, em dados digitais georreferenciados, através de técnicas de geoprocessamento, transformando os mapas construídos de forma participativa em cartografias digitais.

Esse projeto de extensão tem articulação com duas Universidades internacionais, criando vínculos para internacionalização dos programas de pós-graduação da UFPB: o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Ambiente – PRODEMA e Programa de Pós-Graduação em Antropologia. As universidades fora do Brasil vinculadas ao projeto são: Universidad de Los Lagos (Chile) - convênio assinado UFPB/ULAGOS. Essa articulação se estabelece a partir do projeto POVOS, de caracterização de povos e comunidades tradicionais no território da Bocaina e Serra do Mar, que tem realizado o mapeamento participativo usando metodologia de cartografia social - <https://www.otss.org.br/cartografia-social>.

O projeto faz interface do ponto de vista metodológico do projeto intitulado “Ciência cidadã e comunidades tradicionais do litoral na adaptação às mudanças climáticas: construindo uma rede brasileira de observação”, cujo propósito é construir uma rede de observação local com comunidades locais e tradicionais sobre impactos de mudanças climáticas, com atividades de formação e mapeamento de comunidades tradicionais na zona costeira do Brasil.

A articulação nacional e internacional do projeto de extensão tem o propósito de criar o intercâmbio e diálogo intercultural de discentes e docentes do PRODEMA e PPGA com discentes/docentes do Centro de Estudios del Desarrollo Regional y Políticas Públicas – CEDER e programa de Antropologia da Ulagos (Chile), bem como do Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina (OTSS)

da Fiocruz, envolvendo também a comunidade externa a universidade, como os indígenas Potiguara, comunidades caiçaras, quilombolas e indígenas do Fórum de Comunidades Tradicionais de Angra, Paraty e Ubatuba, Mapuche-Williche no sul do Chile. Nesse sentido, nossa proposta segue alinhada com ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis -, com aderência também aos ODS 17 – parcerias e meios de implementação, buscando articular nosso projeto com outras iniciativas para o fortalecimento de comunidades locais e tradicionais.

O mapa de histórias Potiguara foi construído usando a plataforma digital Story Map, acoplada a ferramenta de mapas online, o ArcGis Online, da ESRI. O Story Map permite a visualização dos locais visitados em um mapa dinâmico, mostrando os mapas através de fotografias e vídeos, informações que foram coletadas durante o projeto. Para acessar o Mapa de Histórias Potiguara.

Participaram do projeto os discentes: Júlia Oliveira Braga, Bolsista - Ciências Biológicas; Edithe Rodrigues Neta, Licenciatura em Geografia. Jade Rosa Hilario Garcia, Relações Internacionais; Gabriel Roque Braga, Ciências Sociais; Augusto de Freitas, Ciências Sociais, Fernando Moura, Ciências Biológicas, Paula Cruz, Mestranda do curso de Pós-Graduação em Antropologia; Renata Guimarães Oliveira, Mestranda do curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA). Além dos docentes: Allan Yu Iwama; Alicia Ferreira Gonçalves; Victoria Puntriano Zuniga de Melo; Maristela Oliveira de Andrade e Maria Elena Martinez Torres. Parcerias: CIESAS; Universidad de Los Lagos; Fiocruz - OTSS.

5. Projeto 2023 com patrocínio da PROEX/ UFPB

- *Construindo mapas sociais: subsídios para a elaboração do PGTA Potiguara 4º Ed. - Discente bolsista: Jade Hilario Garcia.*

A quarta edição da ação de extensão “Construindo Mapas Sociais: subsídios para a elaboração do PGTA Potiguara” é uma resposta às demandas indígenas para consolidação da gestão territorial e ambiental das suas terras indígenas na aldeia Laranjeira. Equipe

Allan Yu Iwama De Mello	Docente	Consultor / Tutor	CCEN-DSE
Maria Elena Martinez Torres	Docente	Consultor / Tutor	CCHLA - DCS
Alberto Dos Santos Cabral	Servidor	Auxiliar Técnico	PROEX
Jade Rosa Hilario Garcia	Discente	Aluno(a) Bolsista	CCSA
Renata Guimarães Oliveira	Discente	Aluno(a) Voluntario(a)	PRODEMA - MEST
Augusto Francisco De Freitas Ramalho	Discente	Aluno(a) Voluntario(a)	CCHLA.
Paula Luana Moreira Cruz	Discente	Aluno(a) Voluntario(a)	PPGA
Gabriel Costa Roque Braga	Discente	Aluno(a) Voluntario(a)	CCHLA.
Rosângela Mendes Da Silva	Discente	Aluno(a) em Atividade Curricular	CCHLA.

Victor Maciel De Souza	Discente	Aluno(a) em Atividade Curricular	CCTA
Anne Kelly Alves De Lima	Discente	Aluno(a) em Atividade Curricular	CCHLA.
Prince Rochlive Pangou	Discente	Aluno(a) em Atividade Curricular	CCSA
Victoria Puntriano Zuniga De Melo	Docente	Coordenador(a) Adjunto(a)	CCSA - DFC.
Alicia Ferreira Goncalves	Docente	Coordenador(a)	CCHLA - DCS

Figura 7 - Mapa Social - Aldeia Laranjeira, novembro, 2023



Fonte: Acervo Gipsa

A primeira estrutura nesse mapa é o Pavilhão em que foi realizada a oficina para construção dos mapas, ao lado há a Escola Municipal Naide Soares da Silva em que há ensino básico. Em frente à escola é possível observar a Igreja Católica da aldeia, ressaltando a já mencionada diversidade religiosa. À direita da escola, está representada a segunda casa de farinha da aldeia.

Nem todas as aldeias potiguaras têm casa de farinha, muitas se mobilizam para reivindicar uma. No entanto, a referida aldeia possui 2 casas de farinha, muito embora apenas uma seja mais frequentemente utilizada. Como representado no mapa, em amarelo e verde, o principal conflito socioambiental gravita em torno da monocultura da cana-de-açúcar e a preservação da mata e dos rios. Esse conflito socioambiental estrutural está presente no conjunto das aldeias da TI Potiguara, com raras exceções. Observamos também que o etnoturismo potencialmente tende a fortalecer e a expandir suas atividades, em várias aldeias.

Considerações Finais

Com relação à Política de Extensão Universitária destacamos a relevância social do diálogo de saberes entre universidade e comunidades, no processo de empoderamento dos territórios e das identidades. No caso destas ações, alunos de graduação de várias áreas do conhecimento estiveram engajados, parcerias nacionais e internacionais foram estabelecidas e artigos publicados. Além disso, articulando pesquisa, ensino e extensão vamos propor uma disciplina no PPGA “Políticas para Povos Indígenas e Direito Ambiental. Mostra do reconhecimento público dessas ações ocorreu no ano de 2023, quando fomos contemplados na Chamada Universal, CNPq/MCTI Nº 10/2023 - Faixa B - Grupos Consolidados, com o projeto intitulado: “Construindo Mapas Sociais: Subsídios para a elaboração do Plano de Gestão Territorial e Ambiental Potiguara”, processo: 402856/2023-6. No ano de 2024, fomos contemplados na Chamada Nº 09/2023 - Bolsas de Produtividade em Pesquisa – PQ, Processo: 316394/2023-8, projeto intitulado “Plano de Gestão Territorial e Ambiental Potiguara. Dilemas entre Ambiente e Mercado”.

Referências

Albagli, S., Iwama, A.Y. Citizen science and the right to research: building local knowledge of climate change impacts. **Humanit Soc Sci Commun** 9, 39 (2022). <https://doi.org/10.1057/s41599-022-01040-8>

BRAGA, Julia. **Sistema de Informação Geográfica (SIG) participativo e mapas sociais na TI Potiguara: fortalecendo instrumentos para o Plano de Gestão Territorial Ambiental – PGTA**. Relatório de Extensão, UFPB, 2023.

BRASIL. Decreto n. 7.747, de 5 de jun. de 2012. **Dispõe sobre a Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial Indígena (PNGATI)**. Brasília, DF, 2012.

CARDOSO, Thiago Mota; GUIMARÃES, Gabriella Casimiro (Orgs.) **Etnomapeamento dos Potiguara da Paraíba**. Brasília: FUNAI/CGMT/DGETNO/DGAM, Série Experiências Indígenas, n. 2, 2012.

COSTA, Ivys Medeiros da. **A efetividade da gestão participativa em áreas sobrepostas de unidade de conservação e terra indígena: a situação dos potiguara da paraíba**. (Tese de Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente). PRODEMA/UFPB. João Pessoa, 2019.

DANTAS, Humberto. **Experiências e narrativas entre a Praia e a Maré: um relato extensionista na construção dos mapas sociais do PGTA na Aldeia Coqueirinho/Marcação-PB**. Relatório de Extensão, UFPB. 2019, 14p.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro, LTC, 2008.

GONÇALVES, Alicia. Mapas Sociais: Subsídios para a elaboração do Plano de Gestão territorial e ambiental potiguara. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v.12, n 23. 2020. Pp 104 – 127. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/11226/pdf>.

McCall MK (2014) **Mapping territories, land resources and rights: communities deploying participatory mapping/PGIS in Latin America**. Revista do Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, Volume Especial Cartogeo, 94-122. <https://doi.org/10.7154/RDG.2014.0114.0004>

MOONEN, Francisco. **Os índios potiguara da Paraíba**. 2ª edição digital aumentada. Recife, 2008. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/lucianaomaia/moonen_indios_potiguara_pb_2008.pdf., acesso em: 15 jan. 2019

SANTOS, Jaqueline Félix dos. **Construindo Mapas Sociais: subsídios para o Plano de Gestão Territorial e Ambiental Potiguara - Marcação/PB**. Relatório de Extensão, 2019. UFPB. 11pg.

SOUZA, José Godoy Bezerra de; BARBOSA, Sandro Gomes; GOMES, Irenildo Casiano; et al. **Termo de Compromisso e Ajustamento de Conduta nº36/2017**. João Pessoa: Procuradoria da República na Paraíba 06 dez. 2017.

Naru Warao: Ações de extensão, fortalecimento étnico e geração renda entre indígenas Warao na cidade de João Pessoa, PB

Rita de Cássia Melo Santos

A chegada

Em fins de 2019, as primeiras famílias indígenas Warao chegaram à cidade de João Pessoa, Paraíba, Nordeste do Brasil. Oriundos do Delta do Amacuro, na região norte da Venezuela e distante a mais de 5 mil quilômetros de João Pessoa, sua chegada despertou enorme curiosidade e suposições. Como já relatado em outros trabalhos (Facundo, Santos, 2024; Santos, Facundo, Alvarez, 2022; Santos, Menéndez, Soares, 2022; Santos, Menéndez, Torres, 2020), num primeiro momento houve a recepção de um grupo familiar, não mais que 30 pessoas, que logo reuniu-se com o seu grupo extenso compondo um total de aproximadamente 100 pessoas ainda no primeiro trimestre de 2020. A partir de uma denúncia realizada pelo Serviço de Pastoral Migrante (SPM), foi mobilizada uma rede de atuação composta por diferentes agentes públicos e da sociedade civil organizada em torno do Ministério Público Federal (MPF), órgão responsável pela fiscalização das ações do estado brasileiro.⁷⁴

Esse período coincidiu com o início da pandemia da Covid-19, em março de 2020, e a instauração no caso do Brasil de uma flexibilização orçamentária para o atendimento a pessoas em situação de vulnerabilidade, o que levou a realização de contratos específicos para o abrigo e o fornecimento de alimentação aos indígenas Warao residentes na cidade de João Pessoa. Como argumentei em outro texto (Facundo, Santos, 2024), o período da pandemia, longe de configurar um momento de precariedade da vida Warao, representou para o contexto da cidade de João Pessoa, um momento de pausa no longo ciclo de expulsões dos quais eles foram objeto e continuam a ser. Ainda recuperando o argumento apresentado nesse texto anterior, o ciclo de expulsões é compreendido não apenas como o ato extremo de violência e de expulsão territorial, mas, também, seguindo as sugestões de Sassen (2015), como o fazer contínuo da precariedade que impossibilita a

⁷⁴ O acompanhamento dos Warao na procuradoria da Paraíba foi registrado sob o número do procedimento administrativo 1.24.000.000234/2020-11.

continuidade da vida e impulsiona o deslocamento para novos espaços como uma das saídas possíveis.

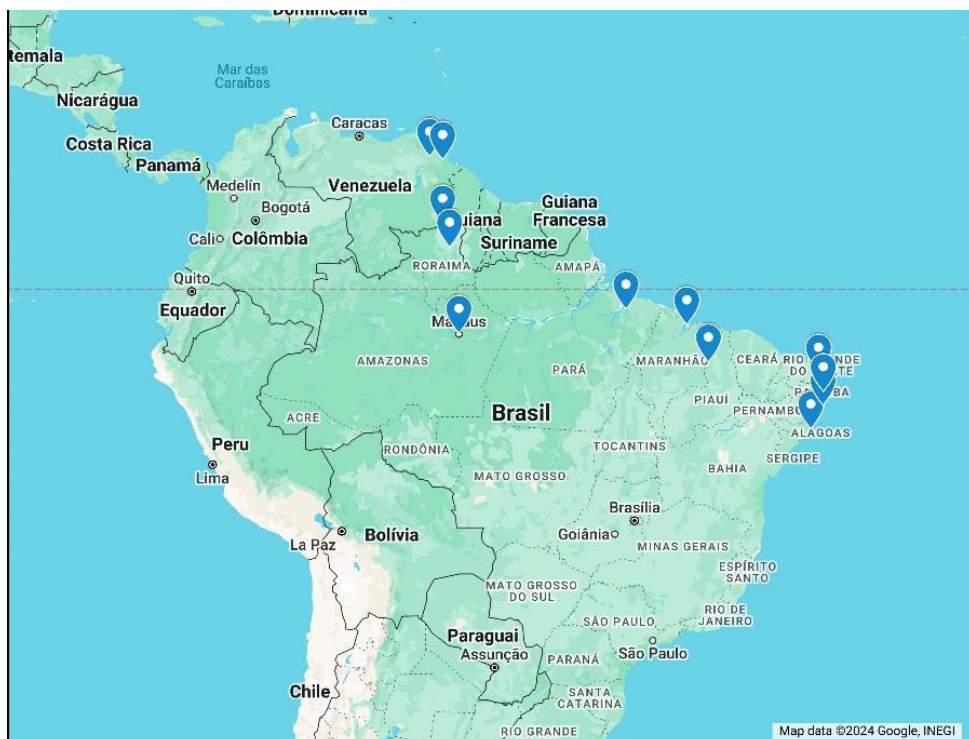
Desde o início da pandemia da Covid-19, em março de 2020, venho desenvolvendo trabalhos de investigação, extensão e de assessoria às famílias Warao na cidade de João Pessoa, na condição de antropóloga e docente no Departamento de Ciências Sociais e no Programa de Pós-Graduação em Antropologia, ambos situados na Universidade Federal da Paraíba. Por meio desse vínculo passei a integrar comissões, comitês e grupos de trabalho relacionados a diferentes áreas de atuação – saúde, educação, desenvolvimento econômico, entre outros, em uma relação de bastante proximidade com as famílias indígenas refugiadas Warao. Esse período se estendeu de modo mais intenso entre março de 2020 e dezembro de 2021, quando me afastei para realização de um pós-doutorado na École des hautes études en sciences sociales (EHESS), em Paris, França. Durante o período do pós-doutorado (todo ano de 2022), conduzi as ações relativas ao projeto à distância graças ao apoio de uma equipe em João Pessoa coordenada por Luciana Menéndez, à época mestranda em Antropologia sob minha supervisão. A partir do meu retorno, reintegrei à equipe onde permaneço até os dias atuais.

A chegada das famílias Warao no Brasil remonta a 2014. No início do processo migratório, houve deportações de mais de 200 pessoas pela Polícia Federal de Boa Vista que alegava presença irregular de acordo com o Estatuto do Estrangeiro (Lei nº 6.815/1980). Em junho de 2019, o Brasil, por meio do Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE), reconheceu a “Grave e Generalizada Violações de Direitos Humanos” na Venezuela⁷⁵. A chegada ao Nordeste se deu por diferentes caminhos. Alguns grupos seguiram a rota Pacaraima-Boa Vista-Manaus-Belém e, depois, via Piauí, Maranhão. Seguindo daí para as cidades litorâneas situadas mais ao Sul. Alguns grupos, por meio do contato com famílias que já haviam se instalado previamente, saído diretamente da região Norte para as cidades na região central do Nordeste, como João Pessoa, Recife e Alagoas. A instalação das primeiras famílias nessa região se deu por volta de 2019. E foi nesse período que a cidade de João Pessoa/PB recebeu o primeiro grupo de indígenas Warao que alugaram às próprias custas casas numa vila no bairro do Roger, especificamente na região denominada “Baixo Roger”. Caracterizada por ser um local com uma renda per capita baixa e com altos índices de criminalidade, sua presença não despertou grande atenção do público até fevereiro de 2020 quando uma reportagem denunciou as condições de precariedade em que estavam vivendo.⁷⁶

75 Nota Técnica n.º 3/2019/CONARE_Administrativo/CONARE/DEMIG/SENAJUS/MJ, disponível em <https://bityli.com/2Jj0D> Acesso em 20/07/2021, 13h25.

76 <https://bityli.com/1jy9G> , Acesso em 20/07/2021, 13h25.

Figura 1: Principais cidades da rota Norte-Nordeste do deslocamento Warao



A partir de meados de 2022 foi constituído o Centro Estadual de Referência de Migrantes e Refugiados (Cemir) com uma equipe dedicada de assistentes sociais, educadores, motorista e mediadores indígenas. Localizado num edifício na região próxima ao centro da cidade de João Pessoa, essa equipe tornou-se responsável por articular o atendimento da rede de assistência mais amplo e as ações de fortalecimento comunitário relativas aos indígenas Warao e também a outros migrantes e refugiados. Mesmo com o estabelecimento do Cemir e da rede a ele vinculada, seguiu-se o modelo de abrigo por família extensa em casas-abrigo sem, contudo, haver a ampliação do número de casas-abrigo custeadas pelo governo. Desse modo, a partir da duplicação da comunidade atendida desde fins de 2022, houve a ampliação das residências mantidas às próprias custas pelas famílias indígenas, na região do Baixo Roger, ponto primeiro de sua chegada. Atualmente, a população Warao na cidade chega a cerca de 500 pessoas. Cerca da metade encontra-se localizada na região do Roger e Ernani Sátiro e a outra metade distribuída entre outras sete casas-abrigo custeadas pelo governo do estado da Paraíba por meio de um convênio estabelecido com o Serviço Pastoral dos Migrantes (SPM).

A formulação e execução do projeto Naru Warao

Ao longo da presença Warao em João Pessoa fui convocada a realizar diferentes diagnósticos da comunidade: censos populacionais, mapeamento da legislação específica relacionada ao atendimento às famílias e, sobretudo, a identificação, organização e sistematização das demandas dos indígenas frente aos protocolos que estavam sendo criados de atendimento à saúde, à educação e trabalho laboral. À medida em que os diagnósticos eram realizados, aprofundávamos nossas relações e, com frequência, eles se referiam ao artesanato e demonstravam um desejo de fazer seus objetos, sobretudo cestas, redes e colares. Apontavam como principais dificultadores a ausência de compradores e de acesso à palha de buriti, principal matéria-prima de trabalho. Ao longo do processo migratório entre a Venezuela e a Paraíba, não raro haviam experimentado a realização do artesanato como mecanismo de obtenção de renda e contavam-me das experiências de fracasso nas vendas e da decepção em fazer os materiais e não encontrarem compradores a bons preços no Brasil.

Esse não-acesso às matérias-primas conhecidas e ao mercado seguro de vendas, os faziam com frequência buscar nas coletas nas ruas a forma primeira de obtenção de recursos econômicos para sua subsistência e deslocamento⁷⁷. Convém destacar ainda um aspecto central do sistema de produção/comercialização do artesanato que é a questão da gestão do tempo. Para que os artesãos tenham tempo livre para poder investir na atividade do artesanato, que quase nunca é uma atividade de remuneração imediata, eles precisam ter garantidos os aspectos mais imprescindíveis da sua vida – casa, comida, luz e água, para que então possam dedicar tempo à produção dos objetos. Esse tempo envolve o beneficiamento da palha (quando é possível acessar os buritizais), de produção dos itens e de um estoque para venda, até a venda propriamente dita, quando há o tão esperado retorno financeiro.

Nesse sentido, para realização do projeto de fortalecimento do artesanato, foi preciso assegurar um conjunto muito amplo de direitos para os indígenas, tais como abrigo, saúde e educação. Convém destacar que ao chegarem aos novos territórios, os Warao apresentam baixíssima escolaridade e domínio predominante do idioma Warao, especialmente entre as mulheres. As noções de cálculo são mais relacionadas ao dinheiro em si, apresentando dificuldades de realização de cálculos dissociados da moeda física e, à época, com baixo acesso a contas bancárias, não raro com a ampla utilização de contas bancárias emprestadas. Desse modo, ao longo dos primeiros anos, foi preciso também mobilizar uma rede de alfabetizadores de jovens e adultos, alcançada nos dois primeiros anos por meio da organização sem fins lucrativos Associação Sal da Terra, e posteriormente acrescido do atendimento da Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SEDEC). Bem como, a regularização da situação documental, a abertura sistemática de contas bancárias e o cadastro no Programa do Artesanato Paraibano (PAP) que permitiu a emissão de notas fiscais e a participação em grandes feiras do estado.

Todo esse processo foi realizado simultaneamente às primeiras ações de fomento à produção do artesanato. No primeiro ano, ainda em 2020, entramos em contato com as equipes do Museu Nacional do Rio de Janeiro que naquela ocasião estavam refazendo as coleções etnográficas perdidas no incêndio de 2018, e pro-

⁷⁷ Coleta denomina à prática de pedir realizada pelos Warao nas ruas das cidades onde vivem.

pusemos a realização de uma coleção etnográfica referia aos Warao da Paraíba. A proposta foi aceita pela curadoria do Setor de Etnologia e Etnografia do Museu Nacional, e demos início a realização do primeiro conjunto de objetos na cidade de João Pessoa. A escolha dos itens a serem produzidos seguiam os critérios de importância e de valorização da comunidade indígenas e não de mercado. A eleição do que fazer foi determinada pelos próprios indígenas, com base em rodas de diálogo estabelecidas nas casas-abrigo onde viviam.

Figura 2: Cocar Warao, Epifânio Moreno. Coleção Museu Nacional, RJ. 2020.



Foto: Alessandro Potter

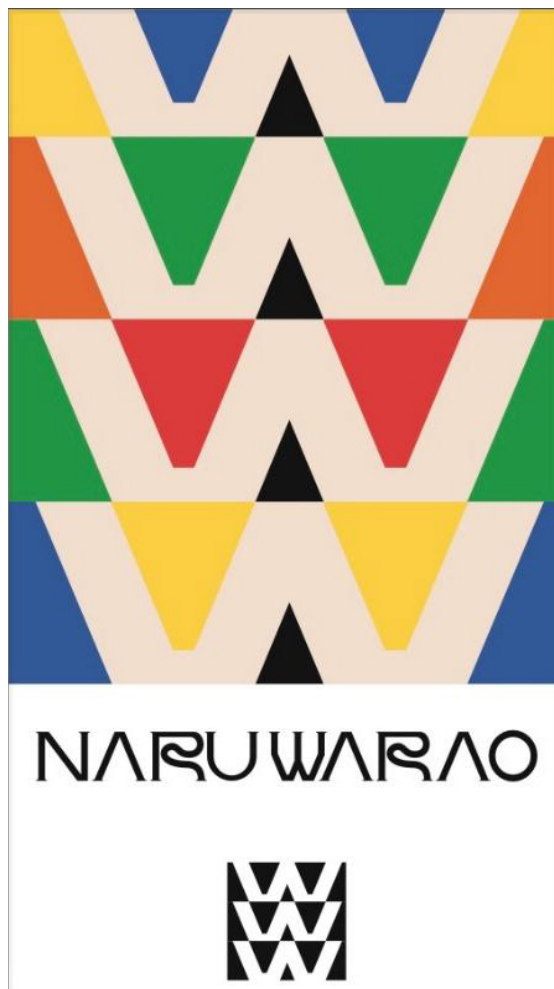
Figura 3: Cestas, bolsas e luminárias. Diferentes artesãos. Coleção Fundo Casa, PB. 2021.



Foto: Alessandro Potter

Essa primeira coleção foi composta em sua maioria por itens tradicionais, tais como cestas, redes e objetos cerimoniais, apontados por eles como exemplares da cultura para o povo Warao. Nessa ocasião, fornecemos a matéria-prima, incluso a fibra do Buriti beneficiada e oriunda do Maranhão, e remuneramos o trabalho de acordo com os valores por eles estabelecidos. Nesse primeiro ciclo de atividades, destacou-se a atuação dos abrigos liderados por Epifânio Moreno e Minerva Perez. A formação da coleção etnográfica para o Museu Nacional permitiu a mobilização de um primeiro grupo de indígenas envolvidos com a produção do artesanato, a identificação dos fornecedores preferenciais de matéria-prima e a identificação dos artesãos e das principais técnicas de domínio dos indígenas Warao que estavam na cidade de João Pessoa, Paraíba. Esse primeiro movimento foi fundamental para as fases desenvolvidas nos anos subsequentes, com maior enfoque na comercialização e na geração de renda para os indígenas.

Figura 4: TAG de identificação dos produtos com logo e marca desenvolvidos por Leandro Luna. 2021.



Em 2021, com o apoio do Fundo Casa através do projeto Povos em Rede demos início a um processo de geração de renda com foco no artesanato. Esse projeto foi fundamental para criação de um website⁷⁸, a formulação de uma logomarca (Figura 4) e a abertura das redes sociais (Instagram: @naruwarao). Todo esse processo foi acompanhado ainda da qualificação da produção e o desenvolvimento de novos produtos com foco nas vendas. A partir de junho de 2021, por um período de três meses, passamos a realizar oficinas periódicas nas casas-abrigo com o apoio de Lucyana Azevedo, designer de objetos. Nessa ocasião, centramos nossas ações nas casas-abrigo de Minerva Perez e de Epifânio Moreno, ampliando a rede de artesãos em relação à ação anterior.

⁷⁸ <https://povosemrede.org/warao/>

Desse encontro desenvolvemos a primeira coleção de objetos do Naru (Figura 3) na qual priorizamos a utilização de materiais locais e largamente acessíveis aos indígenas, com a utilização ampliada de cordas e de fios de algodão e nylon, conjugados ao Buriti. Nesse período, realizamos ainda tentativas de aproximação do grupo indígena aos equipamentos e serviços ofertados pela economia solidária, ao mesmo tempo em que buscávamos inseri-los em diferentes canais de venda por meio de feiras exclusivas e outras participações. Além do fortalecimento da venda online por meio do canal no Instagram.

A partir de 2022, com o apoio da Ação Social Arquidiocesana (ASA) e da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Humano (SEDH), demos início à terceira fase do projeto, com a contratação do apoio ao desenvolvimento de produtos de modo permanente. Ao longo desse ciclo formativo, atualizamos o princípio da continuidade das técnicas tradicionais com a aproximação aos novos territórios através do retorno à centralidade do Buriti, elemento tradicional da cultura Warao, tingido com as plantas da flora brasileira, tais como as cascas da aroeira e do jatobá, processo conduzido por Lucyana Azevedo, na condição de designer; e com apoio de Luciana Menéndez, à época coordenadora do projeto face ao meu afastamento para o pós-doutorado. Os encontros para formulação dos itens passaram a ser semanais, entre a Casa de Convivência da ASA e a Escola Santos Dumont, para onde confluíam mulheres e homens Warao das seis casas-abrigo da cidade de João Pessoa, PB.

Desse último processo, resultou a coleção *Yakera Naru - Caminhar bem*, no idioma Warao (Figura 5 e 6). Um conjunto de objetos em Buriti com tingimento natural a partir de elementos da flora brasileira. Formada por duas cestas, uma luminária de teto, uma luminária de mesa e uma bolsa chinchorro, ela constitui uma síntese do encontro dos Warao com os novos locais onde vivem. Uma coleção cujas cores representam o encontro dos Warao com o patrimônio brasileiro e sua flora. Elaborada a partir da combinação de diferentes pontos tradicionais que resultam em cestas e redes em novos usos, permitindo múltiplos posicionamentos dos produtos no mercado. As peças combinam os elementos tradicionais dos indígenas com os ambientes urbanos que passaram a ocupar com cada vez mais intensidade após o processo de migração intensificado desde 2014 em direção ao Brasil. Na coleção realizada, partimos das técnicas largamente utilizadas pelos indígenas para produção de suas redes e cestas para formulação de novos produtos. Da tecitura equivalente à malha da rede, foram produzidas bolsas. A partir de pequenas intervenções na tradicional cestaria Warao, foram produzidas luminárias. Elas são ajustadas para ter uma pequena abertura ao fundo por onde passa a fiação e recebem, no caso da luminária de mesa, um suporte de madeira minimalista, permitindo que a centralidade da peça seja a própria cesta. Esse último objeto (Figura 6) venceu o 8º Prêmio do Objeto Brasileiro promovido pelo Museu A Casa.

Figura 5: Vaso e luminária. Rosenda Del Valle. Coleção Yakera Naru, PB. 2022.



Foto: Alessandro Potter

Figura 6: Luminária, prêmio 8º Objeto Brasileiro, Museu A Casa. Coleção Yakera Naru, PB. 2022.



Foto: Alessandro Potter

Em 2023, com o apoio novamente da ASA e da SEDH, foi realizada uma segunda etapa de formação nessa direção e que contou com a participação de Lucyana Azevedo e Larissa Uchoa. A primeira diretamente vinculada ao tingimento natural; e, a segunda, relacionada à qualificação dos itens de miçanga. Essas ações resultaram na coleção *Diálogos Paraibanos* realizada em conjunto com a Oficina Espacial coordenada pelo designer Paulo César Lopes, contratado por meio do projeto *Sujeitos*

de Direitos⁷⁹, e que buscou desenvolver suportes e materiais em madeira complementares às cestarias e demais itens da produção do artesanato; e, com a artesã Jô do Osso que recebeu alguns jovens indígenas em seu ateliê e foi responsável também pelo tingimento de fibras do buriti com as cores aplicadas em seus próprios objetos. A coleção resultante desse processo denominada *Diálogos Paraibanos* é marcada pelo uso intensivo das cores, avançando na exploração das novas formas e utilizações dos materiais tradicionais (Figuras 7, 8, 9 e 10). Ao desenvolvermos esse conjunto de objetos, buscamos constituir novos usos para os elementos tradicionais Warao, ganhando amplitude no mercado de vendas e possibilitando um maior alcance na geração de renda.

Figura 7: Colares e pulseiras. Coleção Diálogos Paraibanos, PB. 2023.



Foto: Alessandro Potter

⁷⁹ Trata-se de um projeto em rede que envolve uma coordenação múltipla conduzida além de mim na UFPB, por Angela Facundo (UFRN), Mariana Dantas (UFRPE) e Marlise Rosa (Laced/Museu Nacional). O projeto financiado pelo Ministério da Justiça tem por fim o fortalecimento do acesso a direitos pelos Warao situados nas três capitais - Natal, João Pessoa e Recife; e abrange atividades de qualificação profissional como a ofertada pela Oficina Espacial.

Figura 8: Luminária. Antônio Rattia. Coleção Diálogos Paraibanos, PB. 2023.



Foto: Alessandro Potter

Figura 09: Cesta. Rosenda Del Valle. Coleção Diálogos Paraibanos, PB. 2023.



Foto: Alessandro Potter

Figura 10: Cesta. Minerva Perez. Coleção Diálogos Paraibanos, PB. 2023.



Foto: Alessandro Potter

Dois outros processos se deram em paralelo à conformação dos objetos propriamente ditos. Embora não relacionados diretamente ao desenvolvimento de novos produtos, eles constituíram elementos fundamentais ao fomento do processo como um todo. São eles – a realização de oficinas regulares no interior da comunidade indígenas com o fim de fomentar o processo de disseminação das técnicas entre os diferentes segmentos de artesãos indígenas Warao oriundos de distintas regiões distintas da Venezuela bem como entre as diferentes gerações que compõem o coletivo Warao na cidade. Além disso, realizamos diferentes ações relativas à memória do processo anterior à migração.

Em relação ao primeiro aspecto, a disseminação das técnicas entre os artesãos ocorreu por meio das oficinas para os adultos. Nessas ocasiões, estimulávamos a troca de conhecimento por diferentes mecanismos. Um deles era colocar as pessoas em contato para trabalharem juntas. As oficinas para os artesãos adultos promoviam o encontro de pessoas vinculadas a diferentes grupos familiares e que salvo naquelas ocasiões não se viam com frequência. Durante as oficinas, os trabalhos em desenvolvimento eram apresentados ao coletivo e as técnicas empregadas discutidas entre todos. No retorno às residências eles davam continuidade à feitura dos objetos retornando na semana seguinte. Esse acompanhar de diferentes fase do desenvolvimento dos objetos pelos artesãos de diferentes origens promovia a “cópia” da técnica e do modelo realizado que a seguir recebia novas atualizações das técnicas dominantes entre os artesãos que “copiavam”. Não raro, um artesão aplicava sua técnica no objeto em desenvolvimento por outro artesão. Isso foi re-

corrente sobretudo em relação aos bordados de cestaria e a alguns arranjos específicos das miçangas controlados por poucas mulheres que eram sobrepostos em diferentes etapas de confecção dos objetos.

Em relação à atualização do saber-fazer Warao entre as novas gerações buscamos incluir no currículo escolar aulas ministradas pelos próprios artesãos junto à comunidade de estudantes matriculados na Escola Municipal Santos Dumont responsável pelo acolhimento das crianças e jovens em idade escolar regular (Figura 11). Esse componente fazia parte do currículo escolar diferenciado, necessário à adequação da escola para o recebimento dos indígenas. Nessas oficinas, os jovens aprendiam as diferentes técnicas dominadas pelos mais velho ao tempo que realizavam suas próprias intervenções nos objetos produzidos. Além desses momentos, com frequência os pais levavam jovens e crianças para a oficinas realizada com os adultos anteriormente descrita. A presença das crianças e dos jovens, longe de ser rechaçada, sempre foi estimulada e bem vista e teve o claro objetivo de possibilitar o acesso desses ao debate sobre o fazer-warao.

Figura 11: Oficina de ensino aprendizagem. Escola Santos Dumont, PB. 2022.



Foto: Roan Nascimento

Em conjunto com o processo de qualificação e direcionamento às vendas do artesanato, realizamos uma série de oficinas relativas à memória e à história dos Warao na Venezuela. Essas atividades envolveram a construção de mapas e desenhos coletivos, a contação de histórias, a produção de biografias, vídeos-documen-

tários e a construção de objetos num primeiro momento não associados à venda, como, por exemplo, a réplica de uma casa tradicional Warao. As histórias e desenhos produzidos foram reunidos numa cartilha elaborada em conjunto pelos indígenas e financiada pelo instituto PHI e que teve por fim subsidiar a introdução das crianças Warao na escola (Santos, Quiñonez, Moreno, Cedeno, 2021). Participaram da cartilha com diferentes graus de contribuição adultos e crianças de todos os abrigos de João Pessoa, PB, e do abrigo principal de Natal, RN.

Convém destacar que ao longo dessa etapa não havia direcionamentos específicos para criação dos indígenas. Ao contrário, buscamos estabelecer um ambiente propício a sua própria formulação a partir de perguntas em aberto sobre os modos de vida, de alimentação e de produção no contexto Warao. A formulação de uma réplica de uma casa Warao foi realizada de modo espontâneo por S. Antônio Rattia, após uma série de mobilizações que seguiram o fluxo das histórias, dos desenhos, por fim, chegando aos objetos. A partir da feitura das primeiras casas e da divulgação nas redes sociais do projeto foi dado início por parte do público o interesse na aquisição das casinhas, inaugurando assim um novo item comercial de modo inesperado tanto para a equipe de apoio quanto para os próprios indígenas.

Figura 12: Desenho da vida Warao na Venezuela. Antônio Rattia. 2021



Figura 13: Miniatura da casa tradicional Warao na Venezuela. Antônio Rattia. 2024.

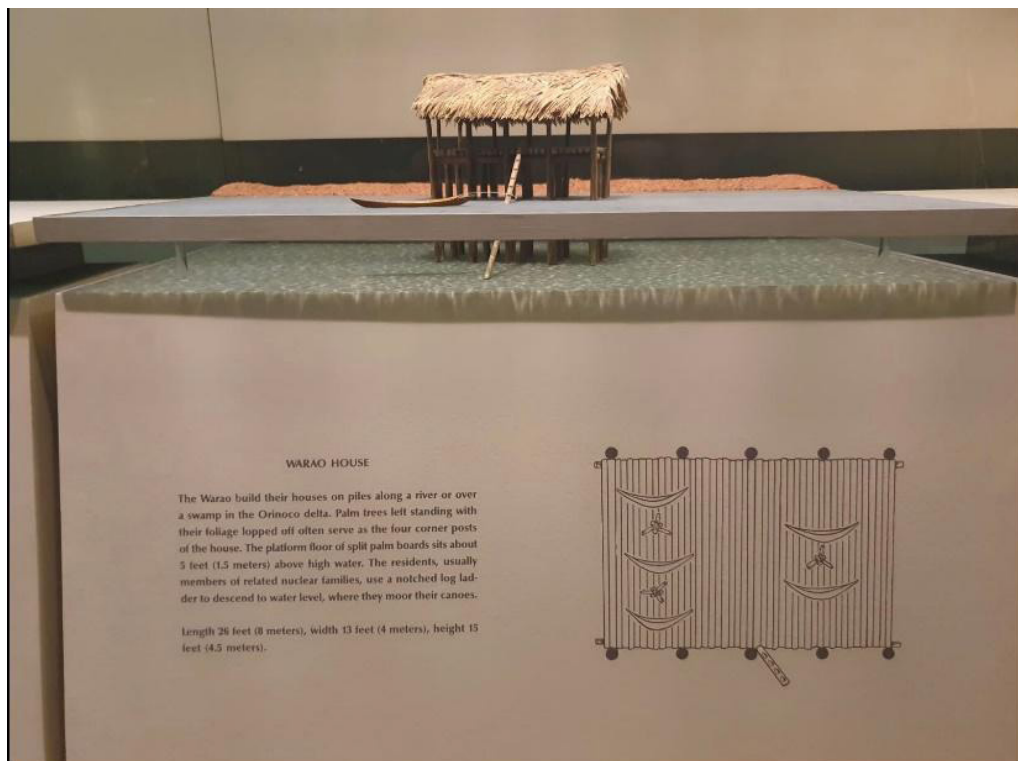


Foto: Yago Fernandes

Algumas considerações finais

Em diálogo com Fernando Paiva, associado ao projeto Artesania Warao, realizado pelo Museu A Casa, ele nos enviou fotos de uma réplica da casa Warao existente na seção povos do Museu de História Natural de Nova York (Figura 14). Retomando os fios iniciais que possibilitaram a construção desse projeto, está a atuação do Museu Nacional do Rio de Janeiro e da formação da primeira coleção etnográfica que permitiu estabelecer o terreno inicial do projeto desenvolvido. Houve ainda diferentes diálogos com o Museu A Casa. Desde a troca informal de saberes e partilha sobre os desafios de empreender um projeto de tal monta e com as condições já apontadas, à premiação realizada para a coleção *Yakera Naru*, realizada no contexto do 8º prêmio do Objeto Brasileiro; e a interlocução entre as próprias artesãs sobre o papel dos museus no fomento às atividades relacionadas ao artesanato. Rosenda Del Valle, uma das nossas principais artesãs, havia tomado conhecimento sobre o Museu A Casa a partir do trabalho por eles desenvolvido nas cidades de Pacaraima, Boa Vista e Manaus. Uma das artesãs vinculadas aquele projeto, Marcelina, ensinou à Rosenda diferentes pontos aplicados na confecção de cestas e produtos Warao. Foi com Marcelina que Rosenda ampliou o seu conhecimento sobre as técnicas Warao, motivada pelo estímulo e apoio realizado pelo Museu A Casa num outro contexto. Tempos depois, Rosenda ensinou a outras artesãs na cidade de João Pessoa os pontos aprendidos com Marcelina, instituindo assim uma longa cadeia de troca de conhecimentos fomentada pelos museus e universidades.

**Figura 14: Miniatura da casa tradicional Warao na Venezuela.
Museu de História Natural de Nova York.**



Essas interconexões apontam para uma dimensão central que conduziu todas as ações até aqui realizadas. Embora houvesse uma ênfase no desenvolvimento de produtos competitivos a partir da sua dimensão econômica e estética, esse não era o objetivo primordial do meu engajamento junto à produção Warao. Essa dimensão buscava dar uma resposta às necessidades e aos anseios dos indígenas, dada a condição de radical vulnerabilidade financeira em que eles se encontram no contexto migratório. Como apontado na introdução desse artigo, do ponto de vista de uma Antropologia comprometida com as comunidades com as quais se relaciona, a ideia de produção de conhecimento a partir de um ambiente asséptico, desprovido de uma conexão moral e política com as suas necessidades objetivas dos povos com os quais trabalhamos, é inconcebível. Ambos, indígenas e antropólogos, estão imersos na situação etnográfica e são responsáveis pela produção de saídas satisfatórias desde a perspectiva social quanto acadêmica propriamente dita. Isso aparece de modo bastante alargado na trajetória das Antropologias desenvolvidas no Sul-Global e, em particular, na Antropologia brasileira (Ribeiro, Escobar, 2006; Restrepo, Escobar, 2005; Cardoso de Oliveira, 1999; Pacheco de Oliveira, 2006). Poderíamos de algum modo retomar a atuação de Curt Nimuendaju e do processo de produção de coleções etnográficas para os museus do Norte Global como um dos muitos exemplos do que aqui se busca apresentar (Pacheco de Oliveira, 2013).

Nesse sentido, de um ponto de vista mais amplo, busquei constituir por meio dessas ações processos de inserção de estudantes universitários de diferentes níveis de formação nas ações de extensão da UFPB; fortalecer a auto-percepção positiva dos Warao como indígenas – de modo individual e coletivo; constituir espaços de produção coletivos e inclusivos que favoreçam a atualização do saber fazer entre os artesãos e as novas gerações; impulsionar a autonomia financeira das mulheres por meio de abertura de suas contas bancárias individuais e do repasse das vendas diretamente a essas mulheres; e, por fim, promover uma imagem positiva externa junto à comunidade circundante mais ampla de não indígenas, corroborando para mitigação dos preconceitos correntes que os veem como preguiçosos, atrasados e desprovidos de capacidade laboral tal como são apontados pelas ruas das cidades onde vivem. Estabelecer, portanto, o diálogo com o novo mundo que passam ocupar, criando caminhos para afirmação étnica por meio de objetos e materiais relacionados aos seus novos lugares, foi o objetivo fundamental dos nossos esforços ao longo desses primeiros anos de atuação a frente do Naru Warao que certamente se desdobrará em muitos outros caminhos.

Figura 15: Reunião Naru Warao. UFPB. Dezembro, 2023.



Foto: Alessandro Potter

Referências

CARDOSO DE OLIVEIRA, R. 1999. Peripheral anthropologies “versus” central anthropologies. **The Journal of Latin American and Caribbean Anthropology**, 4 (2), p.10-31.

FACUNDO, A.; SANTOS, Rita de Cássia M. O tempo corriqueiro das expulsões. Enquadramentos das migrações Warao durante a pandemia da Covid-19 em Natal/RN e João Pessoa/PB. **Rev. Vibrant**, Brasília, v.21, e21803, 2024.

RESTREPO, Eduardo; ESCOBAR, Arturo. 2005. “Other anthropologies” and “anthropology otherwise”: steps to a world anthropology network. **Critique of Anthropology**, 25 (2), p. 99-128.

RIBEIRO, Gustavo Lins; ESCOBAR, Arturo. 2006. World Anthropologies: Disciplinary Transformations in Systems of Power. In: ____ (eds.). **World Anthropologies: Disciplinary Transformations in Systems of Power**. Oxford: Berg. p. 1-25.

PACHECO DE OLIVEIRA, João. 2006. Pluralizando tradiciones etnográficas: Sobre un cierto mal estar en la Antropología. In: _____. **Hacia una Antropología del Indigenismo**. Lima e Rio de Janeiro: CAAAP/Contra Capa. p.201-218.

PACHECO DE OLIVEIRA, João. 2013. Curt Nimuendaju e a história Ticuna: elementos para uma reflexão crítica sobre a etnografia e o estatuto da etnologia. **Tellus** (UCDB), v. 24, p. 227-259.

SANTOS, Rita de Cássia Melo.; FACUNDO, A. ; ALVAREZ, L. G. M. Conectando redes e saberes: experiências de tradução com indígenas Warao refugiados no Nordeste do Brasil. In: **Centro Brasileiro de Estudos da América Latina. CBEAL**. (Org.). Tradução e interpretação comunitária. 1ed.São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 2022, v. 1, p. 239-252.

SANTOS, Rita de Cássia Melo.; MENENDEZ, L. S. ; SOARES, V. B. Os Warao na Paraíba, a emergência de um “problema social”. In: Maria Reis Longhi; Marco Aurélio Paz Tella; Maria Patrícia Lopes Goldfarb. (Org.). **Antropologias, diversidades e urgências: 10 anos de pesquisa no PPGA/UFPB**. 1ed.João Pessoa: Editora UFPB, 2022.

SANTOS, Rita de Cássia Melo.; QUINONEZ, R. G. (Org.) ; PEREZ, A. (Org.) ; MORENO, E. (Org.); CEDENO, M. J. (Org.). **Caminhos Warao/Warao Omuoko**. 1. ed., 2021.

SASSEN, Saskia. 2015. **Expulsiones, Brutalidad y complejidad en la economía global**. Stella Mastrangelo (trad), Buenos Aires: Katz Editores.

Do Agreste ao DCS: Extensão e artesanato numa trajetória periférica

Marcio Sá

Introdução

O contexto em que o Departamento de Ciências Sociais (DCS) se congrega neste volume para registrar aspectos de sua história e assim celebrar os 50 anos do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA), sem dúvida marco temporal significativo na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), é incentivo singular à sistematização de reflexões sobre atuação em extensão universitária.

Penso não ser preciso, ao menos ao propósito deste capítulo, promover levantamento ao longo dos últimos anos para constatar tendência que acredito caracterizar não apenas o DCS mas também diversos outros departamentos de Ciências Sociais no país. Muito embora tradição e vocações abrigadas em nossas subáreas sejam de maior ênfase e volume na pesquisa que em extensão (o fato de não sermos ditos nem reconhecidos também como uma ciência social aplicada pode ajudar a compreender tal quadro), a observância das últimas reuniões do colegiado departamental, principalmente no período que antecede a submissão de propostas extensionistas aos editais da Pró-Reitoria de Extensão (PROEX), permite afirmar tendência de crescimento do número de projetos registrados e executados por nossos docentes. Ou seja, a extensão se faz progressivamente mais presente em nossos interesses e tempo de trabalho, mesmo que a pesquisa ainda prevaleça (e tenda a prevalecer).

Inserido neste âmbito, este relato tem como principal foco partilhar experiências, em particular no que se refere ao campo do artesanato, vividas nos últimos anos de uma trajetória que se qualifica como periférica – a expressão também visa ressaltar o modo de produção de conhecimento praticado, os tipos de fenômenos escolhidos e a posição ocupada por quem os pesquisa na comunidade acadêmica da qual toma parte (Sá, 2024), qualificação aqui expandida para o escopo da extensão e da docência, ou seja, uma atitude acadêmica perante o mundo social. Para tal, toma como ponto de partida aprendizados oriundos do seu percurso e, em particular, de ação de caráter extensionista no tema do artesanato num localismo específico, o Agreste pernambucano. Todavia, a motivação maior de sua confecção se encontra na oportunidade de coordenação e execução regional do projeto de extensão “Estruturação do Sistema de Gestão do Artesanato Brasileiro: Diagnóstico e Planejamento Estratégico”, abrigado institucionalmente no DCS entre 2021 e 2022.

Entendimentos, extensão e artesanato em solo agrestino⁸⁰

Como ponto de partida para o resgate do que antecede o foco principal acima enunciado, elaborei a seguinte questão: quais foram os entendimentos sedimentados sobre a atuação docente numa Instituição Federal de Ensino Superior (IFES) e as experiências de caráter extensionista vividas em solo agrestino que se mostraram mais decisivas à coordenação e execução do referido projeto no DCS? Foi a partir dela que lancei olhar retrospectivo para minha atuação no Centro Acadêmico do Agreste da Universidade Federal de Pernambuco (CAA-UFPE), onde trabalhei de 2006 a 2019. Afinal, foi por meio daquela trajetória que tanto consolidei o que ainda hoje compreendo por extensão universitária quanto vivenciei, no âmbito de uma pesquisa sobre o tema do artesanato, a prática primeira que estimulou a inserção, coordenação e atuação no projeto exposto na sessão seguinte.

Hoje, em olhar retrospectivo, recupero que o desafio mais instigante desde o início de minhas atividades no CAA-UFPE tenha advindo da seguinte constatação: o Agreste pernambucano seria um contexto que exigiria, de quem nele quisesse atuar com esclarecimento, (re)elaborar instrumentos teóricos, epistêmicos e metodológicos sob medida local, ou seja, diversos daqueles que se encontram na assepsia dos manuais. Foi ao procurar articular reflexivamente as pesquisas de médio e longo prazos nas quais me engajei⁸¹, que acredito ter construído e incorporado entendimentos capitais para seguir adiante também no ensino e na extensão.

Foi também por ter me dedicado ao estudo da condição dos feirantes-proprietários de pequenos negócios de feira de rua e, depois, daqueles que podem ser vistos como seus herdeiros, os proprietários dos negócios de produção e comercialização de confecções, que pude sedimentar alguns entendimentos sobre tal contexto. Penso que as noções “*habitus* feirante” e de “filhos das feiras” podem ser mencionadas como estenografias que procuram traduzir em linguagem sociológica tal intento (Sá, 2021).

Em termos gerais, é razoável dizer sobre a parcela do Agreste do entorno de Caruaru que: a trajetória das últimas décadas da microrregião se constitui por meio de um processo de modernização truncada, com diversas dinâmicas características das margens do capitalismo contemporâneo que, numa perspectiva relacional, pode ser visto como um processo periférico; é marcante as coexistências e associações às ideias de “moderno”, “tradicional” e hibridismos ainda hoje; o tipo de “conhecimento” mais valorizado era (e ainda é) o que pode ser associado à ideia de “capital social” (Bourdieu), conhecer pessoas e poder recorrer a elas quando necessário, afinal, é comum que a expressão “fulano tem conhecimento” seja usada nesse sentido, falar em “conhecimento científico” ainda não têm, localmente, significado e valoração razoavelmente definidos; as relações sociais se apresentam com fortes traços de pessoalismo, patriarcalismo e informalidade, com pouca observância e reconhecimento de instâncias e relacionamentos institucionais.

Diante disso, percebia que para desempenhar minhas funções do melhor modo possível, seria necessário aprender como “se achegar”, despertar solidariedade, conquistar o acolhimento dos públicos de interesse, e ao longo desse processo de aceitação do pesquisador, seguir construindo a investigação (Sá e Mattos, 2016) e

80 Esta sessão recupera noções e trechos que apareceram anteriormente em Sá (2019b).

81 Principalmente apresentadas em Sá (2010, 2011, 2015, 2018, 2019a, 2023).

a inserção em espaços de atuação extensionista. Por outro lado, era preciso construir internamente um “*habitus científico*” (Bourdieu, 2014) sob medida local e interessar-se genuinamente pelo que acontecia naquele lugar, julgava que essas seriam pré-condições indispensáveis para o engajamento com as questões agrestinas.

Naquele percurso também de autoconstrução como docente, a visão de Demo (2003) foi marcante, em particular por sua perspectiva de tomar o espírito da pesquisa como princípio formativo, ou seja, defender que a atitude investigativa precisa ser considerada como tal nos processos de ensino-aprendizagem e na interação docente-discente. Além disso, também por sua visão enfatizar a importância para o professor de tomar como horizonte de sua prática, e de seus estudantes, a “elaboração própria”. Aos meus olhos, aquele tipo de disposição para pesquisa e a elaboração própria, enquanto autoria honesta e modesta, poderiam funcionar como molas propulsoras da atuação em ensino, pesquisa e extensão no Agreste⁸².

Em termos específicos de extensão, acreditava que seria preciso, por meio de projetos que considerassem, por exemplo, necessidades de conhecimento e atuação das organizações populares, promover localmente a integração entre universidade e sociedade. Assim, seria possível fazer da extensão tanto um elo efetivo, também com potencial para nutrir a formação dos estudantes, quanto meio para a viabilização de inserção social necessária a pesquisas de maior profundidade, e de caráter longitudinal, empiricamente ancoradas no Agreste contemporâneo.

A tudo isso foi somada a aceitação de uma concepção contemporânea vigente na filosofia das ciências: o que entendemos como conhecimento, em particular nas Ciências Sociais e humanas, precisa ser observado como um produto sociocultural circunscrito, localizado, de alcance necessariamente limitado e produzido sem pretensões de universalização (Vessuri, 1991; Portocarrero, 1994; Lyotard, 2002). Logo, uma vez vista de modo associado ao ensino e à pesquisa, a extensão universitária também seria impactada pela incorporação de tal concepção não apenas de ciência, mas também de visão de mundo.

O desempenho de tais ofícios de modo localmente esclarecido permitiu sedimentar entendimentos e produzir interpretações sistematizadas sobre aspectos daquele tecido social. Em particular, sobre os feirantes e suas barracas-boxes, os filhos das feiras e seus negócios de comercialização e produção de confecções, bem como, nos últimos anos, sobre as condições de vida e trabalho dos “herdeiros de Vitalino”, artesãos-proprietários de lojas-oficinas do Alto do Moura (Sá, 2023). Com a observação de tais condicionamentos contextuais, depois de muitos anos me foi possível compreender que: para trabalhar tomando como horizonte almejado impacto social local consciente, é necessário criar sentido próprio para atuação no pedaço de mundo no qual se pisa.

82 Entre 2016 e 2019 ofereci por alguns semestres consecutivos a disciplina eletiva “Agreste contemporâneo: gente, feira e negócios de confecções”. Esta foi a experiência agrestina mais significativa neste termos de articulação entre pesquisa, extensão e ensino. Tinha duas motivações em mente: a primeira era provocar os estudantes a pensar a condição de vida, dos negócios e do trabalho na região onde viviam; a segunda, colocar em discussão como conteúdo didático os resultados das pesquisas que havia feito até então (Sá, 2011, 2015, 2018). Frequentado por estudantes de diversas graduações, o curso tinha com objetivo “apresentar, debater e melhor compreender aspectos socioculturais e econômicos da história contemporânea agrestina, com ênfase na relação destes com os negócios de feira e confecções da região e seus proprietários/trabalhadores”.

Para isso, aproximar-me dos problemas dos atores sociais de maior interesse seria fundamental, evidenciava-se que o sentido do trabalho numa Instituição Federal de Ensino Superior (IFES) precisava ser cada vez mais projetado para fora dela, ou seja, dialogando e convivendo ao máximo com os desafios enfrentados por públicos de interesse tanto na pesquisa quanto na extensão, e de tais atividades nutrir uma prática docente o mais esclarecida possível sobre as questões agrestinas. Afinal, tinha convicção de que o envolvimento com os dramas e as tramas daquele mundo social reverberaria positivamente no ensino, possibilitaria tornar o “discurso didático” mais próximo do factível aos estudantes⁸³.

A experiência de caráter extensionista, que se deu no âmbito de uma pesquisa sobre a condição artesã do Alto do Moura no século XXI, decorreu de tal trajetória e foi motivada por um anseio genuíno de intervir com sentido no Agreste. Entre 2016 e 2021 meus principais esforços investigativos estiveram voltados para a pesquisa “Além do barro: tensões, negócios e trabalho na comunidade artesã do Alto do Moura-PE”⁸⁴, que teve como foco inicial caracterizar as tensões emergentes e a condição de membros específicos da comunidade artesã do Alto do Moura. Dentre seus horizontes, um deles era um tanto incomum aos projetos de pesquisa convencionais e tinha caráter propositivo: construir e sistematizar uma agenda de prioridades, tanto a serem pleiteadas junto ao poder público quanto para suportar a atuação da Associação dos Artesãos em Barros e Moradores do Alto do Moura (ABMAM).

Visando tal horizonte, no roteiro das entrevistas com o público pesquisado, inserimos questões do tipo: Quais melhorias o(a) Sr(a) gostaria de ver no bairro nos próximos anos? O que a comunidade poderia fazer para que elas se tornem realidade? E o que a prefeitura poderia fazer? Além do público direto, também escutamos alguns formadores de opinião sobre questões do tipo: O que imagina como políticas públicas pertinentes para a melhoria da qualidade de vida da comunidade? Aos seus olhos, o que mais ela precisa? Ao colhermos e processarmos tais informações, elaboramos uma agenda a partir do que foi indicado pelos entrevistados, contemplando também algumas observações da equipe, organizada em função de quatro eixos temáticos: cultura de valorização do artesanato e desenvolvimento do negócio coletivo; saúde coletiva; segurança; e infraestrutura. A partir disso elaboramos um relatório técnico-parcial, que foi primeiramente apresentado à ABMAM, depois à presidência da Fundação de Cultura e Turismo de Caruaru, a um membro da Câmara de Vereadores e, por fim, objeto de uma apresentação pública em agosto de 2018 (Sá et al., 2018; Sá et al., 2020).

Naquela ocasião, contamos com a presença de artesãos, pesquisadores, secretários municipais e membros de diversas secretarias, bem como da então Presidente da Fundação de Cultura e Turismo de Caruaru, além das professoras e es-

83 Um outro exemplo de articulação entre extensão e ensino neste sentido foi um projeto no qual prestei assessoria a uma organização que atuava com educação popular. Uma via de mão dupla se estabeleceu nos seguintes termos: a assessoria me oferecia contato com os dilemas práticos enfrentados para se levar adiante o trabalho de uma organização de tal natureza no subúrbio de Caruaru, o que me nutria para a docência de uma disciplina sobre organizações sem fins lucrativos, por outro, permitia à Universidade inserir-se localmente., atuar extramuros.

84 Pesquisa iniciada em 2016 ainda na UFPE, onde se desenvolveu até 2019, e concluída em 2021, já no DCS-UFPB.

tudantes envolvidas no projeto. Os aprendizados e desdobramentos reflexivos de tal experiência foram sistematizados em Sá et al. (2020) e Sousa et al. (2022) e, além disso, nutriu a motivação de levar adiante um tipo de prática de caráter extensionista no campo do artesanato.

Um projeto de âmbito regional/nacional e a extensão no DCS

Em agosto de 2021, quando dava arremates finais na redação do livro *Além do barro: heranças de Vitalino no Alto do Moura do século XXI*, recebi convite do professor Mateus Servilha (UFMG) para coordenar uma das equipes da regional Nordeste para a execução do projeto de extensão “Estruturação do Sistema de Gestão do Artesanato Brasileiro: Diagnóstico e Planejamento Estratégico”. Este teve “como propósito a elaboração do primeiro diagnóstico do artesanato brasileiro que permita identificar os problemas que afetam o segmento, bem como estruturar propostas para o aperfeiçoamento das políticas públicas e da legislação federal em vigor destinadas ao desenvolvimento do setor artesanal” (REDE, 2024)⁸⁵ e coordenação nacional da equipe de estudos e pesquisa dos professores Carlos Henrique Falci (UFMG) e Laura de Souza Cota Pinto (UFMG).

Conforme consta no site da Rede Artesanato Brasil (2024):

a demanda do Projeto se originou no Programa do Artesanato Brasileiro do Ministério da Economia, ainda em 2019; ao longo de 2020, a proposta foi elaborada em parceria entre o PAB e a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); e a primeira etapa, iniciada em 2021, mapeou os problemas e necessidades do setor, incluindo os impactos da pandemia da Covid-19 no segmento artesanal.

Para a coordenação da segunda equipe Nordeste daquele projeto indiquei o professor Diogo Helal (Fundaj/UFPE), o que nos permitiu desenvolver trabalho conjunto na região. Na primeira etapa de nossa participação no mesmo, de setembro de 2021 a fevereiro de 2022, uma equipe formada por 13 então estudantes da UFPB e da UFPE, sendo 7 deles de nosso bacharelado em Ciências Sociais⁸⁶, realizou entrevistas com três grupos específicos: os gestores estaduais do Programa Artesanato Brasileiro (PAB); os gestores do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) responsáveis pela atuação da instituição neste segmento nos estados nordestinos; os dirigentes estaduais das duas principais confederações do setor, a Confederação Nacional dos Artesãos do Brasil (CNARTS) e a Confederação Brasileira dos Artesãos (CONART).

As análises preliminares de tais entrevistas compuseram o volume organizado por Carlos Falci e Laura Pinto (2022), entregue como relatório interno para a Coordenação-Geral de Microempreendedorismo e Artesanato, do Ministério da Economia, Governo Federal. No final de 2023 tomei conhecimento que a Coordenação

85 Muito embora no referido site ainda conste meu nome como coordenador de uma das regionais do projeto, conclui minha atuação no mesmo no segundo semestre de 2022.

86 Antônio Barbosa da Silva Neto, Erika da Costa Rabay, Gabriel Almeida Garcias, Igor Alfredo Pereira da Silva, Maria Victória Aguiar da Silva, Maria Vitoria Leite Nazário e Rodrigo Marinho Alexandre.

nação do PAB seguia utilizando o referido volume como referência em reuniões de planejamento com suas gestões estaduais.

As 28 entrevistas foram realizadas com 3 grupos diferentes: 7 com gestores estaduais do PAB; 5 com gestores do Sebrae responsáveis pela atuação da instituição neste segmento nos estados nordestinos; e 16 com os dirigentes estaduais das duas principais confederações do setor, a CNARTS e a CONART. O roteiro que norteou as interações foi baseado em seis tópicos principais: Relações entre a instituição e o setor do artesanato; produto, inovação, design, tecnologia e comercialização; questões jurídicas; políticas públicas para o setor; memória e identidade; e pandemia. Em meio à pandemia do Covid-19, todas as entrevistas foram realizadas em formato remoto, por meio da ferramenta *google meet*, gravadas e posteriormente transcritas⁸⁷.

Em paralelo, um conjunto de dados secundários foi reunido, sistematizado e analisado pela equipe vinculada à Fundaj/UFPE. Tal levantamento está disponível no texto para discussão “O perfil da atividade artesã nos estados da região Nordeste do Brasil”⁸⁸. O conjunto deste material primário e secundário segue sendo analisado no curso da pesquisa “Artesanato no Nordeste hoje: Políticas públicas, gestão e condição artesã” que, sob minha coordenação, conta com financiamento do Edital Universal do CNPq (2021), e, com a coordenação de Diogo Helal, devidamente registrada no DCS, bem como foi aprovada pelo Conselho Diretor e também com financiamento da Fundaj. Contanto com uma equipe de professores e pesquisadores de outras instituições nordestinas⁸⁹, a investigação tem como objetivo geral: elaborar uma análise em multinível sobre a implementação das políticas públicas federais, estaduais e locais voltadas ao artesanato considerando a compreensão de condições artesanais localizadas no Nordeste brasileiro (Sá e Helal, 2024).

Entre março e agosto de 2022, procurando melhor compreender a condição artesã em nossa região, foram identificadas entidades da sociedade civil (associações, grupos e cooperativas) atuantes nos estados nordestinos e a realização de entrevistas com suas lideranças formais se mostrou caminho viável, tanto para contornar nossas limitações de recursos quanto o contexto de pandemia então ainda vigente.

Os procedimentos adotados para a realização das entrevistas foram os seguintes, primeiro identificamos pela internet as entidades que dispunham de informações e/ou contatos disponíveis na rede; segundo, a equipe fez um primeiro contato com cada uma das associações, grupos e cooperativas identificadas apresentando o projeto e perguntando se um dos seus dirigentes teria disponibilidade e interesse em participar de uma entrevista via *WhatsApp*; terceiro, elaboramos uma lista com as entidades que responderam positivamente nossa consulta inicial.

Ao todo, 230 entidades foram identificadas via internet, com a realização de 76 entrevistas. Dentre elas, 50 associações, 8 cooperativas, 17 grupos e 1 comitê regional

87 Registro gratidão às contribuições de Tiago Gomes Barbosa e Maria Vitoria Leite Nazário para a confecção específica deste capítulo também em coautoria com Diogo Helal.

88 Disponível em: <<https://periodicos.fundaj.gov.br/TPD>>. Acesso em: 20 abr 2024.

89 Cátia Wanderley Lubambo (Fundaj), Denise Clementino de Souza (UFPE), Hérrisson Dutra (Fundaj/MDIC), Ives Romero do Nascimento (UFCA), Jessica Rani Ferreira de Sousa (IFRN/UFPE), Jesuina Maria Pereira Ferreira (UFCA), Milka Alves Correia Barbosa (UFAL), Rodrigo Gameiro (UFAL/MinC) e Giovanni Boaes (UFMA).

de associações. Aos entrevistados foi possibilitado responder as perguntas oralmente (via envio de arquivo de áudio) ou por mensagem escrita. Tais respostas gravadas foram transcritas pela equipe e geraram 76 fichas com perguntas e respostas, uma para cada entidade entrevistada. Todas as fichas foram enviadas e validadas pelo público entrevistado que autorizou a divulgação de seus nomes e de suas entidades na nota técnica “A condição artesã no Nordeste: Vozes dos coletivos (Associações, Cooperativas e Grupos)”⁹⁰, também enviada para cada um dos participantes após sua publicação no site do nosso Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS).

A análise das respostas ofertadas pelas lideranças artesãs entrevistadas nos levou a melhor compreender e sistematizar como principais temas: o artesanato como renda complementar; a questão do apoio público; as relações institucionais; o protagonismo feminino; a (des)valorização do ofício na região; e, por último, o (des)conhecimento da condição de mestre artesão.

Uma vez tendo recuperado os aspectos centrais da principal experiência extensionista que motivou este relato, de quais modos ela pode ser ilustrativa da extensão no DCS?

Um primeiro ponto que gostaria de destacar se refere ao fato de, mesmo em contexto de pandemia, a extensão no Departamento seguiu atuante, não somente neste, mas em diversos outros projetos, inclusive, alguns deles também informados neste volume. Neste caso específico, num projeto de amplitude regional e nacional, que implicava o desafio da realização de significativo volume de entrevistas remotas com gestores e dirigentes da categoria, somente possível de ser coberto pelo trabalho coletivo da equipe de estudantes envolvida.

Um segundo aspecto está na promoção da escuta, sistematização e devolução do que denominamos de “vozes dos coletivos”, ou seja, das percepções das lideranças das associações, cooperativas e grupos atuantes na região, algo em sintonia com o que também foi e segue sendo praticado no Departamento em outras temáticas. Por um lado, suas demandas e anseios puderam tomar a forma de um nota técnica com potencial de suportar políticas públicas direcionadas ao público, por outro, a atuação em projetos como esse repercute e contribui para a formação de nossos discentes, indo ao encontro da normativa nacional que rege a atuação das Instituições de Ensino Superior (IES).

Neste ponto é válido lembrar que o Ministério da Educação (MEC, 2024), com a justificativa que a curricularização da extensão aumenta a valorização desta missão universitária, reconhece e legitima a carga horária de atuação em projetos extensionistas também como um modo de engajamento e de formação cidadã para além das salas de aula, afinal:

A Resolução CNE/CES nº 7/2018 estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regulamenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. A referida meta assim proclama: 12.7) assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos

90 Disponível em: <<https://cchla.ufpb.br/ppgs/contents/menu/divulgacao-cientifica/notas-tecnicas>>. Acesso em: 20 abr 2024. Registro a importância da contribuição de Maria Vitoria Leite Nazário, então estudante de Ciências Sociais da UFPB, que segue atuando como bolsista de apoio-técnico do CNPq no referido projeto, não somente nesta mas também em diversas iniciativas dos projetos de extensão e de pesquisa.

para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social.

Além disso, a extensão pode ser cada vez mais reconhecida como um instrumento de potencialização do impacto social do trabalho docente e da atuação discente do Departamento. Reconhecimento que adentra, inclusive, no campo da pós-graduação *stricto sensu*, tendência que se mostra institucionalizada na medida que a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) cada vez mais valoriza na avaliação dos nossos programas de pós-graduação (o PPGS, de Sociologia; o PPGA, de Antropologia; e o PPGCPRI, de Ciência Política e Relações Internacionais) o item “impacto social”.

Neste sentido, fica evidente a progressiva pertinência da promoção intradepartamental da integração entre extensão, pesquisa e ensino. No caso da experiência aqui relatada, foi justamente a partir da inserção, coordenação e atuação num projeto extensionista que se concebeu a pesquisa supramencionada também registrada no PPGS, na qual seguimos trabalhando até o segundo semestre de 2025.

Tais experiências articuladas de pesquisa e extensão no campo do artesanato, tanto as agrestinas quanto as paraibanas, seguem sendo substrato para o ensino na UFPB, como foi o caso da disciplina de “Pesquisa social periférica”, ofertada como tópico especial tanto no PPGS, entre 2020 e 2023, quanto em nossa graduação, em 2024, bem como para a propositura de projeto de pesquisa homônimo à disciplina ofertada (Sá, 2024).

Reflexões finais⁹¹

Gostaria de concluir inscrevendo algumas reflexões que me moveram e talvez tenham estado presentes no texto somente de modo implícito.

Sem sentido prático nem intencionalidades duradouras, ou seja, ações no presente com horizontes de médio e longo prazos, fica difícil imaginar impacto social substantivo da atuação em pesquisa, ensino e extensão universitária. O que se faz na universidade tem maior serventia social quando impacta fora dos seus muros. E, neste sentido, a extensão é ferramenta mais do que apropriada.

A criação de propósitos para a atuação em pesquisa, ensino e extensão se dá por meio de práticas que se procura articular ao longo de uma trajetória. As experiências aqui recuperadas são modestas, dependeram de (e aconteceram com) outras pessoas, demandaram alteridade, interação social, engajamento efetivo e afetivo, “vigilância epistêmica” (Bourdieu, 2014), enfim, coisas que foram vividas, mas são “difíceis de dizer” (Wittgenstein, 1999).

A trajetória recuperada, no que se refere a ações de caráter extensionista direcionadas ao campo do artesanato, ilustra experiências distintas. A extensão como imersão, no caso do Agreste, e a extensão como conexão com questões regionais e nacionais, no caso mais recente do DCS. Por meio de ambas é possível entender que a atividade se mostra como espaço para criações e adaptações de modos de atuação, a depender do foco do projeto intencionado ou abraçado. De um modo ou de outro, e uma vez a extensão sendo reconhecida institucionalmente como carga

91 Algumas das reflexões seguintes apareceram anteriormente em Sá (2019b).

horária de aproveitamento curricular, ou seja, no ensino, nunca é demais reiterar que o potencial mais frutífero de sua prática tende a se revelar quando se dá com horizontes de integração com ensino e pesquisa.

Indo além, extensão também pode significar entre nós, docentes, oportunidades de significativos aprendizados. Para quem trabalha com conhecimento e tomou como ofício o desafio de suscitar no outro a reflexão e a aprendizagem, a boa sabedoria nos ensina a não desperdiçar e bem viver oportunidades desta natureza. Tenho convicção que o extensionismo no século XXI pode ser um lugar de autoformação continuada e fonte de reflexão autocrítica acerca de nossas concepções e práticas de ensino e pesquisa.

Por fim, extensão também pode funcionar como um potencializador da atuação do DCS extramuros, ou seja, junto a públicos específicos de interesse como foi, no caso deste projeto, dos envolvidos com o trabalho artesanal no Nordeste. De todo modo, é válido registrar que o relato desta experiência, em momento algum, tem como objetivo colocá-la como exemplar, como algo a ser seguido. O espírito do que aqui se compartilhou foi fazer uma conexão entre uma trajetória, um projeto específico e a extensão no DCS, e assim contribuir com um registro extensionista no contexto das celebrações dos 50 anos do CCHLA.

Referências

BOURDIEU, Pierre. **Por uma Sociologia da ciência**. Lisboa: Edições 70, 2014.

DEMO, Pedro. **Pesquisa**: princípio científico e educativo (10a. ed.). São Paulo: Cortez, 2003.

FALCI, Carlos H.; PINTO, Laura de S. C. **Projeto Estruturação do Sistema de Gestão do Artesanato Brasileiro**: Diagnóstico do Artesanato Brasileiro. 1ª. Ed. Belo Horizonte, 2022. (Relatório interno, o relatório das equipes Nordeste I e II consta nas pp. 298-302)

LYOTARD, Jean-François. **A condição pós-moderna** (7a. ed.). Rio de Janeiro: José Olympio, 2002.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC), 2024. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/pec-g/33371-cne-conselho-nacional-de-educacao/84291-extensao-na-educacao-superior-brasileira>>. Acesso em: 20 abr 2024.

PORTOCARRERO, Vera. **Filosofia, história e Sociologia das ciências**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1994.

REDE ARTESANATO BRASIL, 2024. Disponível em: <https://redeartesanatobrasil.com.br/institucional/o-projeto/>. Acesso em: 20 abr 2024.

SÁ, Marcio. **O homem de negócios contemporâneo**. Recife: Editora UFPE, 2010.

SÁ, Marcio. **Feirantes**: quem são e como administram seus negócios (3a. ed.). Recife: Editora UFPE, 2011.

SÁ, Marcio. **Os filhos das feiras e o campo de negócios agreste**. 2015. Tese (Doutoramento em Sociologia) - Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga, Portugal, 2015.

SÁ, Marcio. **Filhos das feiras**: uma composição do campo de negócios agreste. Recife: Editora Massangana-FUNDAJ, 2018.

SÁ, Marcio. **Feirantes**: quem são e como administram seus negócios (3a. ed.). Recife: Editora UFPE, 2019a.

SÁ, Marcio. Em busca do impacto perdido? Experiências significativas com sentido local em pesquisa, ensino e extensão. **Farol - Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade**, UFMG, Belo Horizonte, v. 6, n. 15, pp. 365-399, 2019b.

SÁ, Marcio. Disposições e trabalhadores-proprietários agrestinos: habitus feirante, filhos das feiras e tensões emergentes. **Revista Brasileira de Estudos Organizacionais**, v. 8, n. 3, pp. 692-708, 2021.

SÁ, Marcio. **Além do barro**: heranças de Vitalino no Alto do Moura do século XXI. Recife: Cepe Editora, 2023.

SÁ, Marcio. Pesquisa social periférica: o que é e como se faz. João Pessoa, 2024. (Projeto de pesquisa registrado no DCS e em curso até 2026)

SÁ, Marcio; HELAL, Diogo H. (coords.) **Artesanato no Nordeste Hoje: Políticas públicas, gestão e condição artesã**. CNPq/UFPB/Fundaj, 2024. (Relatório parcial de projeto de pesquisa não publicado)

SÁ, Marcio; MATTOS, Pedro L. C. L. de. De Pequenos Negócios de Feira à Metodologia Científica: avanços a partir de (e para) experiências em contexto agreste. **Farol - Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade**, v. 3, n. 7, pp. 605-644, 2016.

SÁ, Marcio; SOUSA, Jessica; SOUZA, Denise; SILVA, Shirley; LEAL, Bárbara. O que nos disse a comunidade? A construção de uma agenda pública de demandas coletivas no Alto do Moura-PE. **RIGS - Revista Interdisciplinar de Gestão Social**, UFBA, v. 9, n. 3, pp. 147-159, 2020.

SÁ, Marcio; SOUSA, Jessica; SILVA, Shirley; LEAL, Bárbara; SOUZA, Denise. **Algumas questões do Alto do Moura no século 21**. Caruaru, 2018. (Relatório técnico-parcial)

SOUZA, Jessica; SÁ, Marcio; LORÊTO, Myrna; SOUZA, Denise. Construção De Agenda e Desafios Locais à Valorização e ao Desenvolvimento Coletivo do Negócio de Artesanato no Alto do Moura-PE. **Cadernos de Gestão Pública**, FGV, v. 27, pp. 1-17, 2022.

VESSURI, Hebe. Perspectivas en el estudio de la ciencia. **Interciencia**, v. 16, pp. 60-69, 1991.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Investigações filosóficas**. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1999 [1953].

Parte 4:

Movimento Estudantil

Movimento Estudantil nas Ciências Sociais da UFPB: Uma breve análise sobre as percepções de integrantes do Centro Acadêmico Florestan Fernandes acerca do movimento estudantil entre os anos de 1996-2024

Jota Joana Cabral Fagundes Isnard
Larissa de Lima Pinto Ribeiro Borba
Mylenna Lycianne dos Santos Marques
Nicolle Klints-lay Moreira Simões

Introdução

A presente pesquisa possui como tema o movimento estudantil na Universidade Federal da Paraíba - Campus I e, mais especificamente, a atuação do Centro Acadêmico de Ciências Sociais Florestan Fernandes (CACSFF) ao longo dos anos. Assim, parte-se da seguinte questão de pesquisa: como o Centro Acadêmico de Ciências Sociais da UFPB teve início? Quais são as suas principais demandas e pautas ao longo dos anos e as percepções dos(as) indivíduos que foram ou são integrantes do movimento?

O objetivo geral é justamente compreender a história do CACSFF ao longo dos anos, suas principais mudanças e pautas, assim como o seu impacto na trajetória acadêmica, profissional e pessoal das pessoas que fizeram parte do movimento estudantil. Para isso, utilizou-se a metodologia qualitativa a partir dos métodos de aplicação de questionário e realização de entrevistas semiestruturadas com indivíduos que fizeram ou fazem parte de diferentes gestões do Centro Acadêmico ao longo dos anos. Foram realizadas, no total, sete entrevistas semiestruturadas⁹².

A estrutura dessa pesquisa será organizada a partir dos seguintes tópicos: introdução, desenvolvimento, uma breve contextualização sobre o que é a representação estudantil e o Centro Acadêmico de Ciências Sociais na UFPB, um breve histórico da fundação do CACSFF, entrevistas com integrantes e ex-integrantes do movimento estudantil de Ciências Sociais na UFPB e conclusão.

92 As entrevistas foram realizadas seguindo as normas do Comitê de Ética em Pesquisa - CEP da Universidade Federal da Paraíba.

Representação estudantil e o Centro Acadêmico de Ciências Sociais

Iremos tratar nesses escritos a respeito de toda a construção e trajetória do que conhecemos como o Centro Acadêmico de Ciências Sociais nos dias atuais, apontando sua importância e seus objetivos. Sendo constituído por estudantes de Ciências Sociais e mantido por eles a cada geração que se passa, consolidando uma formação para além do que a academia pode oferecer, através do trabalho autônomo e voluntário que reflete na consciência de um papel social dos indivíduos.

A representação estudantil dentro das Universidades Federais (UF) se inicia com a criação do Diretório Central Estudantil (DCE), sendo a maior entidade de representação estudantil dentro das universidades públicas brasileiras. Essa mediação entre alunos-reitoria e outros órgãos públicos nas UFs corrobora para concretização de um espaço seguro e com garantias aos direitos dos(as) estudantes, em que esses(as) representantes têm um maior acesso a reuniões e votações em prol de benefícios aos(as) alunos(as).

Sobretudo, na Universidade Federal da Paraíba, a história de luta por um DCE ativo e inclusivo em contexto de ditadura militar, desencadeia a ativação dos centros acadêmicos, que representam cada graduação em seus centros. O Centro Acadêmico de Ciências Sociais surge pouco depois desse período, visto que é um dos cursos de graduação recente na UFPB, propondo ser um movimento democrático de representação estudantil, de ocupação de espaços e de reivindicação dos direitos dos(as) estudantes da graduação em Ciências Sociais.

Portanto, com o CACS ativo, os(as) estudantes conseguem usufruir do espaço físico como ambiente de descanso, uso livre do microondas, acesso a livros e textos acadêmicos, entre outros, encontrando também um lugar seguro para denúncias anônimas em possíveis assédios institucionais. Além disso, em decorrência da interlocução com o corpo docente, é possibilitado o levantamento de pautas a respeito do curso e possíveis demandas estudantis a serem sanadas.

Nesse ínterim, o CACS passou por muitas gestões que se engajaram de acordo com o contexto brasileiro das universidades públicas, apresentado mais profundamente ao longo deste capítulo através de entrevistas com estudantes que participaram de gestões em sua graduação. De fato, contribuíram para um espaço mais inclusivo e democrático para os(as) estudantes, que repercutiu positivamente na permanência estudantil. Perguntamos e escutamos seus depoimentos com muito respeito por toda a jornada que assumiram ao fazer parte de uma gestão de Centro Acadêmico (CA), nós, como estudantes e representantes atuais do CACS, os compreendemos com as dificuldades e com a gratificação que é estar nesse papel.

Fundação do CACSFF

Em 18 de outubro de 2004, na cidade de João Pessoa-PB, foi estabelecido o Estatuto do Centro Acadêmico de Ciências Sociais Florestan Fernandes (CACSFF) durante a Assembleia Geral dos Estudantes de Ciências Sociais do Campus I da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). É importante salientar que esse episódio trata da formalização institucional do CACSFF, pois a prática da representação estudantil neste curso remonta a um período anterior, caracterizada por meio de gestões autônomas com o intuito da construção da representação de um movi-

mento estudantil que tenha sua salvaguarda, como é próprio do exercício contínuo em busca de um ideal.

O Centro Acadêmico é imprescindível para o funcionamento democrático da universidade, tornando-se importante como canal de diálogo entre os discentes do curso e o corpo docente e administrativo desta instituição por meio de assembleias constituídas, atendimentos individualizados e com o advento da tecnologia, através de ferramentas que difundem pesquisas e enquetes a fim de compreender o posicionamento dos discentes referente a pautas relevantes ao curso.

Seu trabalho aglutina forças em prol da disseminação do conhecimento científico e da difusão da arte e da cultura através do planejamento e execução de palestras, rodas de conversa, eventos e oficinas. Essa prática favorece a interação entre os(as) discentes do curso e a promoção de debates e circulação de ideias, o que é fundamental para construção do pensamento crítico.

Atualmente, o CACSFF constitui-se como entidade que agrega e representa os(as) discentes do curso de graduação em Ciências Sociais da UFPB. Dedicar-se a defender os direitos, interesses e reivindicações dos(as) estudantes do curso, assim como dos(as) discentes em geral. Alinha-se às lutas e demandas dos movimentos sociais e populares, comprometendo-se também com a promoção da democracia e do livre pensamento nas instituições e em todos os espaços. Lembrando de todos(as) que participaram dessa luta, o centro visa intensificar a conexão entre os diferentes setores da universidade, englobando alunos(as), professores(as) e a administração, além de promover a articulação com outras entidades, movimentos e organizações de diversas áreas de conhecimento e atuação, na luta em prol da construção de uma sociedade possível, mesmo não sendo a ideal.

Entrevistas

Neste tópico, busca-se abordar a história dessa entidade através da perspectiva de membros de gestões que atuaram no CACSFF ao longo dos anos, evidenciando seus trabalhos a partir das demandas e reivindicações estudantis à sua época, frisando a importância da representação estudantil na luta por reivindicações que vise uma educação pública de qualidade que atenda aos princípios democráticos e dialogue com os(as) discentes.

A metodologia utilizada para a consolidação da presente pesquisa foi a qualitativa, através da aplicação de um questionário e da realização de entrevistas semiestruturadas com estudantes que fizeram parte do Centro Acadêmico de Ciências Sociais da Universidade Federal da Paraíba – Campus I durante a graduação. Foram realizadas, no total, sete entrevistas. As perguntas presentes no questionário tinham como intuito traçar um histórico do movimento estudantil nas Ciências Sociais, com o objetivo de compreender suas alterações ao longo do tempo e seu impacto na vida acadêmica, profissional e pessoal dos(as) discentes participantes.

A primeira entrevista foi realizada com Edvaldo Alves, que atuou no Centro Acadêmico de Ciências Sociais entre os anos de 1996 a 1999, período este muito próximo do ano de 1994, data em que o curso do bacharelado em Ciências Sociais foi criado na UFPB. Diante desse cenário, Edvaldo afirma:

O curso de Ciências Sociais (Bacharelado) foi criado em 1994. O centro acadêmico iniciou suas atividades com a primeira gestão no ano de 1995, sendo composta em sua maioria por alunos que faziam segunda graduação. Essa gestão trabalhou durante o ano de 95 e parte de 96. Foi um processo de necessidade, porque o curso estava sendo criado e precisava de representação estudantil. Eu acho que o pessoal se organizou por interesse de quem queria construir esse momento. Eu fiz parte da segunda gestão do centro em 1997 que foi o ano que ingressei no curso e foi o ano que teve a primeira eleição, concorrendo duas chapas. Minha chapa foi vitoriosa, assumindo a gestão. Eu participei do centro acadêmico em 1997, 1998 e 1999. Nesse momento o CACS ainda não possuía um estatuto, o movimento estudantil era fortemente dominado pela tendência do PCdoB, que faziam gestão do DCE também. Depois, houve uma reorganização das forças de esquerda, incluindo outros movimentos partidários como o do PSTU e do PT.

Sobre as principais demandas existentes no contexto, o entrevistado relata que o principal foco era a melhoria da qualidade do curso, visto que ainda era muito inicial e havia muitos(as) docentes de outras áreas lecionando para a graduação em Ciências Sociais. Além disso, focavam também em ampliar a comunicação entre os(as) discentes por meio da criação de um jornal próprio, denominado “O Guizo”, que ficou em circulação por cerca de dois anos e teve quatro edições.

Dentre outras demandas estavam a melhoria da infraestrutura do espaço físico do Centro Acadêmico, realizando uma revitalização do local através da doação de materiais por parte do Departamento de Ciências Sociais - DCS. Buscava-se também a realização de atividades culturais relacionadas ao curso, como apresentações de fotografias semanalmente, cinema quinzenalmente, apresentações teatrais, organização de palestras, festas e calouradas, que ocorriam no espaço destinado ao CACS e na Praça da Alegria no Centro de Ciências Letras e Artes (CCHLA). Para o entrevistado, essa movimentação cultural atuava como um espaço de aprendizado e de contato com alunos(as) do curso e da UFPB em geral. Outra pauta presente era a de tornar mais acessível as leituras e biografias necessárias para o curso, tendo em vista que não se tinha a tecnologia e a facilidade de acesso à informação como se tem atualmente.

Quando questionado sobre como vislumbrava o Centro Acadêmico futuramente, o entrevistado diz que esperava que o movimento se estendesse, mantendo-se aberto e vivo através de manifestações artísticas e políticas, mas que mantivesse uma relação de proximidade com os(as) docentes e com o departamento. Sobre como o movimento estudantil impactou sua trajetória acadêmica, profissional e pessoal, Edvaldo relata:

Foi no movimento estudantil, que tive minha primeira relação com o conhecimento prático do curso e com a articulação política na universidade. Tive acesso a literaturas distintas e ao pensamento contrário e nesse sentido se aprende a dialogar, articular o discurso, debater e até melhorar a oratória. A construção do movimento de forma geral, me proporcionou tudo isso.

As entrevistas seguintes foram realizadas de forma conjunta, com os discentes Raphaella Ferreira e Weverson Bezerra, que participaram da mesma gestão do Centro

Acadêmico no ano de 2016, denominada de “Representa”. Ao serem questionados(as) sobre quais eram as principais demandas presentes no movimento estudantil naquele período, os(as) entrevistados(as) relataram que o Centro Acadêmico se encontrava em um momento de instabilidade, visto que não havia uma gestão ativa. Diante desse cenário, os(as) estudantes não possuíam uma representação estudantil, havendo uma tentativa de fortalecimento entre os(as) próprios(as) estudantes.

Ao observarem a necessidade de uma representação estudantil para o suprimento de demandas, como a participação ativa em reuniões de centro e de colegiado, a revitalização do ambiente físico do Centro Acadêmico e o apoio burocrático a alunos(as), especificamente os(as) concluintes, os(as) interlocutores(as) decidiram se reunir com outros(as) discentes do curso e formar uma chapa, que foi única e contava com a participação de discentes do bacharelado e da licenciatura.

Após a eleição, buscou-se realizar uma revitalização no espaço físico do Centro Acadêmico, levantar verba através de doações e vendas em brechós e auxiliar os(as) estudantes do curso naquele período, que muitas vezes não conseguiam concluir a graduação em decorrência de questões burocráticas que não conseguiam sanar por não compreenderem o regimento do curso, como, por exemplo, o ato de pedir dispensa de disciplinas. Além disso, também focaram no debate sobre a estrutura curricular do curso e buscaram destacar que é possível realizar as duas modalidades da graduação através de um processo acadêmico, sem a necessidade de fazer novamente o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), fato este que era desconhecido por grande parte da comunidade acadêmica do período.

Assim, uma das principais demandas do Centro Acadêmico da época era o apoio aos(as) discentes do curso no âmbito de questões burocráticas, como protocolos de segurança e abertura de recursos, com o intuito de haver um fortalecimento entre os(as) estudantes, como dito por Weverson Bezerra: “Não adianta nós fortalecermos vários espaços se nós não estivermos fortalecidos”.

Ao serem questionados(as) sobre a pertinência do Centro Acadêmico em suas trajetórias acadêmicas, profissionais e pessoais, os(as) entrevistados(as) destacaram, primeiramente, a importância do espaço físico do CA que foi adequado para estudar, visto que no período a Biblioteca Setorial ainda não estava em funcionamento. Além disso, também frisaram que a participação no movimento estudantil lhes trouxe um senso de coletividade e de cidadania, destacando que a participação do corpo discente nas atividades do CA é imprescindível para a sua manutenção. Ademais, a atuação no movimento estudantil contribuiu positivamente no âmbito acadêmico e profissional, alterando a trajetória de um(a) dos(as) entrevistados(as), pois foi a partir da sua atuação que passou a se interessar na pesquisa sobre o movimento estudantil, seguindo no campo até atualmente, no doutorado.

Ainda no campo de como a atuação no movimento estudantil mudou suas perspectivas, Raphaella Ferreira relata:

Foi uma transformação. Percebe-se uma mudança nas pessoas que participaram de movimentos sociais e é uma mudança de perspectiva genuína. Acontece por meio de uma educação não formal por meio dos movimentos. É uma experiência de educação não formal que nos atravessa a vida inteira. Mudança de entendimento do mundo.

A quarta entrevista foi realizada com Beatriz Ramos, que foi participante do CACS no período de 2016 a 2019. A entrevistada relata que já participou de grêmios estudantis no ensino médio, mas que iniciou no movimento estudantil na UFPB a partir de sua participação como colaboradora na gestão “Representa”, apresentada anteriormente e que ocorreu em 2016. Após isso, participou como integrante da gestão “Sinergia”, entre 2017 e 2018. Por último, atuou na gestão Chica Barrosa, no período de 2018-2019. Ao ser questionada sobre sua percepção acerca do movimento estudantil na UFPB, a entrevistada relata que é muito difícil manter uma estabilidade, pois as divergências acabam por se sobressair nos encaminhamentos, afirmando que é um desafio manter a organização e a estruturação. Além disso, dentre as demandas encontradas quando iniciou sua participação no movimento, relata:

A estruturação do ambiente do CA, a prática da eleição, no sentido de começar e terminar gestões e processos eleitorais “certinhos”, pois era comum ter o abandono de alguma gestão e o esquecimento da eleição por algum tempo. Consequentemente, possibilitar espaços de representação estudantil, como assembleias e participações em reuniões da universidade. Havia também um distanciamento dos alunos e das demandas em comum, pois não havia muitos espaços de debates. Nossas entidades estavam inativas e eram desconhecidas por muitos alunos, faltava algo que nos identificasse e pudéssemos ter uma rede de ações com outros campi e estados.

Acerca das demandas presentes no movimento estudantil atualmente, Beatriz Ramos afirma que não acompanha de perto, mas que tem a sensação de que falta uma valorização dos espaços históricos, como das entidades de representação regional e nacional. Sente a necessidade também de momentos de encontro, possibilidade de compartilhamento e debate estudantil, como fortalecimento de uma rede de lutas. Além disso, frisa também a questão da educação, da licenciatura e a falta de atenção a essas áreas para além da licenciatura, como no âmbito das pesquisas e da pós-graduação.

Sobre a contribuição do movimento estudantil e, mais especificamente, da sua atuação no Centro Acadêmico de Ciências Sociais na UFPB, a entrevistada relata:

Antes da universidade, eu já vinha de um caminho do grêmio estudantil no ensino médio, o movimento estudantil moldou muito a minha forma de lidar com a realidade, através dele eu conheci e participei de movimentos sociais, educação popular e outras formas de produção do conhecimento. O que melhor posso pontuar é o senso de coletividade e organização que influenciam minha vida enquanto pessoa e enquanto professora.

A quinta entrevistada foi Raissa Carvalho, estudante de Ciências Sociais que atuou no movimento estudantil entre 2017 e 2020, participando de duas gestões. Ao ser questionada sobre sua percepção acerca do movimento estudantil na UFPB, a entrevistada relata que é um movimento que deve ser tratado como político que reflete não só o campo da UFPB, mas em como o curso de Ciências Sociais é construído no Brasil.

Sobre as principais demandas encontradas no período em que atuou no Centro Acadêmico, Raissa relata que havia uma tentativa de articulação nacional entre

os(as) estudantes de Ciências Sociais por meio da participação de eventos nacionais e da colaboração com outros CAs. Atualmente, as principais demandas presentes no movimento estudantil percebidas pela entrevistada são a necessidade de fortalecimento entre os(as) estudantes do curso, a busca por direitos em prol dos(as) discentes e a demanda de melhoria da saúde mental dos(as) estudantes de Ciências Sociais, com o intuito de diminuir o índice de evasão do curso. Sobre a contribuição do movimento estudantil em sua vida acadêmica e pessoal, a entrevistada afirma que sua atuação contribuiu para o seu amadurecimento, considerando a educação como um ato político.

A sexta entrevistada foi Lisandra Torres, graduanda em Ciências Sociais que participou de duas gestões do centro acadêmico: a primeira no período de 2020 a 2021 na gestão Lélia Gonzalez e a segunda no ano de 2021, na gestão Paulo Freire, ambas na coordenação de articulação política.

Ao ser questionada sobre como percebe o movimento estudantil das Ciências Sociais na UFPB, a entrevistada afirma que, em sua visão, o movimento está bastante desarticulado, havendo um descrédito muito grande nas gestões do Centro Acadêmico. Além disso, acerca das demandas encontradas quando iniciou sua participação no movimento, Lisandra relata:

Em geral, teve o DCE que estava há muito tempo repetindo a mesma gestão sem renovar, porém, não havia prestação de contas, repasse e informações sobre os participantes. Tinha uma necessidade de fazer um movimento estudantil, por estar muito parado, estava refletindo nas articulações dos alunos dentro da universidade. As demandas da gestão em época de pandemia (Chapa Paulo Freire) estavam voltadas para se informar sobre as pautas abordadas em reuniões do Departamento de Ciências Sociais, do Colegiado e do Centro de Ciências humanas, Letras e Artes. Outras demandas presentes nesse período era mediar a relação aluno-professor durante o ensino a distância. Em relação às adaptações das aulas e exigências dos professores que os alunos não concordavam, como aulas longas e muitas avaliações em um momento atípico. Essa mediação acontecia principalmente nas turmas de feras. Por último, no retorno das aulas presenciais houve uma chuva na cidade que prejudicou a estrutura do CA, molhando muitos móveis e perderam muitos materiais. Então tivemos que reformar o espaço. E há a questão também de manter o Centro Acadêmico aberto, que é bem difícil manter a abertura em todas as gestões pelas ocupações das pessoas.

Sobre as demandas presentes atualmente, a entrevistada afirma que, em sua percepção, as principais são a necessidade de articulações dentro da licenciatura na educação em Ciências Sociais nas escolas e estágios, a falta de dinâmica e empolgação dos professores nas aulas para a licenciatura e as poucas opções de aulas optativas, que sempre se repetem. Acerca da contribuição do movimento estudantil em sua trajetória, Lisandra relata: “aumentou no meu engajamento, de me envolver e pensar de forma solidária. Reconhecer que tem outros estudantes que precisam dessa representação e de suporte para permanência no curso”.

A sétima entrevistada foi Nicolle Klints-lay, graduanda em Ciências Sociais e que atuou em duas gestões do Centro Acadêmico: a primeira no período de 2022

a 2023 na gestão Carolina Maria de Jesus e a segunda na gestão atual, denominada Maria Beatriz Nascimento e que está em vigor no período de 2023 a 2024.

Sobre as demandas encontradas na gestão atual, a entrevistada afirma que uma das principais é a falta de engajamento do corpo discente quanto ao movimento estudantil, que se agravou no contexto social pós-Pandemia da COVID-19. Assim, em sua percepção, necessita-se de uma maior colaboração e união entre os(as) discentes do curso para a manutenção do CA. Além disso, dentre as demandas também estão a representação estudantil quanto aos casos de denúncias de assédio no âmbito acadêmico e a manutenção do espaço físico do Centro Acadêmico aberto. Acerca de como o movimento estudantil contribuiu para a sua trajetória acadêmica, pessoal e profissional, a entrevistada relata:

Me proporcionou ver com os próprios olhos e ações a importância de uma representação estudantil, de lutar por um processo mais justo e fácil durante a graduação ao representar os estudantes do curso. Ajudou em meus posicionamentos em espaços de lutas e na comunicação. E adquiri muito conhecimento sobre o funcionamento do curso, políticas estudantis, direitos e contato com diferentes pessoas.

Através das entrevistas realizadas e da interlocução com pessoas que atuaram ou atuam no Centro Acadêmico de Ciências Sociais ao longo do tempo foi possível traçar um pouco da história do movimento estudantil na UFPB, possibilitando compreender suas principais alterações ao longo do tempo, suas demandas, avanços e pautas, além de entender de que forma essas atuações impactaram nas trajetórias dos(as) estudantes que participaram do movimento.

Conclusão

Neste trabalho mergulhamos na história do CACSFF, tentando traçar o percurso de algumas gestões que o integraram ao longo dos anos e contribuíram para sua formação e evolução. Para isso, examinamos sua história a partir de sua gênese, passando por mudanças significativas que foram ocorrendo ao longo de sua trajetória, abordando as principais demandas, desafios e impactos na vida pessoal e acadêmica de acordo com a perspectiva das entrevistas que nos foram concedidas por alunos(as) que integraram gestões anteriores e a atual gestão do Centro Acadêmico.

A partir das nossas entrevistas pudemos constatar como o CACSFF foi se constituindo como peça fundamental na formação acadêmica, profissional e pessoal dos(as) estudantes, reunindo as exigências estudantis e traçando lutas para reivindicar melhorias no curso e na experiência dos(as) graduandos(as) não só do curso de Ciências Sociais, mas de todo o corpo universitário da UFPB.

Para o futuro pensamos que são necessárias melhorias físicas na infraestrutura do CA, bem como uma maior integração e participação dos(as) alunos(as) do curso com esta entidade estudantil. Apesar de todo o trabalho que as gestões fizeram e continuam fazendo até hoje, a luta estudantil não acontece de forma unilateral, ela precisa ser aderida por todos(as) os(as) discentes para que continue firme e aguerrida.

Este reconhecimento também se faz necessário por parte dos órgãos docentes do curso e dos conselhos da UFPB. Passamos por uma pandemia e uma gestão da reitoria que sofreu intervenção federal, não sendo eleita democraticamente. Tais acontecimentos também mexeram na forma como alguns docentes e servidores viam o movimento estudantil, sem que houvesse uma compreensão e conciliação com os apontamentos e protestos legítimos feitos por parte dos(as) discentes, resultando em punições severas aos participantes desses protestos. A gestão interventora da UFPB se encerra em 2024 e é necessário que sigamos vigilantes para que tais situações não voltem a acontecer, para que tenhamos o respeito e a legitimação que são naturais de um órgão estudantil como o Centro Acadêmico, assegurados em nosso curso, no CCHLA e na UFPB.

Deste modo, ressaltamos nesta pesquisa a importância da representatividade estudantil para o funcionamento democrático e inclusivo da universidade. Encorajamos futuros estudos a continuar explorando o impacto dos centros acadêmicos em outras áreas do conhecimento, a fim de ampliar nossa compreensão sobre suas funções e contribuições no sistema educacional superior.

Referências

CENTRO ACADÊMICO DE Ciências Sociais “FLORESTAN FERNANDES”. **Estatuto social. Assembleia Geral dos estudantes de Ciências Sociais do Campus I da UFPB.** João Pessoa, 18 out. 2004.

CABRAL, T. **Do fragmento a reorganização: movimento estudantil da UFPB (1975-1979).** Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa - Paraíba, p. 171. 2015.

Anexo: Arquivo fotográfico

Fotos do acervo de Beatriz Ramos:













Fotos dos acervos de Raphaella Ferreira e Weverson Bezerra:





REPRESENTA

Sobre as autoras e os autores

Alicia Ferreira Gonçalves

Professora do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Paraíba (PPGA/UFPB). Doutora em Ciências Sociais (Unicamp). E-mail: aliciafg1@gmail.com

Allan Yu Iwama

Doutor em Ambiente e Sociedade-Unicamp, Pós-doutorado na Universidad de Los Lagos. E-mail: allan.iwama@dse.ufpb.br

Cristina Matos

Professora do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação de Sociologia (UFPB). Doutora em Sociologia (UFC). E-mail: crisfurtado@yahoo.com.br

Flávia Ferreira Pires

Professora do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Paraíba (PPGA/UFPB). Doutora em Antropologia (Museu Nacional). E-mail: ffp23279@gmail.com

Henrique Zeferino de Menezes

Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e Relações Internacionais (PPGCPRI/ UFPB). Doutor em Ciência Política (Unicamp). E-mail: hz-menezes@gmail.com

Jacob Carlos Lima

Professor do Departamento de Sociologia (DCS/UFSCAR) e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS/UFSCAR). Doutor em Sociologia (USP). E-mail: jacobl@ufscar.br

José Henrique Artigas de Godoy

Professor do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e Relações Internacionais (PPGCPRI/ UFPB). Doutor em Ciência Política (USP). E-mail: jhartigasgodoy@gmail.com

Jota Joana Cabral Fagundes Isnard

Estudante do curso de Licenciatura em Ciências Sociais da UFPB, coordenadora de Assuntos Acadêmicos da Gestão Maria Beatriz Nascimento do CACSFF. E-mail: jotaisnard@gmail.com

Larissa de Lima Pinto Ribeiro Borba

Estudante do curso de Licenciatura em Ciências Sociais da UFPB, coordenadora de Finanças da Gestão Maria Beatriz Nascimento do CACSFF. E-mail: cacsflores-tanf@gmail.com

Luciana Aliaga

Professora do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e Relações Internacionais (PPGCPRI/ UFPB). Doutora em Ciência Política (Unicamp). E-mail: lualiaga@gmail.com

Luciana de Oliveira Chianca

Professora do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Paraíba (PPGA/UFPB). Doutora em Antropologia (Université Bordeaux 2). E-mail: lucianachiancaufpb@yahoo.com.br

Luziana Marques da Fonseca Silva

Professora Associada do Departamento de Ciências Sociais do Centro de Ciências Aplicadas e Educação. Doutora em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba. E-mail: luzianas@gmail.com

Marcio Gomes de Sá

Professor do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba (DCS/PPGS/UFPB). Doutor em Sociologia (Universidade do Minho, Braga, Portugal). E-mail: marciodesa@gmail.com

Marco Aurélio Paz Tella

Professor do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Paraíba (PPGA/UFPB). Doutor em Ciências Sociais (PUC/SP). E-mail: marco-aureliopaz@hotmail.com

Maria Elena Martinez Torres

Professora visitante do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Paraíba (PPGA/UFPB). Doutora em Estudos Latino-Americanos (UC). E-mail: martineztorres@ciesas.edu.mx

Maria de Fátima Marreiro de Sousa

Professora do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal da Paraíba (DCS/UFPB). Doutora em Ciências Sociais (UFRRJ). E-mail: mariafatimamarreiro@gmail.com

Maristela de Oliveira Andrade

Professora aposentada do Departamento de Ciências Sociais (DCS/UFPB) e dos Programas de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA/UFPB) e em Ciências da Religião (PPGCR/UFPB). Doutora em Étude Latino-Americaine/Anthropossociologie des Religions (Paris 3). E-mail: andrademaristela@hotmail.com

Mylenne Lycianne dos Santos Marques

Estudante do curso de Bacharelado em Ciências Sociais da UFPB, coordenadora de Assuntos Acadêmicos da Gestão Maria Beatriz Nascimento do CACSFF. E-mail: cacsflorestanf@gmail.com

Nicolle Klinst-lay Moreira Simões

Estudante do curso de Bacharelado em Ciências Sociais da UFPB, coordenadora de Arte e Cultura da Gestão Maria Beatriz Nascimento do CACSFF. E-mail: cacsflorestanf@gmail.com

Ninno Amorim

Professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal da Paraíba (DCS/UFPB). Doutor em Antropologia (UFPE). E-mail: amorimnarede@gmail.com

Rita de Cássia Melo Santos

Professora do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Paraíba (PPGA/UFPB). Doutora em Antropologia (Museu Nacional). E-mail: lucianachiancaufpb@yahoo.com.br

Rubens Pinto Lyra

Professor aposentado do Departamento de Ciências Sociais (DCS/UFPB) e dos Programas de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS/UFPB) e em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas (PPGDH/UFPB). Doutor em Direito (Université Nancy - França) E-mail: rubelyra@uol.com.br

Samir Perrone de Miranda

Professor do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e Relações Internacionais (PPGCPRI/ UFPB). Doutor em Ciência Política (UFRGS). E-mail: samirperrone@gmail.com

Silvana Nascimento

Professora do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS-USP). Doutora em Ciências Sociais (USP). E-mail: simples.humano@gmail.com

Simone Dantas Carneiro

Professora aposentada do Departamento de Ciências Sociais (DCS/UFPB) e dos Programas de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS/UFPB) e em Ciências da Religião (PPGCR/UFPB). Doutora em Antropologia (UnB). E-mail: dantascarneiro@gmail.com

Tereza Correia da Nóbrega Queiroz

Professora aposentada do Departamento de Ciências Sociais (DCS/UFPB) e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS-UFPB). Doutora em Sociologia (UFPE). E-mail: queiroz.tereza@gmail.com

Túlio Sérgio Henriques Ferreira

Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e Relações Internacionais (PPGCPRI/ UFPB). Doutor em Relações Internacionais (UnB). E-mail:

Roberto Veras de Oliveria

Professor do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS-UFPB). Doutor em Sociologia (USP). E-mail: roberto.veras.2002@gmail.com

Sérgio Botton Barcellos

Professor do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS-UFPB). Atualmente atuando na DACAM/SEPAR/SRI – Presidência da República. Doutor em Sociologia (UFRRJ). E-mail: sergiobbarcellos@hotmail.com

Sobre as organizadores

Cristina Matos

Professora do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS/ UFPB). Doutora em Sociologia (UFC). E-mail: crisfurtado@yahoo.com.br

Luciana Aliaga

Professora do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e Relações Internacionais (PPGCPRI/ UFPB). Doutora em Ciência Política (Unicamp). E-mail: lualiaga@gmail.com

Ninno Amorim

Professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal da Paraíba (DCS/UFPB). Doutor em Antropologia (UFPE). E-mail: amorimnarede@gmail.com

